



Mensagem à Assembleia Legislativa 2005



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento

MENSAGEM DO GOVERNADOR

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da
terceira sessão legislativa ordinária
da décima quinta legislatura

BELO HORIZONTE - MG
2005

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Superintendência Central de Planejamento
Rua Tomaz Gonzaga, 686 - Lourdes
Belo Horizonte - MG
30.180-140

Minas Gerais. Secretaria de Estado de Planejamento e
Gestão. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.
Superintendência Central de Planejamento.

Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa do Estado de
Minas Gerais: apresentada na reunião inaugural da terceira sessão
legislativa ordinária da décima quinta legislatura. Belo Horizonte:
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2005.
315p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

APRESENTAÇÃO	7
QUADRO MACROECONÔMICO	17
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	19
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS	35
SETOR PÚBLICO ESTADUAL	49
GOVERNADORIA DO ESTADO	51
GOVERNO	65
PLANEJAMENTO E GESTÃO	71
FAZENDA	95
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	103
TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	117
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	127
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	135
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	147
AGROPECUÁRIA	157
TURISMO	167
REFORMA AGRÁRIA	175
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI E NORTE DE MINAS	181
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	187
EDUCAÇÃO	195
SAÚDE	203
CULTURA	217
DEFESA SOCIAL	227
POLÍCIA MILITAR	235
BOMBEIROS MILITAR	243
POLÍCIA CIVIL	247
ANEXOS	255

APRESENTAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Em cumprimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho a essa egrégia Assembléia Legislativa a Mensagem relativa às nossas atividades no ano que se encerrou e aos programas em andamento.

O ano de 2004 consolidou, de forma definitiva, a trajetória estabelecida no Plano de Governo para a construção de um novo tempo para Minas Gerais. O Choque de Gestão e seu resultado mais expressivo, o equilíbrio das contas públicas, tornam possível o incremento dos investimentos imprescindíveis para o desenvolvimento social e econômico no Estado. O equilíbrio orçamentário e financeiro, alcançado no curto espaço de dois anos, edifica, como pilar fundamental, os anseios da sociedade de tornar Minas o melhor Estado para se viver.

A conquista do déficit zero, demonstrada com clareza irrefutável na análise das contas públicas presente nesta mensagem, comprova a solidez do nosso empenho para a construção do tempo da prosperidade para todos os mineiros. Não foi, contudo, um resultado fortuito. Vivemos, nestes dois anos, momentos que testaram nossa determinação e coragem. Para gastar menos e melhor, mais com o cidadão e menos com o Estado. O Estado pode e deve ser eficiente. Não aceitamos o axioma, generalizado pelo país, de que a ação do Estado é necessariamente cara, ineficiente, burocrática e, muitas vezes, autoritária. Aflige-nos o hospital que não funciona; a escola ruim, a polícia mal-aparelhada; a burocracia que desanima o investidor e impede a geração de empregos e renda.

Daí a estratégia do Choque de Gestão como foco da nossa ação de curto-prazo. Os executivos e os profissionais da área de gestão de muitas empresas modernas já se habituaram a estes conceitos de “fazer mais e melhor com menos”, de orientar as ações para resultados concretos, aplicados no dia-a-dia dos escritórios, no “chão de fábrica” e nas relações com os consumidores. No setor público, entretanto, essa idéia não era disseminada. O Choque de Gestão inaugura no País um modelo de modernização gerencial orientado para resultados.

O equilíbrio das finanças públicas não é uma ação isolada. A formulação estratégica do Estado, definida em 2003, sustenta-se em duas premissas: a responsabilidade fiscal e a necessidade de uma Agenda de Desenvolvimento que justifique para a sociedade os ajustes iniciais de redução e racionalização de despesas, combinada com expansão das receitas. O momento, após dois anos de Governo, é de realização de um balanço do que foi realizado em relação às propostas previstas no Plano de Governo Prosperidade: A Face Humana do Desenvolvimento e na Lei que instituiu o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

Em janeiro de 2003, dentro da estratégia do Choque de Gestão, implementamos um conjunto de medidas de natureza legal e administrativa para aumentar a eficácia da máquina pública.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Assim, como é de conhecimento de todos, houve diminuição do número de secretarias, redução dos vencimentos do governador e combate às fraudes via centralização da folha de pagamentos, além de diminuição do preço de praticamente todos os produtos comprados devido à utilização sistemática do pregão via internet e da cotação eletrônica de preços. Os leilões também serviram em larga escala para renegociar os débitos com os fornecedores de bens e serviços.

Crucial tem sido a queda do comprometimento da receita com a folha de pagamentos, para que o Estado cumpra os mandamentos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado está enquadrado nos limites de gastos de pessoal e, no caso do poder executivo, reduzimos para 48,3% o comprometimento da receita corrente líquida com pagamento de pessoal. Isso se fez paralelamente a uma série, até então inédita, de ações de valorização do servidor público, entre elas a aprovação dos planos de carreira; a implantação da avaliação individual meritocrática; o pagamento no dia 10 de dezembro do 13º salário; o término da escala de vencimentos para o pagamento dos salários de janeiro/2005; e a quitação de verbas retidas.

Em outra ponta, o Choque de Gestão significou elevar a arrecadação do Estado, sem punir a população. O crescimento real do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minas tem sido superior à média nacional e ao registrado em outros grandes Estados brasileiros. A criatividade gerencial colocou em marcha programas para premiar os contribuintes que estão em dia com suas obrigações fiscais, para evitar a sonegação e incrementar a fiscalização. A arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também foi superior a de outros Estados, mesmo não tendo havido alteração de alíquota.

O “déficit zero”, o Choque de Gestão e suas conseqüências positivas representam conquistas irrefutáveis de curto prazo. Sem o equilíbrio financeiro, não seria possível garantir a capacidade de investimentos e de articulação do Estado. É, em razão do equilíbrio financeiro, que Minas está apta a voltar a receber recursos externos de organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird).

Podemos considerar 2004, mesmo com a ainda severa restrição orçamentária, o ano da retomada dos investimentos em Minas Gerais. Uma conseqüência ao ano das mudanças (2003). O Estado investiu R\$ 4,7 bilhões em 2004, considerando os recursos do orçamento fiscal e das empresas públicas. As principais metas presentes no Plano de Governo e no PMDI estão sendo realizadas.

Na área de segurança, para sustentar o objetivo prioritário preconizado no PMDI de melhoria da segurança pública, foram feitos investimentos maciços. Com isso a criminalidade violenta finalmente foi estabilizada após longo período de crescimento nas décadas de 80 e 90. Uma das razões desta conquista são as ações na área de prevenção social da criminalidade, como o Programa Fica Vivo. O programa-piloto implantado no Morro das Pedras, diminuiu em 47% a taxa de homicídio no prazo de seis meses.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PALÁCIO DA LIBERDADE

Implantou-se o Sistema Integrado de Defesa Social (Sids), que permite o compartilhamento de informações por todos os órgãos de segurança pública, diminuindo o tempo de resposta ao cidadão. O Sids deve ter sua expansão concluída em 2005. O governo já construiu cinco penitenciárias, das quais duas foram entregues em 2004. Também foram entregues três presídios e reformadas duas penitenciárias, o que gerou a abertura de 1.900 vagas no sistema. Todos estes investimentos implicaram em um aumento de 118% no número de vagas no sistema prisional em dois anos. Estamos em ritmo firme no propósito previsto no plano de governo de construção de novas penitenciárias com vagas suficientes para eliminar o déficit do sistema.

Com o objetivo de alcançar maior efetividade nas ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial, 24 áreas integradas de policiamento foram instaladas em BH e seis na Região Metropolitana. Vale ressaltar que o projeto visa à implantação de áreas integradas de policiamento em todos os municípios de Minas Gerais.

A polícia está mais bem equipada, com investimentos de R\$ 25,5 milhões em novos veículos e treinamento de 1,2 mil policiais civis e militares. Houve também expressivo aumento do efetivo policial, com a contratação, em dois anos, de 4 mil novos policiais militares e civis.

Novas frações do Corpo de Bombeiro foram instaladas em Araxá, Itabira e São Lourenço, além de oito unidades de resgate e 84 viaturas operacionais.

No que diz respeito à infra-estrutura de transportes e energia, o governo investiu, principalmente, na recuperação e ampliação das rodovias, na universalização e elevação da produção de energia. Obras para recuperação de aproximadamente 2,5 mil quilômetros estão em execução e outros 1,3 mil quilômetros serão recuperados em 2005. Dentre as estradas de acesso a BH, a MG-050 foi e será prioridade devido ao alto índice de acidentes. Outros corredores beneficiados são a BR-262, BR-040 e BR-381, que aguardam, conforme o proposto pelo governador do Estado, transferência de gestão do governo federal para o estadual. Em todas as regiões, também há obras em curso para asfaltar e melhorar as rodovias, no maior programa destinado às estradas na história de Minas. A meta é garantir 100% de pavimentação das vias de acesso aos municípios. Recursos estão garantidos para asfaltar a ligação de 67 municípios. Já foram iniciadas 35 obras, sendo três concluídas.

Foram iniciadas as operações comerciais de aproveitamento hidrelétrico das usinas de Queimados, Pai Joaquim e da usina termelétrica de Barreiro, enquanto as de Irapé, Aimorés e Capim Branco 1 e 2 estão em fase de conclusão. Merece destaque, ainda, o Projeto Oferta de Gás Natural responsável por 242 quilômetros de redes de distribuição, levando quase 2 milhões de metros cúbicos de gás por dia a 14 municípios. O mercado potencial de gás de Minas Gerais, 11 milhões de metros cúbicos por dia, justifica o acordo entre a Gasmig, Cemig, Petrobras e Gaspetro, no valor de R\$ 1,4 bilhão, objetivando ampliar a distribuição de gás natural canalizado em regiões importantes como Vale do Aço, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

No que tange ao objetivo prioritário de melhoria e ampliação dos serviços públicos, a saúde continua a canalizar parte importante dos novos investimentos, com ênfase para a regionalização da assistência à saúde, a melhora da qualidade dos hospitais do SUS (R\$ 75 milhões investidos) e R\$ 240 milhões em fornecimento de remédios para a população. Belo Horizonte, Betim e Ipatinga já possuem o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O Programa Saúde em Casa, baseado na prevenção de doenças, alcançou, em 2004, 88% dos municípios mineiros com cobertura de 51% da população do Estado.

Os projetos desenvolvidos pela Copasa na área de saneamento básico proporcionam grande impacto na saúde pública pelas obras de tratamento de água e esgoto. Para as áreas de concessão da Copasa, já estão assegurados R\$ 2,1 bilhões. Dos R\$ 476 milhões de investimentos em obras de abastecimento e dos R\$ 576 milhões em sistemas de tratamento e esgotamento sanitário viabilizados, em 2004 aplicaram-se R\$ 108 milhões em abastecimento de água e R\$ 209 milhões foram investidos em obras de esgotamento e tratamento, beneficiando mais de 250 mil pessoas com o fornecimento de água e ligando 124 mil novas residências à rede de esgoto.

Na área da educação o Plano de Governo previa expressamente a incorporação do ensino fundamental com um período de nove anos de duração e a ampliação do ensino médio.

No ensino fundamental a decisão- pioneira em nível nacional - de ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental permitiu que cerca de 191 mil crianças até 6 anos de idade pudessem se matricular nas escolas públicas estaduais e municipais em 2004. O ensino fundamental de nove anos alcança, atualmente, 73% dos municípios mineiros. O Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa foi implantado em 81 escolas de BH localizadas em áreas de risco social. As escolas passaram a funcionar nos finais de semana, houve incremento nas rondas da PM de forma que o número de ocorrências registradas caiu 56%. Investimentos permitiram a instalação do Sistema Informatizado de Gestão Escolar em 691 escolas estaduais, 220 das quais passaram a acessar a Internet.

No ensino médio Minas é vanguarda. O programa de universalização e melhoria do ensino médio está acolhendo milhares de adolescentes com a criação de mais vagas. Em 2004, foram efetivadas 834 mil matrículas. Livro na Escola é o nome do programa que adquiriu 1,8 milhão de livros didáticos de Português e Matemática para todas as séries das 1,6 mil escolas da rede estadual de ensino médio, fazendo de Minas o primeiro Estado a garantir livro didático neste nível de ensino.

Na área de meio ambiente os principais resultados obtidos foram: criação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIAM), formatação dos indicadores ambientais, zoneamento ecológico e econômico das Áreas de Proteção Ambiental do Estado, revisão da legislação ambiental do Estado além da implantação de sete COPAMs regionais. Com o Projeto Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco o governo quer garantir sustentabilidade das ações do homem e o desenvolvimento sustentável na área de abrangência do rio. Foi promovido o alinhamento do projeto com o



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

Plano Federal de Revitalização Hidromineral da Bacia do São Francisco, implementados projetos-piloto de manejo em 22 municípios e elaborados 200 projetos de recuperação ambiental.

No que diz respeito à geração de emprego, o governo atua por meio de iniciativas e incentivos a atividades que incluam jovens, mulheres e adultos disponíveis para o mercado de trabalho. Foram implantados três Centros Públicos de Promoção do Trabalho (CPPTs) além da instalação parcial do Centro da Gameleira, em BH, onde já funciona um posto do Sistema Nacional de Emprego e capacitação de 300 profissionais que atuam na área.

A discussão sobre a geração de emprego passa necessariamente pela capacitação profissional da população. Diante desta realidade, o governo criou o Projeto Inclusão Digital que prevê a implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos, Unidades Móveis, Banco de Dados Social e Informatização de Centros Comunitários e Locais Públicos – os telecentros. Até o final de 2004, já foram inaugurados 199 telecentros em parceria com o IDENE e 23 Centros Vocacionais Tecnológicos estão sendo implantados. Para 2005 o objetivo é quadruplicar a taxa de inclusão digital em todo o Estado.

Destacam-se ainda as atividades relacionadas ao objetivo prioritário de fomento inovador ao desenvolvimento econômico. Entre janeiro e dezembro de 2004, o BDMG realizou 5.006 operações de crédito, totalizando R\$ 792 milhões em financiamentos aprovados. Esses projetos permitiram viabilizar R\$ 1.406 milhões em investimentos e a criação de 14.584 postos de trabalho diretos nos mais diversos segmentos da economia mineira. Foram 4.620 clientes localizados em 545 municípios, o que significa que, considerando-se apenas as operações aprovadas em 2004, o BDMG esteve presente em 64% dos municípios mineiros. Caso se considerem as localidades nas quais o BDMG possui contratos de crédito ativos em 31/12/2004, o Banco atua em 80% dos municípios.

Responsável pela operação do Fundese/Empresa Mineira Competitiva, o Banco aprovou, em 2004, financiamentos no valor de R\$ 23 milhões e possui em carteira, em processo de análise, projetos que, se aprovados, totalizarão outros R\$ 36 milhões.

Com o objetivo de valorizar e incentivar a vocação de certas regiões e assim contribuir para o fortalecimento da economia como um todo, elevar o valor agregado dos produtos, aumentar emprego e renda e diminuir desigualdades regionais, o Governo de Minas criou o Projeto Arranjos Produtivos Locais. Em 2004, o Sul de Minas e a Região Metropolitana de Belo Horizonte receberam 101 novos empreendimentos com geração de 12 mil empregos diretos e investimentos de R\$ 696 milhões. Zona da Mata e Triângulo Mineiro consolidaram 17 novos empreendimentos, investimentos diretos de R\$ 110 milhões e o apoio de 141 empresas de micro e pequeno porte.

Uma das principais obras do atual governo para o desenvolvimento econômico é o centro de feiras e exposições Expominas. Quando concluído, contará com mais de 42 mil metros quadrados de área construída, com capacidade para receber 15 mil pessoas e estacionamento para três mil veículos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE

No que tange à diminuição das desigualdades regionais, Minas Gerais prioriza a melhoria dos indicadores sociais da região Norte e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. O Projeto Energia Elétrica para o Noroeste de Minas prevê a duplicação da capacidade de carga para a região, passando dos atuais 150 megawatts para 300, o que aumentará a competitividade da promissora agricultura da região que, muitas vezes, ainda utiliza o diesel como fonte energética.

O Projeto Jaíba, que tem dentre seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada do Norte de Minas, representará, quando concluído, um dos maiores perímetros irrigados do mundo e o maior da América Latina. O projeto é o maior no setor de alimentos do Norte de Minas, com produção superior a 65 mil toneladas, movimentando mais de R\$ 17 milhões de receita entre pequenos produtores e empresários. Foi renovado o acordo de crédito com o banco japonês da ordem de R\$ 30 milhões. Houve avanços na pesquisa e assistência técnica, assim como contratação de empresa para a construção da ponte no município de Jaíba e instalação de uma estação meteorológica.

Merece destaque ainda os projetos de inclusão social Leite pela Vida, que atingiu 170 mil famílias em 270 municípios e Cidadão Nota 10, que já alfabetizou 64 mil pessoas.

Diante da incapacidade do Estado de arcar com os custos inerentes à oferta dos serviços públicos necessários ao bom atendimento da sociedade, o governo criou o projeto Parcerias Público-Privadas (PPP), que tem como objetivo viabilizar contratos de longa maturação e de grande impacto econômico e social em conjunto com os empresários. Em 2004, houve a aprovação de leis estaduais de criação das parcerias, a viabilização de convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 675 mil para a formatação dos projetos-piloto, contratação e capacitação de corpo técnico, realização de workshops, seminários, cartilhas e "sites" sobre as parcerias.

Como está literalmente previsto no PMDI, recuperar o vigor político de Minas Gerais é condição indispensável ao reequilíbrio federativo em uma perspectiva de integração do país. O Governo de Minas estará presente nas discussões e decisões relativas às grandes questões e desafios nacionais e influenciará o país pelo exemplo de gestão pública.

Nesse sentido, estamos buscando a consolidação da liderança de Minas no contexto nacional, dedicando energia ao fortalecimento político deste Estado que desde os tempos coloniais desempenha um papel preponderante na vida brasileira. Tem sido objetivo prioritário deste governo fazer com que Minas volte a ser voz referencial nas questões nacionais, exemplo de ética, de responsabilidade e de competência administrativa; por um firme posicionamento em prol do reequilíbrio da Federação e a promoção de um novo modelo de Estado.

Exemplo nessa direção é a nossa disposição em colaborar com o governo federal e o Congresso Nacional na busca de soluções para questões de interesse nacional e regional, acima de eventuais divergências partidárias, sempre em um diálogo conduzido com maturidade e independência.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PALÁCIO DA LIBERDADE


Minas obteve também reconhecimento nacional como modelo de gestão pública, despertando o interesse de outras unidades da Federação e importantes Capitais em conhecer a experiência e seus excelentes resultados.

Divido, com imensa alegria, este momento, estas conquistas históricas, com todos os mineiros. É uma divisão de mérito e de responsabilidade justa, pois trata-se de uma conquista fundamental ao presente e ao futuro de cada um de nós. Não é só uma vitória do governo ou do governador, mas, sim, a superação de um desafio coletivo por toda a sociedade do nosso Estado. Por isso, quero fazer também um reconhecimento aos governantes que me precederam que, dentro das suas circunstâncias, buscaram fazer o melhor por Minas.

Estamos iniciando um novo ciclo movido pelo motor do desenvolvimento. Isso não significa que deixaremos o rigor fiscal e financeiro de lado ou que haja recursos sobrando. Pelo contrário. O rigor na gestão dos gastos públicos é conquista permanente e intocável nesta administração. Vai permanecer como um princípio básico e essencial do nosso governo. Sem equilíbrio fiscal, não será possível conquistar a credibilidade e a confiança de quem quer investir. Sem investimentos, não há empregos, oportunidades e renda.

Em 2004 o crescimento de Minas Gerais foi mais vigoroso. Isso está se consolidando graças ao que foi semeado em 2003, com muito trabalho e austeridade administrativa. Alguns números, detalhados na análise de conjuntura integrante desta mensagem, se destacam. O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais registrou, em 2004, expansão superior a 5%, em relação ao mesmo período de 2003. As exportações alcançaram o recorde histórico de R\$ 9,67 bilhões, um incremento de 34,4% que consolida Minas no segundo lugar do *ranking* nacional. A indústria mineira cresceu 10,38% em 2004. É a maior alta no faturamento do setor verificada em 11 anos, desde a adoção do Plano Real, em julho de 1994. Subiram também as vendas do comércio varejista, bem como o nível de emprego e a média salarial.

Parabéns aos trabalhadores, servidores públicos, empresários e lideranças políticas, enfim, a toda sociedade mineira responsável por esses resultados, que estão, certamente, fazendo história no Estado. Para 2005, o governo de Minas reafirma sua disposição por resultados ainda mais positivos.



AÉCIO NEVES DA CUNHA
Governador do Estado de Minas Gerais

QUADRO MACROECONÔMICO

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

INTRODUÇÃO

A economia mineira apresentou, em 2004, resultados bastante significativos, que corroboraram as expectativas do poder público, dadas as políticas econômicas direcionadas para o desenvolvimento do Estado.

Há que se delinear, inicialmente, o quadro sobre o qual esboçam-se os indicadores econômicos estaduais.

A economia internacional apresentou expressivo aquecimento no intercâmbio comercial, tanto no volume físico transacionado, quanto nos valores de produtos, em especial, aqueles favorecidos na pauta de exportação brasileira. As exportações brasileiras, no ano de 2004, somaram US\$ 96 bilhões, com um crescimento de 32,0% com relação a 2003.

Minas Gerais, nesse contexto, denotou competência no aproveitamento desse movimento de aquecimento da economia global. O Estado superou suas taxas de exportação em vários segmentos significativos, como no caso do café, minério de ferro e siderurgia, mas, principalmente, apresentou um expressivo aumento da exportação de produtos manufaturados. Com um recorde histórico de US\$ 9,9 bilhões e um crescimento da ordem de 34% das exportações, em relação a 2003, Minas Gerais se consolida em 2º lugar no ranking dos maiores exportadores brasileiros.

No que concerne à taxa de desemprego medida pelo IBGE, dada a conjuntura econômica positiva, a média das regiões metropolitanas brasileiras caiu de 10,9% para 9,6%. Em Minas Gerais, na RMBH, a redução foi mais sensível, caindo de 10,4% para 8,5%. Os dados do Ministério do Trabalho, de abrangência nacional, confirmam a melhoria dos índices de emprego para todo o Estado. Enquanto a geração de empregos para todo o Brasil cresceu 6,6% em 2004, em Minas Gerais, o incremento correspondente é de 7,0%, propiciado pela geração líquida de cerca de 175 mil empregos no Estado. O volume de empregos gerados em Minas Gerais responde por 11,5% do total alcançado no país.

Os indicadores dos níveis de atividade econômica nacionais, a seu turno, apresentaram bom desempenho, sendo que Minas Gerais foi unidade federativa de destaque, na medida em que superou vários desses indicadores. Assim, observou-se, em 2004, uma performance excepcional da Agropecuária Mineira, na comparação com a média brasileira: o PIB do setor apresentou aumento de 13,7%, ao passo que o brasileiro foi de 5,61% nos resultados acumulados até setembro. No Setor de Serviços, Minas Gerais também apresentou crescimento superior à média brasileira: 4,02%, contra um resultado nacional de 3,77% no mesmo período. O PIB industrial do Estado registrou a elevação de 3,58%, ainda no período, não obstante não tenha superado a média nacional.

O indicador de produção física da Indústria apurado pelo IBGE registra que em Minas Gerais o crescimento é de 6,3% no acumulado até novembro. Na Indústria de Transformação, o incremento é de 5,4%. Os indicadores nacionais foram, respectivamente, 8,3% e 8,6%.

Releva, ainda, ressaltar o desempenho da Indústria Extrativa Mineral do Estado, evidenciado na Pesquisa de Indicadores da Produção Física Industrial do IBGE, para o período acumulado de janeiro a novembro de 2004, com elevação da produção mineira (12,76%), em patamares acima do alçado no país (4,06%).

Tomando-se outra fonte de dados como referência, os indicadores da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), abrangendo o período de janeiro a novembro de 2004, apontam igualmente uma performance bastante positiva para a indústria mineira: crescimento de 11,3% no faturamento acumulado de janeiro a novembro de 2004.

Os números registrados para o Estado na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, também para idêntico período, registram evolução positiva, superior à do país, do emprego e da massa salarial na indústria mineira.

Observa-se, através da PIMES, o incremento de 4,3% do Pessoal Ocupado na Indústria em Minas Gerais, até novembro de 2004, frente a taxa de 1,7% para o país, com resultados similares no que se refere ao indicador Número de Horas Pagas, e com destaque ainda de percentuais superiores para o Estado no que respeita a evolução da Folha de Pagamento Real.

Além disso, os investimentos em Minas, mais que dobraram de 2003 para 2004 (160%), o que, reforçando uma linha ascendente de investimentos, representou uma expansão na participação relativa do Estado no montante nacional de investimentos de 9,6%, em 2000, para 14,3%, em 2004.

Com tais resultados, Minas Gerais vem consolidando, paulatinamente, as bases do desenvolvimento equilibrado e perene, reforçando seu papel de pólo atrativo de investimentos e de dinamismo econômico no cenário nacional.

1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira registrou, em 2004, expansão superior a 5% no PIB, inflação anual de 7,6% medida pelo IPCA, queda na relação dívida pública sobre o PIB em mais de cinco pontos percentuais (de 57,2% para cerca de 51,8%) e redução da relação dívida externa/exportações para 1,7% no final do exercício.¹

Tais indicadores expressam ritmo de crescimento significativo, controle da inflação, austeridade fiscal e dinamismo do setor exportador. Refletem a persistência no compromisso da política econômica com a estabilidade monetária mesmo após um período recessivo, bem como é de se destacar que se beneficiaram de um ambiente externo extremamente favorável, em termos de expansão, tanto do volume de comércio global quanto da liquidez internacional.

¹ Conforme "Relatório de Inflação" do Banco Central (volume 6, nº 4), "Nota para a Imprensa - Política Fiscal" do BC de 28.01.2005 e "Boletim de Conjuntura" do IPEA (nº 67 - dez/2004).

A política monetária, alvo de controvérsia durante o ano, foi enfaticamente exercida pelo COPOM na fixação de metas para a taxa básica de juros (a SELIC), em patamares sempre superiores a 16% ao ano, encerrando 2004 no nível de 17,25% ao ano.

O resultado fiscal apurado pelo Banco Central indica que a meta de 4,5% do PIB para o superávit primário do setor público em 2004 foi integralmente cumprida, ao atingir 4,6%.

Em termos do PIB nacional, os dados acumulados até setembro de 2004, comparados aos de igual período de 2003, registram uma expansão de 5,3%, que se deverá atenuar quando conhecidos os resultados finais do ano, pela diminuição no ritmo de crescimento previsto no último trimestre. O resultado de 5% estimado pelo Banco Central para 2004 reflete a retomada dos investimentos no país que, medidos pela Formação Bruta de Capital, deverão alcançar 8% em sua taxa de crescimento anual. O consumo total (famílias e governo) tem seu crescimento previsto em 3,2% para o ano, enquanto o saldo líquido do setor externo (exportações menos importações) é estimado em 2%.

Apurados os resultados do balanço de pagamento, o resultado em conta corrente com o exterior acumulou superávit de US\$ 11.7 bilhões, o equivalente a 1,94% do PIB, o melhor já registrado pelo Banco Central em sua série histórica.

Olhando o PIB pelo lado da oferta, o mesmo Relatório de Inflação do Banco Central estima que, na apuração final de seu resultado, a Indústria será a principal contribuinte para a expansão, acumulando 6,2% de crescimento em 2004, impulsionado pelos subsetores industriais de Transformação (7% em 2004) e da Construção Civil (6,1% ao ano). Para a Agropecuária, projeta-se crescimento de 4,8%, seguida de Serviços com 3,6% de variação acumulada em 2004.

Adicionalmente à retomada dos investimentos, ao cumprimento da meta fiscal e ao expressivo superávit em conta corrente, outro ponto de destaque em 2004 é o comportamento favorável do mercado de trabalho. A taxa de desemprego aberto registrou 9,6% em dezembro, conforme apuração da Pesquisa Nacional de Emprego do IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país, o que representa uma redução na taxa de desemprego de 1,3%, em relação à de 10,9%, observada em dezembro de 2003. As estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego que, a seu turno, têm abrangência nacional, indicam a criação de 1,5 milhão de empregos celetistas no país, já deduzidas as vagas extintas.

2 - EVOLUÇÃO DO PIB MINEIRO

No acumulado do terceiro trimestre de 2004, as economias brasileira e mineira cresceram a taxas de 5,28% e 5,18%, respectivamente, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior, conforme dados divulgados

pela Fundação João Pinheiro² e apresentados na Tabela 1. Grande parte desse crescimento é creditada ao desempenho das exportações, tanto diretamente, quanto aos efeitos indiretos delas decorrentes nos diversos segmentos da economia mineira. Em Minas Gerais, destacaram-se as vendas externas de produtos siderúrgicos, minério de ferro, automóveis e produtos agroindustriais, principalmente café e laticínios.

TABELA 1
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), A PREÇOS DE MERCADO
MINAS GERAIS E BRASIL
ACUMULADO 3º TRIMESTRE - 2003-2004

ITENS	MINAS GERAIS	BRASIL
Acumulado no ano	5,18	5,28
Agropecuária	13,65	5,61
Indústria	3,58	6,26
Serviços	4,02	3,77

Fonte: FJP, Informativo CEI, Dez/04

Observa-se na Tabela acima que, setorialmente, o desempenho mineiro apresentou um perfil de crescimento diverso do nacional. Enquanto em Minas Gerais, o setor de maior dinamismo, no acumulado até o terceiro trimestre, foi o Agropecuário (13,65%), no Brasil, o melhor desempenho ocorreu no Setor Industrial (6,26%). Não obstante este, em Minas Gerais, tenha apresentado taxa de crescimento de 3,58%, nos demais setores econômicos, Minas Gerais apresentou crescimento superior à média brasileira: no Setor Agropecuário, 13,65%, contra média brasileira de 5,61%; e, no Setor de Serviços, 4,02%, contra o resultado nacional de 3,77%.

2.1 - ESTRUTURA DO PIB E TAXAS ACUMULADAS DE CRESCIMENTO

A composição setorial do PIB mineiro está destacadas na Tabela 2. Ali se confirma a predominância do Setor de Serviços na composição do PIB mineiro, sendo responsável por 47,6% de sua formação em 2003. Completam a estrutura produtiva estadual a Indústria, que responde por 43,2% do PIB, e a Agropecuária, com participação de 9,2%.

Ademais, são detalhadas as taxas de crescimento por setores e atividades, no acumulado de 2004 até setembro, comparativamente a igual período de 2003, bem como de variações nos valores acumulados nos doze meses encerrados em setembro/2004, em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

² Fundação João Pinheiro, Informativo CEI, PIB de Minas Gerais - 3º Trimestre de 2004, BH, Dez/04

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

TABELA 2
COMPOSIÇÃO DO PIB EM 2003 E TAXAS DE CRESCIMENTO SETORIAL DO PIB ATÉ 3º TRIMESTRE DE 2004
PREÇOS BÁSICOS - EXCETO PIB TOTAL A PREÇOS DE MERCADO
MINAS GERAIS

ESPECIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA - 2003	ATÉ 3º TRIMESTRE DE 2004 (1)	ÚLTIMOS 4 TRIMESTRES (2)
Agropecuário	9,2	13,7	14,0
Industrial	43,2	3,6	2,2
Extrativa Mineral	2,1	12,8	12,9
Transformação	27,3	4,0	2,5
SIUP(3)	3,9	1,9	4,4
Construção	9,9	1,7	-1,0
Serviços	47,6	4,0	3,4
Comércio	8,0	9,3	7,2
Transportes	2,5	12,0	9,8
Comunicações	2,8	2,2	4,1
Aluguéis	10,5	3,1	3,2
Outros setores (4)	23,9	2,2	1,8
PIB a preços de mercado	100	5,2	4,1

Fonte: FJP, Informativo CEI - PIB MG - 3º trimestre de 2004

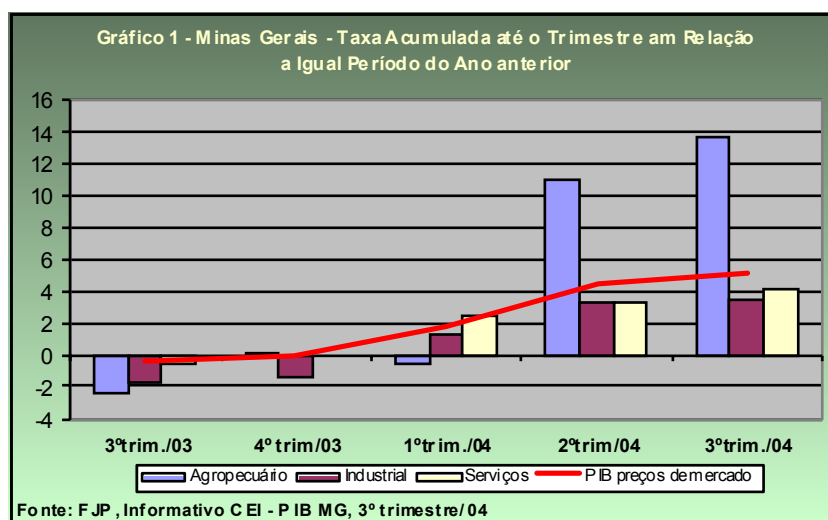
Notas (1) - Taxa acumulada até o trimestre em relação igual período do ano anterior

(2) - Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores

(3) - Serviços Industriais de Utilidade Pública

(4) - Inclui alojamento e alimentação, instituições financeiras, administração pública, educação e saúde, serviços domésticos e outros serviços

O Gráfico1, adiante, destaca a evolução das taxas acumuladas até o trimestre, em relação a igual período do ano anterior, a partir do 3º trimestre de 2003, para os setores econômicos em Minas Gerais.



Observa-se, ao longo de 2004, uma trajetória ascendente nos três setores e no PIB a preços de mercado. Ressalte-se a alteração qualitativa nas taxas de crescimento dos dois primeiros períodos para os demais, quando elas passaram de variações negativas para positivas na maioria dos casos, com destaque para o setor agropecuário.

3 - O SETOR AGROPECUÁRIO EM MINAS GERAIS

O expressivo crescimento de 13,7%, obtido na produção agropecuária mineira no acumulado até setembro de 2004, que tem uma participação relativa no PIB de 9,2%, foi influenciado pelo acréscimo de 14,0% na produção vegetal, observada para o ano de 2004.

Tal acréscimo é proveniente dos desempenhos observados na produção de café e de cana-de-açúcar, que cresceram 36,7% e 16,8%, respectivamente. Registre-se que o aumento substantivo na safra mineira de café, em 2004, decorre do ciclo bienal da cultura.

A produção vegetal mineira em 2004 foi impulsionada, ainda, pela expansão de 7,15% na produção de grãos, conforme dados do IBGE.³ Soja é o destaque positivo, com crescimento de 11,6%, em relação a 2003.

A produção animal, de outra parte, cresceu 4%, no acumulado até setembro de 2004, sobre igual período de 2003, impulsionada pela bovinocultura de corte (7,2%), favorecida pelas exportações. Situação oposta ocorreu com a suinocultura, que apresentou recuo tanto na produção quanto na exportação no comparativo acumulado anual. Destaca-se, adicionalmente, a trajetória ascendente apresentada pela avicultura, a despeito desta ainda não ter alcançado grande expressividade na pauta produtiva estadual.

4 - A INDÚSTRIA EM MINAS GERAIS

A Indústria – que representa 43,2% do PIB mineiro – apresentou importante processo de aquecimento. Inicialmente, seu crescimento foi impulsionado pelas exportações, que se traduziram em renda e, em consequência, reativaram atividades econômicas orientadas para o mercado doméstico. Tal movimento expandiu fortemente a demanda no Comércio que, por sua vez, ativou as atividades industriais na recomposição de estoques.

A Indústria Extrativa Mineral acumulou taxa de crescimento de 18,5% até setembro de 2004, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, influenciada pelo aumento de 17,1%, observado no volume das exportações de minério de ferro.

³ IBGE- GCEA, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, LSPA, Dados Oficiais da Safra de 2004 em Minas Gerais, Janeiro/05

A Construção Civil (que contribui com 9,9% do PIB estadual) cresceu 2,8% no terceiro trimestre do ano, influenciada, principalmente, pela construção pesada (execução de obras estruturantes nas rodovias estaduais). Além de ter gerado mais emprego, houve aumento de 40% no consumo de asfalto, confirmando a expansão deste segmento da Indústria.

A Indústria de Transformação, que é o setor de maior representatividade no PIB de Minas Gerais, com participação de 27,3% no seu total, conseguiu atingir 84,6% na utilização da sua capacidade de produção em setembro⁴, alcançando crescimento de 5,4% no acumulado até o terceiro trimestre de 2004. Contribuiu para este desempenho a elevação de 31,5% nas vendas de veículos automotores, bem como outros desempenhos positivos observados, a saber: produtos químicos (13,0%), minerais não-metálicos (6,9%), bebidas (11,1%), produtos têxteis (11,4%), e alimentos (5,5%).

A Indústria de Veículos Automotores elevou sua produção física em 31,6%⁵. A principal montadora mineira aumentou a produção em 41,5% e as vendas em 37,5%. Ressalte-se que o crescimento nas vendas foi fortemente influenciado pelas exportações, que cresceram 80,7% no acumulado do ano até setembro.

O efeito das exportações sobre o mercado interno se fez sentir, ainda, pelo comportamento dos setores básicos de alimentação e de bebidas. Tais setores cresceram respectivamente, 5,5% e 11,1%.

A recuperação na Indústria de Minerais não-metálicos, que alcançou seu maior crescimento desde 2001, foi cadenciada pelo acréscimo de 1,8% na produção de cimento e leve retomada na fabricação de cerâmicas para construção e olaria.

A Indústria Química teve seu desempenho favorecido pela expansão observada em produtos como óleo diesel, gasolina, álcool e asfalto - que compõem uma cesta de insumos básicos do setor industrial - e pelo aumento na demanda de fertilizantes e adubos utilizados na Agropecuária. Assim, as indústrias de refino do petróleo e álcool e outros produtos químicos cresceram, respectivamente, 3,3% e 13%.

O desempenho favorável das atividades econômicas e no consumo em geral foi percebido na performance da geração e consumo de energia elétrica. Embora a geração de energia elétrica tenha sofrido uma redução de 12,6%, o seu consumo total aumentou 5,2%, já que o consumo industrial cresceu 8,2% e o comercial 5,6%.

Observando-se ainda o setor industrial do Estado sob outra base de dados, verifica-se que os indicadores da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), do período de janeiro a novembro de 2004, comparados a iguais meses do ano anterior, expressam incremento real no faturamento da

⁴ Dados da FIEMG

⁵ Dados do IBGE

Indústria Mineira de 11,30%; aumento de 4,34% no nível de emprego industrial; e variação real de 11,04% na massa salarial paga pela Indústria.⁶ Esse expressivo desempenho tem, no plano nacional, o seu correspondente apurado pela Confederação Nacional da Indústria que registra crescimento real no faturamento de 15,0%; de 3,16% no nível de emprego; e expansão real de 8,85% na massa salarial.⁷

4.1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL

Dados mais recentes divulgados pelo IBGE⁸, e destacados na Tabela 3, confirmam o desempenho significativo da produção física industrial mineira e brasileira. Os indicadores para o período acumulado até setembro de 2004 embasam o cálculo do PIB aqui já referido.

Em relação ao período acumulado até setembro, a produção física registra expressivo crescimento com taxas de 9,02% e 6,17%, respectivamente, no Estado e no país. No que se refere aos dados dos meses de outubro, percebe-se significativa desaceleração na produção brasileira quando comparado outubro de 2003 e 2004. No caso de Minas Gerais, os dados de outubro mantiveram-se num patamar médio de crescimento em relação aos demais períodos analisados. Já em novembro, a situação relativa se inverte com os indicadores do país superiores aos estaduais.

Na mesma Tabela 3, a produção física industrial é desagregada, para o Brasil e Minas Gerais, em termos de Indústrias Extrativa e de Transformação. O desempenho da Indústria Extrativa no Estado supera o observado no país em todos os períodos de apuração. Esse crescimento foi fortemente influenciado pelas exportações de minério de ferro, notadamente para a China.

Já a Indústria de Transformação apresenta, em Minas Gerais, incremento na produção física até setembro inferior ao nacional. Tal diferencial relaciona-se com a apuração do PIB mineiro, já referida, para o nível de atividade industrial.

No indicador acumulado até novembro, a produção física da Indústria de Transformação Mineira cresceu 5,38%, apurando-se 8,57% para o país. O resultado geral da produção física da Indústria Mineira para o mesmo comparativo, isto é de janeiro a novembro de 2004, em relação a igual período de 2003, foi de 6,3%, contra índice nacional de 8,33%.

⁶ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS. "FIEMG Index: Relatório da Pesquisa de Indicadores Industriais". Novembro de 2004.

⁷ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. "Indicadores Industriais". Ano 15 - nº 11 - novembro de 2004.

⁸ IBGE, Indicadores do IBGE, Produção Física - Regional, Pesquisa Industrial Mensal, Indicadores do IBGE, Nov/2004

TABELA 3
TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA - INDICADORES DA INDÚSTRIA - (EM %)
MINAS GERAIS E BRASIL - 2003-2004

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO-SETEMBRO 2004/2003	OUTUBRO/2004 OUTUBRO/2003	NOVEMBRO/2004 NOVEMBRO/2003
Minas Gerais			
Ind.Geral	6,17	6,36	7,62
Ind.Extrativa	12,86	10,83	13,98
Ind.Transformação	5,19	5,69	6,70
Brasil			
Ind.Geral	9,02	3,25	8,06
Ind.Extrativa	3,60	6,17	5,96
Ind.Transformação	9,33	3,10	8,17

Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de Indústria

4.2 - EMPREGO E SALÁRIO NA INDÚSTRIA

No que se refere ao emprego e salário na Indústria, os indicadores da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE, de novembro de 2004, representados na Tabela 4, para Minas Gerais e Brasil, evidenciam boa performance do Estado frente aos números nacionais.

TABELA 4
TAXAS DE CRESCIMENTO DE VARIÁVEIS INDUSTRIAIS ESCOLHIDAS DA PIMES (*)
MINAS GERAIS E BRASIL
DATA DE REFERÊNCIA: NOVEMBRO DE 2004

ITENS	MINAS GERAIS	BRASIL
Pessoal Ocupado		
Acumulado no ano	4,3%	1,7%
Últimos 12 meses	4,0%	1,4%
Número de Horas Pagas		
Acumulado no ano	5,3%	1,9%
Últimos 12 meses	4,9%	1,6%
Folha de Pagamento Real		
Acumulado no ano	11,6%	9,0%
Últimos 12 meses	10,7%	8,2%

Fonte: IBGE - PIMES - novembro 2004

Nota (*): Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES

Verifica-se que, no item Pessoal Ocupado, Minas Gerais registrou a taxa de crescimento de 4,3% no acumulado até novembro de 2004, e de 4,0%

nos últimos 12 meses, enquanto que o país atingiu as taxas respectivas de 1,7% e 1,4%.

Os destaques nas divisões da Indústria Mineira para o item mencionado se localizaram na Indústria de Alimentos e Bebidas, com as taxas de 0,88%, no acumulado, e de 0,94%, nos últimos 12 meses; e na Indústria de Máquinas e Aparelhos Elétricos e Eletrônicos de Precisão e Comunicação, com 0,85%, no acumulado, e 0,82%, nos últimos 12 meses.

Os indicadores Número de Horas Pagas e Folha de Pagamento Real também evidenciaram resultados superiores no Estado, com as respectivas taxas de 5,3% e 11,6% no acumulado do ano, em comparação com as correspondentes taxas de 1,9% e 9,0% do país.

Destaca-se, ainda, para Minas Gerais, no indicador Número de Horas Pagas, a taxa de 4,9% nos últimos 12 meses (frente a 1,6% para o Brasil), que representou o maior impacto positivo dentre as taxas respectivas das unidades da federação.

No indicador Folha de Pagamento Real do Estado, destacaram-se os setores industriais Produtos Químicos, com 2,21%, e Metalurgia Básica, com 2,83%, no acumulado do ano.

5 - SETOR TERCIÁRIO EM MINAS GERAIS

O Setor de Serviços, responsável por 46,7% do PIB mineiro, vem apresentando trajetória crescente nas suas atividades desde o terceiro trimestre do ano passado, chegando a atingir, no terceiro trimestre de 2004, uma taxa de crescimento de 5,4%, o melhor resultado desde o primeiro trimestre de 1995.

Nesse setor, as atividades comerciais apuraram crescimento de 13,5% nas suas vendas, no acumulado janeiro a setembro de 2004. Tal incremento foi consequência das alterações nos níveis de emprego e renda que, aquecidos, impulsionaram as vendas no Varejo em 9,3%. Segundo a FECOMÉRCIO/MG, o aquecimento nas vendas resultou principalmente da elevação da demanda por bens de consumo duráveis, automóveis e materiais de construção.

Dados mais recentes divulgados pelo IBGE⁹ reafirmam o dinamismo do setor comercial, notadamente em Minas Gerais.

No que se refere ao volume de vendas, os dados acumulados até novembro de 2004, e destacados na Tabela 4, indicam taxas expressivas de crescimento. Relativamente ao mesmo período do ano anterior, em Minas Gerais, a taxa de variação foi de 10,11%, superior à de 8,98% alcançada em nível nacional. Situação similar ocorreu nos valores observados para os

⁹ IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio, Indicadores do IBGE, nov/2004

últimos 12 meses (outubro de 2003 a novembro de 2004), cujas taxas em Minas Gerais e no Brasil foram, respectivamente, de 9,55% e 8,33%, e também na comparação novembro de 2004/novembro de 2003 (7,68%, em Minas Gerais, contra 6,44%, no Brasil).

TABELA 5
TAXAS DE CRESCIMENTO DO VOLUME FÍSICO DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA (EM %)
MINAS GERAIS E BRASIL - EM NOVEMBRO DE 2004

IDENTIFICAÇÃO	ACUMULADA JAN-NOV. 2004/2003	ACUMULADA ÚLTIMOS 12 MESES	VARIAÇÃO NOV-04/NOV-03
Minas Gerais	10,11	9,55	7,68
Brasil	8,98	8,33	6,44

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio, Nov/2004

No que se refere ao volume de receitas, os dados do IBGE destacados na Tabela 5 indicam trajetória semelhante à apresentada pelo volume de vendas.¹⁰

Dados acumulados até novembro de 2004 indicam, relativamente ao mesmo período do ano anterior, uma taxa de crescimento de 13,72% em Minas Gerais contra 12,23% do Brasil.

TABELA 6
TAXAS DE CRESCIMENTO DAS RECEITAS NOMINAIS DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA (EM %)
MINAS GERAIS E BRASIL - EM NOVEMBRO DE 2004

IDENTIFICAÇÃO	ACUMULADA JAN-NOV. 2004/2003	ACUMULADA ÚLTIMOS 12 MESES	VARIAÇÃO NOV-04/NOV-03
Minas Gerais	13,72	13,64	14,52
Brasil	12,23	12,08	12,19

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Comércio, Nov/2004

O Setor de Transportes em Minas Gerais, que representa 2,5% do PIB estadual, cresceu 14,9% no acumulado até setembro de 2004, acompanhado pelo consumo de óleo diesel, cuja demanda elevou-se em 16,2%, confirmando a trajetória ascendente do Transporte Terrestre. O Transporte Aéreo, por sua vez, apresentou uma queda de 4,1% no volume de passageiros embarcados nos principais aeroportos estaduais.

As Comunicações apresentaram uma modesta taxa de 1,2% de crescimento até setembro de 2004.

¹⁰ Idem op.cit

6 - O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA MINEIRA¹¹

O país se beneficiou da fase de expansão generalizada do comércio mundial, o que impulsionou não apenas o volume físico das vendas, mas também os preços de produtos importantes na pauta de exportação brasileira. Taxas de juros internacionais em patamares reduzidos e a oferta de capitais externos para mercados emergentes reforçaram a expansão do comércio.

Minas Gerais apresentou um resultado bastante favorável nas suas relações comerciais com o exterior. Dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), relativos a transações da Balança Comercial do Estado em 2004, revelam a obtenção de um superávit comercial de US\$ 6.999,05 milhões. O superávit decorre de exportações equivalentes a US\$ 9,997 milhões, superiores em 34,4% às de 2003, e importações de US\$ 2.998 milhões, superiores em 23,3% às do ano passado. Com este resultado, Minas Gerais se consolida como o segundo no ranking dos maiores exportadores brasileiros.

O desempenho das exportações de Minas Gerais se beneficiou de preços internacionais favoráveis, principalmente de commodities agrícolas e minerais, e do crescimento do volume físico de produtos embarcados para o exterior.

Setorialmente, as exportações de produtos intermediários, que representam 86,6% do total comercializado, apresentam-se como os mais relevantes, com uma taxa de crescimento de 33%, em relação ao exportado por este setor no ano passado. Neste conjunto de bens intermediários, alimentos e bebidas destinados ao consumo industrial apresentaram aumento de 37,8%, em relação a 2003, seguido dos insumos industriais, cuja expansão foi de 34,1%.

Os bens de consumo, com participação de 8,75% no total das exportações mineiras em 2004, cresceram 28% em relação ao comercializado em 2003. Nestes, o destaque foi a exportação de produtos de consumo não-duráveis, cuja taxa de crescimento foi de 39,5%.

Os bens de capital, com uma participação de 4,6% no total das vendas ao exterior de Minas Gerais, apresentaram significativa expansão. Em relação ao ano passado, elas cresceram 60,6%.

Além dos setores exportadores tradicionais, o Estado ampliou as vendas externas de produtos com pequena participação relativa no total das exportações, indicativo de tendência de diversificação da pauta. Compõem este conjunto as exportações de álcool, brinquedos, artigos esportivos, laticínios, frutas, calçados, obras de pedra e gesso, móveis e madeiras.

¹¹ Os dados relacionados neste item estão disponíveis em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>, em 01/02/2005.

7 - DESEMPENHO NO NÍVEL DE EMPREGO

O desempenho favorável das atividades econômicas se refletiu no nível de emprego e no rendimento médio do trabalhador.

Dados divulgados pelo IBGE¹², relativos a levantamentos em seis regiões metropolitanas, registram diminuição na taxa de desocupação no Brasil, pois em dezembro de 2004 a desocupação foi de 9,6% , contra 10,9% apurados no mesmo mês do ano anterior.

Informações relativas à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) coincidem com a tendência do conjunto das seis regiões: diminuição na taxa de desocupação de 10,4% para 8,5% no período.

As mesmas pesquisas apontam, ainda, para o aumento relativo no rendimento médio de 1,9%, em dezembro de 2004, comparativamente a dezembro do ano anterior. Especificamente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o rendimento médio real elevou-se em 1,0% no mesmo período.

Dados divulgados pelo CAGED-MTE¹³ sobre a evolução do emprego celetista confirmam expressivo crescimento nos níveis de ocupação. Saliente-se que a abrangência geográfica dos dados aqui alcança todo o país.

Os dados da Tabela 6 apresentam tanto a geração de empregos, deduzidas as vagas extintas (portanto, trata-se de saldo líquido de empregos celetistas gerados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais e no país, em 2004) quanto as respectivas taxas de crescimento.

TABELA 7
EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR PRINCIPAIS SUB-SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA
REGIÃO METROPOLITANA DE B.HORIZONTE, MINAS GERAIS E BRASIL - 2004

SETORES	SALDO LÍQUIDO DE EMPREGOS GERADOS			VARIÇÃO % NO ANO		
	RMBH (1)	M. GERAIS	BRASIL	RMBH*	M. GERAIS	BRASIL
Total	55.240	175.254	1.523.276	5,99	7,04	6,55
Extrativa Mineral	554	3.232	10.337	8,23	9,73	7,39
Ind.Transformação	12.231	57.329	504.610	8,21	10,72	9,36
Construção Civil	5.266	11.673	50.763	7,00	7,91	4,66
Comércio	11.937	39.379	403.940	6,36	7,13	7,86
Serviços	24.499	50.167	470.123	5,24	5,42	5,06

Fonte: MTE- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65

Nota (*) - Região Metropolitana de Belo Horizonte

¹² IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, Indicadores do IBGE, Dez/04

¹³ MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65. Dezembro/2004

Em 2004 houve, no Estado, a geração líquida de 175.254 empregos celetistas, sendo 55.240 na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os empregos criados no Estado correspondem a 11,5% do total de empregos gerados no Brasil nesse mesmo período. As informações da Tabela 6 mostram, ademais, que os maiores volumes de empregos foram criados pela Indústria de Transformação e pelo Setor de Serviços, para as três regiões analisadas.

Em acréscimo, as informações destacadas evidenciam que, em Minas Gerais, alcançou-se melhor evolução percentual na geração de emprego celetista do que no país. As variações anuais mostram, em termos setoriais, que a Indústria de Transformação alcançou maiores taxas em Minas Gerais que as no Brasil. No caso da RMBH, as taxas de crescimento desse segmento, bem como da Indústria Extrativa Mineral ficaram bem próximas.

8 - INVESTIMENTOS EM MINAS GERAIS

Os projetos de investimentos empresariais anunciados para Minas Gerais somam cerca de US\$ 5,5 bilhões, representando 14,3% do total nacional de US\$ 38,5 bilhões para as inversões com localização definida, conforme dados do MIDC apurados no primeiro semestre de 2004.

Além da relevância incontestável desse montante no total nacional, sua expressão é ainda melhor avaliada ao se constatar que, no ano de 2000, os investimentos empresariais anunciados para Minas Gerais perfaziam 6,9% do total nacional, conforme estudo divulgado pelo mesmo Ministério.¹⁴

A significativa retomada das decisões por investimentos empresariais em Minas Gerais é confirmada pelo "Informações sobre Investimentos em Minas Gerais", do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI). Ali se observa que o conjunto de investimentos, em curso e programado até 2010 no Estado, soma R\$ 52,6 bilhões, conforme levantamento feito em 29.12.2004. Integram o conjunto 447 projetos da iniciativa privada com inversões totais de R\$ 38,3 bilhões e geração prevista de 112 mil empregos, além de R\$ 14,3 bilhões a cargo de empresas estatais.

Conforme a mesma fonte, foram investidos R\$ 9,2 bilhões em 2004, o que representa crescimento de 160% em relação aos R\$ 3,5 bilhões realizados em 2003. Ademais, a expectativa é de que, em 2005, os valores investidos continuem se expandindo, alcançando R\$ 12,6 bilhões no ano em curso.

¹⁴ Para 2004, dados da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento do MDIC. Para 2000, estudo "Uma análise dos Anúncios de Investimentos em 2000" (Denise Andrade Rodrigues) disponível no endereço www.desenvolvimento.gov.br

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

O superávit alcançado de R\$ 90,7 milhões na execução fiscal de 2004 expressa que foi cumprida a meta de equilibrar as contas públicas, a principal da administração estadual em seus primeiros anos. Trata-se do primeiro resultado superavitário apresentado pelo Estado de Minas Gerais, desde a implantação do Plano Real em 1994.

Medidas implementadas para a maior efetividade dos gastos públicos e melhorias na gestão tributária estadual determinaram o alcance da meta. O crescimento estimado em 5% para 2004 nas atividades econômicas do país contribuiu para a elevação das receitas estaduais, mas não explica, por si só, o ajuste fiscal alcançado.

Pelo lado das despesas, permanecem em alta as demandas por serviços públicos de qualidade nas áreas de segurança, educação, saúde, saneamento básico, justiça, transporte, habitação. Cumpre, ainda, observar as despesas obrigatórias e as vinculações constitucionais das receitas tributárias em favor de áreas específicas, o que limita a eleição de prioridades para a ação governamental. Apesar disso, o intensivo gerenciamento pelo Estado das despesas de custeio e investimentos propiciou melhor direcionamento dos gastos e, já em 2004, a retomada dos investimentos públicos.

Os investimentos gerais do Estado alcançaram R\$ 1,5 bilhão em 2004, o que representa incremento nominal superior a 47% em relação ao registrado em 2003.

Saliente-se, ademais, nos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o enquadramento do Estado no limite legal de 60% para o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com as despesas de pessoal, situando-se em 58% na apuração final do exercício, conforme calculado na forma técnica específica.

No que concerne ao indicador do nível de endividamento, ou seja, a Dívida Consolidada Líquida como proporção da RCL, a relação reduziu-se de 238,76% em 31/12/2003 para 224,39% em 2004, cumprindo-se portanto, a trajetória de ajuste prevista na Resolução do Senado nº 20 de 2003.

Dessa forma, as ações de governo, em seu conjunto, contribuíram para significativo ajuste fiscal no Estado ao longo desses dois anos, reforçando as bases necessárias para o aprimoramento do setor público, possibilitando melhor atendimento às demandas sociais por serviços essenciais. Além disto, favoreceu-se o clima de negócios no Estado, pressuposto da realização de investimentos empresariais.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS EM 2004

Os resultados das contas públicas em 2004 já incorporam os ganhos da melhor gestão de despesas estaduais e do esforço de elevação de suas receitas próprias, sobretudo o ICMS, cujo acréscimo na arrecadação superou tanto a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto estadual quanto as taxas de variação desse imposto obtidas por outros importantes estados da federação. Destaque-se ademais que não houve majoração em alíquotas do imposto.

A Tabela 1 apresenta a performance das receitas e despesas fiscais de Minas Gerais, subdivididas nas categorias corrente e capital, para o ano de 2004, confrontadas ao de 2003. Os valores nela dispostos, bem como os demais que se seguem, incluem os resultados das empresas estaduais dependentes do Tesouro Estadual, apenas para o exercício de 2004.

TABELA 1
Minas Gerais : Execução Orçamentária Fiscal (1) - 2003/2004

Especificação	Valores Correntes		Participação		Taxa de Crescimento Nominal (%)
	R\$ milhões		Relativa (%)		
	2003	2004	2003	2004	
1 - Receita	18.422,7	21.817,3	100,0	100,0	18,4
1.1 - Corrente	19.094,4	22.940,5	103,6	105,1	20,1
1.2 - Capital	789,3	620,1	4,3	2,8	-21,4
1.3 - Dedução do Fundef	-1.461,0	-1.743,3	-7,9	-8,0	
2 - Despesa	18.650,4	21.726,6	100,0	100,0	16,5
2.1 - Corrente	17.190,0	19.766,9	92,2	91,0	15,0
2.2 - Capital	1.460,4	1.959,7	7,8	9,0	34,2
Resultado (1-2)	-227,7	90,7			-

Fonte: SCCG SEF/MG

Nota (1) - Para comparações, utilizou-se em 2003 a mesma metodologia de registro do Fundef aplicada em 2004.

Pelos valores apresentados, a receita fiscal alcançou crescimento nominal de 18,4% superior aos 16,5% verificados na despesa fiscal. Tal performance sintetiza as etapas de ajuste fiscal do Estado que alcança, depois de quase 10 anos, um resultado superavitário em sua execução fiscal. Em 2004, o Estado obteve um superávit de R\$ 90,7 milhões contra um déficit de R\$ 227,7 milhões em 2003.

Do ponto de vista da receita fiscal, ocorreu significativo aumento nas receitas correntes. Os valores demonstram que, enquanto as receitas correntes tiveram uma elevação nominal de 20,1%, as receitas de capital apresentaram queda nominal de 21,4%, conforme se detalha adiante.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

Por outro lado, em relação às despesas fiscais, há que se destacar a situação oposta. As despesas correntes reduziram sua participação relativa para 91,0%, apesar do crescimento nominal de 15,0%, e as despesas de capital apresentaram crescimento nominal de 34,2%.

COMPORTAMENTO DA RECEITA ESTADUAL

A receita fiscal do Estado de Minas Gerais totalizou R\$ 21.817,3 milhões em 2004, sendo 97% oriundos da receita corrente e 3% da receita de capital. Comparativamente a arrecadação obtida em 2003, o crescimento nominal de 18,4% na receita fiscal resulta de um aumento de 20,1% na receita corrente que se contrapôs à redução de 21,4% na receita de capital.

A elevação de R\$ 3,4 bilhões na receita fiscal foi alcançada graças ao aumento de R\$ 3,2 bilhões nas arrecadações próprias, o que contribuiu com 93,5% da referida elevação. Isto significa que as fontes internas ao campo de atuação do Estado é que forneceram o impulso para a receita fiscal. Neste contexto, destaque-se o ICMS, responsável por um acréscimo da ordem de R\$ 2,1 bilhões (variação nominal de 19,3%), o que corresponde a 61,7% do adicional observado na receita fiscal.

TABELA 2
Minas Gerais - Evolução da Receita Orçamentária Fiscal - 2003/2004.

Especificação	Valores Correntes		Participação		Taxa de	Contribuição
	R\$ milhões		Relativa (%)		Crescimento	para o
	2003	2004	2003	2004	Nominal %	Crescimento - %
1 - Receita Corrente	19.094,4	22.940,5	103,6	105,1	20,1	113,3
1.1 - Receita da Arrecadação Estadual	14.741,4	17.914,5	80,0	82,1	21,5	93,5
Receita Tributária	12.066,2	14.470,3	65,5	66,3	19,9	70,8
ICMS	10.835,8	12.931,3	58,8	59,3	19,3	61,7
Outros Tributos	1.230,5	1.539,0	6,7	7,1	25,1	9,1
Receita de Contribuição Social	1.457,1	1.794,5	7,9	8,2	23,2	9,9
Receita de Multas/Juros de Mora e Dívida Ativa	371,5	596,8	2,0	2,7	60,6	6,6
Receita Patrimonial	262,0	422,1	1,4	1,9	61,1	4,7
Outras Receitas Correntes (1)	584,5	630,8	3,2	2,9	7,9	1,4
1.2 - Receita de Transferências (2)	4.353,0	5.026,0	23,6	23,0	15,5	19,8
Transferências da União	2.899,8	3.303,2	15,7	15,1	13,9	11,9
Outras Transferências	1.453,2	1.722,8	7,9	7,9	18,6	7,9
2 - Receita de Capital	789,3	620,1	4,3	2,8	-21,4	-5,0
2.1 - Operações de Crédito	18,3	10,5	0,1	0,0	-42,7	-0,2
Interna	9,4	6,0	0,1	0,0	-35,8	-0,1
Externa	9,0	4,5	0,0	0,0	-49,8	-0,1
2.2 - Transferências da União de Capital (3)	381,4	205,0	2,1	0,9	-46,2	-5,2
2.3 - Amortizações de Empréstimos	353,3	327,0	1,9	1,5	-7,4	-0,8
2.4 - Outras Receitas de Capital	36,2	77,6	0,2	0,4	114,2	1,2
3 - Dedução do Fundef	1.461,0	1.743,3	7,9	8,0	19,3	0,0
Receita Fiscal	18.422,6	21.817,3	100,0	100,0	18,4	100,0

Fonte: SOCG/SEF

(1) Inclui as receitas de contribuição econômica, agropecuária, industrial, serviços, indenizações e restituições e receitas diversas

(2) Inclui o Imposto Retido na Fonte que foi retido da Receita Tributária

(3) Em 2003 incluem-se R\$ 223.039 mil por transferência de rodovias federais

A variação nominal de 19,9% na receita tributária justifica-se, também, pelo resultado do trabalho desenvolvido pela SEF, visando o incremento na arrecadação dos outros tributos de competência estadual (Taxas, IPVA e ITCD), com taxa de crescimento de 25,1%, em relação à arrecadação de 2003. Além disso, observa-se o acréscimo nominal de 23,2% na Receita de Contribuição Social e de 60,6% nas receitas oriundas das Multas/Juros de Mora e da Dívida Ativa.

As receitas correntes transferidas ao Estado pela União cresceram numa proporção menor, sendo, porém, 13,9% nominalmente superiores às recebidas em 2003.

A seguir, os valores destacados na Tabela 3 discriminam a composição e as taxas de crescimento nominais e reais da receita tributária do Estado de Minas Gerais em 2004, comparativamente às de 2003.

TABELA 3
Minas Gerais : Arrecadação Tributária - 2003/2004
Valores Correntes - R\$ milhões

Receita Tributária (1)	Período		Taxa de Variação	
	2003	2004	Nominal - %	Real - % (2)
ICMS	10.835,8	12.931,3	19,3%	12,5%
IPVA	741,2	932,0	25,7%	17,5%
ITCD	33,1	49,0	48,0%	38,9%
Taxas	456,1	558,0	22,3%	15,4%
Total	12.066,2	14.470,3	19,9%	13,0%

Fonte: SCCG-SEF

Nota: (1) - Excluída parcela do IRRF

(2) - Valores atualizados pelo IPCA (Dez 2004 = 100)

Os valores apresentados mostram que o esforço para impulsionar, além do ICMS, a arrecadação estadual de outros tributos levou a resultados significativos. Considerando as variações reais, os dados retratam expressivas taxas de crescimento na arrecadação dos tributos, depurados os efeitos inflacionários.

O ICMS, que representa 89% da receita tributária, também alcançou crescimento real expressivo. Vale destacar que a variação real de 12,5% na arrecadação do ICMS supera o crescimento esperado de 5% no PIB e, portanto, pode ser atribuída em grande medida ao esforço da gestão tributária estadual. Ademais, ressalte-se que as exportações contribuíram decisivamente para o crescimento do PIB e, por elas serem desoneradas da incidência do imposto, seus impactos favoráveis para a arrecadação tributária estadual são restritos aos efeitos indiretos gerados sobre a renda.

A base de arrecadação do ICMS é concentrada nos seguintes segmentos econômicos, a ela incorporados, a partir da Constituição de 1988: energia elétrica, comunicações, combustíveis e lubrificantes, além da prestação de serviços de transporte, conforme se evidencia na Tabela 4.

TABELA 4
Minas Gerais : Composição da Arrecadação do ICMS - 2003/2004
Valores Correntes - R\$ milhões

Discriminação da Receita	Arrecadação Corrente	
	2003	2004
	% do Total	% do Total
Energia Elétrica	13,0	13,6
Combustíveis e Lubrificantes	26,2	22,7
Comunicações	11,5	10,8
Transportes	2,5	2,6
Sub-total	53,2	49,7
<u>Demais segmentos</u>	<u>46,8</u>	<u>50,3</u>
Total	100,0	100,0

Fonte: DINF-RMA/SEF-MG

Dados da Tabela 4, extraídos dos Relatórios Mensais de Arrecadação (RMA) mostram que a concentração do ICMS em quatro bases geradoras (energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, comunicações e transportes) alcançou 49,7% da arrecadação total em 2004. Ressalte-se que a concentração é menor que a observada em 2003, quando foi de 53,2%, decorrendo do melhor desempenho na arrecadação do tributo junto a outros segmentos. O dinamismo econômico observado em 2004 contribuiu para a maior dispersão da arrecadação do tributo que resulta ainda, em alguma medida, das ações já referidas na gestão tributária estadual.

O significativo desempenho na arrecadação do ICMS (incluindo as receitas de multas, juros e dívida ativa) em Minas Gerais, cotejado com a arrecadação em outros Estados, denotam que Minas apresentou a maior taxa de crescimento deste imposto em 2004. Nesses termos, retomou a posição de segunda maior unidade federativa na arrecadação do tributo. Como se evidencia na Tabela 5, o Estado de Minas Gerais apresentou a maior taxa de crescimento nominal e real entre os principais estados brasileiros, superando a média de crescimento deste tributo no país. Com isso, o Estado aumenta sua participação relativa na arrecadação total do país de 9,2%, em 2003, para 9,7%, em 2004.

TABELA 5
Brasil : Arrecadação do ICMS nos principais Estados (1)
Regime de Caixa - Consolidado 2003/2004 - Valores Correntes

Unidades da Federação	Arrecadação 2003		Arrecadação 2004		Variação % 2004/2003	
	R\$ milhões	% do Total	R\$ milhões	% do Total	Nominal	Real (2)
Minas Gerais	11.026,3	9,2%	13.221,8	9,7%	19,9%	12,2%
São Paulo	40.289,4	33,8%	45.922,5	33,8%	14,0%	6,7%
Rio de Janeiro	11.180,6	9,4%	13.051,8	9,6%	16,7%	9,4%
Rio Grande do Sul	8.988,8	7,5%	9.637,9	7,1%	7,2%	0,4%
Paraná	6.709,7	5,6%	7.824,1	5,8%	16,6%	9,3%
Outros	41.095,5	34,5%	46.186,5	34,0%	12,4%	10,6%
Total	119.290,4	100,0%	135.844,6	100,0%	13,9%	8,6%

Fonte: MEFP-COTEPE/ICMS

Elaboração: Divisão de Tratamento da Informação-DTI/DINF/SAIF/SEF-MG

Nota (1) - Inclui multas, juros e dívida ativa

(2) - Atualizados pelo IPCA, dez/04=100

A receita estadual originária de transferências correntes de recursos está destacada na Tabela 6. As transferências são constituídas, na sua maior parcela, de recursos tributários arrecadados pela União e transferidos aos estados por determinação constitucional. Além disso, ocorrem as transferências de recursos para as unidades federadas, em função de convênios destinados a serviços e investimentos específicos, a serem implementados pelo ente receptor dos recursos. Em outros casos, recursos são transferidos para o atendimento de serviços prestados pelo Estado, requerendo contrapartida de recursos estaduais (Sistema Único de Saúde - SUS - por exemplo).

As transferências por convênios se classificam em correntes ou de capital. No primeiro caso, são destinadas a suprir gastos correntes - vinculados ou não à prestação de serviços a uma área específica - e, no segundo, direcionados à aplicação em gastos de capital (investimentos específicos).

Os dados da Tabela 6 mostram que houve incremento nominal de 15,5% nas transferências correntes recebidas pelo Estado de Minas Gerais em 2004, comparativamente a 2003. O acréscimo obtido foi influenciado pelo início dos repasses da CIDE em 2004 que, isoladamente, propiciou aumento de R\$ 119 milhões neste tipo de receita. Houve, ademais, incremento significativo nos repasses do SUS e em "Outras Transferências". As demais fontes de transferências correntes apresentaram variações que, individualmente, não tiveram impactos relevantes no montante financeiro.

TABELA 6
Minas Gerais : Transferências correntes - 2003/2004
Valores Nominais em milhões e em %

Transferências Correntes	2003		2004		Variação
	R\$ milhões (A)	% Total	R\$ milhões (B)	% Total	% B/A
1.1 - Transferências da União	2.899,8	66,6	3.303,2	65,7	13,9
FPE	967,0	22,2	1.066,2	21,2	10,3
QESSE	196,0	4,5	133,4	2,7	-31,9
SUS	389,0	8,9	540,0	10,7	38,8
F.Exportação	206,0	4,7	244,5	4,9	18,7
I.R.R.F	696,0	16,0	742,0	14,8	6,6
CIDE	0,0	0,0	118,9	2,4	-
Comp.Exportação (Kandir)	312,0	7,2	329,0	6,5	5,4
Convênios	55,0	1,3	112,4	2,2	104,4
Outras	78,8	1,8	16,8	0,3	-78,7
1.2 - Outras Transferências	1.453,2	33,4	1.722,8	34,3	18,6
Total das Receitas das Transferências	4.353,0	100,0	5.026,0	100,0	15,5

Fonte: SCCG/SEF/MG

No âmbito da União, destaque-se que o aumento nominal obtido no país pela Secretaria de Receita Federal é de 17,8%, portanto superior ao incremento de 15,5% nas transferências federais para Minas Gerais, conforme divulgado pela Receita Federal em sua "Análise da Arrecadação das Receitas Federais" de Dezembro/2004.

As transferências de capital da União para o Estado em 2004 foram de R\$ 205,0 milhões, contra R\$ 381,4 milhões em 2003. A diminuição ocorrida no repasse em 2004 decorre, em especial, de R\$ 223 milhões de recursos contabilizados em 2003, como contrapartida às estradas federais transferidas pela União ao Estado, o que não se repetiu em 2004. Depurado esse valor, as demais transferências de capital da União em favor do Estado aumentaram 29,4% no ano de 2004 em relação às de 2003 (R\$ 205,0 milhões em 2004 e R\$ 158,4 milhões em 2003).

Conforme se evidenciou na Tabela 2, houve redução nominal na receita de capital em 2004 quando comparada à obtida em 2003. Neste aspecto, ressalte-se que o Estado ainda não registrou novas operações de crédito ou mecanismo alternativo de financiamento, o que explica tanto a pequena expressão absoluta de receita de capital (R\$ 620 milhões em 2004) quanto a referida queda nominal de 21,4% em relação a 2003.

COMPORTAMENTO DA DESPESA ESTADUAL

Conforme mostram as informações da Tabela 7, a despesa fiscal de Minas Gerais atingiu o montante de R\$ 21,7 milhões em 2004, sendo, portanto, 16,5% superior ao montante gasto em 2003, em termos nominais.

TABELA 7
Minas Gerais - Evolução da Despesa Fiscal Orçamentária - 2003/2004

Especificação	Valores Correntes		Participação		Taxa de Variação Nominal %	Contribuição para o crescimento - %
	R\$ milhões		Relativa (%)			
	2003	2004	2003	2004		
1-Despesa Corrente	17.190,0	19.766,9	92,2	91,0	15,0	83,8
Pessoal	9.300,2	10.439,5	49,9	48,0	12,3	37,0
Custeio (1)	3.301,0	3.825,9	17,7	17,6	15,9	17,1
Transferências a Municípios (1)	3.396,1	4.129,5	18,2	19,0	21,6	23,8
Juros e Encargos da Dívida	1.192,7	1.372,0	6,4	6,3	15,0	5,8
2- Despesa de Capital	1.460,4	1.959,7	7,8	9,0	34,2	16,2
2.1 - Investimentos Gerais do Estado	1.034,3	1.527,3	5,5	7,0	47,7	16,0
Inversões Financeiras	433,5	417,6	2,3	1,9	-3,7	-0,5
Investimentos	600,8	1.109,7	3,2	5,1	84,7	16,5
2.2 - Amortizações da Dívida	426,0	432,4	2,3	2,0	1,5	0,2
Total (1 + 2)	18.650,4	21.726,6	100,0	100,0	16,5	100,0

Fonte: SOCG/SEF/MG

Nota: (1) Em 2003, rubricas que integram "Despesas de Custeio" e "Transferências a Municípios" foram classificadas conforme a sistemática atual do FUNDEF.

Os dados revelam que as despesas correntes diminuíram sua participação relativa no total das despesas de 92,2% para 91,0% entre 2003 e 2004. O item de maior expressão, despesa com pessoal, apresentou crescimento nominal de 12,3% e contribuiu com a maior parcela (37%) da expansão na despesa fiscal. Os determinantes do incremento foram o crescimento vegetativo da folha, a contratação de novos funcionários e algumas recomposições salariais.

As Transferências a Municípios registram aumento nominal de 21,6% em 2004 em decorrência do compartilhamento legal, com os municípios, da arrecadação estadual do ICMS e do IPVA, além de multas, juros e dívida ativa relativa a tais impostos. Como estas arrecadações apresentaram taxas significativas de crescimento, o volume das transferências segue a mesma trajetória.

Os dados demonstram o importante papel de monitoramento exercido pelo Estado na administração dos itens sobre os quais ele tem maior controle. Enquadram-se neste caso o custeio da máquina pública estadual além de, em alguma medida, a despesa com pessoal. A melhor gestão sobre a despesa de custeio determinou que, no ano, a variação nominal na rubrica

fosse mantida em 15,9%, apesar das crescentes alocações de recursos para as áreas de saúde, educação e segurança.

Dentre as informações destacadas da despesa corrente, os juros e encargos da dívida estadual apresentaram uma taxa de crescimento nominal de 15%. O principal determinante desta despesa é o comportamento da receita, na medida em que os saldos mais relevantes da dívida sobre as quais incorrem encargos são aqueles renegociados com a União sob a Lei Federal 9.496/97 e o relativo ao saneamento do sistema financeiro estadual. Por estes contratos, os pagamentos devidos à União pelo Estado estão limitados a 13% da Receita Líquida Real (RLR), conceito que acompanha a evolução da receita corrente do Estado. Conforme já mencionado, a receita corrente do Estado apresentou variação de 20,1% em 2004, assim superior aos 15,0% observados na despesa com juros e encargos da dívida. A variação “a menor” de 5,1% da despesa com juros e encargos da dívida, em relação à variação da receita corrente, deve-se ao aprimoramento na definição e forma de apuração da RLR que foram incorporados, desde 2003, de forma a reduzir o pagamento de encargos, e seus efeitos sobre os desembolsos só se tornam plenos decorridos 12 meses. Por último, os demais saldos de dívidas contratuais são declinantes pelos pagamentos que o Estado tem feito.

No que se refere às despesas de capital, vale destacar o montante superior a R\$ 1,9 bilhão na execução do orçamento fiscal de 2004. O valor representa aumento nominal de 34,2% na comparação com o ano anterior, elevando para 9% a participação relativa da despesa de capital no conjunto da despesa fiscal. Resultado alcançado em função da elevação dos investimentos gerais, em especial dos propriamente ditos.

Estes apresentaram um acréscimo de 84,7%, totalizando R\$ 1,1 bilhão, o que representa um adicional de recursos investidos da ordem de R\$ 509 milhões em 2004.

Vale destacar que o controle exercido pelo Estado nas principais variáveis de despesas, associado ao esforço para impulsionar receitas, possibilitou a significativa adição no seu volume de investimentos em 2004, preservado o princípio de ajuste fiscal.

Ressalte-se ademais que, em 2004, os investimentos das empresas estaduais, nelas se incluindo as não dependentes do Tesouro Estadual, alcançaram R\$ 3,2 bilhões, correspondentes a um adicional de 21,7% em relação aos realizados em 2003, conforme se evidencia em item próprio da presente Mensagem.

COMPORTAMENTO DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) impõe a todos os entes federativos a observância ao comprometimento da Despesa com Pessoal do Executivo que não pode exceder a 49% da Receita

Corrente Líquida (RCL) além do teto de 60% da RCL para a despesa no conjunto dos poderes.

TABELA 8
Minas Gerais - Composição da Despesa de Pessoal (*)
Período: 2004 - Valores Correntes

Poder	2004	
	R\$ mil	% da RCL
Poder Executivo	8.069.231	48,3
Poder Legislativo	379.714	2,3
Poder Judiciário	943.213	5,6
Ministério Público	318.819	1,9
Consolidado	9.710.977	58,2
RCL	16.695.979	100,0

Fonte: SIAFI - MG - SCCG/SEF

Nota: (*) dados provisórios

Dados da Tabela 8 demonstram que a Despesa com Pessoal do Poder Executivo em Minas Gerais, em 2004, se enquadra no limite estabelecido, situando-se em 48,3% da Receita Corrente Líquida. Destaque-se que o alcance do limite ocorreu sem demissões de servidores públicos estaduais. Ressalte-se ademais que o teto de 60% para a despesa com pessoal do conjunto dos Poderes também passou a ser observado em 31/12/2004, quando atingiu 58,2%.

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA ESTADUAL

A dívida pública estadual continua tendo como seu principal componente o montante refinanciado com o governo federal sob a Lei 9.496/97. Conforme se observa na Tabela 9, o estoque da dívida pública estadual atingiu o montante de R\$ 42,1 bilhões em 31/12/2004, sendo, portanto, 13,1% superior ao estoque apresentado no mesmo período do ano anterior. Ressalte-se que tal crescimento ocorreu mesmo tendo o Estado pago, em 2004, R\$ 1,8 bilhão de amortizações, juros e encargos dessa dívida. Parte da explicação deste incremento deve-se ao indexador que corrige o estoque da dívida repactuada com a União, o IGP-DI, que vem apresentando índices de crescimento superiores a outros indicadores que medem a variação dos preços na economia brasileira. A título de exemplo, enquanto a taxa de variação do IGP-DI em 2004 foi de 12,1%, o IPCA foi de 7,6% no mesmo período.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

TABELA 9
Minas Gerais - Estoque da Dívida Pública Estadual - Posição em 31/12/2003 e 31/12/2004
Valores Correntes

Especificação	Posição em 31/12/2003		Posição em 31/12/2004		Variação Nominal %
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	
Dívida Fundada	37.238,03	100,0	42.111,90	100,0	13,1
1- Interna	36.255,60	97,4	41.326,61	98,1	14,0
Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496	21.421,80	57,5	24.986,49	59,3	16,6
Saneamento do Sistema Financeiro	9.996,50	26,8	11.503,46	27,3	15,1
Outras	4.837,30	13,0	4.836,66	11,5	0,0
2- Externa	982,4	2,6	785,29	1,9	-20,1

Fonte: DCACDP- SEF/MG

Pelos dados destacados na Tabela 9, nota-se que as dívidas internas foram, em 2004, responsáveis por 98,1% do estoque total da dívida fundada, percentual pouco superior ao observado em 31/12/2003.

No que concerne ao âmbito interno, o saldo devedor da dívida refinanciada com a União atingiu aproximadamente R\$ 25 bilhões em 31.12.2004, sendo, portanto, 16,6% superior ao saldo do ano anterior, e correspondendo atualmente a 59,3% do estoque total da dívida pública estadual. Outra parcela relevante no estoque da dívida pública estadual refere-se ao financiamento para o saneamento e privatização dos bancos estaduais, cujo saldo devedor atingiu R\$ 11,5 bilhões em 31.12.2004, superior em 15,1% ao saldo do ano anterior.

Estas duas dívidas contratuais possuem dinâmicas próprias de atualizações (baseadas nas variações do IGP-DI) e de pagamentos. A elevação do saldo da dívida interna se deve praticamente a estes contratos, uma vez que o pagamento das amortizações e juros efetivamente realizados pelo Estado são inferiores aos critérios de valorização dos saldos devedores, resultando na incorporação de diferenças ao estoque total da dívida.

O saldo da dívida externa apresenta redução nominal de 20,1% na apuração do final do exercício de 2004 em relação ao de 2003, reduzindo-se assim sua participação relativa no total da dívida estadual de 2,6% para 1,9%. O menor saldo da dívida externa em 2004 se explica pelos pagamentos feitos pontualmente no ano para quitá-la, bem como pela desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano neste ano.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 29, inciso I e parágrafo 3º define a Dívida Pública Consolidada ou Fundada como “*montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização*

de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento”.

A Resolução nº 40 de 20/1/2001 do Senado Federal define a Dívida Consolidada Líquida, como sendo “*a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros*”.

Assim, tomando-se por base estes conceitos, a tabela 10 descreve o comportamento da “*Dívida Consolidada e da Dívida Consolidada Líquida*”, demonstrando os estoques existentes em 31/12/2003 e 31/12/2004.

TABELA 10
Minas Gerais - Estoque da Dívida Fiscal Líquida
Valores Correntes - R\$ milhões - Posição em 31/12/2003 e 31/12/2004

Especificação	Saldo em 31/12		Variação
	2003	2004 (1)	Nominal %
Dívida Consolidada	37.714	42.691	13,2
Deduções:			
- Ativo Disponível	638	1470	130,4
- Haveres Financeiros	4.289	4.903	14,3
+ Restos a pagar processados	1.370	1.146	-16,4
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	34.157	37.464	9,7
Receita Corrente Líquida (RCL)	14.306	16.696	16,7
Relação DCL/RCL (%)	238,76	224,39	-

Fonte: SIAFI/SCCG/SEF/MG

Nota: (1) Dados preliminares referentes ao exercício de 2004, sujeitos a auditoria.

Quanto ao limite de 200% para a DCL em relação a RCL, o Estado de Minas Gerais encontrava-se desenquadrado no final do exercício de 2001 e, portanto, deve seguir uma trajetória de ajuste até alcançar o referido limite até abril de 2018, conforme dispõe a Resolução do Senado nº 20 de 07/11/2003. Em 31.12.2003, a relação DCL/RCL era de 238,76% em Minas Gerais, situando-se em 224,39% em 31.12.2004. A trajetória para o ajuste ocorreu em função do crescimento das receitas próprias do Estado, de aumento nos haveres financeiros e dos pagamentos de dívidas que o Estado tem realizado. Tais fatores têm contrabalançado os efeitos adversos, aqui já referidos, da evolução da dívida estadual com a União.

Gabinete Militar do Governador

O Gabinete Militar do Governador, com seus programas e metas, concomitante às atribuições de planejamento e execução de defesa civil durante 2004, desenvolveu trabalhos para a manutenção das ações de governo e, como órgão de assessoria, atingiu seus objetivos. Não obstante, há duas ações desenvolvidas por este Gabinete durante este exercício, consideradas relevantes.

O Sistema Estadual de Defesa Civil, gerenciado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) atua na estrutura governamental de planejamento e execução de medidas de defesa civil, objetivando coordenar esforços de todos os órgãos estaduais, com os demais órgãos públicos e privados e com a comunidade em geral, com o fito de prevenir consequências nocivas dos eventos desastrosos e socorrer as populações atingidas com emprego racional de recursos e adequado controle da emergência que exigiram pronta intervenção do governo do estado obtendo respostas emergenciais e imediatas, cujos resultados foram satisfatórios para a população de Minas Gerais.

*Coordenadoria
de Defesa Civil*

A Diretoria Técnica do GMG promoveu seminários e reuniões com assessores de prefeituras municipais e de deputados da Assembleia Legislativa alertando sobre a importância da criação e estruturação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), sem o qual não há possibilidade de atendimento às emergências por parte do governo federal.

*Criação da
Coordenadoria
Municipal de
Defesa Civil*

Além deste procedimento padrão, com o intuito de agilizar processos diversos, o Gabinete Militar tem apoiado os municípios mineiros que decretaram situação de anormalidade, especialmente nos procedimentos técnicos e legais que envolvem o processo de reconhecimento do governo federal, uma vez que pelo Decreto Federal nº. 4.980, o estado deixou de homologar as situações de anormalidades que passaram a ser encaminhadas diretamente à CEDEC para reconhecimento do governo federal.

A Defesa Civil de Minas Gerais esteve presente no período de fortes chuvas, atuando na prestação de serviços a 82 municípios homologados Situação de Emergência; 107 em Situação de Emergência e com processos encaminhados à CEDEC; 18 municípios homologados em Estado de Calamidade Pública; 14 municípios não homologados em Estado de Calamidade Pública; 92 municípios atingidos que não decretaram Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e 313 municípios atingidos pelas chuvas.

*Prestação de
serviços aos
municípios
atingidos por
calamidades*

A CEDEC integra ativamente a Campanha Minas Solidária, atuando em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS), - Companhia de Habitação (COHAB) e outras entidades. Assim, coube à sua Diretoria Técnica o levantamento de casas destruídas pelas chuvas, bem como o cadastro dos beneficiários executado em 17 municípios constatando a destruição de 256 casas.

*R\$ 2,5 milhões
na
reconstrução
de pontes em
27 municípios*

Além desse programa, o Gabinete Militar conseguiu viabilizar com o governo federal, 2,5 milhões de reais, e 68 mil do Tesouro Estadual para minimizar os transtornos causados pelas chuvas.

Esses recursos do governo federal são receitas do Gabinete Militar, porém despesa da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, que executa as cento e duas obras de artes especiais (pontes) em 27 municípios, previstas no Plano de Trabalho.

*Reconstrução
de 184 casas
em 9
municípios*

Também, por meio de transferência de aporte federal e posterior convênio com a COHAB, foram repassados pelo Gabinete Militar R\$ 1.190.023,68 e mais R\$ 238.005,00 do Tesouro do Estado para a reconstrução de 184 casas em nove municípios.

Quanto aos números das enchentes ocorridas no estado, há um saldo de 20 vítimas fatais, 629 pessoas feridas, 22.968 pessoas desalojadas e 7.495 desabrigadas, 9.622 casas danificadas e 1.045 destruídas, 600 pontes danificadas e 268 destruídas.

*Ações no
período
de secas*

Foram realizadas ações, sobretudo no Norte, Nordeste e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em 88 municípios que decretaram Situação de Emergência; 11 municípios que decretaram Estado de Calamidade Pública e 99 municípios atingidos pela seca.

A CEDEC administrou as aquisições feitas para atender às vítimas de anormalidades somando R\$ 604.901,21, até o momento, tendo sido adquiridos telhas de amianto, bobinas de lonas plásticas, cestas básicas, cobertores e colchões.

*Distribuição de
23 mil cestas
básicas em
247
municípios*

Com relação ao depósito da CEDEC, de janeiro a outubro foram distribuídos para 247 municípios do estado, em caráter emergencial (vítimas de chuvas, secas e desastres), 22.937 cestas básicas (319.178 quilos de alimentos não perecíveis), 3.300 colchões, 6.032 telhas de fibrocimento, 13.002 cobertores e 7.800 metros de lonas.

Em novembro o estado ofereceu 11.410 cestas básicas (114.200 quilos de alimentos não perecíveis) cinco mil colchões, 25 mil cobertores com o objetivo de dar suporte às vítimas e ainda encontra-se em processo de aquisição, lonas e telhas de fibrocimento.

*Acidentes
Operacionais*

Ocorreram atendimentos a vítimas de acidentes operacionais destacando-se: veículo transportando explosivos em Caeté; contaminação de manancial em Piranga; acidente com produto perigoso em Belo Horizonte; - descarrilamento de composição férrea em Ouro Preto; contaminação de manancial de água em Bom Jesus do Galho, bem como foram realizadas vistorias em locais de risco de desabamento e deslizamento e no gasoduto da GASMIG em Belo Horizonte.

Cursos de capacitação em Defesa Civil foram ministrados tanto para o público interno quanto para o externo totalizando 106 participantes. Cursos

internos: 17 participantes no curso Cruz Vermelha Brasileira; nove no Curso Operacional de Defesa Civil (CODC); três em Planejamento e Administração para Redução de Desastres (APRD) e três em Legislação Ambiental na FEAM. Cursos Externos: 27 participantes no Curso Operacional de Defesa Civil (CODC); três no Curso Implantação da Coordenadoria Municipal de Defesa (COMDEC); um no Curso de Primeiros Socorros e 43 participantes no Seminário para assessores de deputados estaduais sobre Defesa Civil.

Diversos
cursos de
capacitação

O termo de Cooperação firmado entre o Gabinete Militar do Governador e a Secretaria de Estado da Saúde, com a interveniência da Polícia Militar de Minas Gerais, permitiu que fossem realizados 32 (trinta e dois) vôos com as aeronaves do Governo do Estado, para transporte aéreo de órgãos doados para transplante, em localidades distantes de Belo Horizonte.

Auditoria Geral do Estado (AUGE)

Uma nova realidade econômica e social se apresenta e impõe mudanças de comportamento na administração pública. Também a sociedade brasileira está a exigir uma nova ética, uma nova forma de administrar – com mais responsabilidade, com transparência e voltada à concretização dos direitos e garantias fundamentais, os quais derivam do valor maior que deve reger as relações humanas (a dignidade da pessoa humana e a democracia). Para tanto, não são necessárias novas leis ou novos instrumentos; faz-se indispensável, apenas, que os instrumentos existentes sejam exercidos adequadamente, tornando-se eficazes, o que, ao permitir o cumprimento do dever de boa gestão, resultará na concretização da ética e da justiça social.

Na busca de uma nova estrutura estatal, a recente Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000 – conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – fixa normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, a qual pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, ou seja, essa lei estabelece um “*novo padrão de governar*” e promove a idéia de *accountability* – foco no desempenho, responsabilização e dever de prestar contas ao cidadão, introduzindo nova cultura fiscal no País.

Vivenciamos momentos de grandes transformações na administração pública de Minas Gerais. Cenário de transformações – políticas, econômicas e sociais – que levaram ao chamado “Choque de Gestão”, projeto que diz respeito às diversas áreas do governo, e que visa, em última instância, a controlar os gastos públicos, conseguir o equilíbrio fiscal com o objetivo de retomada dos investimentos sociais no estado.

Os problemas sociais do povo mineiro necessitam urgentemente de uma ação de Governo, o que evidencia a necessidade de um controle mais efetivo sobre a atividade administrativa, que possa contribuir para a eficiência e eficácia da Administração Pública, traduzida na capacidade de gerar mais benefícios, ampliando e melhorando os serviços públicos ofertados.

Esta nova realidade quer um estado mais ágil, mais eficiente e mais eficaz. Para tanto, é vital que os mecanismos de controle assumam posição identificada com o novo momento histórico.

Dentro desse contexto, a Auditoria Geral do Estado cuja missão é desenvolver e coordenar as políticas de auditoria e correição no Poder Executivo Estadual, visando transparência e efetividade das ações governamentais em benefício da sociedade, desenvolveu em 2004 suas atividades.

*Código de
Conduta Ética do
Servidor Público
da Alta
Administração
Estadual*

A Superintendência Central de Correição Administrativa (SCCA) concentrou os esforços de trabalho nas sete ações de seu programa, previsto no Plano Plurianual de Ação Governamental para o período 2004-2007, modificando, paulatinamente, seu enfoque, evoluindo da mera execução de procedimentos administrativos disciplinares para um trabalho preventivo. Nesse sentido, vem assumindo uma postura articuladora e coordenadora da função de correição administrativa no Estado de Minas Gerais, resgatando seu caráter de Superintendência Central. Seu programa no PPAG foi concebido para esse fim, denominado de GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA, RESULTANDO NA criação do Conselho de Corregedores do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Auditoria-Geral do Estado. Paralelamente, à gerência exercida quanto aos ditames legais pertinentes ao regime disciplinar, tem participado ativamente na elaboração dos ditames éticos que orientam a conduta do servidor. Exerce a função de Secretaria Executiva no Conselho de Ética Pública, participando da implementação e divulgação do Código de Conduta Ética do Servidor Público da Alta Administração Estadual, bem como assessorando nas diversas Deliberações emitidas em 2004.

A ação REESTRUTURAÇÃO da SCCA objetivou definir três macros funções: aprimoramento dos instrumentos reguladores da atividade, administração processual e execução da correição. Por meio da Lei nº 15.274/2004 foram transformados os cargos de corregedor e corregedor assistente em diretor III e diretor II, respectivamente, abrindo caminho para o delineamento formal das competências das três diretorias que responderão pelas macro funções. Além disso, foram criadas seis funções gratificadas para os servidores designados para a função de presidente de Comissão Disciplinar.

*Elaboração do
Manual de
Direitos, Deveres
e Responsabilidades dos
Servidores*

A ação REVISÃO DO MARCO LEGAL SOBRE O REGIME DISCIPLINAR tem como objetivo atualizar a norma legal sobre o regime disciplinar, bem como uniformizar e dinamizar os procedimentos. Nesse aspecto, foi editada a Instrução de Procedimento SCCA/AUGE nº 01/2004, destinada a orientar o pedido de instauração de processo disciplinar para apurar o ilícito abandono de cargo. Mais importante, ainda, foi a elaboração do Manual de Direitos, Deveres e Responsabilidades dos Servidores do Estado de Minas Gerais, que visa a orientar e a disciplinar a ação de correição no estado.

A ação DESCONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE CORREICIONAL visa a aperfeiçoar a apuração processual aproximando-a do local da ocorrência do ilícito e da lotação dos servidores e testemunhas. Para orientar os membros das

comissões disciplinares foram confeccionados e distribuídos 500 exemplares do Manual de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, às comissões processantes. Visando a interiorizar as ações de prevenção, foram treinados 170 servidores para atuar em comissões disciplinares de Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações e dos diversos órgãos, sediados em Diamantina, Montes Claros e cidades vizinhas. Ademais, foram prestadas orientações técnicas, pessoalmente, aos membros das comissões instaladas nos municípios de Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberlândia e Muriaé, bem como às comissões instaladas na Capital no IMA, Detel e Loteria do Estado.

Desconcentração das atividades correcionais para o interior do estado

Quanto à ampliação do ACESSO À DEFESA PROCESSUAL, iniciou-se a parceria firmada em 2003 entre a Auditoria-Geral e a Defensoria Pública, sendo designado um defensor público da comarca da Capital e disponibilizada a relação de defensores públicos que atenderão aos servidores indiciados no interior do estado.

O trabalho de prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos foi priorizado em 2004, conforme previsto na ação ORIENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS. Foram realizadas diversas palestras, divulgando informações sobre os direitos, deveres, responsabilidades e conduta ética dos servidores estaduais, atingindo, aproximadamente, 1.050 servidores de Secretarias de Estado e de cidades do norte do estado, bem como servidores de Autarquias e Fundações da Capital. Foi realizado um curso de reciclagem para 26 servidores da Superintendência Central de Correição Administrativa. Por meio de parcerias com a Secretaria de Estado de Governo e com a Polícia Militar, foram editados 6.200 exemplares do Manual de Direitos, Deveres e Responsabilidades do Servidor Público Estadual.

Palestras para 1050 servidores sobre direitos e deveres

Quanto à implantação do SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES, prevista para organizar as informações processuais disciplinares da Auditoria-Geral do Estado, completou-se a etapa de diagnóstico do fluxo dos procedimentos em parceria com a Prodemge e foram promovidas alterações nos formulários de controle das informações processuais.

Finalmente, a Execução e conclusão de procedimentos disciplinares continuaram demandando grandes esforços para sua consecução, dado o grande estoque de procedimentos disciplinares acompanhados pela Superintendência Central de Correição Administrativa, tendo sido concluídos 452 processos, no ano.

Conclusão de 452 processos disciplinares

A Superintendência Central de Auditoria de Gestão (SCAG/AUGE) tem como objetivo implementar mecanismos de avaliação da gestão governamental, no que tange à eficiência, eficácia e efetividade de seus atos, de forma a atestar a observância às normas relativas à aplicação dos recursos públicos, o cumprimento da sua missão institucional e demonstrar o resultado do impacto social advindo da implementação dos projetos, planos e programas do governo estadual.

Para alcançar este objetivo, o Governo do Estado de Minas Gerais, com a intervenção da Auditoria-Geral do Estado, firmou o Acordo de

Cooperação com o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, com o objetivo geral de estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos.

*Núcleo Especial
de Avaliação
dos Programas
Governamentais*

Aliado a essa ação foi criado, na estrutura da Superintendência Central de Auditoria de Gestão, o Núcleo Especial de Avaliação dos Programas Governamentais, que tem por finalidade planejar, coordenar e executar trabalhos de auditoria de gestão dos Programas de Governo, nos órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo, contribuindo para a transparência das ações governamentais, o fortalecimento do controle social e aferição do impacto dos programas governamentais na sociedade. Nesta fase de implantação do núcleo as ações estão voltadas para a avaliação dos projetos estruturadores do Programa de Gestão Estratégica de Recursos e Ações do Estado (GERAES).

Foram realizados 51 trabalhos de auditoria que geraram relatórios para subsidiar a tomada de decisão dos gestores, dos quais destacamos: Relatório de Auditoria contendo análise de indicadores do Relatório de Gestão Fiscal, exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal; Relatório de Avaliação da Lei Orçamentária Anual, exigido pela Lei Complementar 33/94, cujo enfoque principal foi a avaliação do desempenho da ação governamental; análise da legalidade dos contratos administrativos firmados pela Administração Direta e Indireta com a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa-FUNDEP, relativos a pessoal.

A execução da ação “Gerenciamento da Auditoria de Gestão”, desenvolvida na Superintendência Central de Auditoria de Gestão relativa à pesquisa dos atos administrativos publicados no Diário Oficial do Estado (Minas Gerais) com o intuito de analisá-los quanto ao princípio constitucional da legalidade, foi executada além da meta estabelecida. O fato de representar uma atividade nova, cuja execução iniciou-se no exercício de 2004, teve um resultado expressivo, em todos os órgãos e entidades do Estado.

Diante da filosofia de trabalho da SCAG/AUGE de garantir a melhoria da qualidade e produtividade da gestão pública por meio de iniciativas institucionais para capacitação dos servidores, foi realizado o evento “II Seminário Estadual de Auditoria de Gestão – III Encontro do Sistema Estadual de Auditoria Interna” que objetivou em seus painéis, conscientizar os gestores públicos estaduais, auditores setoriais e seccionais da importância do controle na gestão dos recursos públicos e repassar a experiência do TCU na avaliação de programas de governo.

A Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/AUGE) tem por finalidade a orientação, a coordenação, o acompanhamento técnico e a avaliação das atividades das 70 unidades de Auditorias Setoriais e Seccionais nos órgãos e nas entidades da administração pública direta e indireta do Poder Executivo, realizando auditorias decorrentes de demandas específicas do Governo do Estado ou por apuração direta de trabalhos, a SCAO/AUGE emitiu 20 Relatórios de denúncias de órgãos da administração, formuladas pelo site

da Auditoria-Geral. Como Unidade Central do Subsistema de Auditoria Operacional, buscou constituir-se em instrumento preventivo e de apoio gerencial de avaliação da eficiência e eficácia do Sistema de Controle, uniformizando e sistematizando procedimentos, visando a objetivos comuns, realizando 1.872 visitas e reuniões programadas com as unidades setoriais e seccionais de auditoria.

A elaboração do Diagnóstico de Avaliação do Subsistema de Auditoria Operacional, com o objetivo de estimar a situação e seu funcionamento nos aspectos de recursos humanos, materiais, técnico-profissional, por meio de reuniões individuais com as equipes de cada unidade setorial/seccional de auditoria, bem como com o respectivo coordenador de área e a diretoria da SCAO/AUGE. Do trabalho realizado foi gerado um documento próprio com as conclusões, análises, riscos, deficiências e sugestões de correções do funcionamento do Subsistema de Auditoria Operacional.

*Diagnóstico de
Avaliação do
Subsistema de
Auditoria
Operacional*

A Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/AUGE) emitiu sete Instruções de Serviço, considerando a necessidade de disciplinar e detalhar procedimentos e padrões a serem observados pelas unidades de auditoria setoriais e seccionais.

A Superintendência Central de Auditoria Operacional – SCAO/AUGE procedeu a elaboração de três Roteiros de Auditoria para a execução dos trabalhos das unidades setoriais e seccionais, que tratam de gestão de recursos humanos - controle de frequência, licitação e contratos - contratos com Fundações de Direito Privado e roteiro para elaboração do Relatório de Controle Interno, integrante da prestação de contas dos dirigentes, ao Tribunal de Contas - empresas e fundos.

Foram promovidos 11 treinamentos e palestras aos coordenadores da SCAO/AUGE e aos auditores do subsistema de auditoria com enfoque no aperfeiçoamento e execução da função auditoria.

As unidades setoriais e seccionais de auditoria, no desempenho de suas atividades em 2004, produziram 575 Relatórios de Auditoria, 268 Pareceres Técnicos, 804 Certificados de Auditoria e 67 Treinamentos.

Diante da necessidade de estruturação e sistematização do Subsistema de Auditoria Operacional com vistas à otimização do exercício da função Auditoria no âmbito da administração pública estadual relativa à sua coordenação e efetividade da execução dos trabalhos a ele pertinente, a SCAO/AUGE propôs o Programa Gerenciamento do Subsistema de Auditoria Operacional, cujo objetivo é de orientar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades das 70 unidades setoriais e seccionais do Subsistema Estadual de Auditoria Operacional, com a meta de implementação de 18 unidades de auditoria estruturadas em 2004. Os resultados demonstraram que 24 unidades de auditoria estão plenamente estruturadas, possibilitando um funcionamento adequado e compatível com a meta do programa de Gerenciamento do Subsistema de Auditoria Operacional, a qual superou a previsão do PPAG.

*Implantação e
estruturação
das unidades
de auditoria no
estado*

Vê-se, assim, que a meta proposta de implantar e estruturar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual as unidades de auditoria foi amplamente atingida. Na avaliação procedida relativa à estrutura de cada unidade de auditoria, foram considerados os seguintes aspectos: nomeação do auditor setorial ou seccional; efetividade dos trabalhos da coordenadoria; abrangência, tempestividade e conformidade de relatórios de auditoria; estrutura de recursos humanos das unidades setoriais e seccionais, considerando o porte do órgão ou entidade a que se vinculam e estrutura dos recursos logísticos aplicados ao desenvolvimento da função auditoria no âmbito das unidades setoriais e seccionais.

Esta Superintendência buscou, no gerenciamento do Subsistema de Auditoria Operacional, cumprir sua missão institucional de contribuir para a melhoria dos resultados da gestão pública, dentro de uma filosofia preventiva e de assessoramento aos dirigentes dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

Advocacia Geral do Estado (AGE)

A Advocacia Geral do Estado (AGE) é responsável pela representação judicial e extrajudicial do estado, tendo a seu cargo atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo. Acompanha aproximadamente 160 mil execuções fiscais e 60 mil ações de outras naturezas em que o estado é parte.

Em 2004 foram recebidos 10.028 mandados de citação, 19.520 de intimação e notificação para defesa e resposta pelo estado, 17.697 expedientes administrativos judiciais e 1.543 expedientes administrativos, na sua sede em Belo Horizonte.

*Estruturação
do sistema de
consultoria
jurídica para
os secretários
de Estado*

Apresentou, como principais resultados, a estruturação do sistema de consultoria jurídica para os secretários de estado com a transformação das assessorias técnicas em assessorias jurídicas sob a supervisão da AGE em atendimento a Lei Complementar nº 75, de 13 de janeiro de 2004; a criação da carreira única de advogados autárquicos subordinados ao advogado geral do Estado, Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004; a organização da Procuradoria do Tesouro, Precatórios e Trabalho especializada no acompanhamento dos precatórios, Decreto nº 43.858, de 26 de agosto de 2004; a organização do setor para acompanhamento de ações relevantes e a ampliação e reestruturação da regional em Brasília, tendo em vista a importância estratégica desta unidade e o crescente volume de processos judiciais perante os Tribunais Superiores.

Ressaltam-se também o bloqueio de 108 créditos de empresas terceirizadas pelo estado, como garantia de pagamento de créditos trabalhistas para ressaltar a responsabilidade estatal; a defesa do estado em seis mil ações de servidores públicos relativas à URV (Unidade Real de Valor); a quitação de R\$27.252.000,00 em precatórios trabalhistas pelo valor de 18,7 milhões de reais o que gerou um ganho de R\$8.552.000,00 e a quitação de

2.5 milhões de reais em requisições de pequeno valor (RPV) e 700 mil reais em precatórios cíveis.

Foram cassadas, no Supremo Tribunal Federal, as liminares que impediam a cobrança da taxa de incêndio e a cobrança das taxas judiciais, propiciando um aumento de arrecadação na ordem de 60 milhões de reais bem como ocorreu o adicional da dívida ativa em 100 milhões de reais e 2.784 novas inscrições somando valores superiores a 730 milhões de reais em execuções fiscais.

Destacam-se também as Ações Cíveis Públicas com liminares favoráveis que declararam a ilegalidade das greves dos servidores das áreas de segurança e de saúde em Minas Gerais.

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG)

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) tem como missão institucional contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários em consonância com os princípios de seguridade social, promovendo a preservação da saúde e a assistência previdenciária compatíveis com as transformações sociais, econômicas e políticas.

Em 2004, o IPSEMG alinhou-se às principais diretrizes de governo, disseminando no seu corpo de servidores a inovadora proposta do Choque de Gestão, com a avaliação de desempenho individual, o planejamento com foco em resultados, a redução sistemática de custos e despesas, a otimização de gastos e uma contundente política de controle financeiro, demonstrando que os caminhos escolhidos eram os melhores e mais eficientes.

As compras do IPSEMG ao longo do ano de 2004, inicialmente orçadas em R\$19.233.170,83, foram realizadas com uma economia real de 42,90%, tendo sido adjudicadas pelo valor de R\$10.588.221,04. Economizaram-se R\$8.644.949,79 num total de 94 pregões presenciais e eletrônicos bem sucedidos.

Economia real de 42,90%, nas compras do IPSEMG

A gestão e o controle diários de gastos permitiram que o IPSEMG melhorasse ainda mais a relação comercial e a credibilidade com seus fornecedores, saneando as dívidas e pagando rigorosamente em dia todas as suas obrigações. Com esta nova filosofia, alcançou em julho de 2004 o equilíbrio orçamentário que permitiu assumir nova meta para o atendimento médico e hospitalar em todo o interior do estado, dentro do orçamento.

Este novo processo de expansão do atendimento no interior começou a ser implantado dentro de uma lógica predefinida de redimensionamento, focada no volume de beneficiários e em função das demandas existentes em cada região do estado. Foram disponibilizados recursos orçamentários de 3,4 milhões mensais que permitirão expandir a rede para 657 unidades e atender usuários em 800 municípios mineiros. O Decreto 43.683, de 31.08.2004,

disciplinou o Plano de redimensionamento e readequação da rede de assistência médico-hospitalar e odontológica credenciada do IPSEMG.

Com a nova política de expansão da rede credenciada do IPSEMG, em 13.11.2004, foi publicado no “Minas Gerais” aviso de convocação para credenciamento de médicos e dentistas o que permitirá expandir o número de novos profissionais para atendimentos dos usuários do IPSEMG.

*Cadastro de
segurados*

O Sistema de Cadastro Único que está em fase de implantação pretende cadastrar todos os associados e seus respectivos dependentes, permitindo um controle efetivo da massa de seus usuários e possibilitando estudos atuariais com resultados mais precisos.

A carteira de seguro coletivo e pecúlio estão sendo informatizados, estando cadastrados 55 mil segurados, o que representa 80% da carteira. Em 2003, os registros ainda eram todos manuais, o que dificultava o controle dos dados, impedia estudos atuariais e a aferição dos resultados do produto. Com essa nova base de dados disponível está sendo realizado estudo atuarial que vai definir a possibilidade de reabertura da carteira e as regras e regulamentos.

Outro importante projeto foi a implantação na Diretoria de Previdência do cruzamento de dados de pagamento de pensão com o SISOB – Sistema de Óbitos. Com isso, confirmaram-se 80 óbitos confirmados e 22, com suspeitas de irregularidades, foram suspensos por não apresentarem prova de vida. O resultado financeiro foi uma economia anual de 650 mil reais com pensões que deixaram de ser pagas indevidamente.

Com o projeto de recuperação de ativos, os pagamentos recebidos indevidamente e com indícios de fraude foram encaminhados à Polícia Civil. Havia 81 processos para abertura de inquéritos policiais e posterior ressarcimento dos valores aos cofres do IPSEMG.

*Atualização
de pensões*

O IPSEMG recebeu ao longo de 2004 um volume de 1.820 processos de atualização de pensões. Para conseguir atender aos pedidos, foi instituída uma força-tarefa que auditou e deferiu 341 pedidos de atualizações. Além desses, 250 processos foram indeferidos, 697 estão sofrendo diligências nos órgãos de origem, restando ainda 532 em fase de análise.

O Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais recebeu em 2004 contribuições que somaram o importe de R\$ 31.977.606,61 e que reunidas ao saldo apurado em 31.12.03, no valor de R\$ 29.829.339,69, geraram receitas financeiras, provenientes da aplicação desses recursos, da ordem de R\$ 7.897.573,52, perfazendo um montante atual de R\$ 69.704.519,82. A meta atuarial que permite analisar o desempenho da rentabilidade do FUNPEMG foi fixada no padrão INPC + 6% - rentabilidade mínima admitida. O resultado obtido superou no ano de 2004 quase 45% a meta mínima, sendo adicionado ao fundo cerca de 4,86% de rentabilidade sobre a meta definida.

O IPSEMG prestou atendimento à saúde em Belo Horizonte e no interior numa média diária de 102 internações, 150 cirurgias, 425 casos de urgência, 15.334 exames e 3.893 consultas. A Superintendência Odontológica atendeu uma média diária de 1.003 pacientes realizando 2.118 procedimentos e 48 exames. Apesar da magnitude dos números, as necessidades do nosso usuário são ainda maiores, razão do plano de redimensionamento em pleno processo de implantação.

Para a expansão gradual do atendimento sem que ocorra um reflexo nas despesas, o IPSEMG implantou a sua tabela de procedimentos. A proposta de “pacotização”, já utilizada pelos grandes planos privados, permitirá uma economia significativa para o IPSEMG em quase todo tipo de internação e de cirurgia e facilitará a auditoria das contas médicas, com uma expansão mais adequada no futuro após equacionamento dos usuários em relação ao orçamento.

Além da modernização dos equipamentos do Hospital Governador Israel Pinheiro, foram realizados investimentos para ampliar o atendimento no CTI com a inauguração de dois novos leitos em 2004. Houve campanhas de vacinação nas unidades do IPSEMG, imunizando cerca de 3.500 servidores contra hepatite, febre amarela, difteria, tétano e a triviral. A Superintendência Odontológica reformou 42 consultórios que estão sendo modernizados e permitirão uma ampliação da oferta de serviços já previstos para janeiro de 2005, num total de 74 consultórios. Foi ainda definida uma nova tabela de procedimentos odontológicos que vai ampliar a rede de atendimento sem grande impacto financeiro na prestação de serviços.

A assistência farmacêutica foi ampliada dentro do HGIP, com o fornecimento de medicamentos aos associados no menor custo encontrado no mercado, sem que a Drogaria opere com prejuízos. A nova gestão é reflexo de uma política agressiva de compra de medicamentos, que permite obter preços significativamente inferiores aos praticados no mercado e marcação de preços de venda com uma margem mínima, beneficiando o associado sem onerar o IPSEMG.

*Ampliação da
assistência
farmacêutica*

O IPSEMG implantou a partir de março de 2004 o planejamento tático de cada uma de suas Divisões. O objetivo foi redefinir fluxos, agilizar processos, aumentar a produtividade do trabalho e eliminar rotinas inúteis. Está em fase de consolidação o Planejamento Estratégico do IPSEMG para o próximo ano, que definirá os objetivos macros para 2005 e permitirá a formalização do Acordo de Resultados com o governo do estado.

Foi implantado, em parceria com a SEPLAG e com o INDG, o sistema de Gerenciamento Matricial de Despesas, em que 15 gestores estão desenvolvendo diversos projetos para reduzir gastos nos itens mais significativos de despesas.

Atualmente 370 servidores fazem parte do programa de capacitação em informática, freqüentando os cursos de Word, Excel e Access. O Programa

de Avaliação de Desempenho recebeu especial atenção sendo exaustivamente divulgado entre os servidores, com palestras, reuniões e intranet.

Com o Plano de Informática do IPSEMG em 2004 foi implantado o SIL (Sistema de Informações Laboratoriais) e o SICON (Sistema de Concessão de Pensão). Estão em implantação os módulos do SISSO: CADU (Cadastro Único de Segurados), o módulo SADS (Sistema de Assistência Descentralizada à Saúde) e o módulo AREC (Sistema de Arrecadação), e em fase de aquisição o Sistema Integrado de Informações Hospitalares.

Informatização

O IPSEMG na sua meta de informatização garantirá melhores ferramentas de controle, gestão e planejamento. Importante foi a informatização de 25 Centros Regionais no Interior na primeira fase do processo ocorrida em 2004 e a aquisição de equipamentos para comunicação completa do interior com a capital.

A Guia de Arrecadação Eletrônica (GAP) ampliará o controle de arrecadação. Foram atualizados os débitos de 262 entidades municipais com o IPSEMG, as quais foram notificadas para quitação do débito ou inscrição em dívida ativa.

Em 2004, o IPSEMG consolidou-se como o maior plano de assistência à saúde de Minas Gerais, assistindo os seus mais de dois milhões de servidores e dependentes, a maioria com vencimentos insuficientes para dispor de qualquer outro plano de saúde disponível no mercado.

O modelo de gestão implantado no início do governo, com o objetivo precípuo de equilíbrio das contas públicas mediante um rigoroso controle nas despesas de custeio e pessoal bem como no crescimento da receita estadual, atingiu seu propósito com o anúncio do “Déficit Zero”.

Cumprindo sua missão de prestar assessoramento direto ao governador do estado nas suas atribuições constitucionais, nos atos de gestão e administração dos negócios públicos e assuntos relativos à política de comunicação social, a Secretaria de Estado de Governo vem desempenhando seu papel de coordenar ações de representação e relacionamento político-institucional com lideranças políticas, executar tarefas relativas ao funcionamento e manutenção dos palácios e processamento dos atos normativos e legais do governo, além de divulgar todas as atividades desenvolvidas pelos órgãos da administração pública estadual.

A SEGOV, durante o exercício de 2004, graças a uma política interna de motivar, valorizar e sobretudo proporcionar conhecimentos aos seus servidores, promoveu, no âmbito da Secretaria, uma série de cursos, seminários e palestras, dentre os quais: “Capacitação das Chefias Imediatas”, SIAD/Licitação, “Gestão pela Qualidade”, “Redação”, “Fiscalização e Controle Social da Gestão Pública”, “Gerenciando sua Empresa como uma Orquestra”.

Capacitação
técnica

Tal capacitação técnica proporcionada ao longo desse exercício pela SEGOV será de grande importância para a qualificação dos seus servidores, uma vez que a ação governamental Avaliação de Desempenho sob a coordenação da SEPLAG, internamente já está em plena execução.

Cabe salientar, ainda, a criação da Comissão de Modernização Institucional com o objetivo de estudar, propor e acompanhar ações gerenciais que visem assegurar a adequação da estrutura organizacional da SEGOV às exigências legais, com reflexos na otimização e alcance de resultados.

A Subsecretaria da Casa Civil, além das suas funções específicas desenvolveu e implantou o Sistema Integrado de Processamento de Atos (SIPA) com a finalidade de agilizar a publicação dos atos administrativos do governador e do secretário de Estado de Governo, propiciando significativa redução de custos, com a eliminação da sua impressão. O SIPA ainda está proporcionando a antecipação da implantação da certificação digital nos atos do chefe do Executivo.

Implantação
do SIPA

A Subsecretaria de Comunicação Social - O relacionamento sistematizado com os meios de comunicação de massa é um dos instrumentos mais relevantes da prática democrática. Por meio desse relacionamento, os governantes prestam contas, orientam e informam a população ou seus setores organizados.

Em 2004, a Superintendência de Imprensa da Subsecretaria de Comunicação Social consolidou suas estruturas para a execução desse trabalho, atuando nos núcleos de processamento e emissão de notícias específicas para rádio, jornais e TVs e atendimento às demandas dos veículos.

Núcleos de
Informação

Em resumo, estes núcleos concluíram o ano nos seguintes estágios: Núcleo de Rádio – relacionamento sistemático, diário e regionalizado, com cerca de 90 por cento das emissoras instaladas em Minas. Núcleo de Jornais – fornecimento de informações e atendimento às demandas dos jornais e demais publicações impressas do estado e do país, de acordo com suas características – circulação diária, semanal, mensal etc. Núcleo de TV – produção e processamento de informações para as emissoras de televisão – comerciais, comunitárias e educativas – incluindo atendimento às demandas. Embora a metodologia esteja consolidada e em operação, a instalação do núcleo está em fase final Internet – também estão em operação a produção e manutenção da área de notícias do portal eletrônico do governo, embora o núcleo esteja em fase de estruturação para produzir um “site” exclusivamente para o noticiário governamental.

Durante 2004, a SECOM também treinou as assessorias de comunicação dos órgãos públicos, visando ao aperfeiçoamento da produção de informações e sugestões de pautas e o relacionamento com os departamentos de jornalismo dos veículos de comunicação.

Outra atividade desenvolvida foi a captação e análise de informações publicadas nos meios de comunicação, por meio de clippings, visando à identificação das demandas da sociedade, com o propósito de subsidiar as ações de governo na interação com a população.

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF/MG)

Além de dar publicidade aos atos oficiais dos Poderes do Estado no *Minas Gerais*, também atuou como agência de comunicação, ampliando suas atividades no campo cultural com a criação do "Instituto Mineiro de Cultura e Desenvolvimento Social", que dá sustentação ao coral, a revitalização do Cine-Teatro Clara Nunes, e a criação do Memorial da Imprensa Oficial. Este ano, deu-se a modernização e implantação do parque gráfico, do sistema de informática e redução drástica no consumo de energia elétrica, perfazendo a média de 50,14%; foi instalado um moderno sistema contra incêndio, com o objetivo de preservar o acervo; foram realizadas reformas gerais para melhorar a acomodação dos funcionários e o atendimento ao público, além de treinamento do pessoal para melhor qualificação. Encontra-se em procedimento de canalização dos dejetos químicos usados no sistema de impressão, com vista à preservação do meio ambiente. Formou-se convênio com a Loteria e a Cemig, e estudos de alta tecnologia foram desenvolvidos com vistas a maior visibilidade do estado e importantes resultados financeiros. Tende-se agora a assinar parcerias públicas ou privadas.

Loteria do Estado de Minas Gerais

A Loteria tem por finalidade, mediante a exploração de jogos lotéricos e similares, gerar recursos e destiná-los a programas de assistência, desportos, educação, saúde e desenvolvimento social. Da meta orçamentária

prevista para 2004 foi realizada apenas 64% daquele total, uma vez que parcerias firmadas com terceiros foram desfeitas e jogos em processos de implementação foram suspensos, em virtude de medidas provisórias e ações judiciais no âmbito federal contra o jogo.

Paralelamente pode-se destacar o Decreto 43.647 de 12 de novembro de 2003, que instituiu o sorteio promocional “Concurso Minas Nota 10” com o propósito de incentivar e incrementar a arrecadação de ICMS, o que efetivamente contribuiu para o déficit zero.

*Minas Nota
Dez*

Em 2004, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG) realizou várias reuniões plenárias ordinárias, objetivando o acompanhamento dos programas governamentais “Minas Sem Fome”, “Leite Pela Vida”, “Viva a Vida”.

CONSEA

Participou de seminários, conferências e promoveu, no âmbito de Minas Gerais encontros regionais visando informações sobre a realização da segunda etapa do programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais (Pro-San).

Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais

A Ouvidoria tem como missão institucional a fiscalização das atividades das polícias do estado. Foi celebrado com o Ministério da Justiça por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, o convênio “Fortalecimento da Ouvidoria”, destacando-se cursos de treinamento, edição de 3 mil livros, inauguração do projeto “Disque Corrupção-Ouvidoria da Polícia”, pesquisas e encontros com a finalidade de reciclagem dos servidores.

Para otimizar as ações da Ouvidoria são realizadas parcerias com ONGs, entidades de Direitos Humanos, associações de classes e de moradores, universidades e representações das instituições de defesa social.

Escritório de Representação do Governo de Minas em Brasília

Cumprindo sua função de representar e defender os interesses do governo do estado, acompanhou programas e projetos dos órgãos federais, com o objetivo de assegurar a captação de recursos adicionais para o estado.

O Escritório de Representação do Governo de Minas em São Paulo, encontra-se em fase de implantação.

O Escritório de Representação do Governo de Minas no Rio de Janeiro, encontra-se em fase de reestruturação.

Conselho de Ética Pública

*Instituição
do Código
de Conduta
Ética*

O Governo instituiu o Código de Conduta Ética e criou o Conselho de Ética Pública –CONSEP, órgão consultivo, com a atribuição de zelar pelo cumprimento dos princípios e das regras éticas e pela transparência das condutas da administração pública direta e indireta do Estado.

Essa iniciativa revela a sensibilidade do Governo de Minas para com a relevância do tema e para com o crescente ceticismo da opinião pública a respeito do comportamento de administradores públicos e classe política. Essa descrença é identificada como um fenômeno mundial que tem feito surgir, um movimento de fortalecimento da consciência ética da sociedade, em vários países nas últimas duas décadas.

A criação do Conselho de Ética Pública demonstra, pois, o propósito político de institucionalização de valores morais e éticos no serviço público e é parte relevante do processo de modernização do Estado.

O governo mineiro inspirou-se na experiência federal ao tratar a questão da ética em duas instâncias, concebendo, para cada uma, papel e metodologia de trabalho diferenciados. Assim, além da instituição do Conselho de Ética, foram criadas Comissões de Ética, responsáveis pela divulgação e demais procedimentos referidos à questão da ética pública, junto à grande camada de servidores públicos estaduais.

Para a institucionalização do Conselho e Comissões de Ética foram elaborados, regulamentos e publicados decretos e deliberações sobre a Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração Estadual.

As ações a serem desenvolvidas em 2005 estão distribuídas em quatro frentes de trabalho: Consolidação das Comissões de Ética; Fortalecimento Institucional do Conselho de Ética Pública; Gestão de processos; Promoção de Eventos e Seminários

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) pautou-se dentro de uma visão estratégica de médio e longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados em torno de um novo padrão de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, aperfeiçoando o planejamento e a gestão pública, orientando-os para a consecução de metas e resultados.

É oportuno lembrar que o Estado, até 2003, convivia com uma das piores equações fiscais do país. Havia um descolamento entre execução orçamentária e financeira – gerando dívida –, o que determinava um contingenciamento linear e indiscriminado de custeio e investimento. Os projetos de governo, nesse contexto, não se efetivavam, resultando na ineficiência dos serviços públicos e num clima de investimentos desfavorável.

O Duplo Planejamento, metodologia apresentada já na primeira reunião gerencial do governo, em 18 de fevereiro de 2003, buscou combinar a reforma administrativa e o ajuste fiscal, imprescindíveis no curto prazo, com a construção de uma agenda de desenvolvimento de médio e longo prazo.

As reformas de curto prazo implementadas tornaram possível a construção de uma agenda de desenvolvimento denominada Plano Mineiro de desenvolvimento Integrado (PMDI). Transformada em lei em janeiro de 2004, teve como caminho crítico a elaboração de um amplo diagnóstico do estado, que aborda dimensões econômicas e sociais, incluindo a situação do setor público, e aponta os principais gargalos e oportunidades, decisivos para o alcance do desenvolvimento sustentável no Estado. O diagnóstico provou possível a visão de Minas, em 2020, como o melhor estado do país para se viver.

PMDI

Participaram da construção dessa agenda, sob a coordenação do governador, os demais dirigentes da administração estadual, representantes do legislativo e da sociedade civil organizada: setores empresariais, de trabalhadores e organizações não-governamentais.

Conclui-se que, para ser o melhor estado para se viver e investir, o governo do Estado deve preparar-se. Para tanto, três diretrizes estratégicas são fundamentais: (i) reorganizar o setor público estadual – daí o Choque de Gestão; (ii) promover, de forma inovadora, o desenvolvimento econômico; (iii) recuperar o vigor político do estado.

Na estratégia “reorganizar o setor público estadual” trabalha-se basicamente em duas dimensões: promover o ajuste fiscal e aumentar a eficácia do setor público, com destaque para o Projeto Estruturador *Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública*. Em termos de ajuste fiscal, os números da evolução anual do déficit mostram a opção incondicional do governo pela austeridade fiscal.

Choque de
Gestão

Com o objetivo de garantir a eficiência alocativa, foi revitalizado em 2004 um arcabouço institucional para os programas e projetos prioritários, tendo como premissa o equilíbrio fiscal. Compõem este arcabouço

institucional o PMDI, o Plano Plurianual (PPAG), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária e o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Adicional, e particular a Minas Gerais, a Junta de Programação Orçamentária e Financeira, comitê composto por membros da Secretaria de Fazenda e de Planejamento e Gestão, funciona como instância deliberativa permanente sobre os instrumentos legais mencionados, acompanhamento dos resultados e prescrição, a qualquer tempo, de medidas corretivas. Corporifica-se, assim, a integração planejamento-orçamento-finanças.

O processo para efetivar este arcabouço inicia-se na definição das metas fiscais. Em outros termos, na definição, a priori, do volume de recursos de que o estado dispõe para realizar suas despesas. Para evitar uma dispersão destes recursos e a conseqüente ineficácia da ação de governo, criou-se em Minas Gerais a Gestão Estratégica de Recursos e Ações do Estado - GERAES.

Gerenciamento
intensivo dos
projetos
estruturadores

O GERAES, composto de 31 projetos estruturadores escolhidos no PMDI e materializados no PPAG e LOA, apresenta foco bem definido, e pretende ser catalisador do desenvolvimento no estado. Esses projetos abrangem a modernização da receita estadual, a reforma administrativa (Choque de Gestão), a infra-estrutura, o meio ambiente, a educação, a segurança, a saúde, entre outras áreas. Os projetos estruturadores objeto de gerenciamento intensivo e condição importante em ambientes de restrição fiscal, têm fluxo de recursos garantido.

Na implementação são utilizados recursos de gestão de projetos usuais no setor privado e busca-se permanentemente um alinhamento de todas as áreas – pessoas e demais recursos – envolvidas em torno dos resultados finalísticos propostos. Institucionalmente, para gestão dos projetos, foi criada a Unidade de Apoio e Gestão de Projetos (UAGP) na Secretaria de Planejamento e Gestão, que tem as atribuições usuais de planejamento, acompanhamento, apoio e avaliação dos estruturadores, mas, de forma inovadora, também define o fluxo orçamentário e financeiro em todas as suas etapas — orçamentação, liberação mensal e realocação de recursos entre projetos em função do desempenho. O efeito esperado do GERAES é de, por meio de seus resultados, reforçar no curto prazo o ajuste fiscal.

Este efeito é consistente e robusto, uma vez que a premissa anterior à alocação de recursos é o equilíbrio fiscal; o foco estratégico estabelecido pelo GERAES aumenta a taxa de efetividade dos projetos; e os projetos têm impacto, alguns no curto-prazo, no incremento da receita e redução nos gastos correntes.

JPOF

Um último e importante aspecto desta integração planejamento-orçamento-finanças é o funcionamento da Junta de Programação Orçamentária e Financeira (JPOF), na garantia do equilíbrio fiscal. Quadrimestral ou extraordinariamente a JPOF se reúne para avaliar o comportamento das receitas e despesas. Objetivamente, o Tesouro Estadual apresenta o fluxo de recursos a utilizar – positivo ou negativo – para o quadrimestre seguinte e a área de planejamento propõe contingenciamentos ou atendimento a

necessidades estratégicas. Este processo iniciou-se em fevereiro de 2004 e os resultados podem ser demonstrados pela execução física e financeira do ano em referência.

Nessa perspectiva, a SEPLAG orientou, acompanhou e supervisionou órgãos e entidades, atendendo suas demandas por meio de pareceres técnicos, liberação de cotas e elaboração de decretos de créditos adicionais, acompanhando e avaliando a execução orçamentária e financeira.

Com a experiência de gerenciamento intensivo dos projetos estruturadores ao longo de 2004, a Secretaria, em parceria com os gerentes, procedeu à adequação dos planos de trabalho dos projetos quando da revisão do PPAG, atualizando-os consoante as novas condições do contexto, tornando mais realista as metas estipuladas e a programação de aplicação de recursos financeiros.

A lei de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o triênio 2005-2007 segue determinação do Art. 3º da Lei 15.033 de 20/01/2004 e inaugura nova fase no planejamento das ações governamentais. O objetivo da revisão é tornar o plano uma peça viva, constantemente aprimorada pela avaliação de resultado dos programas e ações de governo.

*Revisão do
PPAG 2005*

Espera-se também deste processo um maior alinhamento das ações de governo em torno das estratégias estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI); o atendimento tempestivo às prementes demandas sociais; o aproveitamento de novas oportunidades; e a continuidade e intensificação da participação legislativa e da sociedade na construção dos planos.

As estratégias de longo prazo definidas no PMDI estão organizadas em dez objetivos prioritários, cada qual se desdobrando em programas e ações do PPAG. Este último elemento – ações – representa o elo principal entre os planos e os orçamentos anuais, pois nele estão contidas as metas e recursos para 2005, 2006 e 2007. Ao revisar o PPAG tendo como produto a proposta orçamentária para 2005, mantém-se a coerência entre os planos e o orçamento. Esta primeira revisão do PPAG determinou que a alocação de recursos pretendida para 2005 submete-se às estratégias definidas no PPAG e no PMDI.

Esse processo implantou a sistemática de programação deslizando, com a inclusão de um novo exercício a cada revisão, objetivando atualizar e manter uma visão de médio e longo prazo aos programas de governo, considerando que a maioria das ações ora são permanentes, ora transcendem os governos que as conceberam.

A revisão do plano foi realizada por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), com a participação de todos os órgãos e entidades estaduais. Para o acompanhamento dos programas e ações previstas no PPAG 2005-2007, a SEPLAG, em parceria com a Prodemge, desenvolveu o módulo de monitoramento do SIGPLAN, por meio

*Implantação do
módulo de
monitoramento
do SIGPLAN*

do qual a SEPLAG passará a monitorar, ao longo do exercício, o desempenho físico-financeiro dos programas definidos no PPAG.

*Incorporação
da dimensão
finalística aos
programas de
governo*

Também, pela primeira vez na história de Minas Gerais, o plano plurianual conta com indicadores que possibilitem a avaliação do impacto gerado pelo plano na sociedade, incorporando, enfim, a dimensão finalística da ação governamental ao escopo do planejamento público, além dos aspectos físicos e financeiros anteriormente contemplados. Nesse quadro, o indicador permite mensurar até que ponto os diversos programas lograram alcançar os objetivos previamente propostos, instrumentalizando igualmente a avaliação institucional dos órgãos e entidades do estado.

Outro avanço desta revisão do PPAG é consolidar a parceria do Poder Executivo com o Legislativo para promover maior transparência, participação e controle social sobre o que tem sido feito por Minas e por suas metas futuras. Os aprimoramentos no plano e no orçamento e, mais do que isso, a maior e efetiva participação da sociedade, graças às audiências públicas realizadas pela ALMG em novembro último, confirma a construção de um novo tempo no planejamento estadual. Reeditou-se em 2004 a bem sucedida parceria entre o executivo e legislativo iniciada na elaboração do PPAG em 2003.

A inédita participação popular na revisão do PPAG, conduzida pelo Legislativo e Executivo, adicionou aproximadamente R\$ 4,5 milhões ao plano e ao orçamento de 2005, principalmente nos projetos estruturadores.

Também em 2004, a atuação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão concentrou-se, particularmente, em implantar e consolidar as ações concebidas no Projeto Estruturador Choque de Gestão: pessoas, qualidade e inovação na administração pública, tendo como meta principal a melhoria da gestão e eficácia da máquina pública.

*Capacitação
de 4.300
servidores*

Neste aspecto, destaca-se a formação, qualificação e capacitação de recursos humanos dos órgãos e entidades do Poder Executivo como um dos mais importantes instrumentos do Choque de Gestão, capacitando cerca de 4.300 servidores nos cursos de Gestão em Políticas Públicas; Gestão Pública Empreendedora; Planejamento, Gestão e Finanças; Gerenciando para Resultados; Avaliação de Desempenho Individual, Acordo de Resultados e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Vale lembrar que esta é uma iniciativa inédita no serviço público estadual: capacitar os servidores para o desenvolvimento de suas atividades diárias, com o objetivo de tornar a máquina administrativa mais eficiente e melhorar atendimento à população.

*16 Planos de
Carreiras
Aprovados*

Ainda no aspecto de valorização do servidor público, foram reformulados todos os planos de carreira do Poder Executivo. Dos 16 projetos de lei enviados à Assembléia Legislativa, todos já aprovados, seis já foram transformados em lei. São elas: Advocacia, Educação, Agricultura, Defesa Social, Agente Socioeducativo, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Numericamente, essas carreiras somam 188.050 cargos, sendo 97.542 providos.

Outro instrumento importante do Choque de Gestão é o processo de Avaliação de Desempenho Individual do servidor público, que teve início em julho de 2004, sendo previsto o término do primeiro ciclo em julho de 2005. Para tanto, procedeu-se à regulamentação das leis de avaliação de desempenho individual, a publicação de material explicativo e de divulgação e o treinamento de capacitação das chefias imediatas. Para sistematização do processo de avaliação de desempenho, encontra-se em desenvolvimento, em parceria com a PRODEMGE, o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho (SISAD), que será incorporado ao SISAP.

Implantação do SISAD

Ainda como parte importante do processo de inovação do modelo de gestão pública por resultados, vem-se concretizando a implantação do Acordo de Resultados e da Avaliação de Desempenho Institucional, que são instrumentos de “Pactuação de Resultados” que deverão ser alcançados por cada órgão, entidade ou unidade administrativa da administração pública estadual, com o objetivo de melhorar a eficiência e eficácia da atuação da máquina administrativa, como também dar maior transparência às ações de governo e facilitar o controle social pela população.

Destaca-se neste processo a celebração de oito acordos de resultados, com os seguintes órgãos e entidades: Subsecretaria da Receita Estadual, da Secretaria de Estado de Fazenda; Instituto Estadual de Florestas; Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Fundação Estadual do Meio Ambiente; Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, além dos projetos estruturadores Gestão Ambiental-Minas Século XXI e Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios.

Oito Acordos de Resultados celebrados

Destes, dois acordos já tiveram a sua primeira avaliação, com previsão de pagamento de prêmio por produtividade: Subsecretaria da Receita Estadual e Instituto Estadual de Florestas. Estão em fase de negociação dois outros acordos: Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Instituto de Pesos e Medidas.

Duas entidades já recebem Prêmio por produtividade

No que se refere à adoção de novo modelo de parceria na execução de políticas públicas, o governo do estado buscou, por meio da capacitação de servidores e publicação de informativo, divulgar o modelo de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), intentando, ainda, a efetivação de parcerias entre o governo e a sociedade civil organizada. Qualificaram-se 11 instituições, 22 pleitos de qualificação foram indeferidos e dois estão em análise. Também encontra-se em processo de análise duas propostas de Termo de Parceria passíveis de celebração entre o Poder Público e as OSCIPs.

Entidades qualificadas como OSCIP: onze

Não se tendo esgotado a reforma da estrutura organizacional do Poder Executivo, iniciada em 2003, deu-se continuidade à revisão do aparato estadual, com a reestruturação de 16 órgãos e/ou entidades, havendo, ainda oito projetos em análise. É importante destacar a criação da Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais, que é composta pelas Ouvidorias do Sistema Penitenciário; da Polícia; Educacional; da Saúde; Ambiental e de Fazenda, Patrimônio e Licitações Públicas.

Criação da Ouvidoria Geral do Estado

*18 processos
de
racionalização
otimizados.*

Almejando, ainda, a eficiência da máquina pública, outra importante ação refere-se à revisão e otimização de 43 processos organizacionais e de 18 processos otimizados em andamento. Entre eles os processos já redesenhados sobre o Registro de Preços, para o SIAD, o da Integração entre o Planejamento e Orçamento e a elaboração da Metodologia de Racionalização de Processos das áreas meio e fim da administração direta, que tem como objetivo a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e a redução de custo e de prazo de execução.

*Centralização
da folha de
pagamento do
Estado.*

No que se refere à política de pagamento de pessoal, tendo como instrumento gerencial o Sistema de Administração do Pessoal Civil do Estado (SISAP), concluiu-se com sucesso a centralização da folha de pagamento do pessoal civil da administração direta, autárquica e fundacional do poder Executivo do Estado de Minas Gerais, sendo gerenciado o pagamento de 384.039 servidores da administração direta e 37.942 da administração indireta, totalizando 421.981 servidores em 2004.

*2.727
servidores com
acúmulo de
cargos.*

Com a centralização, uma auditoria na folha de pagamento compara os dados dos servidores estaduais com o do Sistema Nacional de Óbitos (SISOB), com os arquivos do IPSEMG e do IPSM, além de cruzar os dados cadastrais dos servidores da União e do município de Belo Horizonte. Nesta comparação, foi constatado que 605 servidores inativos e pensionistas já falecidos continuavam a receber seus pagamentos; detectado o acúmulo de cargos para 2.727 servidores, sem o amparo legal definido pela Constituição Federal e Emenda nº. 19/1998, e identificados 1.426 possíveis casos de acúmulo ilícitos. Os pagamentos indevidos foram suspensos e os processos encaminhados à Polícia Civil para adoção das providências cabíveis.

Foi adotada, ainda, a verificação sistemática das alterações de remuneração dos servidores. A cada mês, toda variação igual ou superior a R\$ 2.000,00 nos contracheques é conferida antes do pagamento; as variações superiores a R\$ 5.000,00 têm seu pagamento retardado até a averiguação da documentação que lhe deu origem.

*Implantação
do Armazém
Informações
do SISAP.*

Para um melhor gerenciamento da folha de pagamento e, também, com o objetivo de suprir a demanda de informações ágeis e consolidadas para as unidades setoriais de recursos humanos dos órgãos e entidades do Poder Executivo foi desenvolvido o primeiro módulo do "Armazém de Informações do SISAP", utilizando a Internet.

Na implantação deste Banco de Dados está sendo exigido que as unidades setoriais de recursos humanos verifiquem a documentação que deu origem às vantagens que estão sendo pagas aos servidores, auditando, assim, as respectivas concessões.

No que concerne à política de recursos humanos, foram realizados os concursos públicos para provimento de 800 cargos da carreira de tributação, fiscalização e arrecadação do quadro da Secretaria de Estado de Fazenda e de

554 cargos para agente de segurança penitenciário do quadro da Secretaria de Estado de Defesa Social.

Na área de aposentadoria, 12.675 processos foram analisados. Destes, 2.528 já foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e 10.147 devolvidos aos órgãos de origem para diligências. Destaca-se, também, a publicação de 1.785 processos de aposentadoria, sendo 1.002 de novas aposentadorias, 760 processos retificados e 23 processos que foram anulados. A Secretaria está buscando sistematizar o processo de concessão desse benefício, com o objetivo de reduzir o intervalo entre o requerimento da aposentadoria e a efetiva publicação do ato aposentatório.

12.675 processos analisados e concessão de 1.002 aposentadorias.

O processo de recadastramento de aposentados e pensionistas especiais do Poder Executivo estadual foi reestruturado em 2004, com o recadastramento de 129.084 beneficiários.

Por meio do programa Gestão do Patrimônio Público foram disponibilizados 70 imóveis dominicais para a CODEMIG; vinculados 92% dos imóveis a órgãos estaduais; regularização documental (registro) de 90,93% dos imóveis; avaliação de 1.569 imóveis para fins de atualização; transferência de 25 escolas aos municípios em decorrência da Lei 14.969, de janeiro de 2004; descentralização das vistorias de imóveis para fins de locação em cumprimento ao Decreto 43.645, de 3 de novembro de 2003; disponibilização via internet do inventário imobiliário; descentralização das vistorias de imóveis com o apoio das coordenadorias regionais da SEPLAG, com a capacitação dos respectivos técnicos; e concluído o levantamento da legislação estadual relativa ao patrimônio.

Transferência de 25 prédios escolares aos municípios.

Para garantir maior eficácia e transparência na gestão do patrimônio imobiliário estadual está sendo desenvolvido o Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário – MSIP.

Na Gestão Matricial da Despesa (GMD), outro componente do “Choque de Gestão”, que tem como objetivo a redução dos gastos com insumos na administração pública estadual, foi implantado o Programa Energético Estadual, em parceria com a CEMIG, tendo por finalidade a otimização do uso de energia elétrica em prédios públicos. Dos 266 prédios públicos monitorados pelo Sistema de Acompanhamento de Consumo Inteligente (SACI), houve redução de energia em 168, com uma economia de R\$ 1,130 milhão. Porém em 98 prédios houve aumento no consumo de energia elétrica, no valor de R\$ 545 mil.

168 prédios apresentaram redução no consumo de energia.

Na Gestão de Transportes Oficiais, destaca-se o pregão para registro de preço para contratação de seguro obrigatório para os veículos oficiais do estado; o recolhimento de veículos inservíveis ou em estado de sucata realizando leilões e auferindo aproximadamente R\$ 1,145 milhão, alienando 542 veículos; e a redistribuição de 41 veículos para os órgãos e entidades da administração pública estadual.

Leilão de veículos inservíveis: R\$ 1,145 milhão arrecadados.

Implantação
do SIAD.

Na Gestão de Suprimentos do Estado, tornando-a mais econômica, eficiente e eficaz e com processos mais transparentes para a sociedade, foi implantado, em 1º de janeiro de 2004, o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD) em todos os órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes, que recebem recursos do Tesouro Estadual.

Integração
do SIAD
com o SIAFI.

O SIAD é um sistema corporativo composto por vários módulos, que, integrado com o Sistema de Administração Financeira (SIAFI) e outros sistemas do estado, permite controlar o ciclo dos materiais e serviços, desde a requisição até o momento em que os materiais forem distribuídos, patrimoniados e os serviços realizados.

Essa ferramenta tem sido um grande facilitador para o cumprimento de metas e adequação do ajuste fiscal no que se refere à gestão de suprimentos. A partir de sua implantação os órgãos e entidades poderão obter informações gerenciais sobre o gasto público para adequação ao orçamento e controlá-lo. Possibilita ainda, a redução da mão-de-obra destinada à operacionalização das ações referentes ao setor de suprimentos, permitindo a realocação de servidores.

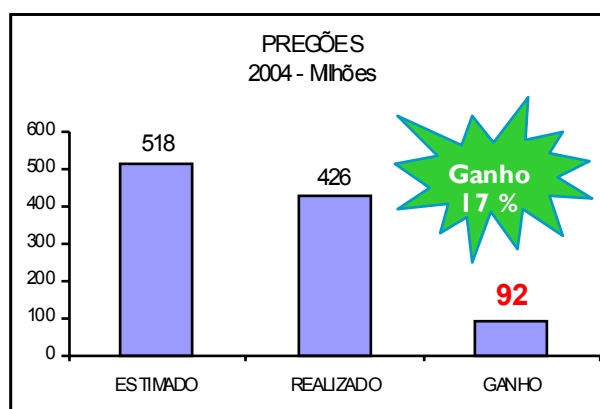
Redução de
preços com o
pregão
eletrônico e
presencial.

Outra característica importante do SIAD é a redução de preços nas aquisições e contratações de materiais e serviços e transparência das ações públicas por meio da utilização, prioritária, das compras eletrônicas.

Em 2004, foram implantados onze módulos do sistema: Cadastro Geral de Fornecedores, Catálogo de Materiais e Serviços, Compras, Cotação Eletrônica de Preços, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico, Melhores Preços, Contratos, Material Permanente, Material de Consumo e Frota de Veículos.

90% das
aquisições via
SIAD.

Como resultados, aproximadamente 90% das aquisições de suprimentos do estado são via SIAD; realização de 1.905 pregões, com média de 25 dias para homologação e economia de 17,78%, correspondente a R\$ 92.122.702,20; capacitação de 1.500 pregoeiros; de 1.100 servidores no treinamento presencial e 2.650 no treinamento virtual; e 6.527 contratos cadastrados.



Tendo como meta a transparência das ações públicas e a melhoria dos serviços prestados remotamente à população, foi criado o Banco de Informações e Serviços (BIS), por meio da reestruturação e integração das informações e serviços da internet com o do atendimento telefônico (LIG-Minas), dando origem ao Minas On-line, o novo portal oficial do governo na internet.

O Minas On-line é baseado em públicos-alvos – cidadãos, empresas, governo e servidores – e é o primeiro portal de governo no país a apresentar os serviços e informações de acordo com os eventos da vida dos cidadãos, com um sistema de gestão de conteúdo completo, descentralizado, que permite aos próprios órgãos e entidades da administração pública gerenciarem seus serviços e informações.

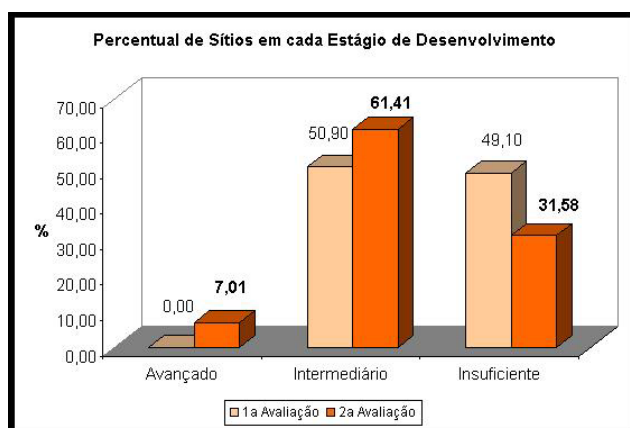
Implantação do Minas On-line.



Considerando a Resolução SEPLAG nº 71/2003, procedeu-se à avaliação dos sítios dos órgãos e entidades da administração pública, nos meses de janeiro e julho de 2004. Verificou-se que no processo de avaliação, acompanhamento e assessoramento houve uma evolução significativa na prestação de serviços e informações pela internet. No Gráfico abaixo, pode-se perceber a evolução dos sítios desde a primeira avaliação – quando da

Avaliação dos sítios dos órgãos e entidades do Estado.

instituição dos padrões – até a segunda avaliação, seis meses depois. Os sítios avançaram em todos os estágios de desenvolvimento.



*Criação do
Comitê de
Governança
Eletrônica.*

Um objetivo importante alcançado foi a criação do Comitê de Governança Eletrônica, que se tornou a principal instância deliberativa sobre as políticas de gestão da informação e gestão de tecnologia da informação no Governo do Estado de Minas Gerais. A partir desse instrumento, foi institucionalizada a política de governança eletrônica estadual, que estabelece as diretrizes gerais para os próximos anos. Uma das principais realizações do Comitê de Governança Eletrônica foi a definição dos parâmetros para implantação de certificação digital e da política de segurança da informação. Essa tecnologia é fundamental para a segurança das informações trafegadas na internet. Todo o modelo de gestão já foi definido, bem como as responsabilidades.

Seguramente, o Choque de Gestão, por meio de um conjunto de ações integradas, tem conseguido resultados significativos no que tange à modernização administrativa, sustentabilidade do equilíbrio fiscal, melhoria da qualidade e redução do custo dos serviços públicos.

O segundo projeto estruturador a cargo da Secretaria de Planejamento e Gestão é o “Centro Administrativo do Governo de Minas Gerais”.

O projeto da nova capital, no final do século XIX, contemplou a construção de prédios localizados dentro de uma mesma área, que serviriam de abrigo para os principais órgãos da administração da época, inclusive o da sede do governo. Surge então a Praça e o Palácio da Liberdade, e os palacetes adjacentes. Esse conjunto, de grande valor histórico-cultural, cumpriu sua função por longa data.

Entretanto, com o desenvolvimento de Minas e conseqüente crescimento da máquina administrativa no último século, o espaço outrora destinado aos órgãos estaduais da administração direta e indireta tornou-se insuficiente, gerando uma descentralização física do governo. Atualmente,

apenas cerca de 5% dos servidores estão instalados na Praça. Tal descentralização, além de gerar altos custos com locação de imóveis, logística, telefonia, dentre outros, influi negativamente na prestação dos serviços públicos, posto que emperra o andamento de processos.

É neste sentido que o projeto do Centro Administrativo busca facilitar o aumento de eficiência na prestação do serviço público e, também, otimizar e racionalizar os processos administrativos pela instalação da máquina pública em local único, dotado de recursos modernos de telecomunicações e projetado com este fim específico.

Centro
Administrativo

Busca-se, além disso, dar um reordenamento ao espaço urbano e revitalizar o entorno do futuro Centro, deslocando o vetor de crescimento da capital da região sul para a região noroeste. Dentre as várias propostas de áreas onde este Centro pudesse ser instalado, o Governo optou pelo sítio do atual Aeroporto de Carlos Prates.

Com o objetivo de permitir a implantação do Complexo Cultural da Praça da Liberdade, a SEPLAG, responsável pela administração dos imóveis estaduais, coordenou a reforma do Ed. Bemge, na Praça Sete. A mudança dos órgãos e entidades terá início em Janeiro de 2005.

Em conjunto com o Instituto Horizontes, a SEPLAG realizou, em dezembro de 2003, um seminário sobre a experiência da implantação dos Centros Administrativos da Bahia, Ceará e Mato Grosso. Esse seminário apontou alguns aspectos que foram observados na concepção do Centro mineiro.

Outra atividade realizada em parceria com o Instituto foi um workshop, em 31 de março de 2004, sobre os impactos gerados com a implantação de um Centro dessa magnitude. O encontro contou com a participação de representantes de vários segmentos e atores envolvidos no processo.

Em 24 de novembro foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal, para discutir o tema com a comunidade da região Noroeste da Capital.

Em julho de 2004 foi entregue o estudo preliminar do projeto arquitetônico, elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A partir de então, a SEPLAG começou a acompanhar o desenvolvimento do projeto, apresentando sugestões e solicitando intervenções de modo a permitir seu fiel atendimento às necessidades e expectativas do governo. O projeto arquitetônico básico e os projetos de fundações e estruturas serão apresentados em janeiro de 2005.

A partir do projeto básico, dar-se-á o início do processo de licenciamento ambiental. Na etapa inicial, serão realizados os estudos de impacto ambiental e trânsito, os quais balizarão a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, para a devida inserção do projeto na malha urbana de Belo Horizonte.

O Centro Administrativo será o reflexo físico e arquitetônico do êxito do choque de gestão, com edifícios modernos, funcionais e inteligentes dando condições ao funcionamento pleno de uma máquina que já estará mais ajustada, com carreiras estruturadas e servidores qualificados.

Especificamente ao Projeto Estruturador Jaíba, que objetiva o desenvolvimento sustentável da agricultura no norte do estado, a SEPLAG prestou apoio ao gerenciamento do projeto em todos os seus aspectos, particularmente no acordo de crédito com o *Japan Bank for International Cooperation (JBIC)*.

Coordenação
das ações de
governo

Na política de coordenação das ações de governo, destacam-se a coordenação de ação conjunta entre o DER, COPASA, GASMIG e PBH-URBEL visando à desocupação da Rodovia MG-20, em resposta à ação civil pública do Ministério Público de Minas Gerais; a coordenação e o acompanhamento das ações de implementação do Programa Lares Geraes - Segurança Pública; a organização dos Fóruns de Superintendentes de Planejamento, Gestão e Finanças, bem como das reuniões das Câmaras Temáticas de Planejamento, Gestão e Finanças, de Desenvolvimento Social e Cidadania e de Desenvolvimento Econômico e Infra-Estrutura; a coordenação das ações de implementação do Programa Pró-Assiste; a coordenação e o acompanhamento dos processos de transferência de órgão executor do Projeto Centro de Referência do Cidadão e do Programa de Crédito Fundiário no Estado. Para permitir o acompanhamento eficiente dessas ações, foi desenvolvido, ainda, um sistema de acompanhamento das ações de governo.

Captação de
R\$ 22,6
milhões em
projetos

Articulou-se, ainda, a formação de uma carteira unificada de projetos para o Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, em 2004, foram cadastrados 61 projetos oriundos de vários órgãos e entidades estaduais, dos quais 31 foram encaminhados a entidades financiadoras, com a captação de R\$ 22,618 milhões.

80 servidores
treinados em
elaboração de
projetos

Como suporte desenvolveu-se o sistema carteira de projetos, via Internet, e ferramentas gerenciais para elaboração de projetos, como o manual para elaboração de termo de referência e o catálogo de sistemáticas. Para tanto, foram treinados 80 servidores da administração pública estadual.

Fundação João Pinheiro (FJP)

Escola de
Governo Paulo
Neves de
Carvalho

A Fundação João Pinheiro executou, em 2004, diversas ações dentro de quatro programas principais arrolados no PPAG. Porém, o programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos e desenvolvimento de pesquisas/projetos em gestão pública e a participação no Projeto Estruturador Choque de Gestão - Pessoas, qualidade e inovação na administração pública, competem fundamentalmente à Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. A formação, capacitação e qualificação desta unidade envolveram 5.722 alunos, merecendo destaque o Curso Superior de Administração Pública (CSAP). Em 2004, houve pela primeira vez, dois vestibulares semestrais, duplicando o

ingresso de alunos em relação aos anos anteriores, esforço demandado pelo mencionado Projeto Estruturador.

Foram ministrados diversos cursos para os servidores do estado, e entidades privadas, como: Avaliação Institucional e Acordo de Resultados; Capacitação em Gestão Estratégica para Centros de Informação Socioeducacionais; Especialização em Drogas e Alcoolismo: uma visão multidisciplinar; Curso de Especialização em Administração; Especialização em Administração Pública (PROAP I e II); Especialização em Controle Interno (PROAP II); Especialização em Direito Administrativo (PROAP III); Especialização em Direito Tributário (PROAP II e III); Especialização em Educação Inclusiva; Especialização em Gerência de Assistência Social; Especialização em Gestão de Pessoas (PROAP II e III); Especialização em Gestão Estratégica da Informação – PROAP I, II e III); Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP); Formação de Multiplicadores da Avaliação de Desempenho Individual; Formação de Pregoeiros; de OSCIP e Termos de Parceria; Curso para Chefias Imediatas: avaliação de desempenho individual; Programa de Capacitação em Planejamento, Gestão e Finanças (Módulo I); Programa de Capacitação em Políticas Públicas, entre outros. Cabe registro especial a continuidade do Mestrado em Administração Pública, com três áreas de concentração: Gestão de Políticas Sociais, Gestão de Políticas Econômicas e Gestão da Informação.

Dentro do Programa Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Aplicadas, com 24 projetos contratados, destaca-se como marco em 2004 a Implantação do programa Facilita Minas, consistindo na elaboração, implementação e operação de sistema de informação para captação, encaminhamento, monitoramento e avaliação das demandas apresentadas por empresários, suas associações e outros agentes, com o objetivo de simplificar as relações do estado com as empresas.

*Desenvolvimento
de Estudos e
Pesquisas
Aplicadas*

São relevantes dentro deste programa a descrição dos cargos e respectivas competências e habilidades para a Implantação do Sistema de Plano de Cargos e Salários da Rádio Inconfidência; contrato com a EMATER-MG para elaboração, implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão de Trabalho e de Remuneração por Competências e Habilidades Essenciais; conclusão do contrato com a Prodemge para elaboração de um Sistema de Planos de Cargos e Salários, com a entrega dos relatórios relativos à Pesquisa Salarial e de políticas de Recursos Humanos praticados no mercado. Outro contrato importante foi firmado com Furnas Centrais Elétricas S/A para realização de oficinas de desenvolvimento regional e modelo institucional do “Diálogo de Concertação para Revitalização e Desenvolvimento do Entorno do Lago de Furnas” com participação de representantes de instituições e entidades públicas e privadas que atuam na região. Também foi executado o Projeto de Análise de Desempenho Gerencial da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, abrangendo a definição de diretrizes e de metodologia de um plano de desenvolvimento de competências para a função gerencial na Secretaria, tendo sido concluída toda a análise de desempenho, mediante a entrega de relatórios individuais, segundo distritos sanitários e a respectiva memória técnica, com elaboração parcial do Plano de Capacitação.

No que concerne ao desenvolvimento regional e municipal em seus aspectos sociais e institucionais, foram elaborados Planos Diretores para os municípios de Catas Altas, Itabira, Paraguaçu e Minas Novas, tendo sido iniciados os entendimentos com as prefeituras de Barão de Cocais, Barbacena e Diamantina para a elaboração destes instrumentos fundamentais para o planejamento urbano.

Houve também a contratação do projeto de consultoria ao IDENE para produzir a metodologia de construção de seus indicadores de desempenho, desenvolvido integralmente em 2004, e a assessoria técnica à SUCEP/SEPLAG, durante o processo de sugestão e discussão dos indicadores de desempenho dos programas constantes do PPAG 2004-2007, no início do primeiro semestre de 2004, e durante o processo de sua revisão, no decorrer do segundo semestre.

Articulação
com o
SEBRAE

Ainda dentro do Programa Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Aplicadas, foram celebradas importantes articulações com o SEBRAE: convênio para elaboração de um diagnóstico de médio e longo prazo infra-estrutura do Arranjo Produtivo Local do Pólo Moveleiro de Ubá, já em fase de elaboração de relatório final; contrato para elaboração de um diagnóstico das instituições de micro crédito do estado – projeto “Assistência Técnica para as Instituições de Micro finanças do Estado de Minas Gerais (IMF)” – e de assistência técnica no planejamento e estruturação institucional dessas instituições, com a atualização de seus planos de negócio e criação de um sistema de indicadores de desempenho, tendo sido concluída a primeira etapa do diagnóstico; estudo sobre as Potencialidades para o Micro crédito: “Medidas por Indicadores Econômicos e Sociais”, tendo como objetivo uma análise de mercado com base em informações secundárias, visando a mapear e identificar nos municípios pesquisados possíveis potenciais de mercado para o micro crédito, pequenos empreendimentos formais e informais urbanos; contrato para execução do “Programa SEBRAETEC/2004, para a produção de Diagnóstico Empresarial sobre o setor de propaganda de Minas Gerais e o diagnóstico da indústria de software e Tecnologia da Informação (TI) de Belo Horizonte, ambos em fase de levantamento das informações.

A FJP executou ainda para o BDMG uma avaliação do Programa Estadual de Crédito Popular (CREDPOP), como forma de medir a efetividade do programa em sua operacionalização, e se os instrumentos do Banco estão em consonância com os objetivos definidos na sua concepção, e a avaliação do Programa FUNDESE/GERAMINAS, identificando instrumentos e metodologias utilizadas na concessão de empréstimos às micro e pequenas empresas e às cooperativas e associações seus pontos positivos e negativos, tanto na geração de renda quanto na geração de empregos.

Elaboração
do PDITS

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha (PEDITS), para a SETUR, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi outro marco em 2004, visando a inserir parte de Minas Gerais – região de atuação da Adene (Capelinha, Couto de Magalhães de Minas, Diamantina,

Itamarandiba, Felício dos Santos, Minas Nov as, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina) - no Programa de Desenvolvimento do Turismo, fase dois PRODETUR/NE II. Este tem como objetivo planejar ações integradas e desenvolver o turismo da área de forma sustentável, com foco no turismo histórico-cultural conjugado com o turismo de atrativos naturais, estruturando Diamantina, Serro e São Gonçalo do Rio Preto como destinos principais da região, e os demais municípios com atrativos pontuais complementares.

No Programa Unidade de Estudos de Políticas de Saúde e de Avaliação Econômica do SUS, proposto pela SES, coube à Fundação João Pinheiro a execução de alguns projetos. O denominado “Gasto Estadual com Saúde em Minas Gerais (1997- 2002)”, analisou a evolução do gasto estadual com saúde em Minas Gerais no referido período. Este estudo assinalou o esforço do governo estadual em ampliar a sua participação no financiamento da saúde, por meio de recursos próprios cumprindo a Emenda Constitucional nº. 29 de 2000, mas demonstrou que a elevação do gasto com receita própria, a partir de 2000, ainda não foi suficiente para atingir a participação mínima exigida. Seguindo a mesma temática, foi elaborado, também, o estudo “Gastos Municipais com Saúde em Minas Gerais (2000-2002)”, com o objetivo de analisar o gasto com saúde nos municípios mineiros, a partir das informações disponíveis no Sistema de Informações de Orçamento Público de Saúde do Ministério da Saúde (SIOPS). A Fundação, em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), elaborou o projeto “Equidade do Gasto Público em Saúde em Minas Gerais”, a fim de definir uma metodologia de alocação de recursos estaduais de saúde referentes ao cuidado hospitalar. A análise constitui etapa importante para a elaboração da metodologia de alocação de recursos, uma vez que possibilita assinalar municípios e regiões que carecem de a oferta de serviços hospitalares e aqueles onde há capacidade ociosa. Essa etapa do estudo complementa a anterior, em que foi elaborado o índice de necessidade em saúde. Estão previstas simulações para implementação do método de alocação equitativa de recursos para o setor hospitalar, combinando o componente de oferta e o de necessidade. Outro projeto foi o de “Análise do Gasto Privado no Estado de Minas Gerais”, também, em parceria com o CEDEPLAR, para avaliar os componentes do gasto com saúde privado considerando os diferentes grupos socioeconômicos a partir dos dados da PNAD 98. A análise foi realizada para o estado e para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, comparados aos determinantes dos gastos privados em São Paulo e no Brasil. A busca de um melhor entendimento da situação de saúde em Minas Gerais envolve, também, a análise do gasto privado familiar. Esta análise é complementar à construção de uma metodologia de alocação dos recursos públicos, pois permite avaliar a composição do gasto familiar e o processo de determinação dele, bem como possibilita avaliar as necessidades de intervenção pública para reduzir as desigualdades sociais no acesso aos serviços de saúde.

*Unidade de
Estudos de
Políticas de
Saúde*

Na área de valorização da história e da cultura mineira, bem como formulação, acompanhamento e avaliação de políticas culturais, foram concluídos projetos de pesquisa, contando, principalmente, com apoio da FAPEMIG, da Secretaria de Estado de Cultura, Telemig Celular e da Secretaria de Estado de Turismo. Dentro da primeira linha de pesquisa histórica foram

*Valorização
da história e
da cultura
mineira*

publicadas, por meio da Coleção Mineiriana, as seguintes obras: Memória Política de Minas Gerais: Milton Campos; Publicação eletrônica da Revista do Arquivo Público Mineiro; Viagens pela América do Sul, de Johann Jakob von Tschudi; Minas Gerais e História Natural das Colônias. Dentro da segunda linha, foram relevantes a conclusão da pesquisa Patrimônio Histórico Cultural e o Inventário da Oferta Turística – PDITS, um largo inventário dos atrativos culturais do Vale do Jequitinhonha e Caminhos do Norte, que terão papel central na definição dos modelos de turismo a serem implementados nessas regiões do estado, e da pesquisa Digitalização, Catalogação e Indexação do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, uma série de importantes documentos que serão disponibilizados, em meio eletrônico, para consulta de pesquisadores e o público em geral. Foi finalizada em 2004 a segunda fase da pesquisa Limites e Potencialidades da Renúncia Fiscal como Instrumento de Incentivo à Cultura, Lei 12.733, que trata da avaliação da lei, com a realização de um seminário e a publicação dos principais resultados. Este estudo permitiu observar a importância dos benefícios fiscais concedidos à cultura como motivação para o início das ações de patrocínio cultural bem como para sua continuidade e intensificação.

Produção,
Sistematização
e Disseminação
de Dados
Estatísticos

O Programa Produção, Sistematização e Disseminação de Dados Estatísticos apresenta distintas e relevantes frentes de trabalho. Algumas receberam aporte externo de recursos financeiros, porém a maioria é executada em caráter permanente com recursos próprios. A produção, sistematização e divulgação de informações estatísticas confiáveis sobre o desempenho econômico e social de Minas são de vital importância para o processo de tomada de decisões tanto no setor privado quanto público, sendo desejável a obtenção de informações atualizadas discriminadas para todos os 853 municípios mineiros. A Fundação João Pinheiro tem dado destaque especial à RMBH, mediante a continuidade da pesquisa domiciliar mensal amostral direta sobre a temática do emprego e desemprego, que registrou seu nono ano de levantamento ininterrupto. A PED-RMBH tem sido viável graças a convênio entre FJP, SEDESE/SINE, Fundação SEADE e DIEESE, abrangendo coleta de dados, análise e divulgação mensal.

É atribuição da Fundação João Pinheiro a elaboração das estimativas de Contas Regionais para Minas Gerais, e sua divulgação em 2004: PIB Municipal de 1999-2002, PIB trimestral dos três primeiros trimestres de 2004, PIB estadual Anual de 2002 e 2003/preliminar, em convênio com a Fundação IBGE. Deu continuidade à atualização permanente de bases de dados sobre demografia, atividades econômicas, comércio exterior, educação, saúde, finanças públicas, emprego, movimento eleitoral, saneamento básico e consumo de energia elétrica. Produziu em 2004 informativos temáticos diversos veiculados pela Internet, com periodicidade variada, sobre contas regionais, demografia, saúde, educação, déficit habitacional, comércio exterior, comportamento de preços e perfil da população economicamente ativa.

Em 2004 foi renovada a confecção e distribuição gratuita aos integrantes do mundo oficial e usuários selecionados da 8ª edição do Perfil de

Minas Gerais, publicação de consulta rápida sobre Minas Gerais patrocinada pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

A instituição deu continuidade ao cálculo dos índices da Lei Robin Hood (lei estadual que trata da distribuição de 25% dos recursos de ICMS para os municípios mineiros). Foi realizado, em 15 de setembro de 2004, o 1º Seminário Técnico com todas as instituições e técnicos envolvidos, que pretendeu buscar o aprimoramento da lei e iniciar um processo de discussão acerca da melhoria dos indicadores utilizados em cada critério. Seu principal resultado foi evidenciar a necessidade de mudanças nas variáveis e na participação de cada critério na distribuição dos recursos de ICMS.

Para a Prefeitura do Recife o projeto Desenvolvimento Humano Sustentável no Recife e Região Metropolitana II, gerou indicadores de desenvolvimento humano nos moldes do Atlas de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros, para os bairros do Recife (1ª. etapa) e para a sua Região Metropolitana (2ª. etapa). Foram cumpridos integralmente os objetivos da 1ª. etapa do projeto programado para 2004. A FJP produziu em 2004 também o Índice de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro (1980-1991), tendo como cliente o PNUD, visando à organização da base de indicadores de desenvolvimento humano, gerados sob sua orientação em 2002 como instrumentos de planejamento e avaliação.

*Desenvolvimento
Humano
Sustentável no
Recife*

A Mensuração e Acompanhamento do Nível de Mortalidade Infantil no Estado de Minas Gerais, em parceria com o CEDEPLAR, visou a desenvolver metodologia para a correção de dados fornecidos pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), para gerar um bom indicador de periodicidade anual para o acompanhamento de políticas públicas. Como dentro de vários projetos estruturadores existem metas definidas para os níveis de mortalidade infantil, é importantíssimo que sejam desenvolvidos indicadores, no nível espacial mais desagregado possível, que possam mensurar e monitorar os objetivos propostos.

O acompanhamento sobre a estatística de criminalidade teve sua execução concretizada na produção de relatório anual e de três boletins trimestrais da conjuntura criminal, com análise da evolução da criminalidade no estado, em suas regiões e municípios, com ênfase naqueles que contam com mais de 100 mil habitantes e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Prevê-se ainda a realização de um seminário internacional para discussão, avaliação e troca de experiências no controle da violência e da criminalidade.

Está sendo elaborado para a SEE o “Atlas da Educação do Estado de Minas Gerais”, congregando um conjunto de indicadores educacionais para o estado e seus 853 municípios.

*Atlas da
Educação do
Estado de MG*

Ainda em 2004 a concluiu-se o projeto Déficit Habitacional no Brasil 2000-Municípios Selecionados e Microrregiões, com publicação e aplicativo de consulta municipal e sua divulgação em escala nacional, com detalhamento do indicador para todos os municípios brasileiros com população urbana igual ou superior a 20 mil habitantes. Este projeto foi contratado pelo Ministério das

Cidades e financiado pelo PNUD por meio do Programa Habitar Brasil, garantindo à Fundação João Pinheiro a manutenção de posição de referência nacional sobre o tema desde 1995.

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge)

A busca de viabilidade financeira, esforço de atualização tecnológica e pelo aprimoramento de seus processos internos são três linhas de ação que vão apoiar de forma efetiva projetos estruturadores em curso no estado, notadamente o Choque de Gestão.

No âmbito administrativo-financeiro, foi levado a efeito um conjunto de medidas de ajuste, compreendendo redução de despesas, políticas comerciais visando à elevação de receitas e recebimento de créditos.

Novo modelo de contratação de serviços de comunicação.

Ressalta-se a verdadeira revolução promovida no modelo de contratação de serviços de Comunicação de Dados para as instituições da administração pública estadual. Decidiu-se pela revisão de toda a rede de comunicação de dados, adequando-se às necessidades gerais dos órgãos, às novas tecnologias e disponibilidades de oferta das operadoras.

Todos os contratos antigos foram substituídos, definidos por meio de um pregão presencial realizado ainda em 2003, do qual participaram todas as operadoras de telecomunicações. Os contratos de telecomunicações deixaram de ser assinados pela Prodemge, que passou a ser a gestora dos níveis de serviço contratados, e passaram a ser responsabilidade dos usuários.

Economia de R\$ 7 milhões com o Registro de Preços.

A modalidade adotada foi o Registro de Preços, sendo pioneira na adoção desse processo. Esse novo modelo, baseado na competição entre as operadoras, representou uma economia anual de 7 milhões de reais.

Reduzida a R\$ 11 milhões a dívida de curto prazo.

Após exaustivas renegociações de contratos, valores e prazos, a Companhia encerra o ano com seu passivo de curto prazo totalmente reestruturado. As dívidas de curto prazo foram reduzidas em 11 milhões, dos quais oito milhões referem-se a fornecedores, uma redução de 31% em comparação com o ano anterior.

Renovação do parque tecnológico por meio de locação.

A atualização tecnológica, necessidade crítica para sobrevivência de uma empresa que opera no ramo da tecnologia da informação, foi iniciada com a renovação de seu parque computacional. Foram locados 320 microcomputadores já dotados de software básico, 13 servidores de alta capacidade, um sistema de backup, um subsistema de discos para aumento da capacidade de armazenamento e processamento em plataforma baixa, o que permitiu a renovação tecnológica imediata, resguardando a empresa contra o processo de obsolescência e sucateamento tecnológico. A troca de tecnologia foi feita em um único momento, garantindo a homogeneidade do ambiente hardware e software, o que terá poderoso efeito sobre a eficiência interna nos processos de aplicações.

Para as aplicações Web, foram adquiridos 36 switches e quatro roteadores de alta capacidade e quatro servidores capazes de proteger toda a rede do estado contra ataques e acessos indevidos. Com isso, a Prodemge eleva seu nível de segurança aos patamares exigidos pelo mercado mundial, como, aliás deve ser o padrão de um prestador de serviço que opera em suas instalações as aplicações mais sensíveis e estratégicas do estado.

*Equipamentos
segurança.*

Considerando os aspectos internos de busca de eficiência e redução de custos, o Sistema Integrado de Gestão (ERP) reunirá, até julho de 2005, num mesmo ambiente e numa mesma base de informações, todos os seus sistemas internos, hoje dispersos em dezenas de aplicações isoladas, não integradas, escritas em diferentes linguagens e usando tecnologias díspares e às vezes incompatíveis.

*Implantação
do Sistema
Integrado de
Gestão (ERP).*

Buscando aprimorar a qualidade técnica do seu quadro de pessoal foi feito investimento na sua capacitação e qualificação, por meio da celebração de convênios com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foram desenvolvidos, e já estão em andamento, programas fechados de pós-graduação e MBA de 360 horas concentrados nas áreas de Tecnologia da Informação, Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas e Gestão de Projetos. Atualmente, 103 funcionários participam desses programas. Essa iniciativa foi conduzida pela recém-criada Universidade Corporativa Prodemge, que vem realizando também um amplo programa de capacitação de curta duração com ênfase no desenvolvimento gerencial e na qualificação técnica. Brevemente os serviços da Universidade Corporativa Prodemge serão estendidos a seus clientes e fornecedores.

*Criação da
Universidade
Corporativa da
Prodemge.*

Foi desenvolvido e implantado o Programa de Avaliação de Desempenho, trazendo como inovação a vinculação do desenvolvimento funcional dos empregados aos resultados da companhia. Estes resultados são aferidos a partir de metas estabelecidas em função dos projetos do governo e de resultados operacionais e financeiros estabelecidos no planejamento estratégico. Busca-se, assim, estabelecer uma correspondência entre os resultados da empresa, das áreas e dos desempenhos individuais dos profissionais.

Por determinação dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, realizou-se concurso público para legitimação de 334 empregados contratados após a promulgação da Constituição de 1988. Em maio de 2004 foram nomeados 155 funcionários concursados em substituição àqueles 334 contratados.

*155
funcionários
admitidos por
concurso.*

A Prodemge foi a primeira empresa do estado a implementar o Programa Primeiro Emprego, em atendimento à Lei Estadual 14.697 de 30/07/2003, por meio da contratação de 144 estudantes, grande parte deles hoje alocados no atendimento público do Detran e Instituto de Identificação.

Foram absorvidos 15 menores aprendizes no seu quadro, conforme determina a Lei 10.097, assinando o contrato com a Assprom (Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte).

*Integração dos
sistemas
corporativos
do Estado.*

Destaca-se igualmente o suporte tecnológico dado ao Programa Choque de Gestão. Nesse sentido, priorizou-se o trabalho de integração, revisão e implementação dos sistemas corporativos do estado: Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SISAP) e Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), processo conduzido pela SEPLAG em parceria com a SEF.

Num prazo de apenas três meses, o sistema de compras do SIAD, integrado ao SIAFI, unificou o processo de compras com a execução orçamentária, o que foi fundamental no ajuste fiscal do estado. Os pregões presenciais e eletrônicos, desenvolvidos e implantados em 2004, contribuíram para a economia de recursos financeiros da ordem de 144 milhões de reais.

O sistema de Registro de Preços, que será em breve incorporado ao SIAD, permitirá a realização de compras conjuntas para todo o estado, o que trará grande economia de escala nos processos de aquisição de bens e materiais.

A gradativa incorporação das autarquias e fundações ao SISAP aumentou a eficácia da gestão dos recursos humanos e pagamento no estado. Além disso, está em curso o Sistema de Avaliação de Desempenho do Servidor Público Estadual e uma nova rotina de pagamento, integrada ao SISAP.

*Modernização
do SIAFI*

O SIAFI foi modernizado para racionalizar o processo de registro e controle de empenhos, aumentar a qualidade e segurança das informações e unificar o processo de compra e realização da despesa, além de automatizar a geração e emissão do Balanço Geral do Estado. Essas ações trouxeram autonomia e flexibilidade para a administração pública estadual na geração, emissão e certificação dos balanços e demonstrativos. Deve-se ressaltar a economia substancial gerada pelo projeto Oferta Pública de Recursos, que otimizou a relação do estado com seus credores.

As soluções tecnológicas da Companhia atingiram outros segmentos. Em parceria com a PMMG e a Polícia Civil, prosseguiu no desenvolvimento do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS), para permitir o acesso, via Web, a dados criminais, veículos e condutores, além da integração entre os sistemas de Defesa Social e de Informações Policiais.

Atuou também na interligação dos sistemas estaduais ao Sistema Nacional de Integração de Informações em Justiça e Segurança Pública (Infoseg), com o envio sistemático de informações criminais para o cadastro da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

No segmento de Trânsito, uma série de projetos foi implantada, a exemplo da Central Renach em Uberlândia, da integração de Minas ao Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf) e do Sistema de Defesa da Autuação (Siaut).

A Prodemge participou também de vários projetos das instituições estaduais em diversos segmentos, como saúde (modernização do Ipsemg),

educação (controle de convênios com as escolas), agricultura (arrendamento de terras produtivas), cultura (inventário do acervo de bens culturais do estado, que propiciou a recuperação de 210 obras de arte e o site Minas Film Comission), entre outros.

Na área Social foi criado o “Espaço Digital”, localizado no anexo da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, numa parceria com a Secretaria de Estado de Cultura. Esse programa de inclusão digital, mais completo e pedagógico, vem acompanhado da disponibilização do acervo da Biblioteca ao usuário, propiciando um salto de qualidade nos processos de inclusão social.

Dando seguimento à expansão de seu trabalho com as prefeituras, a Prodemge desenvolveu um conjunto de ações para levar aos municípios mineiros soluções efetivas que propiciem maior racionalidade administrativa, aproximando os serviços públicos dos cidadãos no interior do estado. Iniciativa relevante nesse sentido foi a parceria com a Associação dos Municípios Mineiros da Sudene (Amams) para o estabelecimento de um consórcio de informática, visando ao atendimento das necessidades de informatização dos 86 municípios da região filiados à entidade, que se efetivará em 2005.

Parceria com a AMANS.

A estrutura informacional da XXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e a Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mercosul, realizada em Belo Horizonte e Ouro Preto, foi montada pela empresa.

Todas essas ações da Prodemge se deram por meio do Decreto nº. 43.888, que dispõe sobre o uso de Certificação Digital no âmbito da administração pública estadual. A Empresa participa assim, com relevância, em um dos principais projetos previstos no escopo do Programa de Governança Eletrônica de Minas Gerais.

Autoridade Certificadora do Estado.

Está em fase final de credenciamento pelo ITI (Instituto Nacional Tecnológico de Informação), órgão federal ligado à Casa Civil da Presidência da República, para emissão dos Certificados Digitais. O primeiro projeto que utilizará a Certificação Digital envolverá o funcionamento do Sistema Integrado de Processamento de Atos (Sipa), desenvolvido pela Secretaria de Governo que proverá tramitação eletrônica, assinatura e certificação digital aos atos de provimento de cargos comissionados no estado.

SIPA utilizará a Certificação Digital.

O uso da certificação digital se desdobrará, juntamente com a Gestão Eletrônica de Documentos a ser implantada, em diversos outros projetos, entre os quais a tramitação de atos normativos do governo desde a criação até a publicação no Diário Oficial, o envio eletrônico de livros mercantis das empresas para Jucemg e o relacionamento seguro entre a Secretaria da Fazenda e os contribuintes do estado.

A disseminação desse processo pela totalidade da Administração Estadual representará uma revolução administrativa na gestão pública em Minas Gerais. Os principais benefícios a serem auferidos são a simplificação nos fluxos de tramitação, mais rapidez no andamento dos processos e o

aumento da segurança. Para o cidadão a principal vantagem será a possibilidade de se relacionar diretamente com os serviços públicos, reduzindo-se drasticamente a necessidade dos balcões e guichês de atendimento.

Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS)

No ano calendário 2004, a Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (MGS), empresa pública integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, vem cumprindo eficazmente a transição de seu antigo quadro de pessoal para empregados concursados, de forma planejada e gradativa, de modo a não acarretar prejuízo e solução de continuidade nos serviços prestados.

Revisão e quitação dos precatórios

A empresa, inserida no contexto da moderna gestão governamental de busca de redução e erradicação do déficit orçamentário, deu continuidade ao relevante trabalho de revisão e quitação dos precatórios da administração indireta do Estado de Minas Gerais, o que vem gerando significativa economia para o tesouro estadual. Até 31 de outubro de 2004, após conciliados 3050 processos, referente à demanda de 13.091 reclamantes, apurou-se a economia de R\$ 134.581.891,77 em relação à dívida anteriormente consolidada nos precatórios.

O ano de 2004 caracterizou-se pela modernização do sistema de gestão da empresa, com implantação de indicadores de desempenho e realização e consolidação de planejamento estratégico para as ações futuras, visando à redução de despesas e melhoria na qualidade da prestação de serviços.

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) integra a Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, definida pela Lei Delegada 49/03 e pelo Decreto 43.145/03, cujo papel é operar o Sistema Central de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, principal subdivisão das atividades da Administração Pública do Poder Executivo do Estado.

As funções da SEF, nesse contexto institucional, são planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar a política tributária e fiscal do Estado, a gestão dos recursos financeiros e responsabilizar-se por sua implementação, pelo provimento, controle e administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da Administração Pública Estadual.

Tais funções, à luz do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), traduzem-se no objetivo de viabilização financeira do novo modelo de administração e desenvolvimento econômico implementado no Estado, consoante os programas definidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e nos orçamentos anuais.

A fim de alcançar esse objetivo, as ações da SEF foram pautadas pelas orientações estratégicas do PMDI, fundadas na implementação e fortalecimento de uma gestão por resultados.

Contou-se com o financiamento do Programa de Reestruturação e Modernização da Secretaria da Fazenda Modernização da SEF/MG (PRM), integrante do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), e também do Projeto Estruturador incluso no GERAES. O PRM foi iniciado em 1997, com investimento total da ordem de R\$ 96,1 milhões, dos quais 50% são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 50% advêm de recursos próprios do Estado.

*Modernização
da SEF*

Em 2004, 44,4% desses recursos foram aplicados, resultando na introdução do Programa de Gestão com foco para a obtenção de resultados; no desenvolvimento de novo sistema informatizado dos Processos Administrativos Tributários, da Arrecadação Estadual e da Gestão do Crédito Tributário (SIARE); na ampliação da Rede Fazendária de Informática; na reestruturação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); na implantação do Programa de Modernização da Ação Fiscal; e na adequação física de unidades fazendárias de atendimento ao contribuinte

Assim, claramente estabelecidas metas de melhoria, foram capacitados servidores possibilitando melhores resultados na condução dos trabalhos oferecidos ao contribuinte, maior credibilidade junto à sociedade e maior efetividade no desenvolvimento das ações e no cumprimento da missão institucional da Secretaria da Fazenda, resultados conducentes com o PRM e o PMDI.

A otimização de suas funções permitiu à SEF/MG a adequação à seu papel institucional. Ganham evidência, nesses termos, funções precípuas da

Secretaria, relativas à promoção de um expressivo corte de despesas, por um lado, e de um substantivo aumento da arrecadação, por outro. Dessa forma, a SEF/MG contribuiu significativamente com o principal objetivo pretendido e alcançado satisfatoriamente em 2004 pela Administração Pública Estadual: o equilíbrio das contas públicas.

O equilíbrio financeiro devolveu ao Estado os pré-requisitos essenciais à consolidação do processo de desenvolvimento econômico e à ampliação dos investimentos públicos, viabilizando a realização de obras de infra-estrutura social, nas áreas da saúde, educação, segurança e de inserção social. Acrescenta-se o aumento da confiança e credibilidade junto aos investidores e entidades de fomento do país e do exterior.

Para sanear as dívidas, foram consolidadas as medidas de contenção de despesas adotadas em 2003. Contando-se com o apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão junto à Subsecretaria do Tesouro Estadual, foi eliminado o déficit orçamentário previsto originalmente de R\$ 1,4 bilhão, apurando-se ao final do exercício de 2004 um superávit de R\$ 90 milhões.

**Redução de
despesas**

No esforço de alcançar essa meta, a SEF/MG, por meio da Subsecretaria do Tesouro Estadual, realizou ações estratégicas que tiveram papel relevante para as contas públicas. Há que se destacar a atuação intensiva na redução de despesas, direcionadas à gestão da Dívida Fundada junto à União, o que gerou uma economia nos desembolsos de R\$ 187 milhões. Destes, R\$ 43 milhões resultantes da inclusão na dívida intralimite da parcela do eurobônus, honrada pela União junto aos credores externos e quitada posteriormente pelo Estado em 2002, e R\$ 144 milhões, originários de ajustes de cálculo da Receita Líquida Real, base de pagamento das prestações do serviço da dívida, a seguir comentados:

As receitas de contribuição patronais para custeio de aposentadorias e pensões, vertidas da Conta Financeira de Previdência (CONFIP) para o Fundo Financeiro de Previdência (FUNFIP), foram reclassificadas contabilmente. Desse modo, foram excluídas da base de cálculo da Receita Líquida, o que propiciou uma redução nos montantes desembolsados com o serviço da dívida do Estado junto a União, da ordem de R\$ 104 milhões, por ano, a partir de 2004.

Até 2003, os demonstrativos utilizados como fonte de dados para o cálculo da Receita Líquida Real (RLR) não evidenciavam com clareza, tanto o repasse dos recursos ao FUNDEF, quanto o recebimento da parcela de retorno ao Estado. A partir de 2004, esses demonstrativos foram alterados, proporcionando, no ano, uma redução de R\$ 40 milhões nos desembolsos com a dívida.

Adicionalmente, houve concentração de esforços na gestão da dívida junto a fornecedores, sendo reduzido, substancialmente, o saldo dos débitos dos diversos órgãos do Estado que era de R\$ 1,04 bilhão em 31/12/2003. Em 2004, foram progressivamente liquidadas todas as dívidas vencidas até 31/12/2003. Para 2005, serão transferidos apenas saldos relativos ao ciclo financeiro normal e em dia dos pagamentos devidos, além de dívidas com

pendências administrativas ou judiciais. As despesas de 2004 inscritas em “Restos a Pagar” já estão com seus recursos assegurados.

Paralelamente, a Subsecretaria da Receita Estadual implementou as ações previstas do Plano Anual do Fisco Estadual/2004 (PAFE/2004), com vistas ao aumento da arrecadação de impostos, fortalecendo o programa de gestão matricial das receitas tributárias. O resultado apresentado foi um ganho adicional de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões, em termos nominais, nessas receitas, em 2004 comparativamente ao arrecadado em 2003.

No campo da política tributária, a SEF/MG tem pautado suas ações em medidas que promovem a elevação do nível da arrecadação, sem que isso represente aumento da carga tributária. Destaca-se nessa diretriz, a forte influência do Projeto Outras Receitas, implementado em 2003, cuja meta é desencadear ações de aprimoramento dos mecanismos para maximizar a identificação de fatos geradores, apuração das bases de cálculo e mecanismos de controle para a fiscalização e arrecadação de tais receitas.

Adicionalmente, a SEF/MG tem mantido uma postura austera diante da chamada “guerra fiscal”, procurando neutralizar os efeitos das concessões ilegítimas instituídas por outros Estados, de modo a garantir a competitividade das empresas mineiras. Nesse sentido, por meio da Lei nº 15.292, de 05/08/04 e do Decreto nº 43.880, de 28/09/04, a SEF/MG foi autorizada a adotar as medidas necessárias à proteção da economia mineira.

“Guerra Fiscal”

Como medida arrojada de combate à sonegação, importa destacar a criação de Força Tarefa em abril de 2004, envolvendo ações conjuntas entre o Fisco Estadual, Ministério Público e Polícia Civil, com foco para o setor de siderurgia. Como resultado a receita do setor totalizou R\$1,03 bilhão, ultrapassando em 26,1% a meta estabelecida.

O Projeto Estruturador Modernização da Receita Estadual, além de se realizar por meio das já referidas ações, como a capacitação de 2.500 servidores, comportou igualmente a realização de investimentos em infraestrutura com abrangência em todo o Estado de Minas Gerais. Destacam-se as seguintes realizações no ano: aquisição de 800 novos equipamentos de informática, aquisição de 56 novos veículos, construção de 03 Postos de Fiscalização e reforma de mais outros 13, além de obras de melhorias em várias unidades da SEF.

Com o objetivo de melhorar o atendimento ao contribuinte, otimizando a prestação de serviços, está sendo implantado o acesso virtual (Internet) do contribuinte à Receita Estadual via Sistema Integrado de Administração da Receita (SIARE). Gradativamente, estão sendo oferecidos serviços *on line* referentes a vários tributos, à inscrição, alteração e baixa no cadastro de contribuintes; transmissão de arquivos magnéticos; além do atendimento a demandas relativas à documentação fiscal e Transferência, estando implantado o módulo relativo aos serviços do Imposto sobre transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD). Ademais, o SIARE integrar-se-á com bases de dados de outras entidades detentoras de informação fiscal (Receita

Federal, ANP, CRC, ABIGRAF, etc.). A meta é facilitar procedimentos administrativo-tributários, mediante redução de custos para os contribuintes e para a Receita, bem como pela melhoria do atendimento ao contribuinte e amplo acesso às informações fiscais. Adicionalmente, por adotar mecanismos virtuais seguros na relação fisco-contribuinte, o sistema aprimorará a administração e fiscalização tributária.

Relevo merece ainda o programa de “Educação Fiscal”, cujo objetivo permanente é conscientizar e sensibilizar toda a sociedade sobre o significado social do tributo. No ano de 2004, foram realizados 1.100 eventos, (reuniões de sensibilização, teleconferências, seminários, entrevistas, cursos, palestras, além da inserção transversal dos temas em escolas de nível fundamental e superior). É seguro que as atividades desenvolvidas contribuem para reduzir a sonegação fiscal e estimular a adimplência dos contribuintes devedores.

ICMS Em relação ao ICMS, principal tributo estadual, que responde hoje por 86% da Receita Tributária de Minas Gerais, o valor arrecadado em 2004 foi de R\$ 12.9 bilhões, superando em 7,6% a meta orçada e em 19,3% o valor arrecadado em 2003.

Em 2004, o IPVA gerou um ganho adicional de receitas de R\$ 203 milhões, representando um acréscimo de 28,3% em relação ao ano de 2003. Para tanto, foi fundamental a mudança significativa na gestão do imposto em Minas Gerais. A partir do segundo semestre de 2003, adotou-se uma estrutura de acompanhamento do IPVA que envolve todo o Estado. Além de estratégias de cobrança direcionadas, realizaram-se também parcerias com a Polícia Militar e com as Prefeituras para a recuperação dos omissos de IPVA.

Os esforços fiscais nesse sentido resultaram em um aumento da participação relativa de Minas Gerais no montante nacional das receitas de vários tributos. Vide tabela abaixo:

Minas Gerais - Participação Relativa na Arrecadação do Brasil - Em %		
Tributos*	2003	2004
I.C.M.S*	9,3	9,6
I.P.V.A	10,4	11,4
Taxas	17,5	17,9
I.T.C.D	3,9	7,1

Fonte: Cotepe/CONFAZ-MF

Nota(*) Dados do ICMS até novembro/04, demais até outubro/04

Visando dar suporte às ações estruturantes de melhoria da Secretaria foi realizada a mudança de plataforma e expansão dos recursos tecnológicos, além do desenvolvimento de sistemas informatizados para a realização de auditoria de empresas.

Quanto à gestão administrativa e financeira, em 2004, foi dada continuidade aos projetos iniciados no exercício anterior, mantendo-se a diretriz de otimização da cota orçamentária autorizada para a SEF/MG. Assim, a área primou pela celeridade, qualidade e racionalização de custos, em suas funções, mediante a organização eficiente dos processos de trabalho, a abertura para negociação nas aquisições, propiciada pela utilização da modalidade de pregão, e a busca de efetividade nas ações desenvolvidas.

Ênfase merece o projeto para a informatização do processo de suprimento de materiais e serviços, cujo estudo indicou a necessidade de redução dos custos de processamento das aquisições e de melhoria nos prazos de atendimento da demanda. O estudo culminou na implantação do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD - em todo o Estado, em janeiro de 2004, fruto da parceria da SEF/MG com a SEPLAG/MG, mediante ajuste do sistema desta última com as facilidades e interatividade proporcionada pelo sistema que se desenvolvia na SEF/MG.

Com vistas à reposição da força de trabalho necessária para o atingimento das metas institucionais, a SEF/MG, juntamente com a SEPLAG, promoveu a realização de concurso público para provimento dos cargos de AFTE e TTE, nos termos do Edital 01/2004 SEPLAG. Foram oferecidas 200 (duzentas) vagas para o agente fiscal (AFTE) e 600 (seiscentas) para o técnico (TTE).

Concurso
público

Durante o exercício de 2004, o desafio da Auditoria Setorial foi dar continuidade a sua estruturação iniciada em 2003, habilitando-a para o exercício de suas competências e responsabilidades, imprescindíveis à Instituição, principalmente pelo momento de ampla reestruturação gerencial, operacional e de processos.

A diretriz assumida por esta unidade é também de construção de uma auditoria focada em resultados, à regularidade dos processos mediante intervenções preventivas, (subsidiar antes e durante para não ter que corrigir depois), e na inclusão da função aos fluxos de tomada de decisão da Secretaria, tarefa esta já iniciada e em desenvolvimento junto a todos os níveis decisórios.

Os Relatórios de Auditoria são produtos que expressam, tempestivamente, as recomendações da Auditoria sobre a legalidade, legitimidade, regularidade, razoabilidade e economicidade dos atos de gestão. No período, a manifestação da unidade, em trabalho conjunto com a Auditoria Geral/MG, avaliou a regularidade da prestação de contas do convênio entre a CEASA - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. e a SEAPA - Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, oportunizando a perspectiva de recuperação financeira da ordem de R\$ 3 milhões.

Minas Gerais Participações S/A (MGI)

A MGI, na sua missão de auxiliar o desenvolvimento do Estado através de investimentos e de saneamento de questões pendentes originadas da privatização dos bancos estaduais, priorizou em 2004, dentre suas atividades, a realização de Ativos de Créditos próprios. Foram recuperados, no âmbito do Projeto “Realizar Ativos de Créditos”, R\$ 8,2 milhões, em créditos oriundos do BEMGE/CREDIREAL, 219% superior ao mesmo período de 2003 e, R\$ 7,2 milhões, da ex MINASCAIXA, incluindo comercialização de bens móveis.

Em igual período, no que tange às metas quantitativas, foram analisados 1.380 processos com ações judiciais, referentes ao BEMGE/CREDIREAL. Quanto a ex MINASCAIXA, foram analisados 6.955 contratos com pendências no Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS), entregues à Caixa Econômica Federal 2.498 dossiês correspondentes aos créditos habitacionais cedidos e liberadas 11.674 hipotecas referentes a créditos imobiliários liquidados desde 1998.

As ações priorizadas permitiram gerar para o Estado de Minas Gerais recursos da ordem de R\$ 6,50 milhões, correspondentes a dividendos, juros sobre capital próprio e parcela da participação do Estado na recuperação dos créditos do Bemge.

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S/A (DIMINAS) (Em Liquidação)

A atividade da Diminas concentra-se na gestão dos passivos trabalhistas e fiscais, demandando um acompanhamento em sintonia com os assessores jurídicos.

Contribuição
Social

Dando prosseguimento ao seu processo de liquidação, foi quitado o passivo fiscal no valor de R\$ 775 mil referente a Contribuição Social dos anos de 1996 e 1997. Houve a compensação de impostos e contribuições devidos à Secretaria da Receita Federal.

Foram impetrados contra a Diminas três processos trabalhistas e encerradas, no mesmo período, quatro reclamações trabalhistas, gerando despesas no exercício de R\$ 146 mil.

Assim, dando-se seguimento às medidas de redução e racionalização das despesas, foram mantidas todas as providências tomadas no exercício anterior, bem como a diminuição de gastos com pessoal e a eliminação dos gastos com locação e manutenção da sede.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O produto interno bruto (PIB) do estado registrou, já no primeiro semestre de 2004, crescimento de 4,1%, com base na expansão do mercado externo e reaquecimento do mercado interno em resposta às ações e políticas iniciadas em 2003 de fomento às exportações e incremento do valor agregado do produto mineiro. Ao longo de 2004, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, destacaram-se os projetos estruturadores Arranjos Produtivos Locais, Parcerias Público-Privadas e Plataforma Logística de Comércio Exterior da RMBH, além de algumas iniciativas de sucesso na área de política energética e comércio exterior.

O Projeto Estruturador Arranjos Produtivos Locais, cujo objetivo é aumentar o valor agregado da produção de setores considerados estratégicos para a indústria mineira, gerando empregos ao mesmo tempo que opera uma desconcentração regional da economia, apresentou resultados importantes em 2004. O setor eletroeletrônico consolidou-se em duas regiões do estado, com investimentos diretos de R\$696 milhões, em 101 novos empreendimentos, gerando 12.100 empregos diretos. Ainda quanto ao setor eletroeletrônico, cabe ressaltar a elaboração do projeto do parque de semicondutores na RMBH, com início de implantação a partir de 2005. Já o setor moveleiro, com investimentos de R\$110 milhões, em 17 novos empreendimentos, e suporte a 141 empresas de micro e pequeno porte, gerou 2.633 empregos diretos.

*Arranjos
Produtivos*

Ganha impulso também, em 2004, o Projeto Estruturador Parcerias Público-Privadas que objetiva viabilizar contratos de longa maturação, por meio de mecanismo de parceria público-privada (PPP) visando à implementação de projetos de serviços públicos e de infra-estrutura de grande impacto econômico e social para o estado, com a oferta operada pela iniciativa privada. Nessa perspectiva, foi celebrado convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$675 mil, para formatação de projetos-piloto de saneamento básico em municípios com baixo IDH, estudo de modelagem do projeto Centro Administrativo e apoio às atividades da Unidade PPP na contratação de consultorias, visando à elaboração do manual de operações e estruturação do arranjo de garantias dos contratos de parceria.

*Parcerias
Público
Privadas-PPP*

Já o Projeto Estruturador Plataforma Logística de Comércio Exterior da Região Metropolitana de Belo Horizonte pretende consolidar a RMBH como um pólo dinâmico de logística e de serviços avançados para o comércio exterior, com o incremento das atividades do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e de seu entorno. Projeto desenvolvido em parceria com a INFRAERO, com investimentos da União da ordem de R\$ 18 milhões, concluiu a construção do armazém de cargas perigosas e em trânsito no Aeroporto Industrial Tancredo Neves e estão em andamento as obras para ampliação da pista auxiliar de pouso e decolagem. Foram igualmente concluídas as obras de implantação da infra-estrutura básica da fase I do aeroporto industrial, assim como o hangar para manutenção de aeronaves, a cobertura do terraço panorâmico do terminal de passageiros para eventos e promoções e a readequação das áreas de importação e exportação do terminal de cargas. Ressalta-se que o projeto de transformação do aeroporto traz perspectivas de aumento da ordem de US\$ 1 bilhão no comércio exterior do estado e a geração de 250 empregos diretos e mil indiretos em 2005, dado que várias empresas dos segmentos de

*Plataforma
Logística de
Comércio
Exterior*

microeletrônica, jóias e gemas, equipamentos médico-hospitalares, biotecnologia e centros de distribuição já entregaram cartas-consulta visando à ocupação da área do aeroporto industrial.

*Política
Energética*

Na área de Política Energética, destacam-se as negociações com o Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e Secretaria de Estado da Fazenda para implantação do Programa Luz para Todos, com identificação de 186 mil domicílios a serem beneficiados em Minas Gerais até 2006. Nesse sentido, 25 mil estão com as suas obras já em andamento. Estão em andamento também entendimentos para iluminação de 135 campos de futebol amador dentro do Programa Campos de Luz que, até dezembro de 2004, iluminou 84 campos, beneficiando as regiões carentes. A participação na eletrificação com energia fotovoltaica de 50 sistemas de bombeamento de água, beneficiando 25 municípios, e também a celebração do acordo de venda de 40% da GASMIG à PETROBRÁS com o objetivo de expandir a oferta de gás natural para o Vale do Aço, Sul de Minas e Triângulo Mineiro, viabilizará o aumento dos atuais 232 para 14 mil clientes. Igualmente merece relevância a instalação da câmara setorial de silvicultura, contribuindo para a elevação de 105 mil hectares de plantio de florestas em 2003 para 147 mil hectares em 2004, e o lançamento do Programa Minas PCH, com identificação de 252 aproveitamentos hidrelétricos, com uma potência de 2.800 MW, já na primeira fase serão instalados 400 MW, o que significa um investimento de R\$ 1 bilhão e geração de 3 mil empregos diretos.

No que tange à Política de Comércio Exterior, podemos destacar a criação da Central de Atendimento ao Exportador Mineiro em parceria com a Bolsa de Mercadorias & Futuros e instituições que compõem o Conselho Estadual de Comércio Exterior, assim como a organização dos seminários “Oportunidades de negócios Brasil x Japão” em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Agência de Cooperação Internacional do Japão e a Organização Japonesa de Comércio Exterior com a participação de 90 pessoas e “Aeroporto Industrial Tancredo Neves – uma realidade para Minas Gerais” para um público de 100 pessoas. Nesse mesmo sentido, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico teve ativa participação na organização de missões comerciais à China, Coréia do Sul, Japão, França e países do Mercosul e organizou também a XXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum e a Cúpula de Presidentes do Mercosul realizadas entre os dias 13 e 17 de dezembro de 2004 em Belo Horizonte e Ouro Preto, contando com a presença de nove Chefes de Estado de países da América do Sul, 28 delegações de diversos países e vários organismos multilaterais.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDM G)

Como agente financeiro dos programas de desenvolvimento, vem apoiando importantes mudanças verificadas na estrutura produtiva da economia mineira, mediante a gestão de Fundos Estaduais de Desenvolvimento, de repasses e de recursos próprios. Atua junto às mais importantes iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de Minas, por meio de

financiamentos a programas e projetos prioritários, de médio e longo prazo, atendendo aos diferentes agentes econômicos.

O espectro de atuação do BDMG é amplo e diversificado, regional e setorialmente. Alcança desde grandes empreendimentos estruturadores da base econômica, a microempresas e pequenos empreendimentos, urbanos e rurais, beneficiando iniciativas industriais, agrícolas e agroindustriais, atividades comerciais e de prestação de serviços e infra-estrutura e desenvolvimento urbano, em todas as regiões do território mineiro. Em 31/12/2004, o Banco apresentava uma carteira de clientes com contratos ativos em 680 municípios, ou seja, 80% dos municípios de Minas.

*Carteira de
clientes em
680
municípios*

Em 2004, as ações do BDMG permitiram a viabilização de R\$ 1.406 milhões em investimentos na economia mineira e a criação de 14.584 postos de trabalho diretos nos mais diversos segmentos da economia mineira.

*Criação de
14,5 mil
empregos*

O valor do patrimônio líquido do Banco evoluiu de R\$ 412 milhões (em 31/12/2003) para R\$ 510 milhões (em 30/11/2004), o que representa um acréscimo de 23,8%. O lucro líquido acumulado até o final de novembro foi da ordem de R\$ 42 milhões, valor superior ao resultado obtido em dezembro/2003, de R\$ 41 milhões.

O saldo de aplicações em financiamentos concedidos pelo BDMG atingiu, em novembro de 2004, o montante de R\$ 2.407 milhões.

Como administrador dos ativos remanescentes do BEMGE e CREDIREAL, o BDMG recuperou, em 2004, R\$ 31,9 milhões, incorporando ao patrimônio do estado recursos públicos reavidos de clientes inadimplentes com aquelas instituições.

Em 2004, foram realizadas 5.006 operações de crédito que totalizaram cerca de R\$ 792 milhões em financiamentos aprovados para 4.620 clientes em 545 municípios, o que significa um aumento de 14% do valor de aprovações em relação ao ano anterior.

As aprovações de recursos provenientes do BNDES, de repasses de outras instituições, de fianças bancárias e de capital próprio, alcançaram R\$ 312 milhões, equivalentes a 39% do total aprovado. Já as operações referentes aos recursos oriundos de fundos estaduais, corresponderam à aprovação de R\$ 479 milhões.

As liberações de recursos atingiram, em 2004, R\$ 487 milhões. No tocante à estratificação das liberações por origem de financiamentos, a liberação de recursos de repasses e com capital próprio somaram R\$ 153 milhões, enquanto os recursos provenientes dos fundos estaduais atingiram R\$ 334 milhões.

Durante 2004 foram desenvolvidas várias ações que resultaram no efetivo apoio do governo a regiões e setores produtivos do estado.

A distribuição dos financiamentos aprovados confirma o padrão espacial vigente em Minas, ou seja, o do direcionamento dos financiamentos para a região Central que recebeu 41% do total de aprovações de recursos, Zona da Mata, com 24%, Triângulo Mineiro, 13% e Sul de Minas, 8%. As demais regiões receberam, em conjunto, 14% do valor aprovado no período. Este padrão decorre da concentração das atividades econômicas e de população nessas regiões, que acabam por gerar economias de urbanização e aglomeração, tornando-as atrativas a investimentos novos ou de expansão e modernização.

Quanto à atuação setorial, as atividades industriais concentraram aproximadamente 69% do total aprovado no período, com destaque para as indústrias do complexo metal-mecânico (47%) e de bens de consumo não-durável (11%), enquanto que para o setor terciário foram destinados 18% dos financiamentos. O perfil setorial das aprovações revela a magnitude do apoio do BDMG ao desenvolvimento e consolidação da cadeia metal-mecânica, e confirma a preocupação com o desenvolvimento do agronegócio, em especial às atividades de beneficiamento de nossa ampla base agropecuária.

Especificamente, para o agronegócio, foram aprovadas 473 operações no valor total de R\$ 101,9 milhões, destinadas à implantação e modernização de agroindústrias. Foram concedidos financiamentos a 386 micro e pequenos produtores rurais participantes de cooperativas de crédito rural conveniadas com o Banco e a projetos de irrigação no âmbito do Projeto Jaíba.

Finalmente, cabe ressaltar a atuação do Banco no apoio ao desenvolvimento urbano e ao saneamento básico, com a destinação de 12% dos financiamentos aprovados no período para o investimento municipal na saúde e no bem-estar de suas comunidades e para modernização institucional da administração pública municipal.

*Empresa
Mineira
Competitiva*

O Banco participa também da execução dos projetos estruturadores Empresa Mineira Competitiva e Estrada Real. O primeiro, criado com o objetivo de aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas do estado, possui duas linhas de atuação: a linha de crédito e o Programa Facilita Minas. A linha de crédito atua na dimensão interna das empresas, apoiando investimentos voltados para a modernização de processos, o aumento da produtividade e da competitividade de produtos e serviços, tendo sido aprovados financiamentos no valor de R\$ 23 milhões. Os projetos em análise totalizam R\$ 36 milhões. Quanto ao Facilita Minas, que objetiva facilitar as relações do estado com as empresas, buscando a melhoria dos procedimentos da administração pública, desburocratizando o atendimento, cabe destaque para a simplificação dos financiamentos até R\$ 100 mil no Programa Geraminas, assim como a diminuição do número de documentos exigidos dos micro e pequenos empresários, visando facilitar a obtenção de recursos. Esses empresários passaram a apresentar apenas três documentos ao BDMG, contra os 25 anteriormente exigidos. Os demais documentos e certidões foram substituídos por consultas realizadas por meio eletrônico.

Quanto ao Projeto Estrada Real, o Banco participa com o Programa de Desenvolvimento de Empreendimentos da Estrada Real (Fundese/Estrada Real) destinado a apoiar empresas de micro, pequeno e médio portes, cooperativas de produção e de comercialização localizadas em um dos 162 municípios mineiros integrantes do circuito do programa. Em 2004, foram liberados financiamentos no valor de R\$ 714 mil, e para os projetos em carteira está prevista a utilização de recursos de aproximadamente R\$ 3 milhões.

Estrada Real

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG)

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) é autarquia responsável pelo registro de empresas e atividades afins. Nesse sentido, até outubro de 2004, realizou 204.890 registros e arquivamentos de documentos de empresas, sendo esse número 11,89% superior à meta programada para todo o ano. Igualmente merece destaque a reestruturação do sítio de informação, com o objetivo de facilitar a pesquisa e o fornecimento de informações a respeito dos serviços que são ofertados aos cidadãos pela JUCEMG, assim como a implantação de formulários eletrônicos como a Ficha de Cadastro Nacional (FCN) e o Requerimento de Empresário (REMP), eliminando a digitação desses documentos. Merece relevo também a renovação dos equipamentos de informática e a implantação da rede interna da Junta Comercial. Ainda na área de gestão da informação, cabe salientar a disponibilização de acesso à *internet* via rede para todos os escritórios regionais, facilitando a comunicação, além de acelerar o processo de registro de empresas.

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG)

A CODEMIG, empresa instituída pela Lei nº. 14.892, de 17 de dezembro de 2003, que alterou a denominação social da Companhia Mineradora de Minas Gerais e incorporou a Companhia de Distritos Industriais e a Empresa Mineira de Turismo, além de ativos da extinta Companhia de Desenvolvimento Urbano, executou diversos empreendimentos de sucesso em 2004, dentre eles o apoio ao Programa PRÓ-ACESSO, a continuidade das obras do EXPOMINAS, a execução do programa “Campos de Luz”, em parceria com a CEMIG, a retomada do programa “Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas”, e, por fim, participou da execução de projetos urbanísticos tanto em Belo Horizonte quanto em Araxá.

Merece destaque a participação da CODEMIG no apoio ao Projeto Estruturador “Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (PRÓ-ACESSO)”, mediante celebração de convênio de cooperação técnica e financeira com o DER/MG, para a execução da primeira fase do programa, contemplando a ligação de 42 trechos, totalizando 803 quilômetros, no valor de R\$ 234.882.823,00, com a CODEMIG participando com R\$ 100 milhões. Até outubro foram iniciadas as obras em 23 trechos, compreendendo 456 quilômetros com aplicação de R\$ 19.662.534,00 com uma programação de

*Cooperação
Técnica*

liberação de recursos financeiros pela CODEMIG de mais R\$ 24 milhões até dezembro, totalizando R\$ 43.662.534,00 no ano.

Outro empreendimento de vulto da CODEMIG foi a continuidade das obras do EXPOMINAS, com investimentos da ordem de R\$ 43,5 milhões, com a conclusão de mais dois pavilhões disponibilizando 18 mil m² de área para eventos, colocando Minas Gerais na rota de grandes eventos do turismo de negócios, gerando empregos e renda.

*Campos de
Luz*

Como ressaltado, cabe citar o Programa Campos de Luz, com uma aplicação prevista de R\$ 2 milhões, em parceria com a CEMIG, para iluminação de, aproximadamente, 135 campos de futebol amador em todo o estado, objetivando a prática de esportes pelas comunidades, enfocando o esporte como fator de cidadania e inclusão social de crianças e jovens, contribuindo para a redução da criminalidade nas áreas atingidas.

*Implantação e
Otimização de
Áreas Industriais
Planejadas*

Dentre as realizações de sucesso, também se pode citar a retomada do Programa Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas, destacando-se a construção da estação de tratamento de água e pátio na fábrica de caminhões da IVECO-FIAT, em Sete Lagoas, com investimento de R\$ 705 mil gerando 500 empregos diretos, a elaboração de projetos executivos e obras de infra-estrutura para implantação de quarteirão empresarial no município de Joáima, com a geração de 100 empregos diretos e investimento total de R\$ 200 mil, a revitalização do parque empresarial de Barbacena em convênio com a Prefeitura, e, por fim, o início das licitações para implantação dos distritos industriais de Tupaciguara e Santos Dumont.

A CODEMIG, como empresa de fomento ao desenvolvimento econômico, participou também do projeto de alargamento e revitalização da Av. Antônio Carlos numa parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte no valor de 6 milhões de reais, como também realizou parceria com a Prefeitura de Araxá para execução de melhoramentos urbanísticos referentes à duplicação das avenidas Amazonas e José Ananias Aguiar, e execução de ciclovias com extensão de 1.700 metros no valor de 3,5 milhões de reais.

Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI

*Promoção de
investimentos*

Como resultado da atuação do Instituto de Desenvolvimento Industrial, durante 2004, 92 projetos industriais foram decididos para Minas Gerais envolvendo inversões de US\$ 764 milhões e a criação de 15.522 empregos diretos. Deste total, 45 referem-se a expansões de plantas industriais já existentes e 47 a novas indústrias. Destacaram-se os setores químico, eletroeletrônico, de produtos alimentícios e siderúrgico. Nos investimentos decididos, as fontes de capitais se distribuem em inversões estrangeiras (55,2%), nacionais (37,7%) e mineiras (7,1%). As regiões do estado que atraíram maior volume de investimentos foram Norte (39,8%), Sul (15,9%), Noroeste (14,4%), Mata (9,6%) e Central (6,2%). Quanto ao número de empregos diretos gerados, as de maior expansão foram as regiões Sul (49,3%), Central (12,3%), Mata (9,8%), Norte (9,1%) e Triângulo (6,8%).

Ao lado dos projetos que foram decididos, deve-se ressaltar aqueles que entraram em operação comercial, bem como os que tiveram sua implantação iniciada em 2004. Estão em fase de implantação 45 projetos, sendo 25 novas indústrias e 20 expansões de empresas já instaladas no Estado. Esses projetos deverão absorver investimentos de US\$ 310,4 milhões e criar 9195 empregos, destacando-se a KME, Belgo Mineira, Usina Coruripe, Aralco, Embaré e Coteminas. De outra forma, entraram em operação 97 projetos, demandando investimentos de US\$ 414 milhões e gerando 16.735 empregos diretos. Dentre estes, deve-se salientar os da Cenibra, FIC, Usina Caeté e da Florestal Vale do Jequitinhonha pelos impactos que gerarão nos municípios em que se localizam.

Além da atração de novos projetos industriais e apoio à expansão daqueles aqui já localizados, o INDI realizou outros trabalhos essenciais ao desenvolvimento econômico e social do Estado. Nesse quadro, destaca-se a atualização dos informativos sobre os 853 municípios mineiros, disponíveis nos “sites” do INDI e da Assembléia Legislativa, assim como o Sistema de Acompanhamento de Investimentos para monitorar projetos anunciados ou em implantação no Estado de Minas Gerais. Por meio desse sistema, já haviam sido contabilizados 447 projetos privados, que totalizarão R\$ 38,307 bilhões de investimentos e geração de 112.280 empregos diretos no período de 2003 a 2010. Além desses, os projetos públicos totalizarão outros R\$ 14,349 bilhões de investimentos, perfazendo um total de R\$ 52,657 bilhões. Houve igualmente pesquisa e estudos setoriais como o “Perfil Setorial de Mineração”, atualização do “Panorama Setorial da Indústria Mineira de Transformação de Plásticos”, “Informações Básicas para o Investidor de Turismo”, atualização do “Minas Gerais em Números” e do “Custo de Insumos Industriais”, entre outros.

Sob a supervisão da SEDE, e em parceria com o IEL e o SEBRAE/MG, o INDI está desenvolvendo também o Programa de Produtividade, Qualidade e Competitividade das Pequenas e Médias Empresas de Minas Gerais que contará com financiamento de US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL) de processado de inox (Vale do Aço), biotecnologia (RMBH), cachaça (Vale do Jequitinhonha), calçados (Centro-Oeste), eletroeletrônica (Sul), fundição (Centro-Oeste) e moveleiro (Zona da Mata).

No trabalho de apoio à internacionalização das empresas mineiras, o INDI operou as redes internacionais de negócios Brazil Trade Net, do Ministério das Relações Exteriores, BCNet (Business Corporation Network) e BRE (Bureau de Rapprochement des Entreprises), ambas da Comissão Européia. Além disso, o INDI sedia o Eurocentro de Cooperação Empresarial de Minas Gerais, uma entidade operadora do Programa Al-Invest (Investimentos na América Latina), criado pela Comissão Européia para gerar negócios entre empresas dos países da União Européia e de Minas Gerais.

*Internacionaliz
ação de
empresas
mineiras*

Outros empreendimentos de êxito, em 2004, foram os acordos de cooperação internacional celebrados, destacando-se o Protocolo de Cooperação com a Câmara Oficial de Comércio, Indústria e Navegação de Gijón

(Espanha) e o Protocolo de intenções entre o INDI, o Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles de Minas Gerais, a Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes e o Centro Tecnológico das Indústrias do Couro de Portugal com a interveniência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG)

A Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG) é uma sociedade anônima sob controle indireto do estado que tem por objeto a aquisição, o armazenamento, o transporte, a transmissão, a distribuição e a comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados.

Oferta de Gás Natural

Em 2004, a Gasmig investiu R\$ 13,2 milhões na construção de 55 ramais de gasoduto, em que 38 já entraram em operação e os demais estão aguardando término de obras internas de clientes nos municípios de Betim, Contagem, Belo Horizonte, Vespasiano, Santa Luzia, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Prudente de Moraes, Sete Lagoas, Barbacena e Juiz de Fora. Ao todo, são 242 quilômetros de rede em Minas Gerais, 33 quilômetros a mais do que em 2003, representando um crescimento de 14%. A expansão da rede da Gasmig permite a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes, que em 2004 totalizaram 232, sendo 67 automotivos, 101 industriais, duas termelétricas e 63 de uso geral. Nesse quadro, houve expressivos investimentos nas regiões de Juiz de Fora IV, na RMBH, na região Norte II e no Vale do Aço.

Juiz de Fora IV compreendeu a construção de rede de distribuição para o atendimento a cinco postos de gás natural veicular (GNV), dois deles já em operação. O volume de vendas incrementadas com o projeto é de 25 mil metros cúbicos por dia, só que apenas o investimento na região de Juiz de Fora foi de R\$ 378 mil.

Já na RMBH, o projeto de expansão da rede de distribuição atendeu a 25 empresas que agregaram cerca de 190 mil metros cúbicos diários de consumo ao mercado, totalizando R\$ 5,4 milhões de investimento. Esse projeto representou a otimização do uso das redes de distribuição da Gasmig, uma vez que grande parte desses clientes localiza-se em suas proximidades.

Em atendimento à região Norte II, a Gasmig investiu também cerca de R\$ 7,5 milhões para a construção da rede de distribuição de gás natural que está atendendo as cidades de Confins, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Prudente de Moraes e Sete Lagoas, contemplando a 26 empresas e a nove postos de distribuição de gás natural veicular, totalizando um volume de gás a ser distribuído da ordem de 220 mil m³ por dia.

Igualmente, dentro do plano de expansão da Gasmig está a instalação da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) do Vale do Aço que, em sua primeira fase, prevê o atendimento às cidades de Congonhas, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete. Outras três etapas serão executadas, totalizando 300

quilômetros de gasodutos, com investimentos da ordem de R\$ 230 milhões, dos quais R\$ 19,5 milhões foram aplicados em 2004. O projeto terá capacidade de fornecer cerca de 1,5 milhão m³ por dia, e a entrada em operação da primeira etapa está programada para o segundo semestre de 2005.

Outro empreendimento de relevo da GASMIG ao longo do ano foi a campanha “Faça a Conversão”, lançada em junho de 2004, como forma de incentivo ao uso do gás natural veicular para a RMBH, Sete Lagoas, Juiz de Fora e Barbacena. A campanha consiste na distribuição de um “vale-gás” de 300 m³ para os primeiros 10 mil proprietários de veículos que efetuarem as conversões a partir da data de início da promoção. Espera-se um incremento de até 33% do consumo de GNV, que, no começo da campanha, era de 7,5 milhões m³/mês. Foram realizadas 4.360 conversões até novembro, sendo 3.136 veículos convertidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e 1.224 em Juiz de Fora. Como resultado, observa-se o cumprimento de 75% da meta de mil veículos convertidos a cada mês durante a promoção.

*Faça a
conversão*

Um passo importante na expansão da Companhia foi o acordo firmado em agosto entre a Cemig, Gasmig, Petrobrás e Gaspetro, a fim de permitir a participação desta última no capital da companhia mineira de gás, possibilitando investimentos para a ampliação do mercado de gás natural em Minas Gerais, por meio da expansão dos gasodutos de transporte e distribuição, o que viabilizará a distribuição desse combustível no Vale do Aço, Sul de Minas e Triângulo Mineiro. O acordo prevê a venda, pela Cemig, para a Gaspetro, de 40% do capital social da Gasmig, estabelecendo o compromisso da Petrobrás de construir os gasodutos de transporte e a obrigação da Gaspetro de aportar, com a participação da Cemig, recursos necessários para a construção da rede de distribuição de gás. Em contrapartida, a Gasmig terá uma administração compartilhada entre essas duas empresas.

A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)

A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sociedade de economia mista, desenvolve atividade nos diferentes campos da energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica, construindo e operando, entre outros, o sistema de geração, transmissão e distribuição elétrica.

Na área de geração, foram iniciadas as operações comerciais do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Queimado (105 MW), da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Pai Joaquim (23 MW) e da Usina Termelétrica (UTE) de Barreiro (12,9 MW), acrescentando 140,9 MW ao parque gerador de Minas Gerais.

A Cemig, sozinha ou em parceria com outras empresas, também está participando da implantação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Aimorés, cujas obras começaram em 2000, do AHE de Irapé, iniciado em 2002, do AHE Capim Branco I, iniciado em 2003, e do AHE Capim Branco II, iniciado em março de 2004. Nos próximos três anos, com a conclusão dessas obras, serão acrescentados 1.140 MW ao parque gerador do Estado de Minas Gerais.

*Pequenas
Centrais
Hidrelétricas*

Também na área de geração destaca-se o lançamento do Programa Minas PCH, cuja finalidade é viabilizar a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), mediante parcerias entre a Cemig, investidores privados, órgãos e empresas do governo estadual. Com a implantação desse programa será possível a diversificação das fontes de geração de energia, aumento da capacidade instalada, melhoria da qualidade da energia, atendimento à demanda das regiões com limitações no sistema elétrico, atração de capital privado para o setor de infra-estrutura, desenvolvimento regional, criação de empregos e geração de renda.

Merece destaque igualmente a aquisição, em novembro de 2004, pela CEMIG, de 100% das ações da empresa Rosal Energia S.A., que é proprietária da Usina Hidrelétrica Rosal, por R\$134 milhões, incorporando ativos de geração, transmissão e distribuição.

Na área de transmissão, foi concluída a implantação da Subestação (SE) Bom Despacho 3, de 500 quilovolts (kV), implantada na região Centro-Oeste. Essa instalação beneficia o sistema elétrico de toda a região Sudeste e, sobremaneira, os consumidores mineiros das regiões Central, Vale do Aço e Zona da Mata. Foi também concluída a ampliação da capacidade da SE Ipatinga 1, que passou de 90 megavolts-ampère (MVA) para 315 MVA, beneficiando cerca de 180 mil consumidores das regiões de Ipatinga, Caratinga e Cataguases.

Foram iniciados também em 2004 alguns empreendimentos de vulto, como a construção da Linha de Transmissão (LT) Montes Claros 2-Irapé, de 345 kV, com 150 quilômetros de extensão, que ligará o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Irapé ao sistema interligado nacional, com previsão de entrada em operação no segundo semestre de 2005, assim como a LT 2 Aimorés-Mascarenhas, de 230 kV, com 12 quilômetros de extensão, que ligará o Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) de Aimorés ao sistema interligado nacional, propiciando o escoamento dessa usina, com entrada em operação em fevereiro de 2006. Igualmente foram feitas obras de reforço no sistema de transmissão com instalação de reatores nas subestações São Gotardo 2, Pimenta, Jaguará, Emborcação e Ouro Preto 2, com previsão de entrada em operação em fevereiro de 2006.

Cabe destacar, ainda na área de transmissão, que a Cemig, em parceria, participou dos leilões realizados pela Aneel, conquistando as concessões para construção, operação e manutenção das instalações da LT Furnas-Pimenta, 345 kV, 75 quilômetros, com participação da Cemig (49%) e de Furnas (51%), da LT Itutinga-Juiz de Fora, 345 kV, 140 quilômetros, com participação da Cemig (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%) e da LT Irapé-Araçuaí, 230 kV, 65 quilômetros, e das subestações de Irapé (MG) e Araçuaí (MG), com participação da Cemig (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%).

Na área de distribuição, merece destaque a conclusão da SE Berilo (69 kV), com capacidade de 5 MVA construída na região leste do estado, a

implantação da SE Neves 3, 138 kV, com capacidade de 50 MVA, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, assim como o início das obras de duas novas subestações, com obras de linhas de transmissão e de telecomunicações associadas. São as subestações Mariana 2 (138 kV), com capacidade de 15 MVA, construída na região Mantiqueira de Minas Gerais, com previsão de conclusão em junho de 2005 e a Monte Sião (138 kV), com capacidade de 15 MVA, construída no Sul de Minas, e previsão de conclusão em abril de 2006.

Convém ressaltar, ainda, o início da implantação do Plano de Atendimento ao Noroeste Mineiro, cuja conclusão está prevista para dezembro de 2007, que engloba a integração da usina de Queimado ao sistema elétrico, com aumento de capacidade de potência de 150 MW para 300 MW, construção de três subestações, ampliação de subestações existentes e instauração de 162 quilômetros de linhas de transmissão.

*Plano de
atendimento
ao Noroeste
Mineiro*

Nesse quadro, além da implantação de subestações, várias outras, localizadas em todas as regiões do estado, estão sendo ampliadas, aumentando a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica. Entre elas, destacam-se as subestações de Francisco Sá, Brasilândia 2 e reforço para a região de Araxá.

A CEMIG, além de operar e expandir regularmente os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, executa diversos programas em parceria com o governo do estado. Entre eles o Programa de Eletrificação Rural (Luz para Todos), o Programa de Eletrificação Urbana (Clarear), o Programa Campos de Luz e o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

O Eletrificação Rural (Luz para Todos) visa ao atendimento de 100% dos domicílios e estabelecimentos rurais nos 774 municípios da área de concessão da CEMIG, até o final de 2006. O programa fará a eletrificação de cerca de 178 mil domicílios/estabelecimentos na área rural, sendo 72% de Mercado de Baixa Renda Rural (pequeno produtor rural) e 28% de Mercado Rural (produtor rural típico). Nesse mercado estão contidas as ligações de assentados (10.551 famílias) e de 1.125 escolas municipais e estaduais. Entre essas, até dezembro de 2004 foram ligadas 691 e as outras 434 serão ligadas até fevereiro de 2005.

*Luz para
Todos*

O Clarear é o Programa de Eletrificação Urbana da CEMIG, estruturado com a missão de universalizar o atendimento aos domicílios e estabelecimentos urbanos, com carga até 50kW, abrangendo toda a área de concessão da CEMIG até 2006. Em 2004, o Clarear instalou 3.716 postes, possibilitando a ligação de 5.388 clientes urbanos novos.

Clarear

Já o Programa Campos de Luz consiste em obras de iluminação de campos de futebol amador, executado com o suporte técnico e financeiro da CEMIG e da CODEMIG. Com a iluminação dos campos de futebol, permitindo a prática de esportes à noite, a violência e a criminalidade nas áreas circunvizinhas estão tendo uma acentuada redução. Dos 135 campos de

futebol previstos, foram iluminados 84 até dezembro de 2004, estando previstos atendimentos aos outros 51 até junho de 2005.

Programa
Nacional de
Iluminação
Pública
Eficiente
(Reluz)

Por fim, o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) objetiva modernizar os sistemas de iluminação pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, reduzindo o consumo de energia elétrica no horário de pico do sistema elétrico e a diminuição, para a concessionária, de gastos com operação e manutenção, além de propiciar o aumento da segurança nas vias públicas. O programa consiste basicamente na substituição de luminárias, reatores, relés e lâmpadas a vapor de mercúrio de 80, 125, 250 e 400W por equipamentos a vapor de sódio de 70, 100, 150 e 250W. Desse modo, foram trocados 79 mil pontos de iluminação pública, principalmente na capital, com investimentos de R\$ 22 milhões, levando a uma redução anual de 2.669 kW de demanda, 10.776 MWh no consumo (incluindo consumo de reatores) e de cerca de R\$ 2 milhões na fatura anual de energia das prefeituras.

Descrições		Ano		
		(1) 2004	2003	2002
Atendimento	Consumidores	5.887.354	5.744.206	5.591.492
	Empregados	10.700	11.302	11.468
	Consumidores por empregado	550	508	488
	Localidades atendidas	5.415	5.415	5.415
	Municípios atendidos	774	774	774
Mercado	Area de concessão (Km2)	567.265	567.265	567.265
	Geração (GWh)	29.040	27.740	22.380
	Consumo residencial médio (MWh/ano)	1.356	1.380	1.378
Operacionais	Usinas em operação	51	48	46
	Capacidade instalada (MW)	5.894	5.771	5.704

Fonte: CEMIG

(1) Os números de novembro e dezembro foram estimados.

TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

O exercício de 2004 foi produtivo para a função transporte e obras públicas devido, especialmente, à continuidade dos programas e projetos iniciados em 2003. O setor, composto pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP), Departamento de Obras Públicas (DEOP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A. (METROMINAS), foi responsável em todo o Estado de Minas Gerais pela realização de obras de infra-estrutura para atender aos municípios. Grande relevância, também, para as diversas ações dos projetos estruturadores, abarcando, principalmente, as áreas de turismo, segurança pública e saúde.

A SETOP atuou no setor de infra-estrutura, por meio de programas de sua competência, parcerias com o DEOP e o DER e projetos estruturadores. A maioria das ações da Secretaria voltou-se, assim, para o incremento e manutenção das atividades iniciadas no exercício anterior, pautadas, sobretudo, no auxílio aos municípios mineiros, em conformidade com os objetivos prioritários do atual Governo, explicitados no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

Uma das ações de maior vulto desta Secretaria foi a realização de convênios com as prefeituras municipais de todas as regiões de Minas Gerais. Dentro do projeto Apoio aos Municípios em Obras de Infra-estrutura, cujo objetivo é alavancar o desenvolvimento urbano e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população mineira, foram firmados 520 convênios, o que significa um aumento de 189% em relação aos resultados do exercício anterior. Assim, foram atendidos 355 municípios, ou seja, 105 a mais da meta prevista no PPAG. Se considerado o período 2004-2007, tem-se que 47% do previsto já foi realizado. Destes 520 convênios, 388 (77%) referem-se apenas ao apoio financeiro; e os restantes correspondem a apoio financeiro e a fornecimento de material betuminoso. A maior parte desses convênios refere-se a calçamento de vias e estradas, quadras poliesportivas e obras de saneamento básico do tipo drenagem pluvial, rede de esgotos e abastecimento de água.

*Convênios com
Prefeituras
Municipais*

Destaca-se, no rol dos programas estruturadores, a participação da SETOP na reforma do BEMGE, consoante o previsto na ação Reforma dos Edifícios Sede dos Extintos BEMGE e CREDIREAL. A reforma permitirá sua ocupação, abrigando órgãos e entidades em função do novo ordenamento físico em face da desocupação dos prédios históricos da Praça da Liberdade.

Cita-se, inclusive, a participação da SETOP na redução da criminalidade violenta em Minas Gerais no tocante às ações que visam a dotar o sistema prisional de infra-estrutura, com o andamento de obras de construção e reforma de estabelecimentos prisionais e centros sócioeducativos. Em 2004, foram empregados cerca de 23 milhões de reais nesse projeto estruturador.

A SETOP realizou ações que, embora não estejam incluídas em projetos estruturadores, a eles se integram. Citam-se, como exemplos, o emprego de recursos no projeto de Melhoria da Infra-estrutura dos Acessos

Viários, programa que abarca o fornecimento de obras de arte especiais (como pontes e viadutos), bueiros metálicos e mata-burros, aos municípios mineiros. Tais equipamentos permitem facilitar o deslocamento de veículos e pessoas e o escoamento da produção, interligando localidades variadas e dinamizando a economia. Em 2004, foram fornecidos 1.605 metros de bueiros metálicos, 1.303 mata-burros e 540 vigas metálicas, e já estão programadas licitações (na modalidade pregão) para a aquisição de mais mata-burros e vigas metálicas, a fim de atender aos municípios durante o exercício de 2005, conforme a geração de demandas.

*Ações integradas:
Projetos
Estruturadores*

Releva mencionar também, no âmbito das ações cujos objetivos são convergentes com os projetos estruturadores, a construção, ampliação e reforma de postos fiscais da Secretaria da Fazenda, contribuindo para aumentar a arrecadação de receita, bem como a construção, ampliação e reforma de unidades da Polícia Civil, na área de segurança pública (com investimentos na ordem de 3 milhões de reais). O rol de tais ações, dentro do programa Edificações Públicas, se completa com os investimentos da SETOP na ampliação e reforma de prédios públicos com finalidades diversas, que estão em andamento, com a aplicação de aproximadamente 2,4 milhões de reais.

Por fim, destaca-se o início do programa Apoio à Infra-estrutura Viária em Regiões Estratégicas, com investimentos no desenvolvimento do setor de celulose. Esta ação visa à implantação e/ou recuperação de rodovias na região do Rio Doce (Vale do Aço), e espera-se, com isso, a consolidação do parque industrial de celulose, de grande importância para a economia mineira.

Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais (DEOP/MG)

O ano de 2004 de grandes realizações para o DEOP/MG, como comprovam os resultados dos programas e projetos em execução. Nesse ano, foram concluídas 56 obras de alta relevância social e outras 120 obras similares estão em andamento, com previsão de término no biênio 2005/2006.

Dentre as diversas obras executadas em 2004, visando à melhoria no sistema prisional do estado, foram concluídos conforme projeto estruturador da Secretaria de Estado de Defesa Social a Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá, a Penitenciária Regional de Juiz de Fora, a Cadeia Pública de Araguari, a reforma da Casa de Detenção Luiz Soares da Rocha (Ribeirão das Neves) e o Centro de Internação Provisória para Meninos - CEIP (Teófilo Otoni). Tais obras aumentaram a capacidade do sistema penitenciário estadual em mais de 800 vagas, com um projeto de arquitetura que reflete os princípios estabelecidos pela Lei de Execução Penal (Lei Federal n.º 7.210 de 11/07/1984). O total de área construída é de 16.238 m². As obras visam ainda a segurança física dos detentos e agentes penitenciários, com separação de regimes por módulos de vivência totalmente independentes, cinco módulos de vivência fechados e quatro pátios de sol em cada módulo, com 396 vagas cada (Francisco Sá e Juiz de Fora), contando também com um bloco para regime semi-aberto, dois blocos para regime fechado e um bloco de vivência

feminina. Também possui um módulo de alojamento seguro, com 32 vagas e pátio individual.

Foram concluídas as obras das unidades dos Centros de Internação do Adolescente (CIA) de Governador Valadares e Montes Claros, além da ampliação da Penitenciária Nelson Hungria em Contagem. Para 2005/2006, estão previstas as penitenciárias de Uberaba, Santa Luzia, Formiga, Três Corações, Patrocínio, Muriaé e Vespasiano.

Na área da expansão do turismo empresarial, em apoio às ações da CODEMIG e da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, o DEOP/MG retomou as obras do Centro de Feiras e Exposições de Minas Gerais – EXPOMINAS, um espaço idealizado para solucionar o grave problema da falta de locais específicos para realizar eventos de grande porte em Belo Horizonte e região. Com arquitetura arrojada, impressiona pela versatilidade e funcionalidade, possibilitando obter baixos custos operacionais. A previsão é de que as obras sejam concluídas no início de 2005.

Na área da saúde, o DEOP-MG concluiu em outubro as obras de construção do Posto Médico Legal de Diamantina, equipado com salas de administração, perícia, raios-X, necropsia e câmara fria com gaveteiro. Encontra-se em andamento outros postos desse tipo, com previsão de entrega em 2005, o que dará mais eficácia e agilidade ao trabalho da Polícia Civil.

*Obras
realizadas*

O DEOP/MG finalizou a construção, em Belo Horizonte, da Nova Central da Rede de Frios, no âmbito do Programa Nacional de Imunização (PNI), que objetiva contribuir para o controle, eliminação e/ou erradicação das doenças imunoprevisíveis. A Central da Rede de Frios foi feita para abranger o processo de armazenamento, conservação, manipulação, distribuição e favorecer o transporte dos imunobiológicos do PNI, já que são produtos que necessitam de constante refrigeração. O prédio, além da área refrigerada, possui espaço adequado para acondicionamento de insumos e área para administração do programa.

Além disso, estão sendo colocados à disposição da população mais leitos hospitalares, localizados no Hospital Antônio Dias, no município de Patos de Minas, na região do Alto Paranaíba e no Hospital Regional João Penido em Juiz de Fora, na região da Zona da Mata.

O DEOP/MG atuou no setor de educação por meio do programa de reforma, ampliação e construção de escolas, da Secretaria de Estado da Educação. Em 2004, foram construídas e ou reformadas 24 escolas e mais 12 encontram-se em andamento, para término em 2005. Espera-se, assim, atender a mais de 30 municípios e beneficiar mais de 20 mil alunos.

Quanto ao setor de lazer e esportes, o DEOP/MG concluiu, no primeiro semestre de 2004, a reforma e modernização do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão), representando um importante incentivo para o setor de entretenimento e negócios.

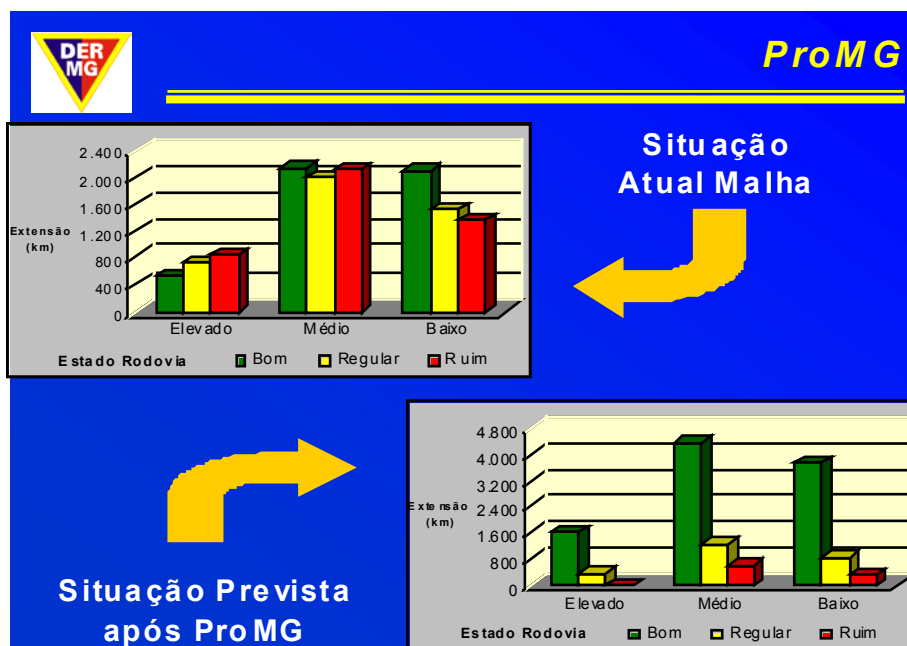
A preocupação com a inclusão social também faz parte do trabalho desenvolvido no órgão. Obras de adaptação para acessibilidade de portadores de necessidades especiais foram executadas nos prédios da Superintendência Regional da Fazenda (Uberlândia), na Central do Hemominas e no estádio Mineirão (Belo Horizonte), entre outros.

Departamento de Estradas de Rodagem (DER/MG)

Em 2004, as ações do DER de maior importância foram as dos projetos estruturadores que, de maneira conjunta, estão contribuindo para a melhoria da infra-estrutura, nas atividades de construção rodoviária, com diversas obras concluídas ou em andamento.

ProMG
Recuperação e
Manutenção
Rodoviária

O programa especial ProMG Recuperação e Manutenção Rodoviária do Estado de Minas Gerais tem por fim dotar a malha pavimentada sob jurisdição do DER/MG de maior segurança e conforto para os usuários. Em 2004, foram recuperados 2.500 km de rodovias, com foco nas rodovias alimentadoras da MG-050 e BR-459. A distribuição e aplicação dos recursos previstos para o PROMG contemplaram todas as regiões, porém o Sul de Minas recebeu 43% das ações e o Centro - Oeste 23%. Espera-se que, em três anos, terá sido implementado um novo sistema de contratação e gerenciamento dos serviços de recuperação e conservação, com os seguintes resultados: a) recuperação funcional do pavimento e da condição de uniformidade do sistema; b) expansão da meta física no atendimento da rede; c) respaldo técnico e econômico dos programas de investimentos na manutenção rodoviária; d) otimização da distribuição e aplicação dos recursos; e) aferição da efetividade dos contratos, conforme Padrões de Desempenho; f) diminuição dos custos de transportes; g) participação da sociedade na fiscalização do padrão de conservação definido pelo DER/MG.



O projeto estruturador Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios visa pavimentar a ligação de 224 municípios de pequeno porte à rede rodoviária principal. Em sua primeira etapa, 67 municípios apresentaram obras em andamento ou programadas, tendo sido concluídas três unidades (Mamonas, Ingai e Santo Antônio do Aventureiro), num total de 84,3 km; estando 31 em pleno andamento; quatro em fase inicial de obras; sete em contratação; um em licitação; 21 em elaboração de projetos. Outros três municípios foram atendidos indiretamente pelas obras citadas anteriormente. Como resultado já alcançado, 12.146 pessoas alcançaram maior acessibilidade aos mercados e serviços sociais básicos. Existem ainda 33 projetos de engenharia em elaboração que farão parte da amostra mínima a ser submetida à apreciação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

*Pavimentação de
Ligações e
Acessos
Rodoviários aos
Municípios*

O Projeto Estruturador Corredores Radiais de Integração e Desenvolvimento tem como objetivos reduzir custos de transportes e aumentar a segurança do tráfego em corredores rodoviários convergentes para a RMBH. Na 1ª fase, que antecede a efetivação da concessão na modelagem Parceria Público-Privada da rodovia MG-050, no trecho Entrº BR-262 – Divinópolis – Formiga – Passos – São Sebastião do Paraíso, foram executados 264 quilômetros de serviços de roçada e limpeza de dispositivos de drenagem; 264 quilômetros de tapa-buraco, 90 quilômetros de reperfilamento e 114 quilômetros de sinalização horizontal.

*Corredores Radiais
de Integração e
Desenvolvimento*

A potencialização da logística do Triângulo e Alto Paranaíba visa a reduzir os custos de transporte e a reforçar o papel da região como articulação logística multimodal das regiões Centro-Oeste e Sudeste, incrementando a infra-estrutura aeroportuária, aquaviária e implantando e recuperando a malha rodoviária. Em parceria com empresas do setor sucroalcooleiro, neste projeto estruturador encontram-se em obras 51 quilômetros de rodovias, sendo que 28 quilômetros estão concluídos. Foram também concluídos projetos de engenharia para 140 quilômetros de outros trechos, bem como para obras no aeroporto de Iturama. Foram concluídos os estudos de viabilidade para os portos de Santa Vitória e Iturama. Os benefícios gerados são a redução do custo dos transportes em geral, melhoria da competitividade das empresas parceiras, atração de investimentos para a região, gerando emprego e renda.

A Reestruturação da Plataforma Logística e de Transportes da RMBH visa melhorar as condições de transporte e racionalizar a movimentação de bens no interior do tecido urbano da RMBH e nas interfaces com os corredores radiais de tráfego. No trecho da MG-010, que liga Belo Horizonte ao Aeroporto de Confins, foram realizados 18,7 quilômetros de serviços de conservação, tapa-buraco, recapeamento, recuperação, sinalização e construção de trevo. Na MG-424, foram executados 21,1 quilômetros dos mesmos serviços (incluindo recuperação de erosões) no trecho Entrº MG-010 – Entrº Pedro Leopoldo e 23,9 quilômetros no trecho Entrº Pedro Leopoldo – Sete Lagoas. O Estado liberou R\$ 6,0 milhões para pagamento da desapropriação necessária às obras de duplicação da Av. Antônio Carlos (Belo Horizonte). O resultado será um aumento da participação de Confins no transporte aéreo da RMBH,

*Reestruturação
da plataforma
logística e de
transportes*

redução do tempo médio de deslocamento para 40 minutos e outras melhorias nos sistemas rodoviário, ferroviário e metroviário.

Rodovias

Na concretização do Programa de Manutenção da Rede Rodoviária, o DER executou serviços de patrolamento e encascalhamento dos pontos mais críticos dos 10.341 quilômetros da malha rodoviária não pavimentada e atuou na malha pavimentada com obras de lama asfáltica, pequenos recapeamentos, operação tapa-buraco, recuperação de sinalização, roçada e limpeza de dispositivos de drenagem.

Quanto ao Programa de Duplicação da Rodovia Fernão Dias – BR-381, trecho Belo Horizonte – Divisa MG/SP, foram concluídas a ponte sobre o Ribeirão do Peixe e o viaduto de acesso ao CDI de Pouso Alegre. Estão em andamento a Variante Serrinha (km 824 ao 828), o trevo de Varginha, o acesso ao CDI de Pouso Alegre, o trevo de interseção BR-459 (Pouso Alegre) e o acesso a Careagu, num total físico de 6,7 km executados.

Participando do Programa Estrada Real, o DER/MG concluiu a confecção e instalação das placas de sinalização turística para quatro circuitos: Serra do Cipó, Vilas e Fazendas, do Ouro e dos Inconfidentes.

Na ação Campanha Educativa no Trânsito, que tem por objetivo conscientizar o usuário da via sobre a importância da educação como fator essencial à segurança de todos, foram desenvolvidas as seguintes atuações: 191 blitzes, que alcançaram 127.329 pessoas, 626 palestras para 24.475 pessoas, 15 cursos para 169 pessoas e 143 outras ações, com a presença de 396.422 pessoas.

Em continuidade ao Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP), foi consolidada uma parceria entre o Programa Mineiro da Qualidade e Produtividade e o Núcleo Mineiro do PQSP, visando à otimização das rotinas e processos de trabalho; integração das ações do PQSP com o PAE-04-07 e Planos Governamentais; e instituição de uma cultura e prática de gestão de resultados e por processos.

*Transporte
Coletivo
intermunicipal*

O sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros gerenciado pelo DER/MG transportou 6.920.000 passageiros por mês, em 955 linhas, por meio de 233 empresas delegatárias e uma frota de 2.750 ônibus registrados. Por sua vez, o sistema de transporte coletivo de passageiros no âmbito dos 34 municípios da RMBH transportou em média 19 milhões de passageiros por mês em 231 linhas, com uma frota de 2.327 veículos que cumprem uma escala média de 633 mil viagens mensais. Neste segmento, releva mencionar o incremento da comunicação entre os usuários e o Departamento, via setor de Atendimento ao Usuário (cujas ferramentas principais são: telefone, reuniões, *link* em *homepage*, fax, correspondência, atendimento pessoal em guichês e *e-mails*).

Destacam-se também o levantamento de dados para Gerência de Pavimentos, que utiliza *softwares* do HDM4 em todas as rodovias estaduais e federais delegadas, numa extensão de 12.200 quilômetros e a contagem

volumétrica de veículos nas rodovias estaduais e federais delegadas, em 500 pontos estratégicos. Além destes, os projetos de engenharia rodoviária (implantação, pavimentação e restauração), obras de arte especiais, interseções, acessos e maciços merecem atenção.

Em relação às obras, encontra-se em andamento a duplicação, reforço e alargamento de obras de arte especiais da Rodovia Fernão Dias e concluídas a implantação, pavimentação, recuperação e extensão de rodovias e obras de arte, sinalizações, fiscalização e controle técnico, entre outras, em diversos municípios mineiros. Obras da mesma natureza encontram-se em andamento.

A assinatura de convênio de delegação entre a União e o Estado de Minas Gerais possibilitou a execução de operação tapa-buraco em 3.206,6 quilômetros de rodovias federais, com investimentos de 15 milhões de reais. Destes, nove já foram empregados: 6 milhões originários do DNIT e o restante do Tesouro do Estado. Encontra-se em finalização o convênio firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado, objetivando a recuperação de pontos críticos de rodovias mineiras avariadas pelas chuvas do início de 2003, com investimentos de 3 milhões de reais que atingem, ainda, a recuperação de aterros, barreiras e pontes. A atividade de Operação de Via, que tem sido monitorada pelo sistema de segmentos críticos, possibilita o planejamento e a execução de obras de melhoramento desses subtrechos rodoviários, para assegurar condições de conforto e segurança aos usuários.

Várias atividades de fiscalização e controle foram efetuadas, como implantação de postos e barreiras eletrônicas, assim como parcerias com as polícias rodoviárias estadual e federal, prefeituras municipais, empresas de transporte e instituições de ensino, além do gerenciamento do sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros. A pesquisa origem-destino domiciliar, realizada em parceria com a Fundação João Pinheiro e outros órgãos gerenciadores e o METROPLAN (Plano Metropolitano de Transporte), será instrumento de planejamento à reestruturação do sistema de transporte de forma integrada, articulado física e tarifariamente com os outros modais existentes.

*Pesquisa
Origem-
Destino*

Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A (METROMINAS)

A Metrominas, empresa criada em 2002, tem como atribuições gerenciar, normatizar e fiscalizar o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), mas esta medida só terá eficácia quando for implementada a regionalização do sistema sob trilhos, conforme providências da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que gerenciará o Sistema de Trens Urbanos da RMBH até a conclusão das negociações entre os governos federal e estadual. O processo de transferência vem sendo conduzido pelo secretário da SETOP, que também preside o Conselho da companhia, sob a assistência jurídica da Advocacia Geral do Estado.

Atualmente, a União estuda um novo modelo de gestão institucional para a descentralização dos sistemas sobre trilhos, que está sendo apresentado à SETOP/SEPLAG pela CBTU. O Contrato de Empréstimo BIRD, que viabilizou a expansão e melhoria da malha existente, encontra-se em fase final.

Diante da grande importância da intermodalidade para a melhoria do padrão de acessibilidade e mobilidade urbanas dos passageiros metropolitanos, a SETOP vem acompanhando a negociação da regionalização com a União e o Banco Mundial, de forma a propiciar a adequada inserção do metrô no Sistema de Transportes da RMBH, bem como a sua assunção pela Metrominas, em condições viáveis economicamente.

Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS

Os recursos obtidos no FUNTRANS permitiram a aplicação de 22.380 milhões de reais na área de conservação rodoviária, para execução de tapa-buraco, restauração de aterros, sinalização horizontal e vertical, limpeza de drenagem e faixa de domínio, recuperação de pontos críticos, pontes e recapeamento asfáltico. Além disso, os recursos possibilitaram fiscalizar os veículos de carga nas rodovias, por meio de postos de pesagem. No controle do transporte de cargas registraram-se dez balanças sendo operadas em 2004. Na ação de fiscalização e controle de velocidade, foram monitoradas 40 faixas com a utilização de 25 equipamentos. O FUNTRANS é gerenciado pelo DER e tem no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) o seu agente financeiro.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Criada pela Lei Delegada nº. 49, de 2 de janeiro de 2003, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) tem na sua estrutura a Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano e a Subsecretaria de Assuntos Municipais. Vinculam-se à Secretaria a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB) e o Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL). Integra ainda o sistema operacional da SEDRU, como seu órgão consultivo, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que veio a suceder o Conselho Estadual de Habitação.

Reunindo no seu campo de atuação questões de relevância, como desenvolvimento regional, habitação, saneamento básico, assuntos municipais, áreas metropolitanas e telecomunicações, a Secretaria tem como pauta o compromisso do Governo de Minas de buscar o desenvolvimento sustentável das cidades e a redução dos desequilíbrios entre as diversas regiões de Minas Gerais.

Na Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano, composta pelas superintendências de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Regional e Assuntos Metropolitanos, foram realizadas ações voltadas às áreas de habitação, saneamento, urbanismo e políticas específicas para as regiões metropolitanas.

Na Superintendência de Infra-Estrutura, cabe destacar o Subprograma Habitacional para as regiões do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas, nas quais, mediante recebimento, seleção e hierarquização de consultas prévias, foram firmados convênios com 22 municípios objetivando a construção/melhoria de 405 unidades habitacionais, 160 concluídas ainda em 2004, com investimentos da ordem de R\$4,9 milhões.

*Subprograma
habitacional*

As famílias atingidas pelas enchentes de 2002/2003 também foram beneficiadas por ações da SEDRU, que em 2004 está concluindo convênios com 26 municípios, objetivando a construção de 530 moradias. Em 14 municípios as unidades habitacionais foram integralmente concluídas e nos 12 restantes 20% ainda estão em fase de acabamento.

Na área de saneamento, foram contemplados pequenos municípios que estão fora da área de concessão da COPASA, mediante 144 convênios para implantação de projetos de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água, Tratamento de Esgoto Sanitário, Destinação Final de Resíduos Sólidos, Sistemas Integrados de Saneamento e Módulos Sanitários, totalizando investimentos da ordem de R\$13 milhões; com recursos do Fundo Estadual de Saúde.

Saneamento

Ações emergenciais, ainda no campo de saneamento, foram executadas em áreas castigadas pelas secas, sendo disponibilizados 68 caminhões-pipa e oito poços já foram equipados, com recursos investidos da ordem de R\$390 mil, oriundos do convênio firmado no exercício de 2003.

*Oficina das
Cidades*

Na Superintendência de Desenvolvimento Regional, cabe destacar a assinatura de contrato com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$100 mil, sendo 20% oriundos do Tesouro Estadual e 80% do Ministério das Cidades, para realização da “Oficina das Cidades”. As oficinas buscam incentivar e capacitar os municípios mineiros com população superior a 20 mil habitantes e os municípios componentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte a elaborarem seus Planos Diretores, em conformidade com as determinações do Estatuto das Cidades.

*Regularização
Fundiária*

Está em fase final de negociação o convênio de cooperação mútua a ser firmado entre a Secretaria e o Município de Belo Horizonte, com vistas a propiciar a regularização fundiária em áreas de interesse de propriedade do estado, e ocupadas por famílias de baixa renda, sob a forma de vilas, favelas ou conjuntos habitacionais. Cabe à Secretaria participar da elaboração e do processo de registro dos parcelamentos do solo e à Prefeitura o parcelamento do solo e a titulação dos posseiros.

Já a Superintendência de Assuntos Metropolitanos participou efetivamente dos seminários e trabalhos técnicos que permitiram estabelecer conclusões incorporadas ao texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº.41/2003), que trata da instauração do novo modelo de gestão das regiões metropolitanas no estado, aprovada por unanimidade pelo Poder Legislativo de Minas Gerais em 2004.

Em 2004 foram encaminhadas com sucesso negociações para a adoção de medidas necessárias à execução de duas ações relevantes: a instalação da Unidade de Gerência de Projetos (UGP) e a celebração de Acordo de Cooperação com a Aliança das Cidades. Ambas serão concretizadas em 2005. O acordo com a Aliança das Cidades viabilizará os recursos necessários à elaboração do Plano de Estratégias de Desenvolvimento e Gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A UGP será responsável pelas funções técnico-administrativas de execução do referido plano.

A Superintendência analisou 271 solicitações de particulares e do Poder Público de parcelamento do solo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre projetos de loteamento e desmembramento do solo, bem como realizou 29 vistorias técnicas nos casos de maior impacto na região.

A Subsecretaria de Assuntos Municipais mantém contatos permanentes com os municípios, cujas demandas são registradas e catalogadas. São repassadas aos administradores municipais, ao legislativo e aos diversos órgãos sobre índices e valores de FPM e ICMS informações periódicas quanto à necessidade de solicitação ao estado da Anuência Prévia para parcelamento de solo, loteamentos, desmembramentos e remembramentos de áreas, com inspeção “in loco”. Foram ainda repassadas às Associações Microrregionais linhas de financiamentos operadas pelo BDMG e a elaboração de Plano Diretor para os municípios.

*Cooperação
Técnica*

Foram firmados Termo de Cooperação Técnica com quatro Associações Microrregionais disponibilizando técnicos para assessoramento de

atividades institucionais, objetivando apoiar ações municipalizadas para implementação de programas e projetos de desenvolvimento regional. Apoio técnico jurídico e administrativo foi prestado a Associações Microrregionais e a Municípios, quanto a procedimentos na celebração de convênios, implantação de programas e projetos, buscando a padronização.

Foram realizadas análises de propostas de entidades privadas que desejam parcerias com o estado, como o Instituto Brasileiro de Difusão Social, com quem foi firmado Termo de Cooperação.

Está sendo elaborado o pré-projeto para realização de Encontros Regionais de Municípios e para implantação de Juizados de Conciliações, em cidades do interior.

Os 25 Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU), localizados nas diversas regiões do estado, registraram cerca de 4,1 milhões de atendimentos ao cidadão. Foi concluído pelo Grupo de Trabalho de Rede de Serviços Públicos um novo modelo de gestão para os PSIU. Encontra-se em fase final de implementação o 26º posto, a ser instalado em 2005, no Via Shopping Barreiro.

PSIU

A Subsecretaria desenvolveu o Programa de Obras Inacabadas (PROIN), com o propósito de retomar a execução de projetos com implantação iniciada e não concluídos, com destaque para os de saneamento básico. Foram iniciadas tratativas com os Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, visando conclusão desses projetos e de outras obras inacabadas no estado.

Outra inovação é o Projeto de Bancarização, que trata da implementação de Correspondentes Bancários Plenos e Sociedades Cíveis de Créditos em todos os municípios carentes de serviços bancários.

Em parceria com a FIEMG, graças ao Termo de Cooperação Técnica, foi iniciado projeto que tem por objetivo dar suporte institucional e apoio logístico ao desenvolvimento de programas e projetos, e em especial identificar nos municípios oportunidades de empreendimentos que melhor aproveitem as vocações locais ou regionais, e promover e apoiar o intercâmbio entre o município e a FIEMG, com vistas a definir e viabilizar o melhor projeto dentro das demandas identificadas.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)

Em 2004, a COPASA consolidou seu novo modelo de gestão, como também se posicionou em condições mais favoráveis rumo ao seu ousado objetivo de ser a melhor empresa de saneamento do Brasil. Para isso, conta com um Programa de Investimentos de R\$ 2,7 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões já estão assegurados, sendo R\$ 1,33 bilhão em recursos próprios e outros R\$ 770 milhões com financiamentos de fontes nacionais.

*Ratificação 1º
Termo Aditivo:
COPASA, PBH e
Governo MG*

O destaque do ano foi a assinatura da ratificação ao 1º Termo Aditivo entre a COPASA, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e o Governo do Estado para a prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento básico. Além disso, foram renovadas concessões em 50 sedes municipais, sendo 42 com serviços de abastecimento de água e oito com esgotamento sanitário.

Em junho, foi assinado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a subscrição de debêntures com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no valor de R\$ 300 milhões. Em outubro, foi assinado um contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal de R\$ 72 milhões. Os recursos estão sendo usados para investimentos em obras de saneamento básico e no controle de perdas de água em 75 municípios mineiros. No início de dezembro, foi assinado contrato de financiamento junto ao UNIBANCO de R\$ 256,7 milhões, já selecionado e aprovado pelo Ministério das Cidades. A registrar, ainda, outro financiamento de R\$ 154 milhões, já aprovado pela Caixa Econômica Federal e enviado ao Ministério das Cidades para seleção, aguardando disponibilidade de recursos.

Ainda de acordo com seu Plano de Ação, a COPASA iniciou a implantação do Sistema Integrado de Proteção em 15 mananciais no estado. Em julho, concluiu o programa de proteção das áreas de preservação e o controle para manutenção de áreas de queimadas no período das secas.

*principal
agente de
saneamento
básico no
estado*

A COPASA consolidou, também, a sua posição como principal agente de saneamento básico no estado, ao realizar, em 2004, investimentos da ordem de R\$ 317,1 milhões. Com o acréscimo de 250 mil pessoas no seu quadro de clientes, a população atendida com abastecimento de água chegou a 10,86 milhões.

Além de expandir a sua atuação em mercados já atendidos, a COPASA iniciou a operação de 27 novos sistemas de água, totalizando 790 localidades operadas em 2004. Já as ligações de água aumentaram em cerca de 74 mil unidades e as redes de distribuição em 914 quilômetros em 2004.

Por sua vez, a população beneficiada com os serviços de esgotamento sanitário chegou a cerca de 5,4 milhões em 2004. Isto significa um crescimento de 124 mil economias residenciais, beneficiando 420 mil novos usuários. Para tanto, foram construídos 968 quilômetros de redes coletoras e interceptoras de esgotos. A companhia fechou o ano estabelecendo um índice médio de tratamento de esgoto da ordem de 29% do volume coletado.

Destacam-se as premiações recebidas pela COPASA, entre elas duas estatuetas do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS), o de Melhor Empresa de Saneamento Ambiental do Brasil e a Faixa Ouro do Prêmio Mineiro de Qualidade, conquistada pelo segundo ano consecutivo.

Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB)

Empresa vinculada à SEDRU, a Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB) vem cumprindo nos seus 37 anos de existência, a sua missão de contribuir para a redução do déficit habitacional em Minas Gerais.

*Redução do
Déficit
Habitacional*

Em 2004 foram concluídas 537 unidades habitacionais, sendo 421 em parceria com o SERVAS e 116 em Governador Valadares com recursos próprios. Em construção 711 unidades habitacionais, sendo 168 em Divinópolis com recursos do FGTS, 88 em Candeias com recursos próprios e 455 em parceria com o SERVAS. Em financiamento 42 unidades habitacionais, sendo 32 para atendimento ao FINIS Segurança e 10 unidades em diversos municípios, utilizando recursos próprios. Encontra-se em fase final de análise pela CEF os processos de 453 unidades habitacionais em Bocaiúva, Cataguases, Divinópolis, Matutina, Pirajuba, Tombos e Conceição do Mato Dentro. Em fase de implementação, junto a SEDRU, ações para a construção de 1.062 unidades habitacionais nos Subprogramas Jequitinhonha, Mucuri, Norte de Minas, AMALPA e FUNASA, com recursos oriundos do Estado e União.

Em parceria com o Gabinete Militar do Governo do Estado, construiu-se 184 casas, com recursos do Ministério da Integração Nacional.

Encontram-se em processo de comercialização 158 unidades: 90 em Monte Sião, 21 em Alfenas e 47 em Barroso e foram concluídas 116 unidades em Governador Valadares. Em fase de desenvolvimento de projetos, a implantação de 7.153 unidades habitacionais e 2.649 lotes urbanizados em diversos municípios do Estado de Minas Gerais.

Foi transferido para o Programa de Subsídio de Habitação do Governo Federal (PSH), o financiamento de 470 unidades produzidas com recursos próprios da Companhia, gerando a redução da prestação paga pelo mutuário e o recebimento pela COHAB do valor subsidiado à vista.

Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL)

O Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL) tem como finalidade básica formular e executar a política estadual de telecomunicações mediante duas atividades finalísticas: a Engenharia de Radiodifusão, na qual foram realizadas instalações e manutenções das rotas de transmissão e retransmissão de sinais de TV e, ainda, a emissão de pareceres, laudos técnicos e projetos solicitados por órgãos públicos e privados, e a Engenharia de Telecomunicações, na qual se fizeram testes de propagação e a instalação de postos de telefone rural em diversos municípios.

*Telefonia
Rural*

Instalação em 2004 postos de telefone rural para o Projeto da Estrada Real, nos municípios de Jaboticatubas, Morro do Pilar, Nova União e Itambé do Mato Dentro.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES) teve como relevante a missão de apoiar e possibilitar o trabalho realizado pelos programas especiais aprovados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT) e que têm por objetivo fomentar pesquisa nas seguintes áreas prioritárias: energia, biotecnologia, florestas renováveis, agronegócio, tecnologia dos minerais, recursos hídricos, tecnologia da informação, digitalização do acervo histórico cultural, popularização da ciência e desenvolvimento do parque industrial mineiro.

Merecem destaque a elaboração de oito editais induzidos e encaminhados à FAPEMIG para lançamento, dentro do projeto estruturador, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), "Arranjos Produtivos Locais" (APL), nas áreas moveleira e eletroeletrônica, e o lançamento do edital de "Popularização da Ciência". Por meio desses programas aprovados pelo CONECIT foram submetidos à aprovação da FAPEMIG com os temas: Caracterização e Avaliação da Cadeia Produtiva da Piscicultura do estado, em parceria com a EPAMIG, no valor de R\$95 mil; Diagnóstico da Situação da Metrologia em Minas, em parceria com a Rede Metrológica, R\$100 mil; Instalação do 1º Módulo do Centro de Tecnologia do Artesanato de São João del-Rei para normatização e certificação de produtos do artesanato mineiro, em parceria com a Universidade Federal de São João del-Rei, R\$ 280 mil; a criação do Núcleo de Informação, Capacitação e Apoio Tecnológico à Gestão de Recursos Hídricos, em parceria com o CETEC, R\$150 mil; e Criação do Centro de Qualificação de Empresas de Software em Capability Maturity Model (CMM), em parceria com a Fumsoft, R\$ 400 mil. Foram aprovados o projeto de prototipagem para o Norte de Minas (Vale do Jequitinhonha) junto ao governo federal, R\$ 850 mil; o projeto de "Fortalecimento do Pólo Moveleiro de Ubá pelo Design Integrado: desenvolvimento de produtos para certificação" FINEP/CNPQ, R\$ 400 mil.

Projeto
Estruturador

Outras atividades que se destacaram foram a criação do Grupo de CO2, para estudar-se a implantação de um programa de fomento ao mercado de certificados de redução do carbono, a criação do organismo de Conformidade de Produtos Moveleiros (XILON), e de um laboratório de prototipagem e de ergonomia na área de movelaria. Ficou a cargo da SECTES, no setor de Minas e Metalurgia, a concepção e coordenação dos projetos de Fomento de Base Tecnológica "Rota Tecnológica para o Desenvolvimento de APL de Base Mineral-Case : Artesanato de Pedra- Sabão em Minas Gerais" e "Geração de Cartografia Temática Básica e Concepção de um Programa de Fomento Mineral para os Municípios do Médio Jequitinhonha", em parceria com o Ministério de Minas e Energia. Pelo Consórcio Mínero-Tecnológico foi elaborada uma proposta de modelo de cooperação multistitucional para programas de fomento, inicialmente voltado para o Projeto Pedra-Sabão, realizou-se o I Simpósio Nacional de Tecnologias para APL de Base Mineral, em parceria com o CETEC, a concepção e coordenação da Rede Nacional de APL de Base Mineral. Teve início em outubro o Programa Tecnologias para Água em Mineração - em cooperação com o Instituto do Milênio Água uma Visão Mineral, coordenado pelo Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da UFMG, com "Oficinas de Estudos Integrados para Água em APL's de Base Mineral", diagnóstico "Demandas e Prioridades de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico para a Gestão de Recursos Hídricos em Áreas Minerárias” e concepção do Curso Básico Digital em Gerenciamento de Recursos Hídricos, programa oferecido gratuitamente via internet com execução a cargo da SECTES (Programas de Recursos Hídricos e Inclusão Digital) e apoio da CEMIG.

Parque
Tecnológico

O desenvolvimento dos modelos de gestão dos “Parques Tecnológicos do Estado”, com software de gestão e indicadores de desempenho das empresas incubadas, e a implantação de bolsas de gestão para os gerentes de incubadoras favoreceu a implantação da Fase I do Parque Tecnológico de Itabira, a implantação da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Uberlândia em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, a Prefeitura e o SEBRAE, a realização do Encontro da Rede Mineira de Incubadoras e o lançamento de um catálogo, proporcionando o fortalecimento da Rede Mineira de Incubadoras. Vale ressaltar a participação de Minas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em outubro, quando a SECTES mobilizou e obteve a adesão de 50 cidades do estado para divulgação científica, destacando-se a promoção da própria Secretaria – “Ciência na Rodoviária” - em parceria com a Prefeitura e instituições de pesquisa e ensino de Belo Horizonte. A Secretaria participou, por meio da Superintendência de Ciência e Tecnologia, dos eventos Brasiltec, Minastec, Expocachaça, Feira Nacional de Artesanato, entre outros.

Pesquisas

Relacionando-se com instituições de Ciência e Tecnologia (C&T) a SECTES, por meio da Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento, prestou assistência na preparação e negociação de projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), desenvolveu estudos de oportunidades de linhas de trabalho, e iniciou a elaboração, estruturação e divulgação da Base de Dados sobre demandas e oportunidades em C&T e promoveu a implementação do Programa Mineiro de Biodiesel, dentro do qual foram assinados acordos de cooperação com o MCT/FINEP/FAPEMIG e com a UFLA/FAPEMIG/Prefeitura de Varginha. No âmbito do Sistema Estadual de C&T, apoiou a negociação de ações do Projeto Estruturador Arranjos Produtivos Locais, na organização da Comissão Estadual de Mudança Global do Clima, na elaboração de palestras temáticas e institucionais e de projeto endogovernamental de modernização da infra-estrutura de informática da Secretaria, na concepção do projeto da Central de Projetos das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), apresentado ao MCT, e com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para implantação da Central de Projetos de Base Tecnológica das Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES.

Ensino
Superior

No âmbito das atribuições relativas ao Ensino Superior as ações obedeceram às disposições do Decreto 43239/03 e visaram ao cumprimento de três finalidades básicas: a organização e manutenção de uma base de dados que identifique a capacidade técnica e científica das Instituições de Ensino Superior (IES), a otimização da infra-estrutura, o monitoramento da qualidade do ensino ministrado pelas IES e promoção do desenvolvimento da capacidade institucional, especialmente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), fortalecendo a infra-estrutura, direcionando sua expansão regional, apoiando-

as na captação e gestão de recursos, e a promoção da integração das IES em ações interinstitucionais para o desenvolvimento regional.

A SECTES participou da execução do projeto de implantação da Rede Nacional de Pesquisa Científica em Paleontologia, mediante convênio celebrado com o MCT, SETOP e Prefeitura de Uberaba, que integrará um complexo cultural, turístico e científico, em Peirópolis, com o museu de paleontologia e laboratórios de pesquisa científica na área. A implantação da rede, decorrente do processo, visa à consolidação de uma política pública para o setor, em âmbito nacional, cuja etapa complementar de sua implementação contará com recursos da FINEP.

O Projeto Estruturador Inclusão Digital pretende alterar a situação do mapa de exclusão digital do estado por meio da implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), Unidades Móveis, Banco de Dados Social e da Informatização de Centros Comunitários e Locais Públicos (Telecentros), que são núcleos aptos a disponibilizar ao cidadão comum acesso ao computador, à Internet, treinamento em informática, ensino a distância, e desenvolvimento das vocações regionais a partir da capacitação profissional e da hospedagem de incubadoras de empresas de inovação e de base tecnológica. O CVT permite o acesso à Internet e cursos profissionalizantes, como também a sala de videoconferência para treinamento a distância para no mínimo 20 pessoas, e tem como proposta a instalação de 1 laboratório para treinamento vocacional local e salas para incubadoras de empresas. O telecentro permite o acesso à Internet e a cursos profissionalizantes. O Banco de Dados Social visa a apoiar o desenvolvimento de Tecnologia de Gestão Social, a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para áreas sociais, tomada de decisões no planejamento, gerenciamento e acompanhamento de programas sociais, operação de Serviços de Atenção Integrada e o controle social de ações de governo pela sociedade civil organizada. As Unidades Móveis constituem-se de ônibus equipados com infra-estrutura de software, hardware e telecomunicações que permitem o acesso à Internet em qualquer localidade.

Inclusão Digital

Foram obtidos recursos da ordem de R\$ 15,1 milhões, para elaboração do projeto de implantação e de acompanhamento, negociação com prefeituras e entidades não governamentais para implantação dos centros de excelência em Belo Horizonte, Viçosa, Ubá, Santa Rita do Sapucaí e Frutal, e identificação e seleção das entidades (ONGs, OSCIPs, OS, Institutos), que vão gerir os CVT. Estão sendo adquiridos os equipamentos necessários e está concretizada a contratação da empresa COBRA para a implantação de 23 Centros, até maio de 2005, em Belo Horizonte, Campina Verde, Diamantina, Frutal, Itajubá, Itamonte, Iturama, Jacutinga, Jaíba, Janaúba, Janaúria, Ouro Preto, Pouso Alegre, Prata, Passos, Queluzito, Ribeirão das Neves, Sabará, Sacramento, Santa Rita do Sapucaí, São Brás do Suaçuí, São João del Rei, Três Pontas, Tupaciguara, Ubá e Viçosa. No presente exercício, estão sendo inaugurados, em parceria com o Banco do Brasil e com o IDENE, 199 telecentros. Foi celebrado convênio com a SETUR para a montagem de 1 Unidade Móvel, e iniciado o pregão eletrônico para aquisição dos bens para equipar internamente o veículo. O Banco de Dados Social está sendo implantado em

Montes Claros e Bocaiúva, encontrando-se em andamento a negociação para introduzi-lo nos municípios de Fronteira e Sete Lagoas.

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

*Plano
Diretor do
Campus BH*

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) destaca a elaboração do Plano Diretor do seu campus, com a definição do programa de necessidades da universidade, adequando-o às características ambientais e morfológicas do terreno onde será construído, dentro dos limites da legislação urbanística e a total regularização da área de 100.000m², com emissão da escritura de posse do imóvel. Na tentativa de identificar possíveis investidores, foram realizadas seções públicas para apresentação do Projeto de Parceria Público Privada (PPP Campus UEMG) a empresários interessados, objetivando a sua implantação em um único espaço físico.

Visando a garantir um quadro mínimo de pessoal estável e de exercer sua tríplice missão de ensino, pesquisa e extensão, foram realizadas negociações com a Câmara de Planejamento, Gestão e Finanças, que permitiram a nomeação de servidores aprovados em concurso público, com a inclusão gradual no quadro efetivo de pessoal da UEMG de 17 profissionais de nível superior em diferentes habilitações e de 40 servidores administrativos.

Foi implantado o curso de Pedagogia em Santa Maria do Suaçuí e o de Administração de Empresas e Negócios em Frutal, com o intuito de oferecer a um número maior de pessoas novas oportunidades de acesso à universidade, principalmente nas regiões carentes de instituições de ensino superior.

*Pesquisa
Científica*

Resultados bastante significativos foram obtidos na pesquisa científica, com a inscrição de 283 e a apresentação de 187 trabalhos, dos nove campi da UEMG, no 6º Seminário de Iniciação Científica e 3º Encontro de Divulgação da Produção Científica. Nas ações de extensão foram apresentados 32 trabalhos em diferentes áreas temáticas, voltados para o atendimento às políticas públicas e à sociedade mineira no sentido de inclusão social, contemplando os municípios sede dos campi e outros de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Instituto de Geociências Aplicadas (IGA)

O Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) busca tecnologias que tornem seus produtos adequados e antecipem as necessidades dos gestores governamentais e da população. Assim, dentro do Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH), todos os pesquisadores foram treinados em Interpretação de Imagem Orbital e Zoneamento Funcional do Turismo, este último conceituando o “Negócio Turismo” e dando uma visão das necessidades e oportunidades para os municípios que pretendem fazer do Turismo em seu território a ferramenta para o desenvolvimento econômico.

Contratado pela UEMG para executar o Projeto do 2º Censo Cultural de Minas Gerais, o IGA desenvolveu um site para realizar o Censo e as ações de acompanhamento. Esse processo inovador permitirá a atualização do banco

de dados criado durante o 1º Censo, que contém todos os elementos que compõem a Cultura no estado, e permitirá a participação de toda a população, integrando ações de inclusão digital. O Instituto assinou contrato com a Secretaria de Meio Ambiente de Itabira para realizar a restituição altimétrica digital da área do município. Encontram-se em andamento o projeto de confecção do mapa hipsométrico de Minas financiado pela FAPEMIG, e a transformação analógica-digital das diferentes fontes de informações cartográficas da região da bacia do rio Paracatu, visando integrá-las a um banco de dados e a montar um Sistema de Informações Geográficas, em conjunto com o CETEC. Também disponibilizou, em seu site, a localização dos marcos geodésicos da Rede Minas no módulo Geodésia. Todo o acervo de documentos produzidos pelo IGA está sendo resgatado, objetivando a gravação de um CD para venda ao público, inclusive com uso da tecnologia digital disponível para edição e divulgação de filmes que mostram o trabalho do Instituto.

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Verificou-se um aumento de 70% no número de pedidos de proteção da Propriedade Intelectual à FAPEMIG, atividade que tem como principal objetivo disseminar a cultura, proteger o conhecimento científico gerado no estado, induzir a transferência de tecnologia do setor público para o setor produtivo criando, assim, inovação tecnológica e desenvolvimento sócioeconômico para a sociedade mineira. Foram destinados R\$5,4 milhões a 300 novos projetos de pesquisa induzidos, selecionados por meio de editais públicos, que têm como premissa a definição de determinadas áreas científicas ou tecnológicas específicas, para interesses do desenvolvimento estadual. O valor destinado a esta modalidade de apoio corresponde a 14,21% dos recursos financeiros efetivamente liberados pelo estado, com destaque para o Pronex, a ação compartilhada da pesquisa na Saúde, Estrada Real, Agronegócios, Bovinocultura, e Apoio a Jovens Pesquisadores. Para atender 2.600 pesquisadores e 40 instituições públicas e privadas na realização e participação em congressos, seminários e eventos de C&T, com objetivo de capacitar e difundir o conhecimento dos avanços tecnológicos existentes em todas as áreas científicas, foram aportados R\$ 1 milhão. Com recursos da ordem de R\$870 mil, a Fundação apoiou 10 instituições participantes do PCRH para treinamento, aperfeiçoamento e capacitação nos órgãos da administração pública estadual, buscando a melhor qualidade dos serviços prestados à sociedade mineira.

Ressalta-se, ainda, o apoio a projetos de pesquisa nas instituições de ensino, de pesquisa e empresa, pública e/ou privada sem fins lucrativos, que é o fomento aos projetos de demanda universal, oriundos de diversas áreas científicas e tecnológicas, atendendo e estimulando a criatividade dos pesquisadores nas instituições e empresas. A FAPEMIG aportou nesta modalidade R\$ 10,4 milhões, correspondentes a 29% dos recursos financeiros do tesouro estadual a ela liberados. Destaca-se, ainda, o apoio à concessão de bolsas científicas nas suas diversas modalidades, objetivando a capacitação de pesquisadores nas instituições de ensino, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação; aproximadamente 2.500 bolsistas foram

*Inovação
Tecnológica*

contemplados, em 50 instituições e empresas no estado, tendo sido aplicados cerca de R\$5,4 milhões, equivalentes a 14,21% dos recursos financeiros liberados pelo estado à FAPEMIG.

Instituto de Pesos e Medidas de Minas Gerais (IPEM)

O Instituto de Pesos e Medidas de Minas Gerais (IPEM) trata das unidades de medida, métodos, instrumentos de medição e conformidade de produtos, processos e serviços, de acordo com as exigências técnicas e legais obrigatórias, tendo, em consequência, ação educativa e fiscal de fazer prevalecer estes requisitos, assegurando ao cidadão o cumprimento de seu direito de consumidor, na certeza das quantidades transacionadas no mercado mineiro, pelo correto funcionamento de instrumentos de pesar e medir, bem como da conformidade de produtos industrializados e serviços, além do atendimento de requisitos em equipamentos de segurança, inclusive de veículos que transportam cargas perigosas.

Serviços
Prestados

Atua em todo o estado por meio de seus escritórios regionais. Para cumprir a sua missão, em especial nas áreas de saúde, segurança, meio ambiente e defesa do consumidor, foram visitados mais de 100 mil estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, buscando a verificação ou calibração de instrumentos ou a fiscalização de produtos pré - medidos, perigosos ou certificados. Tendo por foco o aprimoramento e capacitação tecnológica de seus servidores, foram realizadas 32.541 h/homem de treinamento, e 55 servidores participaram do curso básico de metrologia, além de treinamento em assuntos de metrologia e qualidade e outros destinados à área administrativa.

Visando atestar que brinquedos, pneus, extintores de incêndio, preservativos, materiais elétricos, botijões de gás, capacetes para motociclistas, embalagens plásticas para álcool, fósforos, aço trefilado, produtos têxteis e outros produtos e serviços com a conformidade avaliada estão sendo fabricados ou ofertados de forma a atender padrões de segurança e qualidade definidos em seus regulamentos, o Instituto atingiu a marca superior a 2,5 milhões de produtos fiscalizados. Atuando no combate a fraudes em relação a quantidades especificadas nas embalagens dos produtos prémedidos, com ações direcionadas essencialmente para a defesa do consumidor, o IPEM ultrapassou a marca de 300 mil unidades examinadas em mais de 55 mil produtos. As atividades relacionadas a metrologia legal garantem a fidelidade metrológica e a confiabilidade de instrumentos de medição, dentre eles bombas de combustível, balanças, pesos, taxímetros, hidrômetros, velocímetros, medidores de energia, trenas e sistema de medição de gás natural veicular. Foram fiscalizados 1,7 milhão de instrumentos considerando todas as condições de operação para fins comerciais, industriais e de serviços.

Quanto à inspeção e capacitação de veículos que transportam cargas perigosas, principalmente gasolina, álcool, óleo diesel, querosene de aviação e outros, o Instituto mantém uma estrutura de três postos de inspeção e calibração em Contagem, Uberlândia e Varginha, para vistoriar veículos que

trafegam em Minas, verificando as condições de segurança para o trânsito desses veículos em nossas rodovias. Em parceria com o policiamento de trânsito federal, estadual e municipal, o IPEM procedeu à calibração em 2.600 veículos-tanque de carga e inspecionou aproximadamente outros 2.300. O número de faixas de medidores de velocidade de veículos automotores atingiu patamar superior a mil verificações/ano, garantindo segurança na medida para motoristas, agentes de trânsito, pedestres e àqueles autuados por não observar os limites de velocidade. Iniciou-se a fiscalização de empresas que pleiteiam o registro de instalador de sistemas de gás natural em veículos rodoviários automotores, certificando 43 empresas sediadas no estado, possibilitando que todos os veículos convertidos fossem submetidos a uma avaliação quanto a sua segurança e em atendimento ao que preceituam os regulamentos técnicos do sistema DENATRAN. Na área de cargas perigosas foi iniciado um serviço que cuida da arqueação de tanques que armazenam combustíveis líquidos.

Na área da saúde, o IPEM atua no levantamento das condições operacionais e confiabilidade de instrumentos de pesar e padrões de massa utilizados em farmácias de manipulação, em consequência da crescente procura por formulações especiais de medicamentos. Atua, também, na confiabilidade da medição de aparelho de pressão arterial e termômetro clínico. Quanto à metrologia científica e industrial, atendeu as necessidades laboratoriais nos serviços de calibração em instrumento de medição e padrões de massa em 4.073 amostras, e, em parceria com a FAPEMIG, está buscando condições para instrumentalizar e elevar o nível de capacitação tecnológica do laboratório na área de massa, possibilitando o credenciamento à Rede Brasileira de Calibração (RBC).

Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC)

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) norteia suas ações pela busca de respostas às necessidades de aumento da competitividade das empresas, por meio da otimização de processos, da inovação e melhoria da qualidade de produtos, e da redução do comprometimento ambiental decorrente das atividades produtivas. Contribui para a expansão industrial oferecendo suporte tecnológico ao parque industrial existente, e criando atratividade à implantação de indústrias no estado, com desdobramentos sociais de geração de emprego e renda. Em cooperação com parceiros externos, incluindo órgãos públicos, entidades de ensino e pesquisa, agentes financiadores, e redes e programas temáticos, dentre outros, atua buscando o compartilhamento de recursos e a potencialização do impacto dos resultados. Participando, desde o exercício anterior, do projeto "Excelência na Pesquisa Tecnológica", coordenado pela ABIPTI, que, no âmbito da gestão para a qualidade, propõe a adoção de importantes instrumentos para a melhoria da gestão institucional.

Dentre as principais ações de 2004 destacam-se as relacionadas aos projetos estruturadores Gestão Ambiental MG Século XXI, Minas sem Fome, Projeto Jaíba, Choque de Gestão, Empresa Mineira Competitiva, Oferta de gás natural, Arranjos Produtivos Locais e Plataforma Logística de Comércio

*Projetos
estruturadores*

Exterior, além daquelas voltadas para o atendimento às micro e pequenas empresas, oferecendo soluções para seus problemas tecnológicos, com conseqüente melhoria e inovação de seus processos e produtos, e promoção de inclusão social. São ações que visam reduzir as desigualdades regionais, aprimorar o patamar tecnológico do parque industrial mineiro, resultando em geração de emprego e renda, favorecendo as regiões de baixo IDH, como o Norte e Nordeste de Minas (Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce).

Pesquisa

As ações relativas à pesquisa de fontes alternativas de energia renovável envolveram a elaboração de projetos para o desenvolvimento da tecnologia do biodiesel (produção, qualidade e utilização em motores) e pesquisas para produção de células solares fotovoltaicas nacionais, de baixo custo para geração de energia elétrica. Contribuindo para geração de emprego e renda, atuou em pesquisas e no desenvolvimento de processos inovadores para beneficiamento de frutos do cerrado como o pequi (Japonvar), gerando mais de mil empregos durante a safra; a realização de pesquisas sobre coleta, processamento e conservação da planta medicinal fava d'anta, gerando um aumento na renda de mais de 400 famílias (São Francisco e Chapada Gaúcha); arranjos produtivos de base mineral pelo estabelecimento de rotas tecnológicas para produtos locais de base mineral, como ardósia, pedra sabão, gemas e jóias (Araçuaí, Teófilo Otoni e Governador Valadares), além de pesquisas para produção de fosfato e minérios de cobre e bauxita; o desenvolvimento de sistemas contínuos de flotação; e a caracterização e análise de minas e minerais.

*Melhoria da
qualidade*

A promoção da melhoria dos produtos industriais se reflete no monitoramento da qualidade dos combustíveis comercializados em cerca de 2 mil postos, beneficiando o consumidor e contribuindo para a arrecadação estadual. Foram realizadas pesquisas e desenvolvidos processos relevantes e inovadores para fabricação de gemas artificiais, cerâmicas avançadas, aços especiais e especialidades químicas de alto valor agregado, para tratamento de superfícies, para o uso pioneiro da nanociência na área de eletrônica e microeletrônica, para serviços de calibração de equipamentos, e para execução de ensaios de referência de grandezas elétricas, força, massa, pressão, torque, temperatura, vazão de gás e de análise de metais em água para hemodiálise. Na promoção da competitividade das empresas mineiras foi marcante o apoio tecnológico à melhoria e adequação de produtos para exportação, ou para a substituição de importações, totalizando cerca de 70 produtos de micro e pequenas empresas, localizadas em Belo Horizonte, Montes Claros, Divinópolis e Santa Rita do Sapucaí. A ação de melhoria da qualidade ambiental é destacada pela atividade de biomonitoramento das águas das bacias hidrográficas, pela realização de coletas e ensaios nos rios São Francisco, das Velhas, Paraopeba, Grande, Paranaíba, Doce, Paraíba do Sul, Pardo, Jequitinhonha, e Mucuri; pelos projetos de recuperação de áreas degradadas por atividades minerárias na província pegmatítica (Araçuaí, Teófilo Otoni e Governador Valadares); pelo assessoramento para gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, visando à erradicação dos lixões e a inclusão social dos catadores (em Bocaiúva e Carlos Chagas); controle de poluição atmosférica e das emissões de veículos automotores.

Universidade Estadual De Montes Claros (UNIMONTES)

A Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) constitui-se na única universidade pública efetivamente inserida na região Norte de Minas dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, área de 120.000 Km², o que corresponde a aproximadamente 30% do território mineiro, alcançando mais de 300 municípios e abrangendo uma clientela potencial de 2 milhões de habitantes. Desde a sua implantação buscou cumprir sua missão de integração regional, partindo para ações efetivas de promoção da educação superior, que culminaram na criação dos seus campi de Montes Claros, Janaúba, Januária, Pirapora, Almenara, Espinosa, Salinas, São Francisco, Brasília de Minas e Noroeste (Paracatu/Unaí). Na tarefa de produzir conhecimento, organiza a pesquisa, o ensino e a formação permanente a partir de problemas concretos pertinentes à vida e à cultura da população da região norte. A sua responsabilidade social é, a partir dos saberes e das experiências populares, com os diferentes contextos culturais, produzir conhecimento que possa ser desdobrado em soluções concretas para problemas que desafiam as comunidades, tendo em perspectiva o desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Ultrapassando os limites da graduação na formação dos recursos humanos, ofereceu opções nas diversas áreas do conhecimento de pós-graduação “lato sensu”, implantou sua primeira pós-graduação “stricto sensu” na área de Desenvolvimento Social e ministrou uma série de cursos técnico-profissionalizantes atuais, abrangentes e de alta qualidade. Indissociáveis do ensino, a pesquisa e as atividades de extensão são de comprovada excelência, especialmente serviços prestados pelo Hospital Universitário Clemente de Faria, resultando numa produção científica de qualidade. A universidade contou com 16.617 alunos matriculados e ofereceu 2.114 vagas em seus cursos regulares; com 1.611 concluintes em seus cursos regulares, 3.754 nas modalidades “Emergências Modulares”, 411 nos cursos de pós-graduação “lato sensu” e 141 em seus cursos técnico-profissionalizantes. Concluiu 69 importantes projetos na área de pesquisa e, na área de saúde, foram realizados 315.172 procedimentos no hospital universitário. Mediante consultas, empréstimos, restaurações de obras, a Diretoria de Documentação e Informações efetuou 510.009 atendimentos à comunidade acadêmica. No que tange à extensão universitária, 16.413 pessoas tiveram acesso aos eventos e aos cursos promovidos e 4.830 à Assistência Jurídica Itinerante, Banco de Moradia e ao Programa de Apoio Psicológico e Orientacional.

*Hospital
Universitário
Clemente de
Faria*

Proporcionando uma efetiva contribuição ao desenvolvimento regional, pois a sua clientela é própria da região e os cursos que oferece são adequados às necessidades regionais, favorece o alto índice de permanência dos profissionais e máxima repercussão das atividades desenvolvidas na sociedade, proporcionando empregabilidade e renda, mais cultura e, conseqüentemente, maior progresso. Constitui um destacado modelo de universidade regionalizada, com 82% de seus alunos oriundos da região onde está sediada e com 92% de seus egressos permanecendo na área de abrangência da universidade.

Em 2004, o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA) aprofundou e consolidou a reformulação da gestão ambiental no estado, dando grande ênfase à sua modernização, por meio do Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM) e à sua descentralização com a implantação de Unidades Regionais Colegiadas (URC), como base de sustentação da regionalização das ações do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), congregando representantes das três agendas ambientais do estado, a Agenda Marrom (FEAM), a Agenda Azul (IGAM), e a Agenda Verde (IEF).

*Consolidação
da Gestão
Ambiental por
meio do SIAM*

Neste contexto, podem ser destacadas as seguintes ações, no âmbito do SISEMA.

Para apoio técnico e operacional à descentralização das atividades do COPAM, a SEMAD implantou física e operacionalmente sete Unidades Regionais Colegiadas. Para tanto, foram adquiridos veículos, equipamentos de informática e provimento de pessoal do IEF, FEAM e IGAM. A oitava Unidade Regional do COPAM está em fase de implantação no noroeste do estado.

Em uma ação conjunta com a FEAM, foram diagnosticadas as condições de saneamento nos municípios das bacias do Rio das Velhas e do Médio Jequitinhonha. Foi firmada parceria com a ASMARE/BH na realização do III Festival Lixo e Cidadania e na implantação do Centro de Referência Multimídia, para capacitação e treinamento na área de gestão de resíduos sólidos urbanos e promoção da cidadania dos catadores de material reciclável. Também houve diagnóstico e monitoramento da situação das Usinas de Tratamento de Resíduos e das ETEs de Minas Gerais.

*Realização
de
diagnósticos*

O Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM), abrangendo informações processuais das autorizações legais do SISEMA e base de dados georreferenciadas, foi disponibilizado para público interno, integrado ao SIAM, e externo, via web, agilizando e tornando transparente o processo de licenciamento ambiental no estado.

Estão sendo realizados os Zoneamentos das Áreas de Proteção Ambiental do Estado : APA Sul, Fernão Dias, Águas Vertentes, Andorinhas e São José.

Em parceria com o Ministério do Turismo, foram concluídos os Planos de Manejo dos Parques Estaduais do Rio Preto, Pico do Itambé e Biribiri, no Vale do Jequitinhonha, condicionantes do Banco Mundial para concessão de financiamento do PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, às Unidades de Conservação.

*Parcerias e
Capacitações
técnicas*

Foram capacitados os técnicos dos municípios mineiros para atendimento à Deliberação Normativa (DN)52/COPAM, para a eliminação dos lixões e implantação de programas de gerenciamento adequado de resíduos sólidos urbanos.

Um passo importante foi dado para a reestruturação dos procedimentos integrados e para a análise e julgamento das solicitações de autorizações legais ao SISEMA, mediante a revisão da DN 01/90-COPAM, que trata da classificação dos empreendimentos de grande porte/potencial poluidor sujeitas aos procedimentos legais para obtenção de licenças, gerando a DN 74/2004-COPAM, que passa a definir as normas e classificações que regem o Licenciamento Ambiental Estadual.

Os critérios para concessão e acompanhamento do ICMS Ecológico passaram por uma revisão e serão encaminhados à Assembléia Legislativa, para alteração da lei estadual que os instituiu, permitindo que os recursos destinados à conservação ambiental sejam corretamente aplicados.

Serão utilizados como parâmetros da atuação e da gestão ambiental, fundamentada em metas de qualidade ambiental no estado, dez Indicadores de Qualidade Ambiental para o SISEMA .

O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável se inseriu pioneiramente no âmbito do Projeto Estruturador Choque de Gestão, celebrando Acordos de Resultados no IEF, IGAM, FEAM e no Projeto Estruturador Gestão Ambiental no Século XXI.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)

*Programa
Estruturador*

A Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), alinhada ao seu programa de trabalho estabelecido no Plano Plurianual de Ações de Governo (PPAG), promoveu importante ação de fomento no campo do saneamento básico, no âmbito do Projeto Estruturador Gestão Ambiental MG Século XXI, da SEMAD.

No programa Lixo e Cidadania, entre os 46 municípios que se enquadram no art. 1º da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM - DN 52/2001, que trata da construção de sistemas tecnicamente adequados para a disposição final do lixo, houve 40 pedidos de licenciamento, dos quais 37 já têm pareceres técnicos emitidos pela FEAM.

Tendo em vista exigência do art. 2º da mencionada DN, para implantação de aterros sanitários controlados, em substituição aos lixões, 600 municípios desenvolveram ações , fazendo com que o lixo gerado não seja depositado a céu aberto, sem qualquer medida de controle ambiental.

Foram realizados seminários para divulgação de informações em Belo Horizonte, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Ubá, Uberlândia e Varginha, visando a conscientizar o poder público municipal da necessidade de se pôr fim aos lixões, como estratégia de melhoria de vida da população,

O Projeto Lixo e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas, desenvolvido pela FEAM em parceria com a equipe do Projeto Manuelzão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), teve início em dezembro de 2001 com o

objetivo principal de erradicar os lixões na região. Diante dos resultados alcançados e a ampla mobilização da comunidade, o projeto sofreu ampliações e está agora diante de mais um desafio: reduzir o lançamento de esgoto sanitário sem tratamento nos cursos d'água. Essa segunda fase, chamada de Saneamento e Cidadania na Bacia do Rio das Velhas, iniciou-se em abril.

A primeira fase do projeto, que trata da disposição do lixo, envolveu 46 dos 51 municípios integrantes da bacia do Rio das Velhas, representando 90% de prefeituras que investiram no projeto. Isso indica uma mudança de postura das administrações municipais que, além de dar fim à disposição dos resíduos a céu aberto, vêm buscando implantar a coleta seletiva.

Esses resultados têm como principal ação a capacitação das equipes municipais para a gestão adequada dos resíduos, orientando-as na implantação de medidas conforme a DN 52/2001 do COPAM.

A distribuição de recursos do ICMS Ecológico – Critério Saneamento atinge 71 municípios, com a implantação de 48 usinas de tratamento de lixo, dez aterros sanitários e 19 estações de tratamento de esgoto, atendendo a 3,8 milhões de pessoas.

Gestão de Resíduos

Com a finalidade de prevenir riscos ambientais e à saúde humana, Minas Gerais é o primeiro estado no País a cadastrar e classificar as barragens de contenção de rejeitos, resíduos e reservatórios de água existentes em indústrias e minerações. O levantamento, publicado pela FEAM em junho, relacionou 460 estruturas que foram enquadradas nas categorias alto, médio e baixo potenciais de dano ambiental. Com base nesse trabalho, a Fundação terá condições de fiscalizar com mais eficiência as ações de manutenção e monitoramento dessas estruturas, reduzindo os riscos de acidentes. O relatório está disponível na página eletrônica da FEAM : www.feam.br.

De acordo com o levantamento, 277 barragens apresentam alto potencial de dano ambiental e 91 de médio potencial (288 dessas estruturas estão localizadas em minerações, sendo 173 concentradas no Quadrilátero Ferrífero e 172 em indústrias). O município com o maior número de barragens é Delta, no Triângulo, com 43 estruturas de contenção de vinhaça, efluente das destilarias de álcool, vindo em seguida Ouro Preto com 37, Poços de Caldas com 33 e Itabira com 32.

A classificação seguiu critérios técnicos e ambientais definidos na DN 62/2002 do COPAM, como altura do maciço, volume do reservatório, tipo de resíduo e características da área do entorno como ocupação humana, interesse ambiental e instalações existentes.

Em atividade desde outubro de 2003, o Núcleo de Emergência Ambiental (NEA), da FEAM, tem como objetivo prevenir e controlar acidentes com impactos ao meio ambiente e à saúde pública com uma equipe formada por 16 profissionais de diferentes especialidades.

Acidentes e impactos no meio ambiente

Em parceria com as Unidades Regionais Colegiadas (URC) do COPAM, Centro de Controle de Emergência da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Vigilância Ambiental da Secretaria de Estado de Saúde, o NEA já contabiliza cerca de 30 atendimentos, sendo a maioria referente a vazamentos de produtos químicos decorrentes de tombamentos de caminhões e descarrilamento de composições ferroviárias.

O Projeto de Ambientação - Educação Ambiental em Prédios do Governo de MG, desenvolvido como projeto piloto no prédio da SEMAD e FEAM, tem como meta a mudança de comportamento e aquisição de atitudes ecologicamente corretas no cotidiano da administração pública, tendo como expectativa a sua implantação, na maioria dos prédios das repartições públicas, até o final de 2005, tendo como abordagem duas linhas de ação: "Atitude Consciente" e "Qualidade de Vida no Trabalho".

O processo de mudança de hábitos e comportamentos já apresenta resultados positivos no prédio da SEMAD e FEAM.

No monitoramento da qualidade ambiental, destaca-se a elaboração de documento contendo indicadores do lançamento de efluentes dos setores têxtil, matadouros e frigoríficos, mineração de metálicos, laticínios e postos de combustível para região delimitada da bacia do Rio das Velhas; indicadores de saneamento básico, com dados para todo o estado; a sistematização do levantamento de dados para o setor de ferro-gusa contemplando as regiões de maior concentração dessa atividade; e a consolidação diária, semestral e anual dos boletins de monitoramento da qualidade do ar estações do eixo Belo Horizonte-Betim-Contagem.

Na área de licenciamento ambiental, graças à força-tarefa mobilizada em 2003 e início de 2004, e ao apoio na estruturação das URC's do COPAM, foram elaborados, em número superior ao programado, de pareceres técnicos dos processos de licenciamento ambiental das atividades industriais, minerárias e de infra-estrutura, com a solução de processos de anos anteriores que estavam aguardando análise. Em outubro, foram emitidos 2.240 pareceres para uma programação de 1.500.

*Licenciamento
ambiental*

A fiscalização ou vistoria para o licenciamento ambiental apresenta igual desempenho no acompanhamento de empreendimento pós licenciamento, no atendimento a demandas do Judiciário e denúncias do público. Foram emitidos cerca de 2.900 autos de fiscalização/relatórios de vistorias foram emitidos, ultrapassando o programado de 2.500 para o exercício.

Também foi criado um canal direto e gratuito para o recebimento de denúncias de poluição causada pelas indústrias, minerações, postos de combustível, lixo, esgoto, projetos urbanísticos e atividades de geração de energia, resultando na solução de 80% das denúncias recebidas.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)

A Diretoria de Gestão Participativa participou de 94 eventos nos Comitês de Bacias Hidrográficas, realizando ações de apoio aos Comitês Federais, reuniões ordinárias e de Câmaras Técnicas, e apoio às comissões para novos Comitês.

No âmbito do PRÓ-ÁGUA – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Hídricos do Semi-Árido, foram executados os seguintes projetos: Sistema Águas Vermelhas (3 blocos), Sistema Araçuaí IA nas sedes municipais de Araçuaí e Carbonita, iniciado em outubro, e o Sistema Diamantina com início em dezembro de 2004.

O IGAM operacionalizou quatro campanhas trimestrais em 244 pontos, efetuando a coleta e os respectivos ensaios físico-químicos, bacteriológicos e ecotoxicológicos. No 3º Fórum das Águas, em março/2004, lançou o Mapa de Qualidade das Águas Superficiais/2003 e o CD com 12 relatórios de qualidade das águas em 2002.

Além disso, realizou nas sub-bacias dos rios Verde Grande, Riachão e Jequitaiá, de acordo com o Programa do Governo Federal de Revitalização de Bacias Hidrográficas em situação de Vulnerabilidade Ambiental – São Francisco, a definição e implantação das redes de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, de sedimentos e fluviométrica.

No aperfeiçoamento do monitoramento da qualidade das águas da Bacia do Alto Curso do Rio das Velhas, no âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II), o IGAM realizou quatro campanhas de amostragem trimestrais em 36 pontos de coleta e de oito campanhas mensais em sete pontos de coleta e dos respectivos ensaios físico-químicos, com a divulgação dos resultados laboratoriais, na página eletrônica do IGAM www.igam.mg.gov.br.

*Monitoramento
das águas*

No Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco foi realizada a inspeção em seis sub-bacias: córregos Pajeú, Cana Brava, das Pedras, Santa Isabel, Engenho da Bília Espinho e Ribeirão do Empanturrado, bem como, foi promovido o alinhamento do projeto com o Plano Federal de Revitalização Hidromineral da Bacia do São Francisco, implementados projetos-piloto de manejo em 22 municípios e elaborados 200 projetos de recuperação ambiental.

Das 3.073 outorgas concedidas, 1.850 processos foram protocolados no prazo médio de análise de 40 dias, sendo emitidas 270 licenças de perfuração e 220 certidões de usos insignificantes.

O IGAM vem atendendo às demandas de fiscalização, em especial as solicitadas pelo Ministério Público, com a devida regularização das pendências existentes, esclarecimentos à opinião pública sobre os procedimentos referentes a recursos hídricos e sua correta utilização, fiscalizações integradas com os órgãos do sistema de meio ambiente FEAM, IEF, ANA, PMMA,

GCFAI/SEMAD e Ministério Público. Dessa forma, tendo como objetivo a melhoria e a implementação do cadastramento e identificação dos usos de recursos hídricos e o treinamento operacional interno por meio de cursos para capacitar os servidores, foram também realizados cinco autos de infrações, 215 autos de fiscalização, atendidas 243 demandas, sendo 91 pendentes, bem como, sete vistorias em locais de acidentes ambientais e 35 para atendimento às condicionantes.

Quanto ao Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (SIMGE), operou e manteve 18 estações da rede de observação hidrometeorológica, realizou o monitoramento climático e comportamento hídrico, de condições de risco de incêndios e, diariamente, o da disponibilidade hídrica na região semi-árida – Projeto Proclima, operou sistemas de alerta de enchentes nas bacias do Rio Doce e Alto Rio Sapucaí, e efetuou a previsão regional de tempo e clima.

Instituto Estadual de Florestas (IEF)

*Núcleos e
Centros
Operacionais*

O IEF passou por uma grande reorganização operacional, com a implantação de 47 Núcleos e Centros Operacionais de Florestas, Pescas e Biodiversidade com a finalidade de otimizar as operações de campo, agilizar o atendimento, melhorar qualidade e incentivar a instalação de Agências de Atendimento em Florestas, Pesca e Biodiversidade.

Foram efetuados o mapeamento e o inventário da vegetação nativa, de reflorestamento, e, atualizadas as cartas de vegetação das regiões da Bacia do Rio São Francisco e Triângulo, totalizando 378.773,7 Km².

Com a operação “Carga Pesada”, em parceria com a PMMG, houve um acréscimo na fiscalização do transporte de produtos e subprodutos florestais e pesca predatória. Como resultados desta ação, foram apreendidos cerca de 5,7 milhões de metros cúbicos de carvão, com um expressivo aumento na arrecadação de ICMS, taxa florestal e de reposição florestal.

Eventos educativos reforçam a importância da educação ambiental, com a ida de técnicos ao campo, e palestras em escolas ou centros comunitários das diversas regiões, em que os técnicos do IEF demonstram práticas e técnicas agrícolas de conservação do solo, de pesquisa e novas alternativas para conciliar as práticas tradicionais de agricultura, pesca, produção florestal, unidade de conservação e incêndios florestais, fornecendo, inclusive, noções sobre atividades modificadoras do meio ambiente.

*Prevenção e
Combate de
incêndios
florestais*

Foi ampliado o combate e prevenção a incêndios florestais, com ações efetivas de controle, fiscalização, capacitação, formação de brigadas voluntárias, realizando-se a Campanha de Controle de Incêndios Florestais (CACIF), a construção do Centro Integrado de Prevenção e Combate de Incêndios Florestais no Parque Estadual Serra do Rola Moça e instalada a Central de Atendimento para receber denúncias de incêndios.

Houve incentivo ao fomento florestal de 15 mil hectares mediante o fornecimento de mudas, assistência técnica e insumos a produtores rurais cadastrados, preservando o meio ambiente e gerando alternativas de renda.

No que diz respeito à pesca foram instalados 107 tanques- redes, por meio de parcerias com as prefeituras de Carmo do Cajuru, Ituiutaba, Nova Porteirinha, Diamantina, Januária, Pirapora, Pompéu e Felixlândia, com a finalidade de criar opções de emprego e renda para estas comunidades, visando a diminuir o impacto ambiental da pesca feita sem controle e, ainda, proporcionar melhor qualidade de vida para a população desses municípios.

O Programa de Proteção da Mata Atlântica em Minas Gerais - PROMATA, fruto de um Acordo de Cooperação firmado entre o Governo de Minas e o Banco Alemão Kreditanstalt Fur Wiederaufbau - KFW, cujo objetivo é promover o ordenamento do uso de solo sustentável da região da Mata Atlântica em Minas, por meio da criação de condições necessárias para a proteção de unidades de conservação e corredores ecológicos, encontra-se em fase adiantada. Serão aplicados diretamente no programa 7,5 milhões de Euros,

Foram definidas as cinco modalidades tecnológicas de fomento florestal nos Parques Estaduais do Rio Doce, Brigadeiro e Itacolomi. Encontra-se em fase de implantação o sistema de rádio -comunicação para interligação de toda a área de abrangência do PROMATA, o mapeamento da cobertura florestal atingindo 412 municípios, como também vêm sendo executadas obras de infra-estrutura nos Parques Estaduais do Brigadeiro, Itacolomi e Rola Moça e realizados cinco diagnósticos participativos em unidade de conservação.

O projeto piloto de Reflorestamento para recuperação de áreas degradadas na Região do Médio Rio Doce, a ser executado no âmbito do programa de cooperação Brasil - entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Internacional Tropical Timber Organization (ITTO), tem o objetivo de contribuir para adoção de tecnologias de reflorestamento com espécies nativas em propriedades rurais, implementando unidades demonstrativas de recuperação de áreas degradadas em sete microbacias na Região do Médio Rio Doce.

*Recuperação
de áreas
degradadas*

Foi desenhada a proposta de execução do projeto, com a preparação de programas de treinamento de extensão florestal, reuniões setoriais com técnicos para informar as atividades e metodologias a serem aplicadas, como também o planejamento de execução com instituições parceiras.

Houve no período a implantação de duas unidades de biodigestores nos municípios de Patos de Minas e Oliveira, objetivando diminuir a poluição pelos dejetos de suínos, como também a utilizá-los na produção de biofertilizantes, substituindo a adubação química.

A Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento, dando continuidade aos trabalhos priorizados no Programa Gestão da Política Pública de Agropecuária, planejou, coordenou, acompanhou, e identificou problemas e pontos de estrangulamentos do setor em programas que envolvem as entidades vinculadas, entre eles o Programa de Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Milho (Minas Milho), o Programa de Organização e Gestão da Pecuária Bovina de Minas Gerais, o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira de Minas Gerais (Pró-Leite), o Programa de Pequenos Animais (avicultura, aquicultura, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, piscicultura e apicultura), Apoio à Agricultura Familiar, Diagnóstico e Reabilitação da Agricultura Irrigada, Programa de Fruticultura, Programa de Incentivo à agregação de Valor aos Produtos Agropecuários (Agrega Minas), Programa de Cooperativismo e Associativismo (Cooperaminas), Programa Estadual de Turismo Rural (Petur), Programa para o Aprimoramento da Pecuária Bovina Familiar nas Regiões do Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Pró-Cria), Programa Mineiro de Incentivo ao Artesanato Rural, Destinação Final de Embalagens Vazias, Programa Mineiro de Incentivo ao Cultivo, ao Consumo, à Comercialização e à Transformação do Pequi e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado (Pró-Pequi).

Prioridades

Em 2004 foram desenvolvidas ações relativas ao crédito rural, nos Termos de Parceria a serem firmados entre o estado e o Banco do Nordeste do Brasil, com o objetivo de promover a Organização do Desenvolvimento Econômico em Bases Sustentáveis do Agronegócio Mineiro, que prevêem suporte financeiro do BNB de R\$ 960 mil reais, para o período 2004/2007, e a assinatura, em 09/09/2004, de novo convênio operacional entre o Governo do Estado/SEAPA e o Banco do Brasil, no valor de 2,8 bilhões de reais (33% de aumento em relação ao convênio anterior), com a inclusão do Projeto Queijo de Minas Artesanal entre os programas que serão financiados pelo mencionado convênio.

Crédito Rural

Também merece destaque o Programa de Cooperação Técnica França/Brasil/MG - PCT. Esta secretaria coordenou a elaboração dos termos de reativação do acordo a ser firmado entre o governo do estado e governo francês por mais quatro anos, objetivando melhorias no Pró-Queijo, no Projeto de Apoio à Introdução de Novas Variedades de Batata no Estado de Minas Gerais e no Projeto Barracão do Produtor.

Cooperação Técnica

Outra ação a ser ressaltada é a proposta de Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio nas Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, por via de irrigação e agroindustrialização (Irrigar Minas).

No Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agroindústria Artesanal de Alimentos de Minas Gerais, a SEAPA coordenou a elaboração do Protocolo de Intenções para implementação de ações em apoio a agroindustrialização da produção da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais

O Programa Barracão do Produtor passou por uma reestruturação, modernizando seu conceito e lançando bases mais seguras e eficazes para

implantação e operacionalização. Foram auditadas as contas dos Mercados Livres dos Produtores e, com base nisto, resolvida uma dívida com a União, com histórico de cerca de quatro anos, e lançadas as bases para gestão equilibrada e com potencial de investimento no setor de abastecimento de Minas Gerais.

*Pró-
Cachaça*

No âmbito do Programa Pró-cachaça foram feitas gestões para apoio ao setor nas áreas de meio ambiente, graças a convênio entre a Secretaria, SEMAD, FEAM, IMA e AMPAQ, com o treinamento de produtores e elaboração de manual de boas práticas ambiental e de produção, e nas áreas de ciência e tecnologia, tributária, certificação de origem e qualidade e legislação/cooperativas e processo alambique.

O Sistema de Informações do Agronegócio do Estado de Minas Gerais (Agridata) tem conquistado usuários em mais de 25 países que o acessam constantemente e de forma crescente. Constatou-se que 25,4% dos usuários são produtores rurais, seguidos de perto por profissionais do setor agropecuário (23,3%) e por estudantes (17,9%), além de pesquisadores, comerciantes, órgãos públicos e outros. É composto hoje de cerca de 20.mil páginas estáticas e mais de 2 milhões de páginas dinâmicas, sendo o segundo "site" da Administração Pública Estadual Direta mais acessado.

Cotonicultura

No contexto do Programa de Revitalização da Cultura do Algodão (Proalminas), foi criado o Projeto de Combate ao Bicudo do Algodoeiro que abrange 46 municípios mineiros e cerca de 4.200 produtores. Foi desenvolvida pesquisa para gerar tecnologias específicas às condições próprias de Minas Gerais, contratada pelo PROALMINAS/ALCOMINAS/AMIPA. Definida metodologia especial para a inserção de mais de 3 mil médios e pequenos produtores do Norte de Minas e Triângulo Mineiro na cotonicultura de alta tecnologia, esse programa em 2004 elevou a produção de algodão mineiro em 45% de área plantada e 51% na produção em relação ao ano anterior, possibilitando a exportação de 5.690 toneladas.

No Programa Fundo e Benefício Garantia Safra, o orçamento do estado teve recursos assegurados para a meta de 100 mil propostas, porém a limitação de recursos no governo federal e municípios restringiu a adesão dos produtores. Até o momento foram constatados três municípios em situação de emergência ou de calamidade pública aptos a receber o Garantia Safra, beneficiando cerca de 1600 agricultores.

Em consonância com as diretrizes emanadas pelo PMDI, na Lei Delegada Nº. 53 de 29 de janeiro de 2003 e no Decreto Nº. 43.230 de 27 de março de 2003, a SEAPA elaborou o Plano Diretor com o objetivo de nortear e priorizar suas ações para o período 2004/2006, estabelecendo como estratégia a elaboração do documento Política Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o fortalecimento do modelo de gestão (Revitalização do CEPA e Câmaras Técnicas), a identificação de possíveis fontes complementares de recursos financeiros, a implementação da política de comunicação externa e de projetos de gestão de recursos humanos e de melhoria contínua da capacidade de operação da SEAPA.

A Secretaria gerencia três programas estruturadores: Agregação de Valor e Diversificação de Café (Agrominas), Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e o Minas Sem Fome. Além destes, participa intensamente no Projeto Jaíba.

O Projeto Estruturador Jaíba, que objetiva assegurar o assentamento de pequenos produtores e agricultores empresariais, reestruturar e revitalizar seus processos produtivos e promover o desenvolvimento sustentável da agricultura no norte do estado, já apresenta toda a infra-estrutura hidromecânica instalada, entrando o sistema em fase final de testes para o comissionamento (7.000 hectares já comissionados) e entrega definitiva das obras da etapa II em 2005, alcançando importantes resultados para a consolidação do norte de Minas como pólo agroindustrial do estado.

Para isto, e visando a garantir o financiamento aos adquirentes do Jaíba II, o governo do estado prorrogou o acordo de crédito com o *Japan Bank for International Cooperation (JBIC)*, viabilizando R\$ 30 milhões em investimentos para os novos irrigantes. A escrituração dos lotes desta etapa foi totalmente concluída, possibilitando o início do processo produtivo. Somam-se a estas realizações o assentamento de 212 famílias de pequenos produtores e da liga camponesa, a renegociação das dívidas e a recuperação de terras invadidas na etapa I. Estas ações serão fundamentais para a ampliação da área produtiva do projeto e a geração de emprego e renda na região.

212 famílias
assentadas

A assistência técnica aos pequenos agricultores já é uma realidade no perímetro irrigado. Dessa forma, a EMATER vem realizando oficinas, cursos e demonstrações técnicas, promovendo a adequação de práticas de cultivo, a prevenção de pragas e a inserção de tecnologias de pós-colheita e manejo.

Assistência
técnica aos
pequenos
agricultores.

Em 2004, foi criado o consórcio de pesquisa do Projeto Jaíba que conta com a colaboração de instituições como a EPAMIG, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), UNIMONTES, EMATER, IMA, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e Secretaria de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas (SEDVAN). O consórcio desempenhará papel primordial nas pesquisas com foco na região e a difusão dos resultados em toda a área cultivada, promovendo eficiência e aproximando os elos da cadeia produtiva.

Destacam-se ainda as ações empreendidas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), no controle de pragas e patógenos na região. Em 2004, três barreiras fitossanitárias foram instaladas (Jaíba, Matias Cardoso e Bacia do São Francisco), e foi intensificado o monitoramento de embalagens e materiais botânicos, tornando o norte de Minas a primeira área livre de sigatoka negra no estado. Paralelamente, foi implantado o centro operacional de florestas, pesca e biodiversidade para a proteção da mata seca do Jaíba, pelo IEF,

Norte de
Minas – 1ª
área livre da
“Sigatoka
Negra”

facilitando o cumprimento das exigências ambientais na etapa II, mediante o reforço da fiscalização nas áreas de proteção do projeto e a execução dos programas de educação ambiental, combate a incêndios e proteção à biodiversidade da mata seca.

O início das atividades produtivas da etapa II, prevista para 2005, tornará o Jaíba o empreendimento de irrigação de maior sucesso na América Latina, com a produção anual de 34,8 toneladas por hectare e geração de 80 mil postos de trabalho.

A ação da Secretaria no exercício da gestão da política agrícola contribuiu para obtenção de uma safra de grãos equivalente a 9,7 milhões de toneladas (11,63% superior à safra de 2003). Em termos relativos, Minas superou, mais uma vez, o crescimento observado para o Brasil.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER)

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) esteve presente em 700 municípios do estado e em 7.147 comunidades rurais, envolvendo 290 mil agricultores familiares e parceiros, cerca de 2.580 Planos/Programas de Desenvolvimento, destacando-se ações e resultados nas cadeias produtivas setoriais do algodão, da bovinocultura, da agroindústria artesanal, do café, do turismo rural, da piscicultura, da alimentação e nutrição, da horticultura e fruticultura.

*Presente em 700
municípios*

A ação de constituição e dinamização de estruturas associativas apoiou a 3.150 grupos e associações de produtores e 3.650 conselhos e associações comunitárias. Com isso, 20.200 agricultores passaram a comprar insumos agrícolas em conjunto, 13.700 a vender suas produções, também em conjunto, eliminando elos da cadeia produtiva ou vendendo diretamente ao consumidor final, e 18.400 passaram a gerir coletivamente os seus negócios.

Ná área de educação e assistência ambiental, 87.075 agricultores familiares obtiveram resultados nas mais variadas práticas: proteção de nascentes, conservação/reabilitação de solos, destino adequado de resíduos e dejetos da produção agropecuária e de embalagens de agroquímicos, trabalho e monitoramento de sub-bacias, construção de bacias de captação, recuperação de vegetação ciliar, instalação de vegetação de topo, reflorestamento e outras;

*Segurança
Alimentar*

Em termos de segurança alimentar e qualidade de vida foram atendidas 76.434 famílias e suas estruturas associativas, e orientadas para a instalação e melhoria de lavouras, hortas, pomares, criações de pequenos animais, abastecimento de água, destino adequado do esgoto e do lixo, bem como na elaboração de projetos de construção e reforma de habitações rurais em parcerias com os setores público e privado. Esta ação está diretamente vinculada ao Programa Minas Sem Fome. Em função disso, os esforços estão mais concentrados nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri.

Para viabilizar os resultados apresentados, a empresa contou em 2004 com o apoio de vários programas, dentre os quais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Mecanização Agrícola, de Reforma Agrária, Feiras Livres, Casa de Máquinas, Mercados Institucionais de Hortigranjeiros e Grãos “In Natura” e Processados Lácteos (Merenda Escolar), Profissionalização de Agricultores e Crédito Rural (fora PRONAF e PARATERA).

A EMATER atuou, também, em alguns projetos estruturadores. No Minas Sem Fome foram atendidos 335 municípios mineiros, sendo entregues 3.539 toneladas de adubos e fertilizantes. As famílias em situação de risco social estarão plantando cerca de 1.100 lavouras, beneficiando 26.846 famílias. No Programa de Agregação de Valor e Diversificação de Café (Agrominas) foram executadas 41 etapas do circuito mineiro de cafeicultura, com participação de 11.436 cafeicultores, e realizou-se o I Concurso Estadual dos Cafés de Minas Gerais. Na Revitalização do Rio São Francisco, no que se refere à ação Manejo Integrado de Sub-bacias Hidrográficas, os cinco estudos previstos para 2004 foram realizados e os projetos parcialmente implantados. Além desses cinco mais 17 projetos-pilotos estão sendo implantados, graças ao convênio assinado com a CODEVASF abrangendo a EMATER-MG, IGAM e IEF no valor de R\$ 4.4 milhões de reais. Participou, ainda, com ações integradas no Projeto Jaíba permitindo o atendimento a 1.800 agricultores beneficiados com o serviço de Apoio à produção irrigada.

Projetos
Estruturadores

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG)

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) conduziu 212 projetos de pesquisa, que geraram 37 tecnologias para atender às demandas dos diversos segmentos e regiões de Minas Gerais, visando à geração de renda e emprego.

Houve difusão e transferência de tecnologia, bem como ações de suporte tecnológico. A empresa lançou nove cultivares e comercializou insumos qualificados, perfazendo de mais de 400 toneladas de sementes básicas, e produção de 183 mil mudas. Editando várias publicações, destacou para os Informes Agropecuários de Produção de Leite e Arroz: Avanços Tecnológicos. Foram realizados 24 eventos técnicos como dias de campo, simpósios, seminários, palestras técnicas etc., e ministrados 157 cursos informais e proferidas 17 palestras por pesquisadores da EPAMIG.

Pesquisas

As 241 parcerias mantidas com a iniciativa privada e/ou pública, visam a criar opções de renda e oportunidade de emprego. Com a O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais CEMIG e FUNDECIT, a EPAMIG firmou um convênio de cooperação técnica para produção de mudas para revegetação de áreas localizadas nas margens do futuro reservatório da UHE-Irapé-MG. Ainda na busca da aplicação do conhecimento tecnológico aliaram-se os resultados da pesquisa científica às atividades de ensino, centradas nos cursos formais de técnicos em laticínios e em agropecuária, com 76 técnicos formados, todos eles com competência para atender ao setor agropecuário.

Parcerias

Cabe destacar a participação da EPAMIG nos projetos estruturadores, como: dez pesquisas do projeto “Agregação de Valor e Diversificação do Café” (AGROMINAS), que estão sendo desenvolvidas nas regiões de Minas Gerais, inclusive já tendo sido publicada a série documentos “Cafés Especiais- Iniciativas Brasileiras e Tendências de Consumo”.

*Projetos
estruturadores*

As atividades de apoio ao processo produtivo dos irrigantes do Projeto Jaíba, cujo objetivo é difundir conhecimentos, tecnologias e orientações técnicas para a agricultura irrigada, estão desenvolvendo 21 pesquisas, que originaram a celebração do Consórcio de Pesquisa do Jaíba com parcerias da EMBRAPA/EMATER-MG/IMA/UNIMONTES/UFMG/UFV/UFLA e IEF.

Vale ressaltar que, em 2004, implementou-se o planejamento estratégico da empresa, passo importante para melhorar seu desempenho e preparar-se para participar do novo tempo que se anuncia no estado: o “Choque de Gestão”.

Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)

*Controle do
Uso de
agrotóxicos*

No Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), o controle do comércio e uso de agrotóxicos e afins, sob sua responsabilidade, evoluiu de maneira extraordinária. O recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos atingiu o montante de 1.110 toneladas, representando uma evolução de 350% em relação a 2003. Exerceu um grande papel educativo ao promover 12 seminários regionais sobre o destino de embalagens vazias de agrotóxicos, 17 seminários municipais sobre agrotóxicos e 4 seminários sobre controle de agrotóxicos na cultura do morango, atingindo um público de 2.300 pessoas. Até o final do Governo Aécio Neves, 90% das embalagens vazias de agrotóxicos serão devolvidas às unidades de recebimento para reciclagem ou incineração.

*Vigilância
Sanitária*

As ações de vigilância sanitária intensificadas em todo o Estado, visam manter os excelentes índices de vacinação já obtidos, assegurando a imunização contra as doenças e para sustentar o status de área livre contra febre aftosa. As ações de defesa sanitária animal permitiram monitorar 71.958.464 animais (bovinos, suínos e aves), assegurando a erradicação de febre aftosa e peste suína clássica, o que serviu de alavancagem às exportações brasileiras de carne bovina, levando o Brasil à condição de maior exportador mundial. O sucesso no alcance das metas da defesa sanitária animal só foi possível graças, além de outras ações, à capacitação de 328 agentes de saúde agropecuário nas comunidades rurais, a realização de 240 blitzes e o controle do trânsito animal e vegetal realizado pelas 18 barreiras sanitárias fixas distribuídas em território mineiro.

*Combate a
Sigatoka
Negra*

O IMA mobilizou uma grande equipe técnica, com novos parceiros, para combater a sigatoka negra, que atingiu parte do território mineiro. Foram necessárias medidas de controle, com instalação de novas barreiras sanitárias, para evitar o ingresso da doença no grande pólo produtor de banana. Graças a

esse trabalho, a área do Norte de Minas foi reconhecida como área livre da sigatoka negra, garantindo aos produtos da região o acesso aos mercados consumidores de outros estados. O levantamento fitossanitário dos bananais das principais regiões produtoras alcançou uma área de 40. mil hectares.

A Certificação de Origem e Qualidade de Produtos Agropecuários é uma atividade realizada por adesão voluntária e, portanto, exige grande esforço para conscientizar os produtores e as entidades representativas do segmento agropecuário para a perspectiva de agregação de valor e renda aos produtos certificados.

Fundação Rural Mineira (RURALMINAS)

A Fundação Rural Mineira (Ruralminas), além de concentrar esforços na continuidade dos programas e projetos sob sua responsabilidade, deu ênfase a outras duas importantes vertentes. Em primeiro lugar, seguindo orientação do governo, racionalizou serviços, reduziu custos, otimizou o desempenho técnico, administrativo-financeiro. Em seguida, apresentou projetos para a captação de recursos na área federal, sem perder de vista a necessidade de parcerias com órgãos e entidades da administração pública e da iniciativa privada, destacando-se: CEMIG, DNOCS, INCRA, IEF, EMATER, IMA, EPAMIG, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Municípios, Associações de Municípios, Comitês de Bacias Hidrográficas e Sindicatos de Produtores Rurais.

A Fundação desenvolveu os programas, destacando como ações mais relevantes o Programa Irrigar Minas, o Caminho de Minas e o Projeto Jaíba.

No Programa de Infra-estrutura Rural, foram construídas 230 pequenas barragens, açudes e tanques, um barracão do produtor, 3.063 quilômetros de estradas vicinais entre construção, recuperação e adequação, prestadas 30 consultorias na área de engenharia e atendidas 200 escolas em 41 municípios. Destaca-se aqui o programa permanente de recuperação de estradas vicinais do Estado de Minas Gerais (Caminhos de Minas), onde foram construídos, recuperados e adequados, 2.718 quilômetros de trechos de estradas vicinais sob a tecnologia de estradas ecológicas, visando ao escoamento da produção agrícola e à interligação com os centros médicos, educacionais, sociais e turísticos. Ainda na implantação de infra-estrutura rural, foi celebrado convênio com a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), no valor de R\$ 1.273.108,13, para a implantação do projeto de abastecimento d'água das 180 famílias residentes no trecho a jusante da Barragem de IRAPÉ. Outro convênio, no de R\$ 1.000.008,00, foi celebrado com a EMATER e com a interveniência do ITER, para implantação de sistemas de abastecimento d'água para famílias assentadas em projetos de reforma agrária no Estado.

*Programa
Infraestrutura
rural*

No âmbito do Programa Água na Escola, foram perfurados 74 poços, construídos 82 módulos hidrossanitários (cantinas e banheiros) e instalados 156 poços com equipamentos para captação de água.

*Água na
Escola*

*Irrigar
Minas*

Dentro do Programa Irrigar Minas, destaca-se o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PROVALES), com o início de elaboração dos estudos e projetos para a implantação das Barragens de Setúbal, Peão e Galheiros, localizadas nos municípios de Jenipapo de Minas, São João do Paraíso e Mamonas, respectivamente, que viabilizarão a irrigação de mais 3 mil hectares, o abastecimento de água a 85 mil habitantes e a geração de 7 mil empregos. Retomada das obras do projeto de irrigação do Bananal, no município de Salinas, Vale do Jequitinhonha, incorporando ao processo produtivo mais 1.131 hectares de terras irrigáveis, beneficiando a 185 famílias de pequenos produtores.

As ações desenvolvidas na implementação dos programas Infra-estrutura Rural e Irrigar Minas beneficiaram a 114.471 habitantes, 5.623 produtores rurais e 4 mil alunos do Programa Água na Escola, em 103 municípios das diversas regiões do estado.

Com relação ao Projeto Jaíba, estão em fase de conclusão as obras civis de recuperação de canais e de montagem e comissionamento dos materiais e equipamentos do sistema principal de irrigação. Concomitantemente, foram outorgadas pela RURALMINAS todas as escrituras públicas de propriedade aos 135 irrigantes que adquiriram os 684 lotes agrícolas do projeto, viabilizando assim o acesso destes irrigantes ao financiamento agrícola para a implantação de seus empreendimentos.

*Bacia
Hidrográfica do
Rio São
Francisco*

No Programa de Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco foi realizado o Plano de Trabalho visando ao financiamento das obras de recuperação em seis sub-bacias – Córrego Cana Brava, em Brasília de Minas; Córrego das Pedras, em Vargem Bonita; Córrego do Pageú, em São Francisco; Córrego Engenho da Bilia Espinho, em Gouveia; Ribeirão do Empanturrado, em Carmo do Cajuru; e, Ribeirão Santa Izabel, em Paracatu, por meio de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Em fase de disponibilização de recursos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF está o projeto das obras de recuperação de outras 18 sub-bacias, em parceria com a EMATER.

A RURALMINAS no exercício de suas ações institucionais atuou em todas as regiões do estado, sobretudo na região do semi-árido.

A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) dentro do seu objetivo de divulgar os produtos turísticos e fomentar o potencial turístico do estado, conferiu destaque naqueles projetos que pudessem se desenvolver de forma plena e com qualidade.

Definido como um dos Projetos Estruturadores e apoiado pelo Sistema FIEMG, a Estrada Real constitui um programa de grande dimensão não só para Minas Gerais como para todo o país.

Além de promover e desenvolver os 162 municípios envolvidos no projeto, por meio de uma exploração turística sustentável em sua área de influência, com destaque para seu valioso patrimônio histórico e cultural, permite estabelecer uma parceria altamente positiva com a iniciativa privada para alcançar com maior rapidez os seus objetivos.

Dentre as principais ações realizadas pelo programa, no período, destacam-se a elaboração de material promocional (folders, mapas, revistas, folhetos) e participação em eventos para a divulgação da Estrada Real; a realização no Minascentro do 1º Seminário dos Municípios da Estrada Real, abertura à visitação de duas unidades de conservação e instalação de dois marcos da Estrada Real, no Parque Estadual do Itacolomi, em Ouro Preto, e no Parque Estadual do Rio Preto, em São Gonçalo do Rio Preto, o apoio ao Projeto de Produção Associada ao Turismo, que objetiva formatar roteiros turísticos que incluam o processo de produção de cachaça, gemas e jóias, artesanato e queijos finos, no trecho Itabira-Carrancas; sinalização de caminhos da estrada, instalação de nove postos telefônicos rurais pelo Detel; liberação, pelo BDMG, de financiamento para sete empreendimentos e análise de 11 projetos pelo FUNDESE, de R\$ 3,9 milhões; a demarcação dos 1.400 quilômetros do seu eixo principal, pelo DER; realização de 32 seminários de sensibilização para a importância do turismo, visando à integração dos circuitos turísticos no desenvolvimento da Estrada Real; assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; sinalização turística rodoviária de 31 municípios, com a implantação de 217 placas; levantamento das áreas não cobertas por telefonia celular ao longo da Estrada Real e implantação de 17 novas antenas no eixo principal, pela operadora Oi; identificação das localidades para o fornecimento de energia elétrica; capacitação profissional para o turismo, com a realização de 103 cursos em 39 municípios, com o apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE), entre outras.

Estrada Real

Foram realizadas ainda, diversas ações ao longo da Estrada Real, com a parceria de outros órgãos do estado, buscando promover a interface entre os Projetos Estruturadores de Governo, potencializando os esforços para o êxito das ações.

Parcerias

As principais ações desenvolvidas em parceria com outras instituições governamentais são a implantação de três Centros Vocacionais Tecnológicos e quatro Telecentros Culturais pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dentro do Projeto Inclusão Digital, realização de melhorias de saneamento, pela COPASA, em 78 municípios da Estrada Real, dentro do

Projeto “Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos”; início da pavimentação, pelo DER, de 14 trechos de acesso a municípios totalizando 194 quilômetros (Programa Pró-Acesso) e da recuperação de 578 quilômetros, em 25 trechos (Programa Pró-MG); ampliação da eletrificação rural nos 162 municípios da estrada pela CEMIG, por meio do Projeto 100% de Eletrificação Rural, ampliação da cobertura da eletrificação urbana em todos os municípios, pelo Programa Clarear; e a inauguração de 2 Centros Públicos de Promoção do Trabalho pela SEDESE, por meio do Projeto Centros Públicos de Promoção do Trabalho.

A SETUR, visando à descentralização e regionalização das ações de turismo, estabeleceu como uma de suas prioridades o fortalecimento dos circuitos turísticos. Com base na Resolução nº. 006/2004, que instituiu o Certificado Anual de Reconhecimento dos circuitos turísticos de Minas Gerais àqueles que apresentarem os documentos e cumprirem as exigências e diretrizes básicas, foram certificados 03 Circuitos Turísticos: Parque Nacional da Serra do Cipó, Villas e Fazendas de Minas e Serras Verdes do Sul de Minas. Esta certificação confere credibilidade para os circuitos administrarem e incentivarem as atividades turísticas na região, agregando forças da iniciativa privada, governo e comunidade, descentralizando assim o poder e as responsabilidades para o desenvolvimento do turismo.

*Circuitos
Turísticos de
Minas Gerais*

Foram firmados convênios com 11 faculdades de turismo, com o objetivo de realizar o levantamento da oferta turística nos circuitos mineiros, para melhor planejamento e divulgação de suas potencialidades. Neste exercício foram treinados 300 alunos e pessoas das comunidades locais, como também, houve 40 eventos (seminários, oficinas, palestras), em parceria com entidades públicas e privadas, a fim de promover um maior entrosamento e evitar a dispersão das atividades de cada entidade. Dessa forma, passa a existir a troca de experiências entre as partes e a criação de uma metodologia de desenvolvimento turístico regional que se consolide como parâmetro para as atividades incrementadas por todos os órgãos que atuam no desenvolvimento do turismo.

PRODETUR

A partir de sua criação em 2003, o Ministério do Turismo (MTUR) passou a integrar o grupo de agentes/atores inseridos no contexto do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste-fase II (PRODETUR NE II), contribuindo para que fosse definitivamente retomado com a contratação da Fundação João Pinheiro (FJP), para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos três pólos turísticos: Vale do Jequitinhonha, Vale Mineiro do São Francisco e dos Caminhos do Norte.

Nesta primeira etapa, dada a escassez dos recursos e levando-se em consideração os novos cenários, bem como as orientações emanadas pelo MTUR/BNB/BID, tem-se priorizado o Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha, em razão de ele já possuir produtos turísticos consolidados no mercado, sobretudo nas cidades de Diamantina, São Gonçalo do Rio Preto e Serro.

Foi realizada em Diamantina a 8ª reunião do Conselho de Turismo do Pólo do Vale do Jequitinhonha, visando a sua recomposição e também ao seu efetivo funcionamento, a exigência legal de que o PDITS só será analisado pelos agentes financeiros após aprovação pelo Conselho. Naquela oportunidade a FJP apresentou o Diagnóstico da nova Área de Planejamento, que contempla nove e não 13 municípios, a 9ª reunião que aprovou o Regulamento/Regimento Interno do Conselho, além da apresentação das Estratégias de Planejamento e Matrizes pela FJP, e a 10ª reunião que aprovou o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha.

Encontra-se em elaboração, pela FJP, os PDITS dos pólos turísticos Caminhos do Norte e Vale Mineiro do São Francisco.

Foram desenvolvidas ações de promoção e divulgação, visando a fomentar o potencial turístico de Minas no cenário nacional e internacional, com elaboração de vários materiais promocionais como cartilhas, folders, banners, camisetas, etc., além da divulgação por meio de uma rede espontânea que utiliza parcerias com as mídias tradicionais, alternativas e eletrônicas. Dentro dessa política de divulgação e informação, foi ampliada a participação de Minas nas principais feiras e eventos regionais, nacionais e internacionais, como 6º Fórum Mineiro de Turismo Rural, em Araxá/MG; A Feira das Feiras em São Paulo/SP (UBRAFE 2004), Brasil Nacional Tourism Market (BNTM 2004); na Costa do Sauípe/BA, 21º Congresso Mineiro de Municípios; 20ª Feira de Municípios no Centro de Feiras Expominas, BH/MG; XXXVII Exposição Agropecuária de Barbacena/MG; Congresso Nacional da ABEOC, no Centro de Eventos do Pantanal em Cuiabá/MT, BRITE 2004 no Rio Centro, no Rio de Janeiro/RJ; XVI Congresso Brasileiro de Turismo (CBTUR 2004) no Balneário de Camboriú/SC; 4ª Feira do Livro em Morro da Garça/MG, Festa da Lavouira 2004 em Morro da Garça/MG; Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (XI UNCTAD), no Pavilhão de Exposição do Anhembi em São Paulo/SP; TAM Show 2004 realizado nas cidades de Ribeirão Preto/SP, Goiânia/GO, Campinas/SP, Curitiba/PR, Fortaleza/CE; 3º Encontro Nacional de Ecoturismo no SESC Venda Nova de Belo Horizonte/MG, Expocachaça em Belo Horizonte/MG; Extrema Adventure Park 2004 em Extrema/MG; 2º Seminário Internacional de Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável no Teatro Municipal de São Sebastião/SP; II Seminário Turismo de Eventos (MG TUR) no Hotel Merit Plaza em Belo Horizonte; Festa Café com Biscoito em São Tiago/MG; XVI Congresso Internacional da ABRASEL no Minascentro em Belo Horizonte/MG; 4º Encontro de Negócios Melhores do Mundo – URBI ETORBI em Angra dos Reis/RJ; III Simpósio Brasileiro de Turismo em Ouro Preto/MG (SIMPOTUR); EXPO MUNDIAL na Cidade do México, 1º de Turismo Rural na Frei Caneca Convention Center em São Paulo/SP (FEIRATUR); Seminário de Vendas em Londres; Seminário de Vendas em Nova Iorque e Nova Jersey; ABAV no Rio Centro, Rio de Janeiro/RJ; Seminário de Vendas em Paris; World Travel Market (WTM) em Londres; e Cavalgada – Lisboa Serro em Lisboa, entre outros eventos Feira Nacional de Artesanato no Expominas em Belo Horizonte/MG.

Promoção e
divulgação

A SETUR e o SENAC deram continuidade à parceria que visa o desenvolvimento do Portal Descubraminas. A média de acessos diários chegou

a 1.356, 25% originados de outros países, dentre os quais 93% de visitantes americanos. O Descubraminas já registrou mais de 8,5 milhões de acessos, demonstrando o grande interesse de turistas pelos destinos mineiros, bem como a importância de se ter acesso rápido e confiável para a divulgação do estado como opção turística brasileira.

O posto de informação turística SETUR atendeu, aproximadamente, 4.500 turistas. Importante ressaltar a participação da Secretaria com postos de informações turísticas móveis em diversos eventos (Minascentro, Serraria Souza Pinto, Expominas). Vale lembrar que a SETUR mantém parceria com a BELOTUR, nos principais postos de informações turísticas de Belo Horizonte, mediante a distribuição de material promocional e informativo sobre o potencial turístico mineiro.

Foram retomados os trabalhos relativos à construção dos “Armazéns de Minas”, tendo sido remodelado o projeto básico, realizadas as visitas aos locais onde serão construídos. Algumas obras já foram licitadas pelo Departamento Estadual de Obras Públicas (DEOP).

A sinalização turística rodoviária é fundamental para facilitar o acesso aos atrativos dos circuitos turísticos do estado. Sua implantação gera a melhoria da qualidade da informação turística e de acesso, a orientação do turista nas rodovias e o aumento da segurança dos viajantes.

A Secretaria, em parceria com o DER, implantou 217 placas em 31 municípios, abrangendo quatro circuitos turísticos: Parque Nacional da Serra do Cipó, Villas e Fazendas de Minas, Ouro e Trilha dos Inconfidentes

As atividades relacionadas ao ecoturismo e ao turismo rural vêm sendo desenvolvidas com base na Política Estadual de Circuitos Turísticos, aproveitando o grande potencial natural do estado, nacionalmente conhecido por sua tradição rural e pela exuberância de sua natureza. Para divulgar esses segmentos foram realizadas campanhas educativas e seminários nos três circuitos turísticos certificados, a fim de definir diretrizes para implementação de um plano estratégico de ecoturismo para as regiões. Foi regulamentada a Lei 14.368, por meio do Decreto 43.850, que dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento do Ecoturismo. Estão sendo fortalecidas parcerias com as diversas instituições que atuam nesses segmentos, visando a convergência de esforços e maximização dos benefícios.

O Decreto 43.894 instituiu a Comissão de Cinema – MINAS FILM COMMISSION, que terá a participação efetiva da SETUR, e vai incrementar, de forma sistemática, a utilização de localidades do estado para locação de produções audiovisuais, nacionais e estrangeiras, para divulgar as potencialidades de Minas, incentivando e apoiando as produções que aqui vierem a ser realizadas.

Os Centros de Apoio aos Turistas têm como objetivo informar e assistir os turistas a respeito das características da localidade na qual eles se inserem. O crescimento da atividade turística e o aumento progressivo de

Sinalização
Turística
Rodoviária

Centro de
apoio ao
turista

turistas bem como o da oferta turística têm gerado a necessidade de novas tecnologias de informação. O projeto visa implantar postos de informações turísticas em quatro cidades-pólo de Minas Gerais que são: Ouro Preto, Diamantina, São João del Rey e Mariana.

O Projeto Centros Vocacionais não atende apenas às pessoas que trabalham diretamente no setor turístico, mas também àquelas que atuam em qualquer ramo profissional que influencia ou constitui a atividade turística como, por exemplo, serviços de táxi, lideranças comunitárias, restaurantes, meios de hospedagem, artesanato, transportadoras, enfim toda a cadeia produtiva do turismo.

*Centros
Vocacionais*

Busca-se, dessa forma, a qualificação das pessoas envolvidas para o atendimento correto ao turista, a fim de melhorar os níveis de qualidade e eficiência dos serviços prestados. Essa qualificação será feita por meio de cursos, palestras e seminários em Diamantina e Ouro Preto

O projeto Estradas Ecológicas e Turísticas visa a estimular o turismo ecológico no estado por meio de uma infra-estrutura viária ajustada aos valores ambientais, possibilitando melhor acesso aos circuitos turísticos existentes e ampliando oportunidades de emprego e renda para as populações dos municípios envolvidos. A SETUR, em convênio com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, objetiva estabelecer melhores condições de acesso e de tráfego em áreas com privilegiados ecossistemas ambientais localizadas em diferentes regiões.

Nessa primeira etapa, foram contempladas estradas ecológicas e turísticas nas seguintes regiões: Sudoeste (MG-050 a MG-428), Zona da Mata (MG-135 a Santa Rita do Ibitipoca), Vale do Rio Doce (Vila Isa ao Pico do Ibituruna), Triângulo Mineiro (Acesso ao Complexo Eco-Esportivo Santa Mônica) e Região Metropolitana de Belo Horizonte (Bramadinho a BR-040).

*Estradas
ecológicas e
turísticas*

Ouro Preto, cidade tombada pelo patrimônio mundial, vem sofrendo constantes degradações em seu patrimônio material e também no patrimônio intangível. Além disso, a cidade sente a falta de um planejamento turístico que modifique essa situação atual. O projeto tem como objetivo analisar as condições de Ouro Preto nos aspectos urbanístico, patrimonial e cultural, para fundamentar uma possível intervenção. O processo de sensibilização da comunidade e dos demais envolvidos já foi iniciado.

Iniciativa da SETUR, o projeto de mobilização e capacitação para o turismo é um meio de fomento e apoio à atividade turística no estado, contribuindo para o princípio de conscientização dos cidadãos quanto à sua responsabilidade frente à implementação das políticas públicas e sua capacitação para prestar serviços de qualidade.

O projeto divide-se em duas linhas de ação: palestras intituladas “Entre e Fique à Vontade: Nosso Atrativo é Você” e ruas de lazer – “Recreação Turística”, beneficiando 16 municípios, pertencentes a seis Circuitos Turísticos do Estado: Villas e Fazendas de Minas, Diamantes, Guimarães Rosa, Parque

Nacional da Serra do Cipó, Ouro e Serras Verdes do Sul de Minas. Esses circuitos foram selecionados de acordo com os critérios de certificação, definidos no Decreto 43.321, de 08/05/2003 e da Resolução 006, de 09/07/2004.

Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS)

A Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS) é vocacionada para atividades associadas ao turismo de negócios, cuja política e ações estão vinculadas às diretrizes maiores do setor de turismo de Minas, contando em seu escopo com três grandes conjuntos destinados a eventos diversos, feiras, convenções, representados pelo Expominas (BH), Minascentro e Expominas (Araxá)

A Expominas (BH) se encontra em fase de conclusão de sua reforma e ampliação, visando implementar o turismo de negócios em Minas, pela sua concepção arrojada, capacidade de acolher eventos simultâneos e localização privilegiada. Trata-se de um empreendimento de largo espectro, cujas repercussões serão sentidas não só no segmento turístico do estado, mas também em toda a atividade produtiva, contribuindo na formação de emprego e renda e na expansão do mercado mineiro.

Turismo de negócios

A PROMINAS vem buscando ampliar as possibilidades do turismo de negócios no interior do estado, investindo na dinamização da Expominas (Araxá), com obras de recuperação, novos aportes gerenciais de qualificação de pessoal e organização, bem como a adoção de política comercial agressiva à procura de novos mercados e oportunidades de negócios.

Quanto ao Minascentro, marco indelével da arquitetura neoclássica dos primórdios do século XX, tem sido privilegiado com diversas obras de recuperação, tendo como finalidade a manutenção e conservação do patrimônio tombado, como atender às necessidades tempestivas dos clientes e do público em geral.

Na Companhia Mineira de Promoções (PROMINAS) realizaram-se 147 eventos no Minascentro, com um público de 410.650 pessoas, e na Expominas (BH) houve dez.

O Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), autarquia vinculada à Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária (SEARA), com a competência de planejar, coordenar e executar a política agrária e fundiária do estado, por meio da promoção de ações destinadas à democratização do acesso à terra, de acordo com as diretrizes do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais, tem como foco principal três linhas de atuação: intermediação de conflitos agrários; regularização das terras devolutas do estado; e a assistência aos assentados da reforma agrária.

Dentro dessas linhas, a SEARA/ITER vem promovendo encontros, seminários e estudos com vistas à formação de trabalhadores rurais, alcançando a melhoria na qualidade de vida de milhares de famílias, e intermediando, coordenando e acompanhando a distribuição de cestas básicas do Programa Fome Zero para os acampamentos previamente cadastrados no estado.

Destaca-se o acompanhamento das ocupações de terra, perante outros órgãos comprometidos com a reforma agrária, inclusive a Polícia Militar, para a garantia dos direitos humanos de todos os envolvidos.

No que diz respeito à intermediação de conflitos agrários, a ação do instituto abre um canal de diálogo entre as partes, com o objetivo de garantir e preservar a vida das pessoas e buscar a solução definitiva para o problema.

*Intermediação
de conflitos*

Atualmente, existem em Minas aproximadamente 18.500 famílias diretamente envolvidas em conflitos agrários, totalizando 193 focos de conflito (acampamentos), sendo 32 novas ocupações, com aproximadamente 4.107 famílias.

O ITER atuou também na mediação de 50 conflitos agrários rurais, acompanhou 280 processos de reintegração de posse e interditos proibitórios, apresentando um percentual de 87% de acordos firmados.

Além disso, atuou na mediação de oito conflitos urbanos pela posse da terra, envolvendo 80 famílias, na realização de duas audiências públicas e 36 reintegrações de posse, em 93 municípios com ocupações de terra.

O ITER discriminou 97.785,16 hectares de terras com indícios de serem devolutas, enviando relatórios à Advocacia Geral do Estado, para o ajuizamento das ações.

Na legitimação de terras, tem sido priorizada a titulação gratuita para os pequenos posseiros até 50 hectares com base na Lei n.º 14.313, de 2002. A partir da regularização do imóvel, eles podem se habilitar para obter financiamentos agrícolas e investir em suas propriedades.

*Legitimação de
terras*

Foram emitidos 890 títulos de propriedade de áreas rurais e urbanas em todo o estado, incluindo as reservas de terras devolutas para as prefeituras municipais cumprirem ações sociais, como construção de casas populares, escolas, postos de saúde e áreas de lazer.

*Programa de
Cadastro de
Terras e
Regularização
Fundiária*

A SEARA/ITER firmou convênio com a Secretaria de Reordenamento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a execução do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, em Minas, após assinatura de um Termo de Ajustamento e Conduta entre as partes envolvidas, com a realização do projeto-piloto no município de Janaúba, região norte do estado.

Esse Programa vai garantir a integração das ações dos governos federal, estadual e municipal na constituição de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais para diversos fins, e na execução de um amplo programa de regularização fundiária, priorizando a titulação de posses de agricultores familiares.

A SEARA/ITER e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) celebraram ainda convênio para a regularização fundiária de unidades de conservação estaduais e a identificação de áreas de interesse ambiental (parques estaduais), com o objetivo de preparar ações discriminatórias em unidades de conservação existentes e as que vierem a ser criadas, e aquelas que deverão ser utilizadas para a implantação de unidades de conservação e corredores ecológicos.

A secretaria e o instituto também executam o Projeto de Aproveitamento e Destinação Sócioambiental de Terras Devolutas em Minas, viabilizando o aproveitamento social de terras devolutas, em benefício de famílias camponesas. Um exemplo dessa ação é a demanda das populações no entorno das áreas arrendadas para o plantio de eucalipto, por empresas reflorestadoras.

Dentro das diretrizes de assistência aos assentados, são executados vários programas sociais, em conjunto com entidades governamentais e não-governamentais, proporcionando assistência a acampados e assentados.

*Programa de
Segurança
Alimentar e
Nutricional em
Assentamentos*

Uma das principais ações nesse sentido é o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Assentamentos, desenvolvido em parceria com a Cáritas Brasileira, entidade ligada à CNBB, à EMATER e à SEARA/ITER. Por meio do Projeto MINAS SEM FOME, o ITER, sob a coordenação da EMATER, atende diretamente a 7 mil famílias, beneficiando mais de 100 áreas ocupadas por trabalhadores rurais.

Esse programa possibilita a implantação de sistemas produtivos comunitários de alimentos para auto-abastecimento em assentamentos que ainda não receberam créditos oficiais, fortalecendo as formas de organização dos trabalhadores, tornando-se uma alternativa à distribuição de alimentos e desenvolvimento de política pública para demonstrar a viabilidade e a sustentabilidade da reforma agrária.

Com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Governo do Estado, o Projeto de Formação de Jovens em Agroecologia, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolve atividades de

capacitação para jovens assentados nas regiões Norte, Noroeste, Triângulo e Alto Paranaíba.

Seu principal objetivo é a capacitação de jovens para atuarem como multiplicadores nos projetos de assentamento rural, na temática da agroecologia, contribuindo para o desenvolvimento de modelos sustentáveis de exploração dos recursos naturais adequados às realidades socioculturais, econômicas e ambientais dos projetos de assentamento, gerando uma produção agropecuária saudável, de alto valor agregado e biológico, articulando segurança ambiental e alimentar.

Executado pela SEARA/ITER em parceria com entidades regionais, o projeto beneficiou aproximadamente 90 jovens assentados, que atuarão como agentes multiplicadores em suas comunidades, o que deverá ser reeditado para o próximo ano, contemplando jovens de outras regiões do estado.

*Capacitação
de jovens
assentados*

Com recursos do Tesouro Estadual, o Programa Empreendimentos Econômicos Solidários tem por objetivo incrementar a produção agrícola e não-agrícola, para o auto-abastecimento das famílias, e produzir excedentes que possibilitem agregar valor à produção por meio do beneficiamento, processamento e comercialização dos produtos.

O programa vem propiciando geração de renda, efetiva consolidação dos projetos de assentamento e a fixação das famílias à terra. Estão sendo implantados 19 empreendimentos econômicos em 17 projetos, beneficiando, aproximadamente, mil famílias.

Outro programa de grande importância é o de Infra-Estrutura, que contempla em seu escopo a introdução de sistemas de abastecimento de água e esgoto nos assentamentos. As obras já estão concluídas em 11 assentamentos do município de Arinos, e em dois do município de Buritis, onde mais três serão contemplados com saneamento básico, totalizando 16 projetos de abastecimento de água implantados.

O maior assentamento do estado, Projeto de Assentamento Herbert de Souza (PA Betinho), recebeu dos governos federal e estadual um repasse de R\$ 2 milhões, para a implantação nas modalidades de alimentação, fomento, habitação e infra-estrutura.

PA Betinho

Os recursos, provenientes de convênio firmado entre o INCRA e o ITER, foram liberados para assistir 650 famílias assentadas, no município de Bocaiúva, região norte.

A Secretaria/ITER em parceria com a Escola Sindical Sete de Outubro e a Agência de Desenvolvimento Solidário, entidades não-governamentais, desenvolvem ações de capacitação em associativismo e cooperativismo em oito projetos de assentamento na região de Araxá, Alto Paranaíba, visando a orientar os assentados na constituição de cooperativas e, conseqüentemente, na organização da produção. Esta ação vem beneficiando 394 famílias assentadas.

**DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO JEQUITINHONHA,
MUCURI E NORTE DE MINAS**

O Gabinete do Secretário de Estado Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (Sedvan), criado a fim de fortalecer politicamente a região mineira de economia historicamente deprimida, incorporou o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (Idene) como órgão operacional, e, por sua vez, a missão desse novo arranjo institucional se orienta pelo objetivo estratégico de reduzir as desigualdades da região.

O plano estratégico do sistema Sedvan/Idene, em fina sintonia com as macrodiretrizes do governo, revela por missão “transformar as potencialidades do norte e nordeste de Minas Gerais em desenvolvimento sustentável nas dimensões política, social, econômica e cultural”.

A aferição das metas para o ano estabelecidas no plano refere-se a um conjunto de ações que buscam a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos 188 municípios da área de abrangência, e revela, por intermédio dos seus indicadores de desempenho, a expressiva colaboração do sistema Sedvan/Idene ao viés do desenvolvimento empreendido pelo governo estadual. As políticas sociais formuladas e implementadas aportaram recursos da ordem de 50 milhões de reais para a região, e estão beneficiando aproximadamente 200 mil pessoas por meio de projetos que envolvem crédito subsidiado para aquisição de terras, infraestrutura produtiva e social para as associações de trabalhadores rurais, instalação de equipamentos públicos de produção coletiva e inclusão digital, serviços de monitoria virtual, equipamentos e serviços de combate à desnutrição e de promoção da saúde bucal, capacitação, aquisição e distribuição de produtos alimentícios, apoio ao desenvolvimento do turismo e artesanato da região, além da organização de associações comunitárias por intermédio de um grande projeto de alfabetização.

*Elevação
do IDH*

Importante ressaltar o modelo de gestão integrada e participativa de políticas públicas, visível na teoria e na prática das ações em andamento, caracterizado no expressivo rol de parcerias com o governo federal, universidades, redes sociais e a institucionalização de 237 comitês e mesas de gestão participativa no território. O esforço para capacitar e incrementar a participação social resultou numa grande mobilização dos diversos setores da sociedade civil organizada e segmento de tradições religiosas, transformando a implementação de alguns programas em um verdadeiro mutirão territorial pela inclusão cidadã. Há que ressaltar a constatação da eficiência da ação coletiva organizada, além da transparência e controle social sobre os programas e projetos do sistema Sedvan/Idene.

Oriundo de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Banco Mundial e a Contag, a execução estadual do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural foi reestruturada em novas bases conceituais de gestão. O projeto facilita o crédito para aquisição de propriedades rurais por grupos de famílias de trabalhadores sem-terra ou minifundiários, garantindo recursos não reembolsáveis para instalação de infra-estrutura produtiva e social, capacitação e assistência técnica, com vistas

*Parceria entre o
Ministério do
Desenvolvimento
Agrário, o Banco
Mundial e a
Contag*

*Projeto de
Crédito
Fundário e
Combate à
Pobreza Rural*

à ampliação e consolidação da agricultura familiar. O modelo de gestão estadual do projeto é inovador e se traduz na instalação de uma nova Unidade Técnica Estadual (UTE), de atuação colegiada, para a qual foram nomeados técnicos representantes da Emater, IEF, Iter, sob a coordenação do Idene. A UTE orienta a colaboração dos órgãos envolvidos, por meio dos seus técnicos regionais, em cada uma das propostas elaboradas no campo, nas dimensões jurídica, econômica, ambiental e social, e conta com a participação efetiva dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e da rede de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região. Após análise e aprovação pela Câmara Técnica de Assuntos Fundiários as propostas são homologadas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em 2004 foram concluídas e aprovadas 34 propostas, totalizando 826 famílias beneficiadas que estão adquirindo uma área total de 14.984 hectares de terras. O comprometimento dos diversos agentes públicos e sociais busca garantir transparência e controle no desenvolvimento do projeto e apoiar, no médio prazo, o processo de emancipação econômica das associações.

*Programa
Comunidade
Viva –
Construindo um
Novo Tempo no
Sertão das
Gerais*

Resultado de um alinhamento com o Governo Federal, no contexto da segurança alimentar e indução do desenvolvimento humano nas regiões com menor IDH, implementou-se o Programa Comunidade Viva – Construindo um Novo Tempo no Sertão das Gerais, composto de oito subprojetos para melhor atender às necessidades da região. Foram realizadas ações para geração de trabalho e renda, combate à fome e à mortalidade infantil, ao analfabetismo de jovens e adultos, inclusão digital e apoio ao desenvolvimento sustentável do artesanato e do turismo.

*Projeto
Cidadão.NET*

O Projeto Cidadão.NET é um programa de autogestão sustentável para a inclusão digital de cidadãos residentes em municípios com os maiores índices de analfabetismo. Por intermédio da implantação dos Telecentros Comunitários (núcleos de informática e cidadania), o programa garantiu a alfabetização digital, o acesso gratuito à internet, a difusão das informações públicas e a implementação de campanhas e ações comunitárias.

O projeto utiliza software livre desenvolvido pela UFMG, que também está desenvolvendo um sistema de monitoramento e supervisão dos telecentros. Foram capacitados 240 “educadores.Net”, indicados pelos comitês gestores locais, dos quais 120 se tornaram bolsistas, e também 20 jovens “universitários.net” que atuam no programa, para utilização do software livre e administração de rede. O projeto dispõe ainda de um sistema de monitoria virtual que dá suporte técnico aos educadores. Cerca de 5 mil pessoas já foram incluídas no universo digital e estão sendo preparadas para o exercício amplo e efetivo da cidadania, graças à inauguração dos primeiros 36 telecentros, o que lhes permite usar a tecnologia da informação e da comunicação para processar e produzir conhecimentos. Outros 56 municípios tiveram pontos de acesso à internet (antena, servidor e impressora) instalados.

Cabe ao comitê gestor de cada telecentro, composto por representantes da comunidade local devidamente capacitados, mobilizar a população para a manutenção e sustentabilidade do equipamento público e metodologias aplicadas.

O Programa Cidadão Nota Dez busca, paralelamente à inclusão social pela alfabetização, a mobilização do coletivo, em torno da proposição de temas que fomentam a discussão do cotidiano, em condições tais que cada agrupamento de pessoas de uma mesma comunidade possa produzir uma reflexão sobre si próprios, em busca de soluções coletivas e locais para desenvolver-se.

A partir da integração estratégica da educação popular de base (eixo pedagógico do programa) e da gestão participativa (eixo de gestão), cria-se uma estrutura de oportunidades para o fortalecimento do tecido social existente. Os municípios da região foram distribuídos em 15 Mesas de Gestão Participativa, compostas por uma representação tripartite (agentes públicos federais, estaduais e municipais, diversos segmentos de tradições religiosas e sociedade civil organizada), gestora das ações propostas. Um plano de capacitação continuada está sendo implementado, dirigido às equipes pedagógicas e toda a rede de gestão do Cidadão Nota Dez, tendo sido capacitadas 3.800 pessoas entre alfabetizadores, gestores e coordenadores.

A avaliação dos dados quantitativos do programa apontam para um desempenho bastante motivador, tendo em vista que 91,90% das 3.100 turmas iniciais foram aferidas: 2.849 turmas em processo de alfabetização, com a conclusão de 2.594, ou seja, 83,68%. Também foram aferidos, em relação ao número de alunos, dados bastante significativos: dos 64 mil alfabetizando que iniciaram o Programa, 47.702 (74,53%) participaram efetivamente das ações propostas e 16.298 não, o que nos aponta um percentual de 25,47% de desistência, dado que, em se tratando de alfabetização de jovens e adultos, é bastante animador, visto que o índice de evasão de programas semelhantes gira em torno de 40%.

*Programa
Cidadão
Nota Dez*

Com o objetivo de reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil aferida no meio de famílias socioeconomicamente excluídas, o Programa Alimentando Vidas executa dois projetos: O Banco de Leite Materno e Mil Mulheres em Ação. O primeiro, em fase de implantação, está ampliando o Banco de Leite do Hospital Aroldo Tourinho em Montes Claros e implantando em Diamantina um novo banco de leite que atenderá famílias da região. A equipe do Hospital Aroldo Tourinho é responsável pela capacitação da equipe de Diamantina. O segundo projeto capacitou, neste ano, 712 mulheres e beneficiou 5.895 famílias, em 25 municípios. Ao todo, são 7.804 crianças e 335 gestantes beneficiadas.

*Programa
Alimentando
Vidas*

Por meio da implantação de unidades produtivas de cozinhas comunitárias, o Projeto Cozinhas Comunitárias Sertanejas estimula a geração de renda, valoriza a alimentação sertaneja e incentiva o associativismo e o cooperativismo entre as comunidades. Dezoito associações comunitárias em diferentes municípios já foram contempladas com as cozinhas industriais. Até o momento, foram capacitadas 1.056 pessoas para a gestão sustentável e operação das cozinhas.

*Projeto Cozinhas
Comunitárias
Sertanejas*

O Artesanato em Movimento é um projeto que objetiva organizar, capacitar e melhorar as condições de comercialização de toda a comunidade produtiva do artesanato na região, iniciado com a realização do I Simpósio Regional do Artesanato, quando a proposta de organização foi discutida com diversos especialistas em produção, marketing e comercialização, contando com a participação efetiva de 800 artesãos. Em parceria com diversas instituições foram instalados cinco Comitês Intermunicipais e 56 instrumentos de interlocução municipal em diferentes municípios, sendo capacitados 275 representantes. A antiga loja de artesanato da Codevale foi reformada pelo Idene e abrigará o Centro de Negócios e Artesanato, ação prevista no plano, contando com a parceria do Sebrae.

*Artesanato
em
Movimento*

Concebido com o objetivo de desenvolver competência local para a recepção de turistas, o Programa Turismo Solidário prevê ações de capacitação e organização das comunidades rurais da região. É um programa pioneiro e se orienta pela oportunidade de participação do turista no desenvolvimento local, que poderá aferir uma contrapartida social à comunidade, no âmbito da sua formação profissional. O projeto-piloto, envolve quatro municípios do Alto Jequitinhonha e 400 pessoas já foram capacitadas, conta também com a parceria do Sebrae.

*Programa
Turismo
Solidário*

O programa atende famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar. Nos dois módulos do programa foram adquiridos e distribuídos 90 mil litros de leite/ dia a crianças, idosos, nutrízes e gestantes em 152 municípios. Além disso, por meio de uma política de compra local de alimento de 3 mil pequenos produtores, apoiados em 22 usinas/cooperativas da região, estruturou-se uma rede de apoio à cadeia produtiva do leite, gerando mais postos de trabalho e melhoria de renda, contribuindo para a fixação do homem no campo. O cadastramento e o controle da distribuição do leite é executado com o apoio, entre outros da Pastoral da Criança. O programa está atendendo aproximadamente 90 mil pessoas.

*Programa
Sorriso no
Campo*

O programa Sorriso no Campo, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais e 10 faculdades de odontologia do Estado, já atendeu 94 municípios com tratamentos odontológicos e trabalhos de prevenção. Cerca de 200 estudantes do último ano de odontologia prestam trabalho durante as férias escolares.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes (SEDESE) e órgãos vinculados: Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (CAADE), Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) e a Administração de Estádios de Minas Gerais (ADEMG) realizaram, em 2004, ações de fortalecimento e concretização das diretrizes estabelecidas pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), cumprindo e aperfeiçoando o estabelecido no Plano Plurianual de Ação Governamental por meio de seus programas, destacando-se os dois projetos estruturadores: os Centros Públicos de Promoção do Trabalho e a Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas.

O Projeto Estruturador Centros Públicos de Promoção do Trabalho implantou unidades em Três Marias, Congonhas e Ouro Branco e em fase final encontra-se o de Belo Horizonte, Gameleira.

*Implantação
de 03 Centros
de Promoção
do Trabalho*

O Programa Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda atendeu a 561 trabalhadores nas regiões Central, Sul, Triângulo e Rio Doce, além das cidades de Lagoa Santa e Arcos qualificando 9.360 trabalhadores com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O PlanTeQ/MG2004 priorizou o atendimento ao público do Primeiro Emprego e das demandas dos municípios da Estrada Real com o incremento das atividades ligadas ao turismo.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Minas Gerais inscreveu 265.426 trabalhadores, dos quais 139.634 foram encaminhados e 34.460 colocados. Foram criados postos do Sine em Matozinhos, Sacramento, Ouro Branco e Ipatinga. O Sine vem buscando integrar o atendimento ao seguro desemprego e a intermediação de mão-de-obra, com o objetivo de reduzir o tempo do trabalhador que espera por um posto de trabalho, tendo realizado 455.625 atendimentos.

O Programa 1º Emprego habilitou 31.187 trabalhadores colocando Minas no segundo lugar do País, com 1.063 postos gerados, ficando atrás do Rio Grande do Sul. Em complementação às ações do 1º Emprego Federal destaca-se parceria da SEDESE com os municípios destinada a implementar o programa nos postos do Sine, visando a disponibilizar estágios a 148 jovens de 16 a 24 anos,

*Primeiro
Emprego: Minas
é o segundo
melhor do Brasil*

O Programa Federal de Serviços Assistenciais de Ação Continuada financiou ações desenvolvidas por entidades sociais e prefeituras municipais prestadoras de serviços assistenciais atendendo 4.563 crianças de até seis anos e 120 idosos, em sistema asilar ou meio aberto ao mês, além de 177 pessoas com deficiência em clínicas e entidades.

O Programa Estadual de Atendimento ao Migrante desenvolveu suas ações por meio do Centro de Referência Estadual do Migrante (CREM), em Belo Horizonte, com atendimento anual de 12.748 passes entregues em Belo Horizonte e agências no interior do estado, coordenadas pelas Diretorias regionais da SEDESE em Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni e Varginha. Outra ação desenvolvida é voltada para migrantes que chegam à

capital e procuram o Terminal Rodoviário de BH buscando passes, sendo providenciados atendimento e abrigo.

O atendimento de 100 pessoas por mês à população de rua é prestado pelo Centro de Triagem e Encaminhamento Social (CETES), em Belo Horizonte, que funciona mediante convênio com a Sociedade São Vicente de Paulo. Isso ocorre também nos municípios de Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni e Varginha. Todas essas ações foram viabilizadas por parcerias entre a SEDESE e as prefeituras

PETI 1.178
crianças
beneficiadas
em 05
municípios

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) beneficiou cerca de 1.178 crianças em cinco municípios. Ainda como subprograma do PETI, o Programa de Desenvolvimento Sócioeconômico do Alvorada (PRODESA) objetiva custear o microcrédito para geração de renda e desenvolvimento social para as famílias beneficiadas pelo PETI residentes nos municípios assistidos pelo Projeto Alvorada, e o Geração de Renda II atendeu 2.950 famílias do PETI em 84 municípios, capacitando e gerando emprego e renda para as famílias inscritas.

Como resultados dos programas estruturadores destacam-se a ampliação do número de municípios com sistemas de direitos sociais implantados (Conselhos de Assistência Social, de Direitos da Criança e do Adolescente, Tutelares, da Pessoa com Deficiência, e de Idosos); a ampliação do número de famílias direta ou indiretamente beneficiadas com as ações desenvolvidas; a melhoria da qualidade do atendimento prestado, propiciando melhor utilização dos recursos financeiros e humanos.

O Programa Sentinela executou ações destinadas a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e seus familiares. Atendeu crianças e adolescentes de até 18 incompletos vitimados pela violência, abuso e exploração sexual, bem como suas famílias nos municípios de Araxá, Belo Horizonte, Governador Valadares, Malacacheta, Montes Claros, Patos de Minas, Três Marias, Uberaba, e Unaí.

O Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV) serviço de atendimento a vítimas de crimes violentos (homicídios, latrocínio, estupro, e atentado violento ao pudor) e seus familiares, com apoio social, psicológico e jurídico atendeu a 252 famílias, abrangendo cidades da região Central. Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) serviço de proteção à vítimas e testemunhas de crimes, coagidas ou expostas a grave ameaça, em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, com prestação de assistência jurídica e psicossocial tem capacidade para atender 45 vítimas ou testemunhas.

O Programa Casa Lar ofereceu uma nova modalidade de abrigo, como medida de proteção provisória, por meio de moradias coordenadas por um casal ou mãe social, em unidades de no máximo 10 crianças, adolescentes ou adultos com ou sem deficiência. São 50 casas lares, com 384 abrigandos nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Cristais, Itaúna, Luz, Caratinga, Iturama, Juiz de Fora, Montes Claros, São Gotardo, Florestal, Pará de Minas, Prados, São

João del Rei, Frutal, Tupaciguara, Itajubá, Lambari e Nepomuceno. Executado por meio de convênio com entidades sociais, em regime de abrigo, oferecendo proteção e oportunidade de desenvolvimento sócioeducacional às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e pessoas com deficiência. São oito entidades conveniadas, totalizando 139 abrigados nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ibirité, Ipatinga e Caeté. O abrigamento em Centros Educacionais, implementado nas unidades da extinta FEBEM, atendeu e protegeu integralmente crianças, adolescentes e adultos com deficiência, em regime de abrigo e em meio aberto. O atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência e/ou com Necessidades Especiais foi realizado mediante ações do programa Unidade de Atendimento Especializado (UAE) oferecendo habilitação e reabilitação nas áreas de fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, pedagogia ou psicopedagogia para crianças, adolescentes e jovens com deficiência e transtornos de comportamento na faixa etária de 0 a 21 anos, nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Mateus Leme, possuindo 32 clínicas credenciadas.

*Programa
Casa Lar:
384
abrigados
em 19
municípios*

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, financiado com recursos federais, , tem sua gestão pela SEDESE, de forma municipalizada, preparando agentes multiplicadores atingindo o público - alvo de jovens de 15 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social. Está presente em 199 municípios, com 9.310 adolescentes atendidos.

*Programa Agente
Jovem de
Desenvolvimento
Social e Humano*

Programa Mocatu realizou 150 atendimentos por mês a crianças, adolescentes e adultos portadores de deficiência e suas famílias por meio de atividades culturais e esportivas.

O Projeto Vocação tem como objetivo qualificar mão-de-obra jovem para o agronegócio mineiro, por meio de cursos de bovinocultura, operação de máquinas agrícolas, produção de vegetais, pintura em tecidos. O objetivo é a inserção de jovens no mercado de trabalho regional, melhorar o IDH, reduzir o êxodo rural e propiciar alternativas de renda a jovens de 14 a 24 anos de regiões de baixo IDH. Os principais parceiros são a FAEMG, SENAR, sindicatos rurais, prefeituras, conselhos estaduais e municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Juventude, conselhos tutelares, Ministério Público e empresas locais. Os 1.460 cursos e treinamentos com carga de 58.400 horas, treinaram 5.852 jovens. Foram capacitados 371 conselheiros tutelares em 81 cidades no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) financiados com recursos federal e estadual. A capacitação envolveu conselhos tutelares das regiões Central, Mata, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce.

Foram realizadas as seguintes campanhas: Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, envolvendo todos os segmentos da sociedade no sentido de coibir a prática desses crimes, incentivar denúncias, garantindo sigilo e apuração; 1ª Etapa “Caminhoneiro Cidadão” com ação simultânea nas rodovias dos municípios de Almenara, Araçuaí, Belo Horizonte, Caratinga, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Ituiutaba, João Monlevade, Juiz de Fora, Montes Claros, Paracatu, Patos de Minas, Pirapora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Gonçalo do Abaeté, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba,

Uberlândia e Varginha. Com participação expressiva de parceiros governamentais e não-governamentais, apresentando resultados como aumento nas denúncias via 0800, com a constatação de que a exploração sexual aumentou 376%, a violência intrafamiliar 400%, física intrafamiliar 65% e negligência e abandono 172%. A 2ª Etapa do Ação Governamental nas Escolas de Minas contra a Violência, o Abuso e a Exploração de Crianças e Adolescentes, durante a Semana Escolar, envolvendo direta e indiretamente 46 superintendentes regionais de ensino, 853 municípios e mais de 4 mil distritos e povoados abrangendo 2,7 milhões de alunos.

*Implantação
do Disque
Direitos
Humanos*

A implantação do Disque Direitos Humanos- Serviço telefônico fácil, gratuito e sigiloso de coleta, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos proporcionou 1.556 denúncias, 1.348 orientações e informações, totalizando 2.904 ligações. O serviço foi utilizado por cidadãos nas regiões Central, Mata, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro Oeste de Minas, Noroeste, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce.

Vários eventos foram realizados com o objetivo de levar a comunidade à reflexão, mobilização, conscientização, prevenção e combate ao uso de drogas, envolvendo escolas públicas e privadas e parceiros governamentais e não-governamentais: Curso de Capacitação para Agentes e Coordenadores da Pastoral da Sobriedade supervisionando ações de prevenção, tratamento e reinserção social do dependente químico e familiares abrangendo a Região Metropolitana de Belo Horizonte; Capacitação para coordenadores do Programa 2º Tempo orientando e supervisionando ações de prevenção, tratamento e reinserção social do usuário e dependente químico, realizado em todas as regiões de Minas, tendo a participação de 600 educadores; Orientações Gerais sobre Drogas destinadas aos educadores dos núcleos do Curumim da Capital e Região Metropolitana; Inspeções nas Comunidades Terapêuticas objetivando acolher e orientar os usuários de drogas e familiares, encaminhando para tratamento em instituições especializadas em 147 estabelecimentos terapêuticos de todo o estado; Curso de Capacitação Técnica e Inspeção nas Comunidades Terapêuticas dirigido a técnicos das Diretorias de Ações Descentralizadas de Saúde, Agentes de Saúde Mental e técnicos da Vigilância Sanitária do Estado, tendo capacitado 170 pessoas; Curso sobre Drogas: Capacitação Técnica em Dependência Química para educadores atuarem na prevenção, tratamento e reinserção social do dependente químico e seus familiares, profissionais de saúde e assistência social da Polícia Civil tendo tido 200 pessoas participantes da Região Metropolitana da Capital.

*Jogos do
Interior de
Minas em
180
cidades*

Os Jogos do Interior de Minas (JIMI) em sua 20ª Edição contou com a participação de 180 cidades. A Subsecretaria de Esportes apóia, por meio de convênios com federações, associações desportivas e prefeituras municipais, reformas e/ou construções de ginásios e quadras poliesportivas, aquisição de material esportivo, bem como eventos esportivos em geral, tendo sido pactuados 200 convênios. Jogos Escolares de Minas Gerais (Módulos I e II) alcançam todas as regiões do estado, valorizando a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens mineiros, do qual participam 56.697 alunos atletas.

Foram desenvolvidas Atividades de Lazer em espaços públicos e interditados ao tráfego aos sábados, domingos e feriados, na capital e no interior, com a orientação de monitores e voluntários, tendo tido a participação de 53.000 pessoas.

O Programa Curumim cujo objetivo é elevar o nível de bem estar de crianças e adolescentes de baixa renda das regiões mais pobres e periféricas da RMBH por meio de atividades de esporte, lazer e reforço escolar, atendeu a 4.700 crianças e adolescentes. O Programa Segundo Tempo, destinado aos adolescentes entre 12 e 18 anos, oriundos também de famílias de baixa renda, implementou atividades esportivas, auxiliando no processo de desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. Funciona em núcleos que estão implantados em 230 municípios de Minas Gerais envolvendo 33 mil crianças e adolescentes/mês.

*Programa
Curumim*

Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência (CAADE)

A CAADE, por intermédio da FUNDEP, realizou a Pesquisa Prevalência de Incapacidades cujo objetivo foi traçar o perfil das pessoas com deficiência em sete municípios: Araxá, Coromandel, Diamantina, Itabira, Montes Claros, Paracatu, Teófilo Otoni, cuja relevância é nortear a implementação de políticas que visem à inclusão das pessoas com deficiência no estado de Minas Gerais. Para divulgação da pesquisa nessas cidades foram realizados seminários regionalizados, em parceria com entidades governamentais e não-governamentais, sendo representados 300 municípios. Houve debates quanto à implantação e implementação dos conselhos municipais de defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Os resultados obtidos foram a formação de núcleos locais pela implantação dos conselhos e o levantamento de propostas para ações inclusivas, com a participação de 1.500 pessoas.

*Pesquisa de
Prevalência de
Incapacidades*

Foi implantado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, com a aquisição de equipamentos, conforme convênio firmado com o Governo Federal. O posto do SINE na CAADE realizou a colocação de 124 trabalhadores com deficiência.

Administração de Estádios de Minas Gerais (ADEMG)

A ADEMG exerce a administração dos estádios Magalhães Pinto (Mineirão) e Felipe Henriot Drumond (Mineirinho). Dos 155 eventos destacam-se 59 jogos, com um público de 773.167 pessoas, além de shows, feiras de artesanato, cultura e comidas típicas.

*Eventos
realizados*

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG)

A UTRAMIG habilitou 68 docentes e qualificou 544 professores provenientes das escolas de educação básica do estado e de diversas regiões e cidades de Minas Gerais.

*Formação e
qualificação de
docentes*

A Secretaria de Estado da Educação desenvolveu ações para recuperar a qualidade da educação pública de Minas Gerais.

A ampliação do ensino fundamental contou com a adesão de 621 municípios, 72,8 %, à oferta de ensino com nove anos de duração, destacando as regiões Norte, Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Nos municípios que não aderiram ao programa crianças de seis anos foram inscritas apenas em escolas estaduais. Foram efetuadas 190.928 matrículas de crianças de seis anos no Ciclo Inicial de Alfabetização (CIA), sendo 62.845 na rede estadual de ensino e aplicados recursos em material didático específico, de apoio pedagógico, capacitação de professores alfabetizadores aquisição de mobiliário adequado e obras de ampliação e construção de prédios escolares.

Oferta de ensino com 09 anos de duração

No que se refere a Escola Referência, deu-se apoio às escolas para elaboração do Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional (PDPI) abrangendo 220 escolas, com 352 mil alunos, distribuídas por 102 municípios de todas as 46 Superintendências Regionais de Ensino. Todos aqueles com mais de 30 mil habitantes possuem pelo menos uma Escola Referência. Houve capacitação de 324 diretores e vice-diretores por meio do PROGESTÃO (Programa de Capacitação de Gestores Escolares), implantação do Programa de Desenvolvimento Profissional (PDP) e organização de 719 Grupos de Desenvolvimento Profissional (GDP), envolvendo, inicialmente, 13.942 professores de municípios mineiros das regiões Norte, Nordeste, Mata, Triângulo, Sul e Central, beneficiando 506.425 alunos. Foram informatizadas 220 escolas nas áreas de administração e de laboratórios de informática.

Com a implantação do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa, no ano de 2003, em 81 escolas de Belo Horizonte, verificou-se atuação intensiva naquelas localizadas em áreas de alta vulnerabilidade social que registravam, com frequência, arrombamentos, pichações, brigas e evasão dos alunos. Atualmente, o índice de ocorrências registradas pela Polícia Militar caiu em 56,7%. Além da redução da violência, o aprendizado, a disciplina e a aparência física do ambiente escolar melhoraram significativamente. Em 2004, as ações do projeto foram estendidas para outras 78 escolas.

Projeto Escola Viva Comunidade Ativa

Em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais, foram adquiridas 22 viaturas policiais para atendimento às escolas integrantes do projeto. Foram capacitados 324 gestores das escolas envolvidas.

A partir de 2004 com o subprojeto Abrindo Espaços iniciou-se a abertura das escolas, nos finais de semana, para atividades de lazer, esportes e oficinas de artes. A parceria estabelecida com a Unesco permitirá o desenvolvimento dessas atividades de forma mais sistemática, mais escolas. Além disso, pelo subprojeto Aluno de Tempo Integral foi estabelecida parceria com a Federação de Clubes Recreativos, viabilizando a frequência de alunos a clubes para práticas esportivas e de recreação.

Iniciou-se o Projeto Registro do Aluno, a fim de promover a identificação civil dos alunos da rede pública de ensino, assegurando o direito de exercício da cidadania e proteção social à criança e adolescente e

Registro do aluno

aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento do fluxo escolar e organização das escolas. Foram inscritos 709.218 alunos em 604 escolas, abrangendo 40 municípios e celebrado convênio com a Polícia Civil de Minas Gerais para expedição, em 2005, de Carteiras de Identidade a 54.822 alunos das escolas integrantes do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa.

O Projeto Escolas em Rede: inclusão digital na escola pública de Minas Gerais, para proporcionar às escolas de ensino fundamental oportunidades de trabalho em rede, utilizando a internet e incorporando novas tecnologias de informação e comunicação à prática pedagógica informatizou 527 escolas com instalação de conexão à internet em 220. Quanto à Educação Especial foram envolvidas 164 escolas de ensino regular no projeto piloto Escolas Inclusivas com o objetivo de incentivar o acolhimento adequado de alunos com necessidades educativas especiais. Essa ação envolveu capacitação de professores e aquisição de material didático pedagógico apropriado.

834 mil
alunos
matriculados
no Ensino
Médio

O ensino médio, buscando atingir os objetivos propostos no seu Projeto Estruturador, efetivou a matrícula de 834 mil alunos. Foram elaboradas novas propostas curriculares para as seguintes disciplinas: Arte, Biologia, Educação Física, Física, Geografia, História, Língua Estrangeira, Português, Matemática e Química, que serão implantadas em 2005, e adquiridos livros de literatura para ampliação do acervo bibliográfico das escolas de ensino médio. Além de 1,8 milhão de livros didáticos de Português e Matemática, com conteúdo das três séries, a serem distribuídos, no início do ano letivo de 2005, a todos os alunos matriculados nas três séries de ensino médio e também de Literatura para os exames do vestibular/2005, bem como equipamentos de informática para a administração escolar e laboratórios e ensino.

Para Educação de Jovens e Adultos, além dos exames supletivos do ensino fundamental e médio, realizados a cada semestre, autorizou o atendimento a jovens e adultos em cursos regulares de suplência (anos finais do ensino fundamental e ensino médio) em 356 escolas estaduais. A medida beneficiou 30.330 candidatos em 248 municípios.

O Centro de Referência do Professor, funcionando na Praça da Liberdade, publicou e distribuiu para as escolas estaduais dos 853 municípios mineiros as revistas 11 e 12 “Caderno do Professor” (20 mil exemplares) e o Informativo “Diálogo” (6 mil exemplares), com artigos sobre o tema da alfabetização; também promoveu nova edição do Prêmio Lúcia Casassanta divulgando trabalhos de educadores que atuam na alfabetização. Em 2004, o 1º e o 2º lugar foram conferidos a professores que atuam na rede estadual de ensino.

O processo de indicação de candidatos ao cargo de diretor e à função de vice-diretor de Escola Estadual permitiu a renovação dos gestores escolares (diretores e vice-diretores) em 3.319 unidades de ensino (84,26% das escolas estaduais). Por delegação da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), foi realizado concurso para provimento de 8.839 vagas existentes para as disciplinas de Física, Química, Biologia e Matemática.

Em relação ao Programa Bolsa Familiar para a Educação, iniciaram-se entendimentos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), visando à assinatura de um termo de cooperação entre o Governo do Estado e o Ministério. Em fevereiro, a Caixa Econômica Federal disponibilizou o arquivo do cadastro único do Bolsa Família, em municípios do Vale do Jequitinhonha, para identificação dos bolsistas participantes, simultaneamente, dos dois programas – federal e estadual. Como resultado do cruzamento dos dados foram identificadas mais de 5 mil famílias recebendo valor igual ou maior do que 65 reais que foram desligadas do Programa Bolsa-Escola Estadual, no pagamento de fevereiro. Em 6 de maio de 2004 foi assinado o termo de cooperação nº. 03/2004, entre o Governo de Minas e o MDS, mediante o qual todos os bolsistas do programa estadual seriam transferidos para o Programa Bolsa Família, depois de inseridos no Cadastro Único. Em contrapartida, o estado assumiu o compromisso de melhoria da qualidade do ensino e execução de outros projetos pedagógicos.

Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome no Programa Bolsa Família

No que se refere ao apoio à escola e ao estudante, os recursos distribuídos garantiram alimentação manutenção e custeio a todas as escolas de ensino fundamental e atendeu ainda, a aproximadamente 600 municípios com transporte escolar do meio rural, utilizando recursos do orçamento estadual e do federal, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Além do livro didático, foram distribuídos aos alunos de 1ª a 4ª séries, dicionários e livros de leitura, e 931 escolas da rede estadual de ensino receberam recursos para aquisição e reforma de mobiliário e/ou equipamentos, sendo 531 ampliadas e/ou reformadas.

Alimentação e transporte escolar

O Censo Escolar atingiu 18.097 estabelecimentos de ensino do estado, sendo 3.917 da rede de ensino estadual e coletadas informações da Educação Básica em seus diferentes níveis e modalidades apresentando, na rede estadual, matrícula de 2.730.136 alunos, um crescimento de 2,44% no ensino médio e de 19,30% na educação de jovens e adultos, ressaltando o aumento de 58,52% de alunos portadores de necessidades especiais incluídos no ensino regular. Tais resultados forneceram subsídios valiosos para formulação de políticas públicas relacionadas à educação utilizados na execução dos programas governamentais de distribuição do livro didático, merenda, transporte escolar, recursos do salário educação e do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), entre outros.

Censo Escolar 18.097 escolas

Em continuidade ao processo de modernização tecnológica, a Secretaria continuou com o programa de segurança e ampliação tecnológica, mediante aquisição de dois No Breaks de maior porte (10 Kva), roteadores, servswitches. Dentre os serviços realizados a ampliação do sistema de alimentação elétrica do CPD, energização dos racks e instalação de softwares de antivírus que possibilitam maior proteção para a rede de dados e acesso mais rápido pelas diversas regiões de Minas Gerais.

Fundação Helena Antipoff (FHA)

A Fundação Helena Antipoff manteve parcerias e estratégias de cooperação no âmbito público e privado, envolvendo o estado, município e instituições de ensino, buscando a promoção da qualidade de ensino público, por meio da Educação Básica, do atendimento psicopedagógico a crianças e adolescentes e da prestação de serviços para a formação e capacitação de recursos humanos na área da Educação.

*Atendimento a
896 alunos
nas Oficinas
Pedagógicas*

As Oficinas Pedagógicas Caio Martins, com o objetivo de Educar pelo Trabalho, partindo do pensamento antipoffiano de aprender fazendo, além de garantir o enriquecimento curricular, propiciaram às crianças e adolescentes o desenvolvimento de atitudes responsáveis, superando as dificuldades e favorecendo a sondagem de vocações nas áreas artística, esportiva, trabalhos manuais e artesanais. Foram atendidos nas oficinas 896 alunos, entre crianças e adolescentes. As oficinas contaram também com a cooperação do Serviço Voluntário de Assistência Social (SERVAS) por meio do Projeto Minas Solidária. Realizaram-se reuniões de estudo de casos de alunos especiais, visitas de escolas, APAEs, SESI e CRECHES.

*Clínica de
Psicologia: 2.581
consultas*

A Clínica de Psicologia Edouard Claparède manteve a sua capacidade assistencial mediante convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde de Ibité, permitindo ações conjuntas de atendimento psicopedagógico a crianças e adolescentes encaminhados por escolas, postos de saúde, Conselho Tutelar e Associações de Ibité. Foram realizadas 2.581 consultas em psiquiatria, fonoaudiologia e psicopedagogia, além de 25.600 sessões de ludoterapia, estimulação precoce, acompanhamento fonoaudiólogo, avaliação psicológica e de psiquiatria, terapia individual e em grupo, reeducação pedagógica e orientação a pais e professores. Realizou palestras sobre saúde vocal no ambiente de trabalho, reuniões para casos clínicos e intervenção semanal de Psicologia Escolar. A clínica manteve convênio com o DER para distribuição e controle do passe livre a clientes carentes e portadores de deficiência.

A Equipe de Civismo Altaneiro do Rosário (ECAR) atividade extracurricular desenvolveu em parceria com a instituição para montagem da Biblioteca Comunitária, promovendo hábitos de trabalho cooperativo e voluntário. As crianças e adolescentes atendidos nesse projeto foram contemplados com 5 mil unidades de material escolar, adquirido com recursos da Fundação ou doados por outras instituições ou pessoa física.

*1.511 alunos no
Ensino
Fundamental e
1.152 no Ensino
Médio*

A Escola Sandoval Soares de Azevedo de Educação Básica ministrou ensino fundamental e médio a 1.511 alunos em 39 turmas de 1ª a 8ª série do ensino fundamental e 1.152 alunos em 28 turmas do ensino médio, apresentando resultados relevantes e mantendo um ensino de qualidade, sendo indicada como escola referência dentro do Projeto Escola-Referência do Estado de Minas Gerais. Foram oferecidas 336 mil refeições.

O Projeto Ensino Superior no Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira, em convênio com o Centro de Projetos e Pesquisas Pedagógicas da

Fundação, tem a finalidade de oferecer cursos de graduação e pós-graduação para os profissionais que atuam na Educação Básica. O curso Normal Superior atendeu 623 alunos distribuídos em 16 turmas; o de licenciatura em Educação Física, 196 alunos e o de Educação Física, 75 alunos em oito e três turmas respectivamente.

894 alunos distribuídos em cursos de Educação Física e Normal Superior

O Museu e Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff catalogou todo o acervo, mobiliário e objetos pessoais de Helena Antipoff. Recebeu 5.475 visitantes entre eles pesquisadores da PUC-MG, UNIPAC, NEWTON DE PAIVA e Instituto Superior Anísio Teixeira, nas áreas de educação e psicologia.

Fundação Caio Martins (FUCAM)

As atividades administrativas e pedagógicas da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM) atenderam, em regime integral e parcial, 1.350 crianças e adolescentes pobres distribuídos pelos seus seis Centros Educacionais localizados nos municípios de Esmeraldas, 350 alunos; Buritizeiro, 120 alunos; Carinhanha (Juvenília), 300 alunos; Januária, 180 alunos; São Francisco, 280 alunos e Urucuia (Riachinho), 120 alunos.

Centros Educacionais: 1.350 crianças

Integrando as ações educativas os seis Centros Educacionais realizaram projetos na exploração agrícola: cultura de milho, cana-de-açúcar, sorgo, mandioca, feijão e horticultura, a fim de complementar a alimentação dos alunos; na pecuária: criação de frangos (Esmeraldas), gado bovino para produção leiteira e corte (todas as unidades), suinocultura (em todas unidades) ovino-caprinocultura (São Francisco, Buritizeiro e Januária). O projeto de ovino-caprinocultura desenvolvido no Centro Educacional do município de São Francisco conta com a parceria da EMATER na produção de carne para o consumo interno e a prática educativa.

A manutenção do ensino fundamental em todas as unidades escolares e do ensino técnico em agropecuária no Centro Educacional de Esmeraldas significou melhoria no aproveitamento escolar e na formação integral do aluno.

As oficinas pedagógicas atenderam 320 adolescentes, por meio de cursos nas áreas de carpintaria, alfaiataria, bombeiro-eletricista, artesanato, padaria, gráfica, corte e costura, criações e culturas.

Oficinas Pedagógicas: 320 adolescentes

A Secretaria de Estado da Saúde, em cumprimento às políticas de saúde preconizadas no Programa de Governo, apresenta quatro eixos:

Gestão do Sistema Único de Saúde

Realizou-se o diagnóstico da capacidade institucional identificando oportunidades de melhoria de desempenho dos papéis a que se propõe a Secretaria como gestora do sistema. O resgate da sua capacidade gerencial tem sido efetuado por meio das frentes de trabalho do Choque de Gestão, tendo como resultados a capacitação de 30 técnicos em pré-qualificação em compras; a interação dos setores de informática do Grupo Saúde no suporte de tecnologias pela troca de experiências e a conscientização do uso do e-mail, impactando positivamente na redução do consumo de papel, cartucho e agilização do trâmite dos documentos. Para municiar as unidades administrativas com ferramentas de análise e de gestão de processos, foi implantada uma metodologia de racionalização do trabalho.

*Diagnóstico da
Capacidade
Institucional*

O desenvolvimento do Plano de Gestão Anual (PGA), proporcionou uma visão do planejamento e da execução das principais ações no nível estadual, regional, microrregional e municipal, sendo os indicadores disponibilizados on line. Foram realizadas seis oficinas macrorregionais para implantação do PGA, capacitando 170 técnicos e contemplando todas as diretorias de ações descentralizadas de saúde e o nível central.

A área de Tecnologia da Informação desenvolveu sistemas obtendo maior segurança de sua rede, aumentando sua atuação e conseguindo a redução de custos operacionais e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A Política Estadual de Formação e Educação Permanente foi executada por meio do Núcleo de Educação Permanente, que realizou oficinas microrregionais do programa “Viva Vida”; do Fórum Estadual de Formação e Educação Permanente, com a participação de 13 pólos macrorregionais destinados a descentralização da demanda e a definição das capacitações dos gestores municipais em parceria com as instituições formadoras, bem como ações educacionais viabilizadas por contrato entre a Secretaria e a Fundação Ezequiel Dias.

O Programa de Integração Serviço-Ensino (PISE) concedeu 366 bolsas acadêmicas visando à preparação de profissionais para o Sistema Único de Saúde com destaque para o programa “Sorriso no Campo”, executado na área de abrangência do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), disponibilizando 289 bolsas acadêmicas a futuros dentistas.

*Programa de
Integração
Serviço-
Ensino*

A realização de cursos nas áreas de Gestão Tecnológica em Saúde, Elaboração e Gestão de Projetos de Pesquisa em Saúde e Planejamento Estratégico com enfoque em Ciência e Tecnologia em Saúde contou com a participação de 101 profissionais de Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, Fundações vinculadas a Saúde, Academias; centros de pesquisa e da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG). Encontram-se em fase de

conclusão 12 projetos de pesquisas direcionados à solução de necessidades da população mineira.

A I Conferência Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, discutiu e deliberou sobre a formulação e a implementação da política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, buscando superar a exclusão, garantir o acesso e a qualidade da assistência prestada à população.

A Regulação Assistencial destaca-se pela capacitação de 910 técnicos operadores dos sistemas de Informações Assistenciais do SUS: Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), Sistema de Informação Hospitalar (SIH), Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC) Medicamentos, Ficha de Cadastro de Estabelecimento de Saúde (FCES), Sistema de pré-natal (SISPRENATAL), atingindo a 64% do total dos municípios do estado.

*Programação
Pactuada
Integrada- PPI*

Estudos e análises da Programação Pactuada Integrada (PPI) disponibilizaram informações sobre a programação da média e alta complexidade, pactuada na PPI Assistencial dos 853 municípios do estado, por micro e macrorregiões. Aconteceram três oficinas de trabalho com a participação dos 27 coordenadores de regulação das diretorias de ações descentralizadas de saúde visando a análise e acompanhamento da PPI Assistencial e do I Boletim Informativo dos Sistemas Assistenciais.

Atendendo a demandas do Ministério Público e Ministério da Saúde foram auditados 187 serviços de saúde.

Vigilância à Saúde

*Inspeções
realizadas*

Foram realizadas inspeções em 109 mamógrafos nas regiões de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba, constatando-se que 71,25% dos equipamentos apresentam geração de imagens com qualidade para diagnóstico. Graças ao maior aproveitamento dos mamógrafos disponíveis, foram qualificados 15 técnicos e 150 prestadores dos serviços inspecionados, o que proporcionará maior segurança e garantia da qualidade dos exames mamográficos atingindo 1,8 milhão de mulheres. A inspeção de 72 serviços garantiu a qualidade e a segurança da água nos serviços de diálise sendo realizadas 872 coletas de amostras encaminhadas à Fundação Ezequiel Dias (FUNED) para análise. Ocorreram também inspeções em 35 estabelecimentos, coletando 6.701 coletas de amostras monitoração da qualidade sorológica do sangue.

*Monitoramento
da qualidade dos
alimentos*

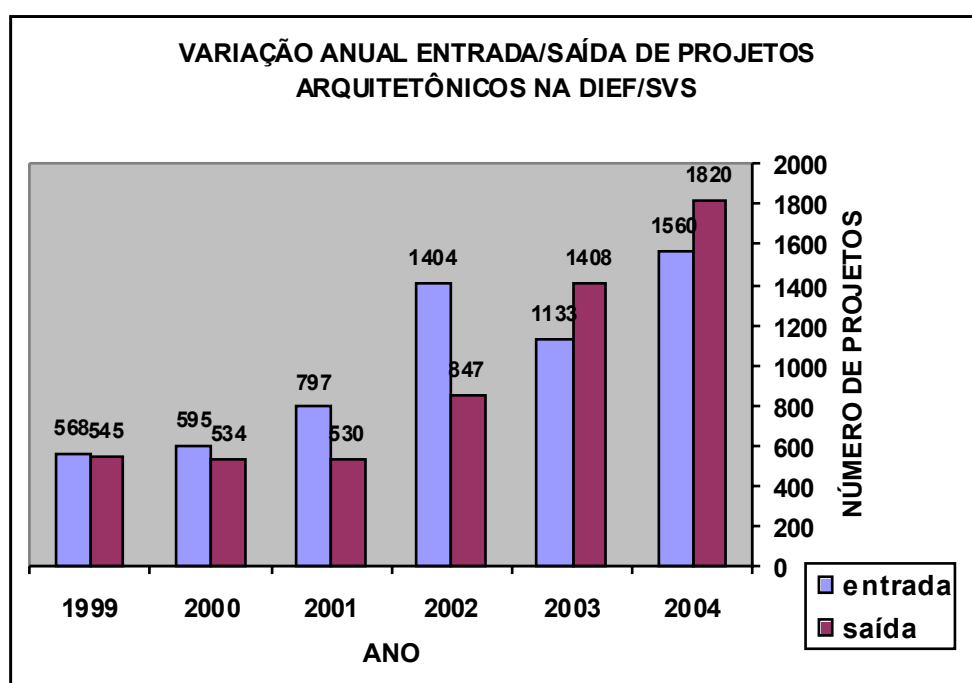
O monitoramento da qualidade dos alimentos pactuou metas de coleta e análise com 250 municípios, aumentando a cobertura da população e fortalecendo os serviços municipais. Foram assinados termos de cooperação técnica entre a SES, CEASA-MG, Secretaria Estadual de Agricultura e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), visando a monitoração da qualidade do morango em Minas Gerais, maior produtor do país, e entre a Secretaria de Estado de Saúde, a Secretaria de Estado da Fazenda e a ANVISA, destinado ao monitoramento da qualidade de medicamentos e cosméticos, permitindo

maior eficiência nas inspeções nas indústrias farmacêuticas e distribuidoras de medicamentos, assim como maior controle fiscal da Secretaria da Fazenda.

Além dos programas de monitoramento que constituem o grande diferencial da Vigilância Sanitária no Estado, realizaram-se, ainda, 12.003 inspeções em estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário.

*Controle sanitário
em 12 mil
inspeções*

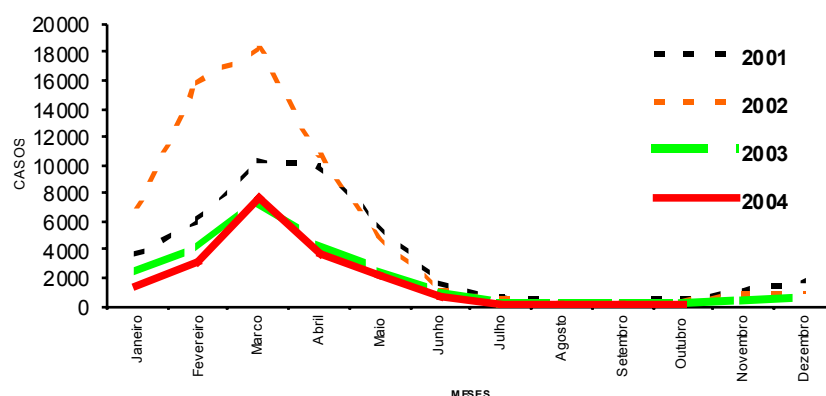
Utilizando nova metodologia de trabalho, a área de Infra-Estrutura Física apresentou um considerável aumento das avaliações dos projetos arquitetônicos de estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário.



Fonte: SES/SVS/DIEF

Foram intensificadas as ações de controle e vigilância das zoonoses por meio da capacitação de técnicos das Diretorias de Ações Descentralizadas de Saúde e municípios, ocasionando principalmente a redução dos casos de dengue notificados na série histórica em todo o estado.

Dengue (Casos Notificados)



Fonte: SINAN - CCZ/DV/SE/SES/SUS-MG - 2003/2004 da dos sujeitos a revisão

Verificou-se redução da proporção de óbitos por causas maldefinidas, de 13,5% para 10 %. As ações de vacinação atingiram a meta de 70% de homogeneidade do grupo populacional. A Programação Pactuada e Integrada de Vigilância à Saúde (PPI-VS) de 2004 certificou 840 municípios com cobertura de 99,4% da população. O Projeto de Estruturação da Vigilância à Saúde (VIGISUS-FASE 1) capacitou 14.600 profissionais da área da saúde, distribuídos em 126 municípios com 104 projetos executados.

Assistência à Saúde

Programa de Humanização do Pré-Natal

O Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento tem hoje a adesão de 718 municípios (84,17% de cobertura no estado) e 195.677 gestantes cadastradas, representando um aumento de 51,6% em relação ao ano anterior.

As oficinas e assessoramentos destinaram-se à implantação do Comitê de Prevenção da Mortalidade Materna constituído de 22 Comitês Regionais e 28 Diretorias de Ações Descentralizadas de Saúde. Houve oficinas em 75 microrregiões com o objetivo de promover a organização dos sistemas microrregionais de atenção à saúde e divulgação do Programa Viva Vida com a participação de 54 técnicos das diretorias para atuarem como facilitadores envolvendo 2.250 pessoas entre gestores e técnicos dos municípios.

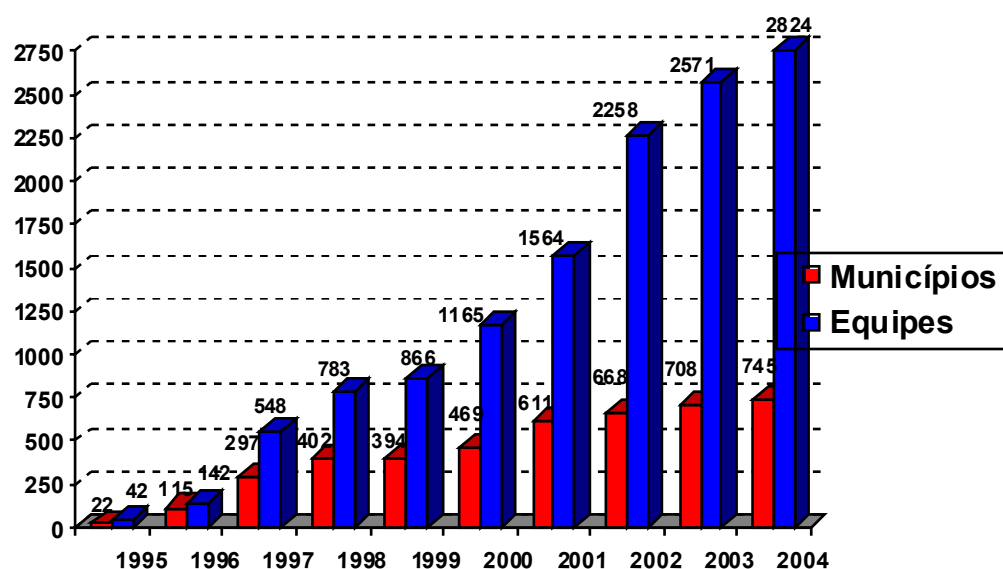
Encontra-se elaborado, para publicação, o diagnóstico da Mortalidade Infantil e Materna no Estado de Minas Gerais. Encontra-se em desenvolvimento o trabalho de monitoramento e adequação dos dados de Mortalidade Infantil, em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e com a Universidade Federal do Estado de Minas Gerais (UFMG).

O Comitê de Defesa da Vida, composto por 27 instituições governamentais e da sociedade civil, considerado principal estratégia de mobilização do Programa Viva Vida, ressalta a política de prevenção e de tratamento da fibrose cística.

*Constituição do
Comitê de
Defesa da Vida*

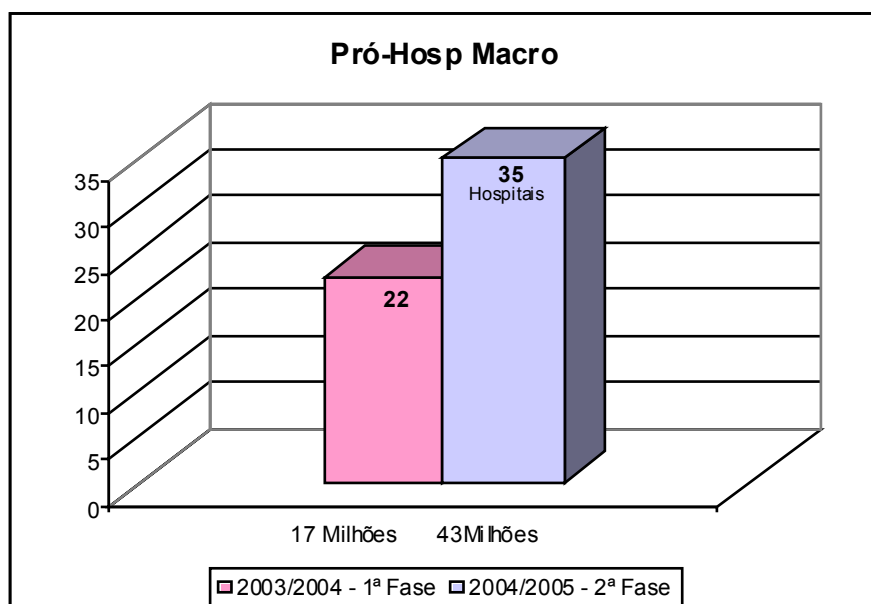
O Programa Saúde em Casa alcançou 88% dos municípios mineiros, com uma cobertura de 51% da população contando com 20 mil agentes comunitários de saúde.

Programa Saúde em Casa



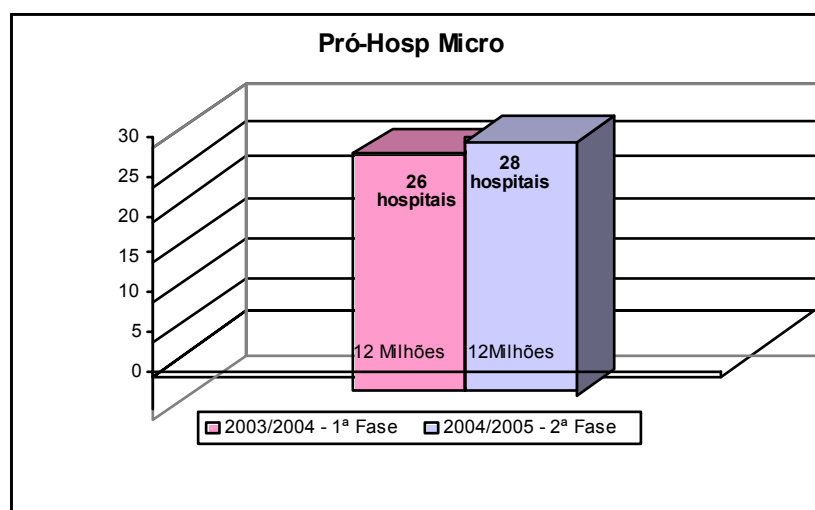
Fonte: SES/SAS/PSF/ICMS (Dados até outubro/04)

Foram aplicados recursos em hospitais da rede SUS visando ao aumento da qualidade de atendimentos aos usuários, contemplando 22 hospitais com referência macrorregional na primeira fase do Módulo I. A 2ª fase desse mesmo módulo beneficiou 35 hospitais de 13 macrorregionais e de cinco pólos assistenciais: Alfenas, Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Barbacena, Poços de Caldas, Diamantina, Patos de Minas, Divinópolis, Passos e Ponte Nova.



Fonte: SES/SAS

O módulo II, que atende aos hospitais microrregionais, teve sua 1ª fase encerrada no mês de agosto. Para a 2ª fase, além dos municípios já contemplados na 1ª fase e que integram as regiões do Norte, Vale Jequitinhonha, Vale do Mucuri, foram incluídos os municípios do Leste Mineiro.

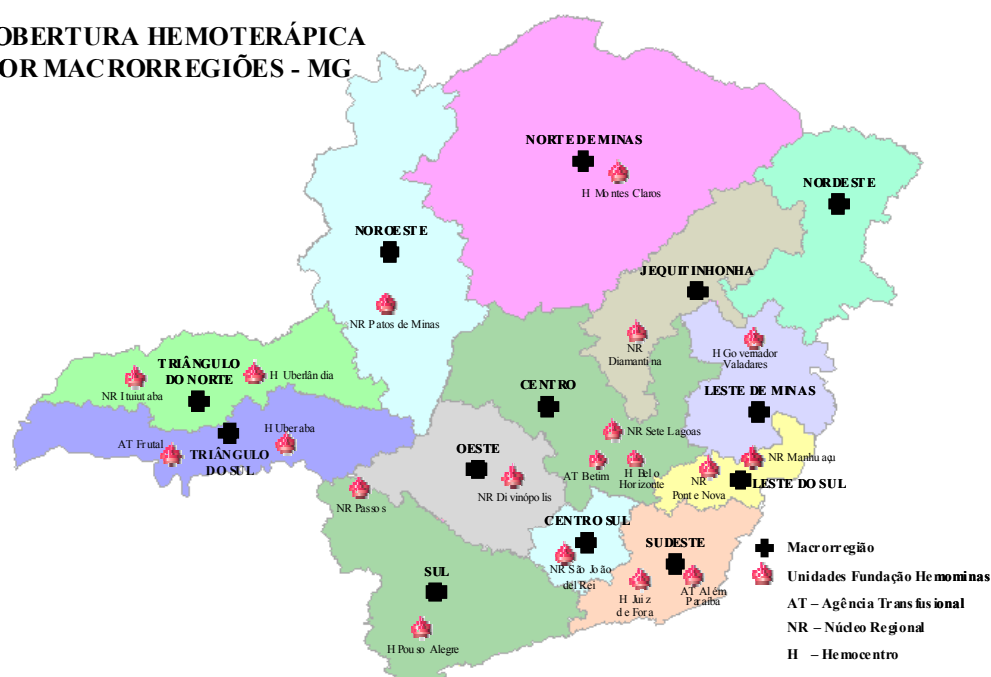


Fonte: SES/SAS

Fundação de Hemoterapia e Hematologia de Minas Gerais (HEMOMINAS)

A Hemominas é responsável por 85% do sangue transfundido em Minas Gerais, prestando serviços hemoterápicos a 470 hospitais do estado, localizados em 264 municípios.

COBERTURA HEMOTERÁPICA POR MACRORREGIÕES - MG



Foram realizadas 249 mil coletas de sangue e produzidos 580 mil hemocomponentes. A prestação de serviços hematológicos aos 5.989 pacientes com hemoglobinopatias e coagulopatias, cadastrados, resultou em de 47 mil consultas especializadas, 132.400 procedimentos por equipes multidisciplinares e 177 mil exames, possibilitando uma atenção integral aos pacientes, além de promover ações de socializaçãodeles.

Serviços
hematológicos

Vários outros programas foram implantados nas unidades da Hemorrede: “Padrão de Atendimento ao Cidadão”, em 11 unidades; Controle de Qualidade Interno dos Hemocomponentes, em todas as unidades; Controle externo composto por testes de validação em imuno-hematologia e sorologia; Incentivo à Doação Feminina de Sangue; “Doador do Futuro”- pioneiro no país na educação de crianças e adolescentes na conscientização da importância da doação de sangue, em 18 unidades.

Ressalta-se o esforço da Fundação Hemominas na busca da otimização do uso de concentrado de hemácias, com existência de estoque

estadual estratégico e distribuição para as unidades de acordo com as necessidades.

A Hemominas avança no atendimento aos pacientes da triagem neonatal da doença falciforme (teste do pezinho), sendo escolhida, entre cinco hemocentros do país, para projeto-piloto de atendimento multidisciplinar em parceria com os demais órgãos do SUS. Foram realizadas 13.500 coletas para exame e cadastramento de doadores de medula óssea, como parte do programa de conscientização e captação de potenciais doadores para cadastro no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME).

*Programa de
Gerenciamento
de Resíduos
Sólidos de
Saúde*

Objetivando o bem-estar no ambiente de trabalho, a economia com gastos de materiais, redução de riscos de contaminação e, principalmente, preservação do meio ambiente, vem sendo implantado nas 22 unidades, na Administração Central e no Almoxarifado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS).

Na busca da excelência e melhoria contínua das unidades da Hemorrede, o Hemocentro de Juiz de Fora conquistou o Prêmio Municipal da Qualidade- Categoria Prata.

Ocorreram três eventos: o I Encontro sul-americano de líderes de pesquisadores do vírus HTLV, destinado a viabilizar as atividades de cooperação nas áreas científica e técnica entre pesquisadores do vírus HTLV na América do Sul; o VIII Simpósio Franco Brasileiro de segurança transfusional, visando ao intercâmbio de experiências de excelência entre o programa brasileiro e o programa francês de sangue, retomando a parceria franco brasileira nas áreas de hematologia e hemoterapia no País e o II Encontro Nacional da Hemorrede, no qual foram avaliados os trabalhos da Hemorrede nacional e estabelecidos novos direcionamentos em relação à Política Nacional do Sangue.

A pesquisa “Purificação e caracterização de hemoderivados selecionados: fatores VIII e IX da coagulação”, desenvolvida em conjunto como ICB/UFGM e financiada pela FAPEMIG, foi concluída alcançando satisfatoriamente os objetivos propostos.

Fundação Ezequiel Dias (FUNED)

A FUNED investiu em conhecimento e tecnologia gerencial direcionados à inovação da gestão, desenvolvendo estratégias de capacitação dos dirigentes e demais servidores na busca da melhoria do desempenho profissional e a incorporação de um novo paradigma gerencial na instituição.

Encontram-se em andamento 20 projetos de pesquisa provenientes de parcerias com universidades e órgãos vinculados à ciência e tecnologia, em que se destacam pesquisas com o veneno da surucucu, que se vem configurando como eficaz antitumoral, bem como ainda, o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos.

Como resultado da primeira patente da FUNED, foi assinado o contrato de transferência de tecnologia entre a FUNED, a FAPEMIG e o Labovet Produtos Veterinários, empresa para produtos veterinários que venceu o edital de concorrência pública. A vacina é uma alternativa para o tratamento de alto custo realizado com o soro e que tem como vantagem o efeito profilático, pois estimula a produção de anticorpos e imuniza os organismos contra o veneno.

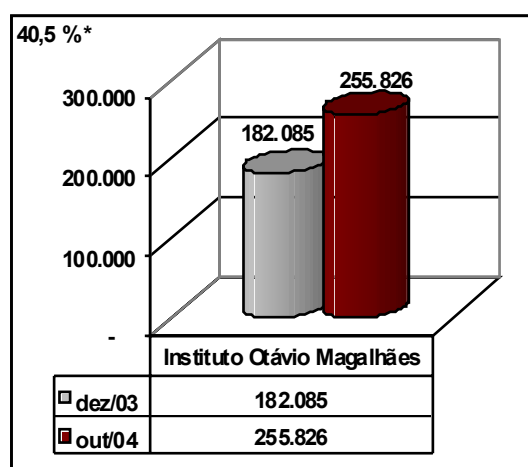
Na busca de novos serviços, foi promovido, juntamente com a Universidade Federal de Minas Gerais, o curso de extensão Abordagem Proteômica. Utilizando venenos de aranhas e escorpiões, 15 alunos de várias partes do país colaboraram na formação de recursos humanos na área de toxinas de peçonhas animais.

*Abordagem
Proteômica*

A pactuação de metas com a SES permitiu ao Instituto Otávio Magalhães (IOM) não só organizar a demanda dos laboratórios regionais, como também otimizar os recursos humanos, técnicos e financeiros, propiciando uma resposta mais eficaz e eficiente dos processos, contribuindo para que a FUNED cumprisse seu papel nas políticas públicas de vigilância em saúde. Como laboratório de referência no estado, foi responsável por treinamentos laboratoriais de 38 técnicos do SUS estadual e por 17 supervisões técnico regionais, após a redefinição do papel dos laboratórios macrorregionais. Destaca-se a construção do Laboratório de Segurança Biológica de Nível III-NB3, que permitirá exames complementares mais complexos principalmente para a febre amarela e dengue (identificação do sorotipo circulante), o que vai propiciar à SES mais rapidez na tomada de decisão no controle de possíveis surtos.

A melhoria na produtividade da FUNED pode ser observada no gráfico abaixo.

Exames realizados pela FUNED
Período: 2003 e 2004

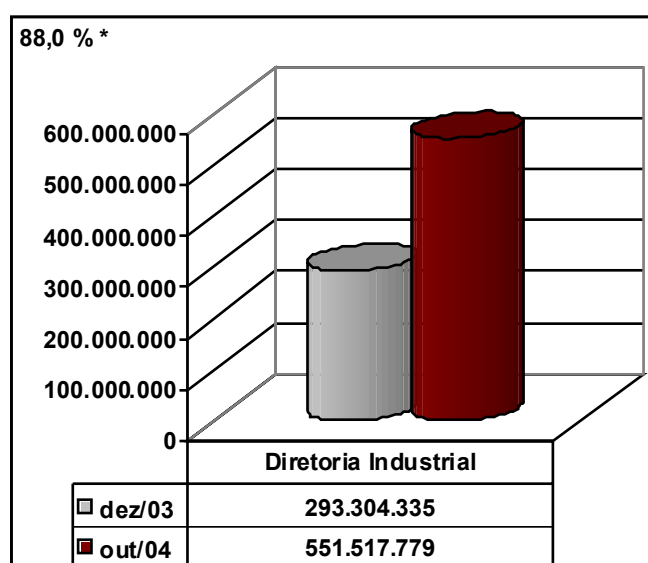


Fonte: FUNED

Ocorreu também a expansão de cobertura do programa de monitoramento de alimentos (PROGVISA) com a pactuação de 250 municípios.

Os investimentos em infra-estrutura com incorporação de novas tecnologias, aliado à otimização do processo de incremento na produção de medicamentos, resultou em recorde de unidades produzidas no ano de 2004.

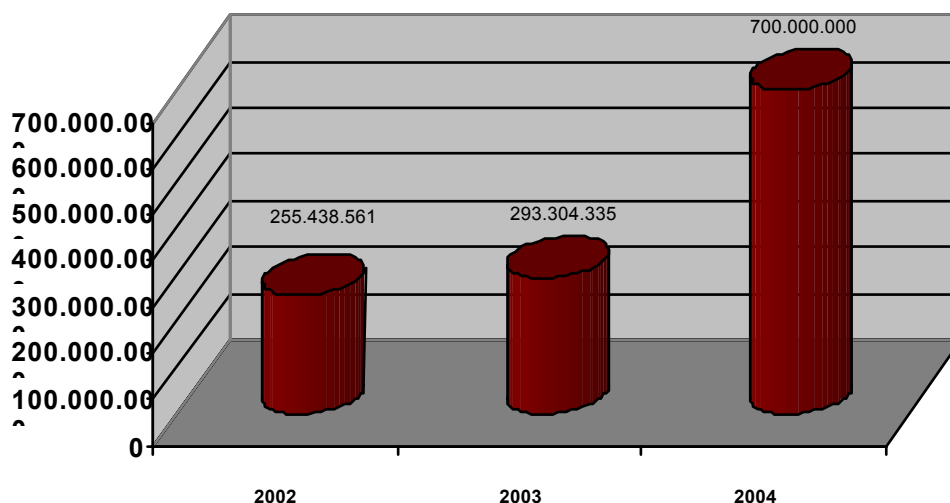
**Unidades de medicamentos produzidas pela FUNED
Período: 2003 e 2004**



Fonte: FUNED

700 milhões
de
medicamentos
estratégicos
para o
Ministério da
Saúde

Além dos 32 itens fornecidos a SES, produziu 700 milhões de medicamentos estratégicos para o Ministério da Saúde com o objetivo de atender os programas da hanseníase, lúpus, hipertensão arterial, diabetes e AIDS para todo o Brasil bem como, 180 mil ampolas/ano de imunobiológicos, antiofídicos, antitetânicos, antiescorpiônicos, anti-rábicos, antiaracnídeos, respondendo por cerca de 35% da produção nacional. Ressalta-se a comercialização inédita do excedente de plasma, consequência da otimização da produção de soros antiofídicos, que passou a requerer menor quantidade de matéria-prima. Cabe lembrar que o plasma produzido é de alta qualidade em função de sua capacidade neutralizante e das condições higiênic-sanitárias nas quais é fabricado.

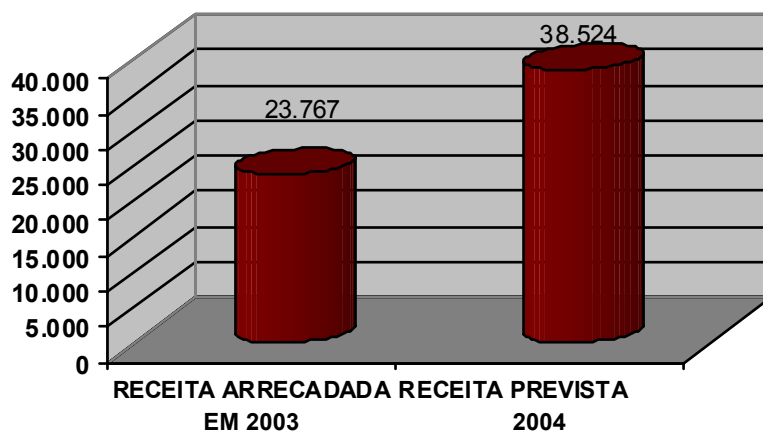
Produção de Medicamentos em unidades

A Escola de Saúde Pública capacitou 4.100 alunos em cursos de de nível médio e aperfeiçoamento profissional de curta duração de 235 municípios em 42 microrregiões de saúde.

Destaca-se o cumprimento da meta estratégica da Presidência - "Aumentar em 50% a receita em relação ao ano de 2003".

**Receita Própria Funed
2003 / 2004**

Em R\$ 1.000,00



Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FUNED)

*Atendimento
Hospitalar e
Ambulatorial*

Tendo como atividade fundamental a assistência hospitalar geral e de urgência e emergência, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, por meio de suas 23 unidades, realizou 6.944.757 atendimentos, compreendendo consultas, exames, terapias diversas, altas hospitalares, cirurgias e atendimentos domiciliares.

Capacitou e qualificou 7.467 servidores mediante convênios de cooperação técnico - científica celebrados com diversas instituições de ensino, oferecendo campos de estágio para cerca de 17 mil estudantes. O programa de residência médica, nacionalmente reconhecido, registrou a participação de 253 médicos residentes.

A capacidade instalada de leitos de UTI adulto registrou um aumento de 36,6%, passando dos 82 leitos ofertados em 2002 para 112 leitos em 2004. No atendimento geral, considerando leitos de UTI adulto e pediátrico, houve um acréscimo de 49,1% de leitos. Em resposta à grave situação de carência de leitos para tratamento intensivo na clínica pediátrica na macrorregião Sudeste, disponibilizou 20 novos leitos de UTI neonatal no Hospital Regional João Penido, em Juiz de Fora e oito leitos de cuidados semi-intensivos no Hospital Júlia Kubitschek, em Belo Horizonte.

O Programa de Atendimento a Pacientes Portadores de Distrofia Muscular em todos os níveis de assistência, do ambulatório à internação domiciliar, cadastrou 150 pacientes no Centro Geral de Pediatria e no Hospital Júlia Kubitschek.

*MG
Transplantes*

O programa MG Transplantes, de captação e transplantação de órgãos realizou 1.835 transplantes, significando um acréscimo de 24% em relação ao ano anterior.

O Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, da rede FHEMIG, passou em 2004 a integrar o Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS (PRÓ-HOSP), possibilitando, com essa medida, otimização e racionalização do uso de sua capacidade instalada, além de melhora contínua da assistência prestada.

A Secretaria de Estado de Cultura, ao término de 2004, está convicta de que a satisfação gerada pelo déficit zero contém significativa parcela de compromisso e de intensa dedicação de seus servidores no resultado do Governo, de realizar uma administração pautada pela austeridade e equilíbrio de ações.

Mesmo sob os impactos de medidas rigorosas, as realizações positivas reafirmam a importância da criatividade. A Cultura se manifestou em projetos que foram consagrados publicamente e impõem continuidade. A face cultural de Minas não se restringe aos limites geográficos do estado. Ela está em todo o País, na dança, no patrimônio artístico, no cinema, nas artes plásticas, no folclore, no teatro, na música.

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura, democraticamente, contempla pequenos e grandes projetos, tornando-se um eficiente instrumento de recuperação de tradicionais manifestações populares ou eruditas quase postas no esquecimento e essa trilha do investimento na cultura geradora de emprego e renda fez com se terminasse o ano bastante otimista.

O Arquivo Público Mineiro deu continuidade, em 2004, à aplicação de procedimentos criteriosos de gestão documental em órgãos e entidades estaduais, contribuindo significativamente para a racionalização e eficiência na guarda e uso da informação pública. São ações que têm agregado de controle e rapidez na recuperação e disponibilização da informação, seja para compor o processo político decisório, seja para atender o cidadão em seu direito de acesso a essa informação. Foram prestadas 286 assistências técnicas a órgãos e entidades estaduais, resultando em 10 comissões técnicas de avaliação de documentos de arquivo. Como resultado da implantação criteriosa de procedimentos arquivísticos, foram avaliados e submetidos à eliminação de 1.500 metros lineares de documentos inservíveis, acumulados nos depósitos do Estado.

Racionalização e eficiência

As atividades sistemáticas de microfilmagem e digitalização de acervos tiveram continuidade, viabilizadas fundamentalmente com o aporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e realizadas em um modelo inovador de gestão compartilhada com entidades públicas e universidades. Disponíveis em formato digital, os projetos que envolveram os acervos da Secretaria de Governo da Capitania, do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG), das câmaras municipais de Mariana, Ouro Preto, Sabará e Tiradentes, além da coleção da Revista do Arquivo Público Mineiro, geraram aproximadamente 1 milhão de imagens.

As metas cumpridas reafirmaram o Arquivo Público Mineiro como referência na aplicação de procedimentos de reformatação de documentos históricos e disponibilização de informações em meio digital, promovendo a ampliação de seu público, que atendeu, no ano, cerca de 4 mil usuários, entre pesquisadores, historiadores e público em geral, provenientes de diferentes regiões do Estado e do País.

Exposições

A Superintendência de Museus foi dinamizada, com novos projetos e exposições. No último quadrimestre, o Museu Mineiro (Belo Horizonte) e os Museus Casa Guimarães Rosa (Cordisburgo), Casa Alphonsus de Guimarães (Mariana), Casa Guignard (Ouro Preto) e Crédito Real (Juiz de Fora) tiveram um aumento de público equivalente a 81,48%, representando mais de 9 mil visitantes.

O Projeto Educativo-Cultural implementado no Museu Mineiro, com recursos obtidos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura/Hospital Mater Dei, visou à formação de seu público, estabelecendo vínculos com o acervo e como patrimônio cultural, por meio de atividades lúdico-pedagógicas, que despertam o interesse pela cultura mineira, objeto de reflexão do Museu. Para tanto, realizou trabalhos de educação patrimonial nas escolas e na comunidade, a fim de integrar a expressão artística de todas as épocas às informações do conteúdo cultural de cada cidadão.

Financiado pela Fundação VITAE, o Projeto de Revitalização da Reserva Técnica visou ampliar e equipar a reserva técnica da Superintendência de Museus com mobiliários específicos, na perspectiva de torná-la ampla e eficaz na guarda e conservação do acervo sob sua responsabilidade.

O Projeto Passos de Guignard, com patrocínio da Petrobrás, implementou o levantamento de obras e da memória do artista com os diversos colecionadores de Belo Horizonte e Ouro Preto.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SUB) tratou de reunir, preservar e divulgar o patrimônio literário nela depositado, além de desenvolver ações de incentivo à leitura informativa, educativa e recreativa. Sua atuação foi marcante não só em Belo Horizonte como também nas diversas regiões do estado.

A SUB atendeu, em Belo Horizonte, 386.895 usuários, realizou 69 eventos, particularmente importantes neste ano em que se comemorou o cinquentenário da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (BPELB). Os eventos atingiram em torno de 20.700 pessoas.

*Serviços
Prestados*

Com a coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, a SUB deu assessoria técnica a 186 municípios, incluindo visitas, contatos telefônicos, cartas, e-mails, doações de livros, exposições, etc. Cumpre destacar que 94 cidades receberam a doação de 16.231 livros. Pelo Programa Quero Ler, ação conjunta do governo federal, governo estadual, prefeituras municipais e iniciativa privada, foram criadas 14 bibliotecas públicas.

A Superintendência disponibilizou, pela Internet, cerca de 50% do seu acervo, o que representa 150 mil volumes. O serviço de empréstimo foi inteiramente informatizado e já conta com 18 mil leitores cadastrados.

Foi dado andamento ao projeto de término da construção da proposta arquitetônica de Oscar Niemeyer para a Biblioteca Pública do Estado, elaborado em 1954. O resgate do projeto, de autoria da B&L Arquitetura, aprovado pela

Fundação Oscar Niemeyer e pelo IEPHA, visa à reforma física, modernização de espaços e aquisição de mobiliário e equipamentos adequados à Biblioteca Pública.

O projeto de preservação e restauração do acervo de obras raras foi retomado com recursos obtidos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Cerca de 7 mil volumes foram higienizados, e a preciosa Coleção José Alcino Bicalho está quase toda recuperada.

Em convênio com a PRODEMGE, ampliou-se a Sala de Pesquisa via Internet, de acesso gratuito à população e criou-se o Espaço-digital que colocou o cidadão da 3ª idade em contato com a Internet. A disponibilização da Internet na Biblioteca Pública significa o acesso livre a várias fontes de informação e de conhecimento.

A Superintendência de Ação Cultural (SAC) desenvolveu, dentro do Programa Oficina de Cultura, cursos de Qualificação da Produção Cultural dos Grupos de Congado e Folia de Reis, para 100 participantes, e de Qualificação e Aperfeiçoamento de Bandas de Música, para 200 participantes, com R\$120.000,00 provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Em parceria com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a SAC realizou o Fórum Técnico de Cultura, que reuniu cerca de 500 participantes de todos os setores da Cultura, tendo por objetivos principais o debate de alternativas de financiamento e o levantamento de propostas para a expansão do setor. Do documento final destacam-se a criação da Comissão Permanente de Cultura, o aumento de recursos orçamentários do estado destinados ao setor, a criação de um fundo e a revisão da Lei de Incentivo à Cultura.

Foram realizados quatro fóruns regionais de desenvolvimento cultural: do Vale do Aço, em Coronel Fabriciano; do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares; da Zona da Mata, em Juiz de Fora, e da região Centro-Oeste, em Divinópolis.

Eventos

Quarenta e seis conjuntos de instrumentos musicais foram doados a bandas de música civis, totalizando 500 instrumentos, com recursos provenientes da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG. Promoveu-se o assessoramento a cerca de 400 bandas de música, na execução de programas e projetos.

Com recursos na ordem de R\$ 21 milhões que o governo do estado liberou por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, a SAC gerenciou 514 projetos aprovados nas áreas de teatro, dança, circo, ópera, cinema, vídeo, fotografia, artes plásticas, música, literatura, restauração do patrimônio cultural e artístico, festivais culturais, seminários e cursos de capacitação e manutenção das programações de entidades culturais de todo o estado.

O Suplemento Literário do Minas Gerais deu continuidade à tradição conquistada ao longo de 38 anos, divulgando a literatura mineira, revelando

valores, mantendo-se, também, atento à produção de qualidade em todo o país, intensificando em 2004 os pontos de distribuição do jornal em espaços artísticos, culturais e acadêmicos da capital mineira, facilitando, assim, o acesso dos leitores.

Encartado no Diário Oficial Minas Gerais, 8.500 exemplares chegaram aos 853 municípios mineiros, cumprindo, assim, importante papel social. Pelos correios, foram enviados cerca de 500 exemplares para formadores de opinião, escritores, bibliotecas e escolas de outras cidades do País.

Lançamentos itinerantes foram realizados em cidades mineiras e na capital paulista, com o objetivo de aproximar o suplemento de seus leitores e colaboradores, reunindo escritores, artistas plásticos, estudantes e professores, entre outros.

*Programa
Filme em
Minas*

A política setorial para o audiovisual, em Minas Gerais, teve como ponto inicial o Programa Filme em Minas, viabilizando produções cinematográficas cujos projetos possibilitam divulgar o estado, aproveitando sua rica geografia física e humana e seu acervo cultural, além do emprego de mão-de-obra local. Neste ano, foram contemplados 11 longas-metragens, quatro documentários e três curtas-metragens, resultando numa premiação de R\$ 1,5 milhão.

O setor estruturou o Minas Film Commission a partir do lançamento de uma “homepage” na Internet e da institucionalização de comissários, agentes centralizadores das demandas dos produtores. O Minas Film Commission visa atrair produções audiovisuais, tanto nacionais como internacionais, gerando emprego e renda e o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

Fundação Clóvis Salgado (FCS)

A Fundação Clóvis Salgado (FCS) com vistas à modernização e uso do seu espaço, centrou suas ações na ampliação e reforma do Foyer, oferecendo mais conforto ao público que frequenta o Palácio das Artes. A ampliação contempla, ainda, a integração de lanchonete, café, bombonière e livraria em local de múltiplo e fácil acesso às salas, aos teatros, às galerias e ao Grande Teatro, em nova articulação entre públicos e espaços.

*Centro Técnico
de Produção*

A FCS implantou o Centro Técnico de Produção (CTP), localizado no distrito de Marzagão, que abriga oficinas para criação de cenários e figurinos do Palácio das Artes, agregando tecnologias de espetáculos, expandindo a formação de mão-de-obra especializada nos segmentos de costura, adereço, maquiagem, chapelaria, carpintaria, serralheria e pintura. Concebido como centro irradiador de conhecimento técnico e teórico e como canal possibilitador da inclusão social de jovens profissionais, o CTP se capacita, também, a atender a produções de terceiros, transformando-se em nova fonte de recursos para a Fundação Clóvis Salgado.

Consolidando o prestígio local e nacional do Palácio das Artes na produção de espetáculos líricos, a montagem da ópera “Turandot”, de G. Puccini, obteve absoluto sucesso de crítica e público, com uma platéia de 19.340 espectadores, reforçando o reconhecimento dos corpos artísticos da Fundação como excelência e referência nacionais no setor. Destaca-se, ainda, a montagem dos espetáculos “Coreografia de Cordel”, pela Cia. de Dança, numa proposta cênica que ganhou as ruas da capital e cidades do Vale do Jequitinhonha, integrando artistas e amantes da dança. Apresentado no Grande Teatro, arrebatou elogios da crítica especializada e será apresentado em Paris, como um dos destaques do Ano do Brasil na França - 2005.

Espetáculos

O site institucional (www.palaciodasartes.com.br) foi o vencedor da Categoria Internet/MG do Prêmio Aberje/2004, concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial pelo case “O Barbeiro de Sevilha”. As ferramentas de expansão e modernização do site e a criação da versão em inglês resultaram num crescimento significativo das visitas ao site, alcançando um total de 10.5 milhões de acessos e 13.500 usuários cadastrados, que recebem a newsletter eletrônica “Não perca on line”.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico De Minas Gerais (IEPHA/MG)

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), no desenvolvimento da política pública em defesa do patrimônio histórico, recuperou mais de 200 peças desaparecidas de igrejas, museus e monumentos, através de uma força-tarefa, que reúne as Secretarias de Estado de Cultura e de Defesa Social, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Igreja Católica e a Associação de Cidades Históricas de Minas Gerais. Destas, 36 já foram devolvidas aos locais de origem.

Foi elaborado o link Patrimônio Histórico no site da Secretaria de Cultura (www.cultura.mg.gov.br), com cadastro de 240 imagens desaparecidas, com descrição de peças e fotos, além de telefone disponível para denúncias anônimas sobre peças desaparecidas : 0800-305000.

Soma-se, ainda, à campanha de recuperação de bens culturais desaparecidos o lançamento - com o IPHAN, o Procon e o Grupo Especial de Promotores de Justiça de defesa do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas de Minas Gerais - da Recomendação Conjunta nº. 01/2004, -destinada a fiscalizar o comércio de antiguidades, como forma de coibir a circulação de produtos de origem ilícita e de proteger os direitos dos consumidores, que podem, inadvertidamente, adquirir bens provenientes de atividades criminosas.

*Patrimônio
Histórico e
Artístico*

A análise da documentação de Prefeituras Municipais pontuou, com vistas à redistribuição do ICMS, 341 municípios, que comprovaram atuação efetiva de proteção ao patrimônio cultural.

Os tombamentos aprovados pelo Conselho Curador contemplam a Casa de Wenceslau Brás, em Itajubá, a Fazenda Santo Antônio, em Esmeraldas, o Conjunto Histórico-Cultural e Paisagístico de Marzagão, em Sabará e a Casa JK, em Belo Horizonte, além de sua inclusão no perímetro de proteção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha.

*Projeto
Estruturador*

O Projeto Estruturador Corredor Cultural Praça da Liberdade centrou suas atividades na elaboração da primeira etapa do inventário de bens móveis dos prédios, bem como do inventário qualitativo dos imóveis da praça, e na contratação de projetos executivos para restauração emergencial dos edifícios das Secretarias de Transportes e Obras Públicas e de Defesa Social, além da contratação de obras de restauração de elementos artísticos do prédio da Secretaria de Transportes e Obras Públicas.

Para a restauração do Palácio da Liberdade foi elaborado o projeto básico, efetivando-se a contratação e o acompanhamento das obras da cobertura e de seus elementos artísticos. Foi realizada, também, a contratação de projetos de restauração arquitetônica e artística.

Rádio Inconfidência Ltda

A Rádio Inconfidência em 2004, centrou suas ações na recuperação de seus transmissores de AM e FM, resgatando seus padrões técnicos. A emissora dispõe, hoje, do transmissor principal de AM mais potente de Minas Gerais.

Rádiodifusão

A capacidade de transmissão do sinal das emissoras, na Internet, também foi elevada de 240 kbps para 1,2 mkbps o que permitiu o aumento significativo do número de acessos e consolidou a Rádio Inconfidência como a terceira emissora mais acessada em Minas e uma das mais acessadas no Brasil.

Foram instalados computadores e sistemas no estúdio de FM, na central técnica e nos estúdios de gravação, que possibilitaram um ganho expressivo na qualidade do material irradiado.

Em cumprimento ao Termo de Ajustamento firmado com o Ministério Público do Trabalho de MG, a Rádio Inconfidência publicou Edital de concurso público para preenchimento de cargos.

Fundação Tv Minas Cultural e Educativa

A Fundação TV Minas comemorou 20 anos, em 8 de dezembro, com o *status* de maior emissora de TV de Minas Gerais, dada a estrutura de produção e de transmissão, que pouco lembra a incipiência dos primeiros tempos e, principalmente, a conquista da audiência e do respeito de cidadãos das mais diferentes regiões mineiras.

A TV Minas fica 24 horas no ar, 14 das quais com programas próprios. São, ao todo, 30 produções realizadas pela emissora, sendo quatro em parceria, que levam informação, cultura e cidadania a 25 milhões de telespectadores, em 604 municípios do estado, Brasília, interior de São Paulo e norte do Paraná.

O 20º aniversário da TV Minas ensejou reflexões sobre a situação das Tevês públicas, educativas e culturais em Minas e no Brasil. Para isso, coordenou o Ciclo de Debates “20 anos de Rede Minas – Compromisso com a Informação, a Cultura e a Cidadania”. O futuro da emissora, mais do que nunca, está entrelaçado ao de suas 19 congêneres, integrantes da Rede Pública de Televisão.

Televisão

Em conjunto com o Ministério da Cultura – Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC) participou do lançamento do II Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro – DOCTV, um programa de parceria das TV’s públicas com produtores independentes.

Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)

A Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) concluiu, em 2004, o processo de reconhecimento do Curso Técnico de Conservação e Restauração de Bens Culturais, junto à Secretaria de Estado da Educação, ocupando-se, também, da reestruturação do Núcleo de Conservação, com adequação de seus espaços, além da aquisição de equipamento para o Núcleo de Artes.

Em parceria com o SEBRAE/MG/RJ/ES, implementou o Projeto Resgate Cultural da Bacia do Rio Itabapoana, tendo sido realizadas 24 oficinas de resgate de ofícios tradicionais e manifestações culturais em 19 municípios em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, envolvendo 5.910 participantes, com uma aplicação de recursos da ordem de R\$508.742,60.

Participou do Fórum das Artes, realizado em julho de 2004, evento em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto, com a Exposição “Para Além da Lição do Barroco: FAOP 35 Anos”, que registrou 5.800 visitantes.

Eventos

Em comemoração aos 190 anos de falecimento de Aleijadinho, a FAOP montou, no consistório da matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Ouro Preto, a Exposição “Fragmento: Um olhar gráfico sobre a obra de Antônio Francisco Lisboa”, com uma visitação de 800 pessoas.

A Lei Delegada nº. 56, de 29 de janeiro de 2003, criou a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), com a finalidade de planejar, organizar, coordenar, gerenciar, controlar e avaliar as ações operacionais do setor, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, à redução dos índices de criminalidade e à recuperação de presos para reintegrá-los na sociedade. Trata-se de uma nova concepção organizacional de controle da criminalidade e da violência que se baseia nos anseios da sociedade mineira carecedora de uma política de segurança pública que promova tanto a redução das taxas de criminalidade como o incremento da segurança subjetiva da população.

Dando continuidade às ações do Plano Estadual de Segurança Pública previstas para 2004, a SEDS implementou importantes ações em seus quatro eixos de atuação: o sistema prisional, a prevenção à criminalidade, o atendimento ao adolescente em conflito com a lei e a integração das Polícias Militar e Civil e o Corpo de Bombeiros.

Eixos de atuação

No sistema prisional foi priorizada, dentre outras ações, a ampliação do número de vagas nas unidades prisionais.

A conclusão das obras das penitenciárias de Juiz de Fora (396 vagas) e de Francisco Sá (332 vagas), financiadas com recursos do Governo Federal e do Tesouro Estadual, R\$ 26.557.957,76, ampliará em 728 o número de vagas no sistema prisional já que Juiz de Fora já se encontra em operação e Francisco Sá será inaugurada ainda este ano. Parceria da SEDS, mediante convênio com a Loteria do Estado de Minas Gerais e o Departamento de Obras (DEOP/MG), para reforma da Penitenciária Nélson Hungria e da Casa de Detenção Luís Soares da Rocha proporcionará, no montante de R\$2.201.261,26, um incremento de mais 300 vagas no sistema prisional. Além disso, a SEDS assumiu a administração da Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira com 997 presos e a Cadeia Pública de Araguari (140 presos) e até dezembro as cadeias de Nova Serrana (58 presos), Viçosa (104 presos) e Araçuaí (64 presos), as quais eram todas de responsabilidade da Polícia Civil. Portanto, o sistema prisional, que conta hoje com 8.860 presos, até o fim do ano, a previsão é que este número amplie em mais 858, totalizando 9.718.

Expansão do sistema prisional

Na profissionalização do sentenciado, a SEDS tem buscado dar continuidade às parcerias com diversas instituições. Neste ano, 2.846 sentenciados trabalharam na confecção de roupas, reforma de prédios públicos, acabamento em peças automotivas, criação em áreas agrícolas e no artesanato. Na assistência à saúde, até outubro, os números demonstram que toda a população carcerária gerou cerca de 25.000 atendimentos mensais nas áreas médica, odontológica, enfermagem, psicológica, serviço social, vacinação, exames laboratoriais e demais exames preventivos. Na educação, 1.656 sentenciados freqüentaram escolas nas penitenciárias.

O projeto “Implantação de Penitenciárias Auto-sustentáveis”, que objetiva reduzir despesas de custeio das penitenciárias, tornando-as auto-sustentáveis a partir da produção de bens e serviços e da utilização da mão-de-obra carcerária, sem perder de vista o disposto na legislação penal vigente,

Penitenciárias auto-sustentáveis

obteve um avanço significativo. Foram implantadas cinco oficinas mecânicas nas penitenciárias de Unaí, Juiz de Fora, Ipaba, Ribeirão das Neves (José Maria Alkimin) e Contagem (Nélson Hungria), cinco oficinas de costura industrial nas penitenciárias de Divinópolis, Pará de Minas, São Joaquim de Bicas, Ipaba e Juiz de Fora; duas oficinas de calçados nas penitenciárias de Pará de Minas e São Joaquim de Bicas; e sete oficinas industriais, de serralheria e marcenaria, além da aquisição de diversos equipamentos para estruturação de outras unidades. Encontra-se em andamento a construção de um galpão na Penitenciária de Ipaba para implantação de fábrica de colchões e o projeto agropecuário na Penitenciária de Ribeirão das Neves (José Abranches Gonçalves).

*Reforma de
Unidades
prisionais*

Com recursos do Tesouro Estadual, no montante de R\$ 630.000,00, a SEDS efetuou pequenas reformas e reparos em oito unidades prisionais com o objetivo de adequar suas instalações para melhor atender aos sentenciados: Presídio Professor Jacy de Assis, Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, Penitenciária José Abranches Gonçalves, Penitenciária Nossa Senhora do Carmo, Penitenciária José Édson Cavaliéri, Hospital de Toxicômanos, Complexo Penitenciário Estêvão Pinto e Penitenciária Padrão de Juiz de Fora. Ainda no Programa Reforma e Profissionalização do Sistema Prisional, 1.100 agentes penitenciários foram capacitados na Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário da Subsecretaria de Administração Penitenciária.

*Integração dos
Órgãos do
Sistema de
Defesa Social*

A Integração do Sistema de Defesa Social, que tem por finalidade coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relativas à integração entre os órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social, racionalizando sistematicamente os itens operacionais da ação ostensiva e da ação investigativa das polícias, foi também priorizada em 2004 com a execução de projetos financiados com recursos federais e estaduais. A proposta de articulação da ação policial no Estado de Minas Gerais vem potencializar a capacidade das organizações policiais.

*Treinamento
Policial
Integrado*

Neste contexto concebeu-se o “Treinamento Policial Integrado”, que objetiva alcançar eficiência no emprego e na atuação policial conjunta com ênfase na prevenção diante do conhecimento adequado da atividade policial. Foram treinados 1.189 policiais nos aspectos de valorização profissional, integração daqueles que atuam em áreas semelhantes, aprimoramento das táticas e técnicas no combate à criminalidade, bem como na integração das normas e da visão de gestão operacional conjunta. Além disso, está em execução, com previsão de término para fevereiro de 2005, o primeiro Módulo Integrado de Formação Policial, desenvolvido a partir dos cursos de formação para ingresso nas carreiras de base das organizações policiais, em nível operacional, estratégico, ou mesmo educacional, em vigor. Serão treinados 1.700 policiais militares e civis. Outro projeto da Integração Policial é o SIDS (Sistema Integrado de Defesa Social), no qual importantes avanços foram alcançados. A SEDS coordenou a implantação do SIDS, destacando-se a implantação do Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), unidade operacional integrada resultante do funcionamento conjunto do Centro Integrado de Comunicações Operacionais da Polícia Militar (CICOP/PMMG), da Divisão de Operações de Telecomunicações da Polícia Civil (CEPOL/PCMG) e do Centro de Operações de Bombeiros Militar (COBOM/CBMMG), propiciando a

otimização do atendimento das emergências policiais e de bombeiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), centralizando a captação de chamadas telefônicas e de despachos de recursos operacionais das polícias e de bombeiros. Além disso, no intuito de aumentar a capacidade de atendimento do 190 e 193, sem contudo implicar a redução do efetivo operacional da PMMG e do CBMMG, foram contratados pela SEDS, por intermédio da MGS, 240 civis para o serviço de atendimento das chamadas telefônicas de emergências policiais e de bombeiros, tendo sido adquiridos, ainda, 50 microcomputadores, objetivando equipar as novas posições de teleatendimento. Os municípios atendidos pelo CIAD são Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ibirité, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.

Ainda na Integração Policial o projeto Implantação das Áreas Integradas de Policiamento, que objetiva promover a justaposição de circunscrições das Polícias Civil e Militar, bem como definir e efetivar uma metodologia integrada de planejamento da ação policial e participação comunitária, implantou 24 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) em Belo Horizonte e seis Áreas Coordenadas de Segurança Pública (ACISP) na RMBH.

Áreas
Integradas de
Segurança
Pública

Outras ações estão sendo desenvolvidas, como a implantação do Gabinete de Gestão Integrada (GISP) na capital e o registro de nove Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEPs) nos municípios de Maria da Fé, Coromandel, Juiz de Fora, Paraguassu, Carmo da Cachoeira e Belo Horizonte (Bairros de Santa Lúcia, Cidade Jardim e no hipercentro).

No eixo da Prevenção à Criminalidade, que tem por finalidade elaborar e coordenar planos, projetos e programas de prevenção à criminalidade nos níveis social e situacional, mediante a construção de novas relações entre os órgãos componentes do sistema de defesa social e a sociedade civil, foram destacados três programas: o Controle de Homicídios (Fica Vivo), o Centrais de Penas Alternativas (CEAPA) e o Programa de Reintegração Social do Egresso.

Prevenção
Social à
Criminalidade

O programa Fica Vivo objetiva a redução da incidência de homicídios em áreas de risco do estado, mediante implementação de uma política inovadora de prevenção social da criminalidade e da violência. Para tanto, tem como ação principal o atendimento dos jovens envolvidos com a criminalidade, buscando oferecer suporte social e oportunidades de profissionalização, lazer, educação e cultura aos jovens, visando a uma intervenção estratégica (ações conjuntas de órgãos de justiça, como Ministério Público, Polícias Civil e Militar, dentre as quais se destacam as repressivas). Nesse quadro, foram implantados cinco núcleos de referência em Belo Horizonte, nas regiões do Morro das Pedras/Ventosa, Alto Vera Cruz/ Taquaril /Granja de Freitas, Pedreira Prado Lopes, Conjunto Paulo VI/Ribeiro de Abreu/ Novo Aarão Reis e Cabana Pai Tomás, o que proporcionou o atendimento de 2.439 jovens em diversas oficinas.

Programa
Fica Vivo

*Centrais de
Penas
Alternativas*

No programa CEAPA buscam-se criar condições institucionais necessárias para o monitoramento das penas e medidas alternativas no Estado de Minas Gerais. Para tanto, a sensibilização dos poderes constituídos para a aplicação e monitoramento das penas alternativas consiste basicamente na realização de atendimentos nas áreas psicossocial e jurídica aos beneficiários; encaminhamento deles para instituição parceira onde cumprirá a pena alternativa; fiscalização da execução da pena alternativa; promoção de encontros, oficinas e seminários nos municípios para formação e informação da rede social parceira, dos beneficiários e da sociedade civil sobre a importância das penas alternativas; inserção social dos beneficiários a partir de parcerias firmadas com entidades que atuam nas áreas de Direitos Humanos, Ação Social, Assistência Social, Saúde (incluindo Narcóticos e Alcoólicos Anônimos), Educação Escolar, etc; inserção produtiva dos mesmos graças a parcerias firmadas com instituições como Universidade, Sistema S, que atuam nas áreas de educação profissional e inclusão produtiva, por meio de agências de intermediação de mão-de-obra. Em 2004 foram atendidos pelas CEAPAs 1.098 beneficiários, não incluindo nestes dados os retornos.

*Reintegração
Social do
Egresso*

Com o objetivo de promover a reintegração social dos egressos do sistema prisional da SEDS, o programa "Reintegração Social do Egresso" prestou assistência, orientação e desenvolvimento dos beneficiários, buscando integração familiar e comunitária e a sua formação para o exercício profissional, com a conseqüente reversão de quadros de privação socioeconômica e a minimização das chances de reincidência criminal. Foram inaugurados quatro núcleos de atendimento, em 2004, nos municípios de Betim, Contagem e Belo Horizonte, mediante parcerias, e em Ribeirão das Neves, diretamente pelo estado. Até agora, foram inseridos 100 egressos e familiares no programa, com a participação regular de cerca de 80%.

*Apoio aos
Adolescentes
em Conflito
com a lei*

Quanto a adolescentes em conflito com a lei, a reforma do Centro de Internação de Sete Lagoas (CIA/SL), ampliou sua capacidade de atendimento, perfazendo um total de 120 vagas com emprego de recursos do Tesouro Estadual no montante de R\$ 71.979,00. Também houve a conclusão das obras do CIA de Teófilo Otoni, com recursos do Tesouro Estadual e da Loteria do Estado no montante de R\$ 592.000,00, com capacidade para 30 adolescentes. O CIA de Governador Valadares, para 80 adolescentes, e o de Montes Claros, também para 80 adolescentes, receberam recursos dos governos estadual e federal no montante de R\$ 7.447.416,27.

*Criação da
carreira de
agente
socioeducativo*

Outra importante ação foi a criação da carreira de agente de segurança socioeducativo, pela Lei Estadual n.º 15.302 de 10/08/2004, para atendimento às unidades de menor em conflito com a lei administradas pela SEDS.

Até outubro de 2004 foram atendidos 1.257 adolescentes em internação provisória, 350 em medida de internação e 56 em medida de semiliberdade.

Além disso, a SEDS implementou a adoção do pregão eletrônico; introdução de rotinas e normas; desenvolvimento do Sistema Informatizado de Centros de Custos com interação com os sistemas SIAFI e SIAD; implantação de Sistema Informatizado de Controle de Alimentação e Nutrição nas unidades prisionais; redesenho dos processos da área de Planejamento, Gestão e Finanças; instalação de linhas de comunicação de dados nas unidades prisionais de Juiz de Fora, Francisco Sá e Araguari, com a aquisição de 42 equipamentos de informática e softwares, e providenciando mais 111, visando à interiorização dos sistemas corporativos do estado (SIAFI, SIPRO, SIAD), INFOPEN e INFOSEG e interligação da rede da SEDS. A compra de mobiliários para as novas instalações da SEDS e aquisições de veículos, renovando parte da frota, foram outras ações importantes no contexto de modernização. E, no que tange a formação do quadro administrativo do órgão, 677 foram capacitados nos cursos promovidos pela SEDS e SEPLAG.

*Modernização
da SEDS*

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais conta hoje com 412 defensores públicos para prestar assistência jurídica, integral e gratuita, à população hipossuficiente.

A atuação do órgão pode ser dividida em três áreas distintas e bem delineadas: criminal, família e cível. Das 290 comarcas hoje implantadas no Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública está, atualmente, em 132 (45%), sendo 83 providas e 49 parcialmente providas, considerando que as comarcas providas detêm um número igual de defensores e de magistrados.

Cada defensor público proporciona, em média, cerca de 238 prestações jurídicas mensais à população carente, compreendendo-se por prestação jurídica toda a atividade funcional desempenhada pelo defensor público, como audiências, elaboração de peças processuais, orientação ao público, conciliações, etc. Levando-se em conta o número atual de 390 defensores públicos atuantes como órgãos de execução, chegou-se ao atendimento médio mensal de 92.820 prestações jurídicas por mês e 1.021.020 por ano, já considerados os meses de janeiro e julho, nos quais o movimento é menor em decorrência da paralisação forense.

A segurança pública é fundamental para a garantia da qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, a violência e a criminalidade apresentam-se, nos dias atuais, como um dos principais dramas vividos pela população brasileira. Trata-se de um grave problema que interessa a todos, necessitando, sobretudo, de uma gestão planejada, coordenada, participativa e integrada dos órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social.

A criminalidade violenta apresenta-se como uma situação complexa em que interagem múltiplos fatores. Pesquisas demonstram que se podem compreender as causas, as circunstâncias e as manifestações particulares em que ocorre o crime, sendo o contexto de sua eclosão suscetível de aplicação de estratégias científicas de prevenção. A análise da criminalidade é, portanto, essencial ao completo diagnóstico da segurança pública.

A falta de integração das ações e informações de Segurança Pública e Defesa Social tem gerado inúmeras cobranças da sociedade em relação às atividades exercidas pelos órgãos de Defesa Social. Com o avanço do debate sobre os pressupostos da integração entre as polícias, o Corpo de Bombeiro Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o Sistema Penitenciário, concluiu-se que o primeiro passo seria a criação de um único sistema de informações.

Convencionou-se que este emergente serviço deveria funcionar interagindo sistemas de dados e conhecimentos sobre os cenários de defesa social, sobretudo sobre a criminalidade no tempo e no espaço, permitindo a gestão das informações que vão desde o atendimento das emergências policiais e de bombeiros, até a investigação policial, o controle de inquéritos, processos judiciais e a execução penal.

A criação do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) no Estado de Minas Gerais começou a ser discutida em 2000, com o início dos trabalhos em 2001, mediante utilização de recursos decorrentes de convênios celebrados com o Ministério da Justiça. Com a instalação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em janeiro de 2003, a coordenação dos trabalhos relacionados ao SIDS passou a ser de responsabilidade daquela secretaria. O SIDS foi oficialmente instituído por intermédio do Decreto Estadual n.º 43.778, de 12 de abril de 2004.

*Sistema
Integrado de
Defesa Social*

O projeto está sendo executado em etapas, devido à sua complexidade e custo. As necessidades logísticas são encaminhadas gradativamente à SENASP/MJ (Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça) por intermédio de projetos específicos, sendo celebrados os respectivos convênios.

Historicamente as unidades de Polícia Militar e de Polícia Civil funcionam de forma compartimentada 853 de Minas Gerais, já que a Polícia Civil se divide em 56 regiões e a Polícia Militar em 11 regiões territoriais.

Na busca de compatibilizar os espaços organizacionais e o planejamento operacional, encontra-se em execução o projeto de Integração Geográfica e Operacional das Unidades das Polícias Militar e Civil, que

contemplará a sobreposição do espaço de atuação das duas instituições em todo o Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a área de cobertura de uma delegacia de polícia coincidirá com a companhia de Polícia Militar. Essa compatibilização unida ao mapeamento criminal traz uma melhor qualificação e unificação das informações, permitindo atividades futuras de investigação e análise criminal.

*Treinamento
Policial
Integrado*

Outro passo para integração das duas instituições foi dado. Trata-se do Treinamento Policial Integrado que se traduz numa articulação mais efetiva das forças policiais. Isso faz com que as ações sejam harmônicas e coordenadas, resultando num melhor desempenho das polícias civil e militar, acompanhando paralelamente a evolução dos novos contextos sociopolíticos, econômicos e culturais por que passa a sociedade na atualidade.

Na capital, o treinamento se deu concomitantemente com a implantação do Projeto das Áreas Integradas de Segurança Pública, em que as turmas foram compostas por policiais que atuam numa mesma circunscrição geográfica. Neste momento, o treinamento estará sendo estendido aos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que constitui a segunda fase do projeto.

*Gabinete de
Gestão
Integrada de
Segurança
Pública*

Estão sendo ultimadas as aquisições de equipamentos e adequação do imóvel onde funcionará o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública, que será o responsável pelas ações de combate ao crime organizado, mediante integração dos diversos órgãos de defesa social do Estado e da Federação, com previsão de início dos trabalhos no primeiro bimestre de 2005.

*Polícia
Comunitária*

A Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma parceria entre a população e as instituições de segurança. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a população mobilizada devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança coletiva.

CONSEPS

Uma das formas de mobilização comunitária tem ocorrido nos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Conseps), que enfatizam a idéia de aproximar ainda mais a Polícia Militar das comunidades, por meio de um diálogo contínuo e da fixação de militares a espaços de policiamento. Como evolução desse conceito de relacionamento com a sociedade desponta a participação social, nas questões da segurança pública, como sinônimo de exercício da cidadania. A população se informa sobre modos de contribuir para a redução das taxas de criminalidade, adotando posturas que evitem ou diminuam a possibilidade do delito. Foram realizados seminários regionais que contaram com a presença de 1.767 líderes comunitários.

*Criação dos
Núcleos de
Prevenção
Ativa*

Dentro desta mesma filosofia foram criados Núcleos de Prevenção Ativa (NPA), que têm como escopo adoção de um complexo de ações destinadas à prevenção da criminalidade, planejadas com o envolvimento dos representantes de cada comunidade, município ou região administrativa estadual, promovidas diretamente por militares capacitados em Direitos

Humanos, Polícia Comunitária ou que executem o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD. Em maio realizou-se o I Seminário de Prevenção Ativa, que contou com 337 militares atuantes nos NPA.

Já o PROERD, que tem como objetivo prevenir o uso indevido de drogas e combater a violência entre crianças e adolescentes, é levado às escolas públicas e privadas do estado e está sendo desenvolvido em 266 municípios, cobrindo 31,18% do território mineiro. Foram realizados, em 2004, cursos de Capacitação de Instrutores do PROERD para mais 61 policiais militares. Investir neste programa é interferir no processo desencadeador do fortalecimento individual dos futuros condutores da sociedade contra as investidas de criminosos e de outras formas de chamamento ao uso de drogas e à prática de ações anti-sociais. Por este motivo, o programa encontra-se em pleno desenvolvimento e ampliação. No período de 1998 a 2003 foram atendidos 130.138 alunos, e em 2004, somente no 1º semestre, 91.738 crianças e adolescentes participaram do programa, e foram atendidos no 2º semestre mais 94.435, totalizando 186.173 jovens.

*Programa
Educativo de
Resistência às
Drogas e a
Violência*

Dando prosseguimento na busca de parcerias com outros agentes públicos que visem a garantir o suprimento logístico necessário ao desenvolvimento das atividades de polícia ostensiva, foram celebrados diversos convênios, destacando-se os firmados com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que repassaram cerca de R\$ 12.800.000,00, resultando no reaparelhamento de Unidades Operacionais, por meio de aquisição de viaturas, armamentos, equipamentos de comunicação e de proteção individual, bem como propiciaram o treinamento de militares e mobilização da sociedade graças à realização de palestras e seminários.

*Reaparelhamento
das Unidades
Operacionais*

Outra importante parceria foi estabelecida com a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo sido treinados e formados guardas municipais, que estão atuando de forma complementar na manutenção da ordem pública.

Compete à Polícia Militar a execução de duas ações integrantes do Programa Estruturador do Governo denominado “Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais” que são: implantação das Áreas Integradas de Policiamento e Fica Vivo – Controle de Homicídios.

*Programa
estruturador*

As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) foram instituídas, em setembro, no município de Belo Horizonte, para atuação integrada entre as Polícias Civil e Militar, e têm como escopo o alcance da efetividade nas ações operacionais numa mesma área de responsabilidade territorial, o que garante unidade de propósitos e apoio mútuo entre as instituições policiais, com vistas à convergência de esforços na minimização de atos e fatos contrários às normas legais. Encontra-se em fase de planejamento a integração de áreas dos demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto completo visa à integração de áreas em todos os municípios de Minas Gerais.

*Áreas
Integradas de
Segurança
Pública*

*Programa
Fica Vivo*

O objetivo do Projeto Fica Vivo - Controle de Homicídios é estabelecer estratégias eficazes de intervenção, desenvolvendo programas e projetos que minimizem a ocorrência dos homicídios nas áreas mais críticas, como também naqueles locais de considerável concentração populacional, compostos, em sua maioria, por pessoas carentes, sem estrutura urbana e oferta de serviços públicos suficientes. As ações se iniciaram no aglomerado Morro das Pedras e estão sendo expandidas para as regiões da Pedreira Prado Lopes, Cabana, Conjunto Paulo VI e Alto Vera Cruz/Taquaril.

*Valorização
profissional*

Com o propósito de minimizar a carência de efetivo, foram incluídos 2.122 militares que, após serem submetidos à formação regular, somarão esforços na execução das atividades de polícia ostensiva. Nesta mesma linha, como forma de reconhecimento pelos serviços prestados à sociedade mineira e buscando valorizar os profissionais de segurança pública, foram promovidos à graduação de cabo 6.913 soldados que possuíam mais de 10 anos de efetivo serviço, nos termos da Lei Complementar n.º 74/2004.

A paz social é resultado do sucesso dos órgãos incumbidos da segurança interna do país, no cumprimento de seu papel social, definido em leis e regulamentos. Promover a paz social é, para a Polícia Militar, atuar eficientemente em ações e operações que dêem ao povo mineiro tranquilidade para convívio em sociedade.

A Polícia Militar vem procurando, incessantemente, cumprir sua missão, buscando proporcionar um ambiente seguro em Minas Gerais, com a participação comunitária, protegendo a vida, garantindo a lei e reduzindo o crime e o medo.

Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM),

O Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), autarquia dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada à Polícia Militar, é regido pelas leis 10.366, de 28 de dezembro de 1990, 11.406, de 28 de janeiro de 1994, e Lei Delegada 85, de 29 de janeiro de 2003, bem como pelo regulamento baixado pelo Decreto 43.581, de 11 de setembro de 2003, e tem por finalidade prestar assistência social e previdenciária aos seus beneficiários.

O estado repassou ao IPSM, durante todo o ano, o valor integral da contribuição previdenciária descontada dos segurados. No entanto, por decisão da Secretaria de Estado da Fazenda, os repasses da contribuição patronal devida ao IPSM não ocorreram de forma integral, motivando, com isso, atraso nos pagamentos aos prestadores de serviços da rede contratada de assistência à saúde até o mês de outubro.

A partir de agosto de 2004, a Superintendência Central de Administração Financeira da SEF aumentou o repasse mensal da cota destinada ao IPSM para 80,89% da contribuição patronal devida, em torno de R\$

20.073.000,00, e permitiu, a partir de outubro, a quitação dos débitos com os contratados, o que trouxe reflexo positivo entre os militares, seus dependentes e pensionistas, pois muitos prestadores de serviços já estavam recusando atender aos beneficiários, devido ao atraso nos pagamentos. Contudo, a decisão da SEF de não repassar o valor integral da contribuição patronal, prevista em lei, acarreta uma retenção mensal de cerca de 4,6 milhões de reais, o que contribui para a manutenção do desequilíbrio financeiro do IPSM. A dívida do Tesouro para com o IPSM, decorrente da falta de repasse integral das contribuições patronal e dos segurados desde 1995 apresenta, em valor histórico, os seguintes números:

ESPECIFICAÇÃO	Débito de 1995 a 2003	Débito em 2004	SOMA
Contribuição dos Segurados	92.486.851,05	9.926.604,39	102.413.455,44
Consignações Retidas	15.592.196,41	2.010.448,09	17.602.644,50
Contribuição Patronal do Estado	806.819.378,40	128.137.947,03	934.957.325,43
SOMA	914.898.425,86	140.074.999,51	1.054.973.425,37

Fonte: IPSM

Ressalte-se que a não negociação dessa dívida submete o IPSM ao regime de repartição simples e impede o equilíbrio financeiro e atuarial para que a autarquia cumpra a sua finalidade no que se refere à previdência dos militares estaduais. No entanto, mesmo ocorrendo repasses financeiros insuficientes, o pagamento das pensões e dos demais benefícios previdenciários ocorreu dentro da normalidade e sem nenhum atraso, sendo concedidos 8.665 títulos de pensão e 3.177 auxílios. Dessa maneira, o instituto satisfaz a sua missão de atender o público militar.

Igualmente, a autarquia assegura assistência à saúde aos segurados e seus dependentes, com a amplitude que os recursos financeiros e as condições locais permitem, mediante ações de promoção, prevenção e manutenção da saúde, nos termos da legislação vigente e tem, sob sua responsabilidade, o processamento e o pagamento de todas as despesas com a assistência à saúde do pessoal da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e seus dependentes, bem como dos pensionistas e servidores civis segurados do IPSM, o que representa atualmente um público-alvo de 195.899 beneficiários, sendo 60.648 militares, 125.106 dependentes, 9.373 pensionistas e 772 servidores civis do IPSM e das instituições militares, os quais participam com 25% no custeio da despesa com a assistência básica à saúde, conforme estabelece o Plano de Assistência à Saúde da PMMG/CBMMG/IPSM.

*Criação do
SIGAS*

Com as medidas de regulação implementadas, em especial o novo Sistema Informatizado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGAS), que vem sendo implantado desde o final de 2003 na RMBH, obteve-se um controle muito mais efetivo dos procedimentos da assistência a saúde, o que se traduziu em substancial redução de custos. No ano de 2005 está prevista a conclusão da implantação do SIGAS na RMBH e, também, no interior do estado. O esforço no momento é o de otimizar os procedimentos introduzidos pelo novo sistema, incluindo a rotina de captura e retorno de dados em tempo real, para propiciar mais eficácia na liberação de senhas, sem causar transtornos ao beneficiário assistido.

*Atendimentos
aos
beneficiários
da rede
credenciada*

A rede orgânica de assistência à saúde, representada pelas unidades de saúde da PMMG e CBMMG, como o Hospital da Polícia Militar, Centro Odontológico, Centro Farmacêutico e as diversas Seções de Assistência à Saúde (SAS) nos batalhões, tem contribuído de forma considerável para a assistência à saúde do público beneficiário, com custo reduzido. De janeiro a novembro de 2004, registrou-se no Sistema de Saúde, entre os procedimentos mais relevantes, a seguinte quantidade de atendimentos aos beneficiários da rede credenciada:

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS	PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Cirurgia	130.003	Tomografia	7.551
Farmácia	234.965	Psiquiatria	659
Odontologia	528.491	Fisioterapia	32.475
Consulta	389.603	Ultra-som	36.207
Análise Clínica	901.328	Psicologia	22.323
Radiologia	94.309	Nefrologia	1.048

Fonte: IPSM

O IPSM disponibilizou, ainda, mediante termo de cessão de uso, equipamentos hospitalares e de odontologia para a rede orgânica da PMMG, além de fornecer materiais de consumo indispensáveis à assistência à saúde e ao processamento das despesas. Esta participação direta da autarquia no apoio à rede orgânica representa significativa economia nos custos, uma vez que diminui a despesa com a rede credenciada, efetivamente mais dispendiosa.

BOMBEIRO MILITAR

Com a missão constitucional de coordenar e executar as ações de defesa civil, prevenção, combate a incêndio, perícias de incêndio, busca e salvamento e estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra qualquer tipo de catástrofe, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais vem sempre buscando de forma eficiente e ágil atender os cidadãos em todo o território mineiro.

Ao longo do ano, o crescimento expressivo de recursos materiais, possibilitou não só a manutenção do custeio como também a agregação de novos instrumentos de trabalho como viaturas, equipamentos, aprimoramento tecnológico e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Diversas frentes de trabalho facilitaram essa superação, das quais se podem citar: convênio com o Departamento de Estradas e Rodagem para implementação do plano de atendimento a acidentes com cargas perigosas na BR-381; convênio com a Agência Nacional do Petróleo para a verificação das condições de segurança das instalações de armazenamento dos recipientes transportáveis de gás liquefeito de petróleo; parceria com a INFRAERO para combate a incêndio, salvamento e instruções técnicas sobre prevenções nas instalações aeroportuárias de Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba e Montes Claros, e nas aeronaves; bem como celebramos parceria com a Cruz Vermelha Brasileira para cooperação mútua na qualificação de socorristas e atendentes pré-hospitalar, e com as prefeituras dos municípios sedes de Frações de Bombeiros.

Diante de todas essas frentes de trabalho e fontes de recursos que apoiaram esse crescimento, não se pode deixar de citar a mais recente implementação da Taxa Pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio (Taxa de Incêndio), iniciada a partir de 26 de abril de 2004, cujo repasse anual foi de R\$ 7.1 milhões. A referida taxa, que em foi cobrada apenas das edificações comerciais e industriais não só garantiu o reequipamento geral do Corpo de Bombeiros, mas também maior autonomia, inclusive com a instalação de novas frações e mudança de categorias de outras.

*Taxa de
incêndio*

Com os recursos supramencionados adquiriram-se 56 viaturas leves APP, para atuarem nas atividades de prevenção e vistorias, 11 autobombas para combate a incêndio, cinco Vans para transporte de pessoal operacional, oito unidades de resgate, 12 unidades de auto-salvamento, além de diversos outros materiais de apoio como desencarceradores de vítimas presas nas ferragens, capas e botas para combate a incêndio, capacetes, cordas, mangueiras, materiais para uso no atendimento pré-hospitalar, entre outros.

Investimentos na qualificação técnico-profissional dos militares e a contínua busca pelo aprimoramento de sua capacidade para a solução de problemas permitiram grandes avanços. Na qualificação do profissional bombeiro foram treinados/reciclados 3.906 militares, formados 103 sargentos, 18 oficiais de saúde, especializados cinco capitães e dois oficiais superiores, além de 550 alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSD), 30 do Curso de Formação de Cabo Auxiliar (CFC) de Saúde e 63 cadetes do curso

*Qualificação
profissional*

de oficiais em fase acadêmica de formação. Tudo isso perfazendo 4.677 militares treinados ou formados.

*Prestação de
Serviços*

Na busca incessante de melhoria da qualidade de vida do cidadão mineiro, atenderam-se 227.260 ocorrências, sendo 98.554 na área de prevenção, 73.480 na de salvamento/atendimento pré-hospitalar, 22.524 procedimentos administrativos, 16.389 operações diversas, 319 atendimentos de Defesa Civil, 6.023 diversas de bombeiros, além de 9.971 ocorrências de incêndios.

No campo da atividade social, destacam-se o Programa de divulgação da natação – PRODINATA; o Projeto Amigo do Peito, coletando diuturnamente o leite materno; o Projeto Bombeiro nas Escolas, disseminando aos alunos do ensino fundamental e médio os ensinamentos básicos da proteção pública e o Projeto de Inclusão Social dos Portadores de Necessidades Especiais por meio da estimulação e da natação.

*Assistência ao
Bombeiro
Militar*

No Programa de Assistência ao Bombeiro Militar, que tem como objetivo planejar, coordenar e controlar as atividades educacional, habitacional, de lazer, desportiva e social e a assistência médica, psicológica e odontológica dos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar, foram atendidos 101 militares na área de assistência e promoção social, como também foram realizados 32.817 atendimentos médicos e psicológicos, além de 72.837 atendimentos odontológicos, garantindo, enfim, o suporte necessário ao tranqüilo e diligente trabalho do bombeiro militar.

Igualmente, foram planejadas e executadas metas de eliminação de gastos desnecessários em todas as fases do processo operacional, e estão sendo viabilizados estudos que venham possibilitar um amplo conhecimento dos processos atinentes à gestão administrativa, com o objetivo de potencializar a capacidade de resposta da Corporação.

Com trabalho, esforço e dedicação o CBMMG está se fortalecendo cada vez mais dentro do seu espaço, procurando sempre ampliar a qualidade de vida com ações de excelência na prestação de serviços especializados de prevenção e proteção pública. A sociedade tem evidenciado seu reconhecimento de que o CBMMG está no caminho certo, e mais, que esse caminho é o que mais interessa à coletividade que vive e transita por Minas Gerais.

A Polícia Civil, órgão autônomo e permanente do Poder Público, subordinada diretamente ao governador do estado e dirigida pelos delegados de polícia de carreira, tem como missão o exercício, com exclusividade, ressalvada a competência da União, das funções de polícia judiciária, a investigação e a apuração, no território do estado, das infrações penais, exceto as militares, cabendo-lhe, ainda, a preservação da ordem e segurança pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, assim como exerce, privativamente, as atividades de medicina legal e criminalística, de registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor, bem como é responsável pelo processamento e arquivo de identificação civil e criminal.

Em 2004, a instituição prosseguiu com a sua política de incentivo à área de recursos humanos, tendo em vista que este é um dos eixos estratégicos da segurança pública, considerando que a valorização profissional, em todos os sentidos, é o respaldo para que o policial se sinta amparado para desempenhar suas funções a contento. Devido ao seu caráter de risco freqüente, sabidamente esta é uma atividade altamente estressante e estafante. Por isso mesmo, o apoio psicológico ao servidor policial tornou-se prioridade. O resultado tem sido a sensível qualificação dos seus serviços com reflexos positivos tanto no âmbito interno quanto externo, quando a beneficiada principal será a população. Esta postura, de caráter eminentemente humanista e profissional, decorre de técnicas inovadoras de gestão adotadas em áreas que convergem políticas repressivas com políticas preventivas a partir da integração do Sistema de Defesa Social, como também da participação nas comunidades, além de outras ações tendo como foco o interesse comum, o que poderá ser um dos fatores para a gradual redução da violência e da criminalidade.

*Valorização
profissional*

O plano assistencial, acobertando o policial tanto no aspecto psicológico quanto no tocante à sua saúde física, continua sendo - conforme ressaltado - um dos pilares da Corporação. Mesmo sendo uma área recém-criada, a DRH (Diretoria de Recursos Humanos) desenvolve um trabalho inovador de atenção ao policial. Para tanto, tem dado constante acompanhamento aos policiais enfermos em hospitais, fazendo visitas domiciliares bem como orientações necessárias aos familiares de policiais falecidos, prerrogativa que fortalece o moral do policial, consciente de que está sendo merecidamente amparado. Além do mais, o aludido setor de recursos humanos promoveu e co-participou de diversos cursos para capacitação dos seus funcionários, como firmou convênio para implantação de serviço de combate e prevenção ao uso de drogas por parte do servidor. Ademais, dando continuidade às suas diversas tarefas de caráter humanístico, a DRH firmou com a SENASP o convênio Programa de Acompanhamento Psicossocial ao Servidor da Polícia Civil.

Ainda com relação à política de valorização e assistência ao servidor, o Hospital da Polícia Civil passou por reformas estruturais, com vistas ao bem-estar de seu usuário. Tais aprimoramentos foram complementados com o remanejamento de funcionários, o que aumentou o seu efetivo, além de adquirir mais equipamentos que possibilitaram a melhoria dos seus serviços

ambulatoriais. Assim, foram efetuados 21.227 atendimentos odontológicos e 39.067 atendimentos médicos, perfazendo mais de 60 mil atendimentos.

A função didático-pedagógica tem sido exemplarmente desenvolvida pela Academia de Polícia, cujas atribuições educacionais são exercidas com o fim de promover a formação e qualificação inicial e a especialização e treinamento do efetivo da Polícia Civil, oferecendo-lhe condições de trabalho e melhor desempenho operacional. Ao longo do ano, destacaram-se o aperfeiçoamento profissional, a especialização em criminologia e segurança pública e os cursos de formação oferecidos para delegados, detetives, peritos criminais e escrivães, perfazendo ao todo 1.061 servidores beneficiados.

*Modernização e
reforma da
estrutura física*

Com efeito, em função da necessidade de modernizar a estrutura física de suas unidades policiais e, em consonância com os avanços tecnológicos da atualidade, tornou-se necessário a sua remodelação. Por sinal, é mister ressaltar que tais reformulações servem de modelo para o país. Assim, foram executadas as seguintes obras: reforma de 44 cadeias públicas (dentre as quais as cadeias de Araçuaí, Araguari, Betim, Caeté, Canápolis, Contagem, Guanhães, Padre Paraíso, Passos, Ribeirão das Neves, São Lourenço, Viçosa) e a construção da Cadeia Pública de Turmalina; além do reparo em unidades prediais dos Postos Médico-Legais (PML) de São João del Rei e Diamantina e revitalização de 12 Delegacias Distritais em Belo Horizonte (quando foram retirados os blocos carcerários de todas elas, com exceção da 6.^a e 14.^a Delegacias Distritais). Das outras obras realizadas, ou ainda em fase de conclusão, destacaram-se: adequação do imóvel para instalação da Delegacia Especializada à Criança; sonorização, ampliação e climatização do auditório da Polícia Civil; construção da 6.^a Delegacia Distrital e Delegacia Seccional Leste; e reforma da unidade predial da Acadepol (Academia de Polícia).

Também em consonância com essa política, foram iniciadas obras de edificação de vários postos médico-legais em Diamantina, Governador Valadares, Januária, Poços de Caldas, São João del Rei e Ubá. Igualmente, as instalações do Instituto Médico-Legal foram modernizadas com destaque para a climatização da sala de necropsia, melhorando a sua higienização, bem como a reformulação da sala de raio X, em conjunto com a aquisição de novos equipamentos e a adoção do “Projeto de Gerenciamento de Resíduos”. Outro setor remodelado foi o Instituto de Criminalística, cujo Laboratório Técnico de Fotografia obteve uma série de reformas visando à sua necessária modernização. Essas benfeitorias certamente propiciarão maior qualidade aos serviços médico-legais e técnico-científicos no amparo à ação investigativa da instituição.

*Transferência
de Unidades
Prisionais para
a SEDS*

No plano funcional, foi finalmente efetivada a transferência da competência da Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira (997 presos) para a Subsecretaria de Administração Penitenciária, da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), assim como estão prestes a ser transferidas as Cadeias Públicas de Araguari (140 presos), Nova Serrana (58 presos), Viçosa (104 presos) e Araçuaí (64 presos), liberando enorme quantidade de servidores para a investigação criminal.

As atividades da Polícia Civil foram pautadas com vistas a solidificar as suas relações com a Polícia Militar no que concerne à integração geográfica de suas unidades subordinadas, requisito primordial para a efetivação do SIDS (Sistema Integrado de Defesa Social). É com o escopo de promover a justaposição de circunscrições das Polícias Civil e Militar, bem como definir e efetivar uma metodologia integrada de planejamento e execução da ação policial que foi idealizado o projeto Áreas Integradas de Segurança Pública, apresentando como resultado, já nesse ano, a implantação de 24 Áreas Integradas em Belo Horizonte e seis Áreas Coordenadas de Segurança Pública (ACISP) na RMBH.

*Integração
com a Polícia
Militar*

Deste modo, a instituição deu continuidade à implementação dos projetos e convênios oriundos da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Neste contexto, destacou-se a reestruturação da COSEG (Coordenação Geral de Segurança) que, como unidade gestora da Inteligência Policial, foi dotada de um novo desenho organizacional a partir da inserção das áreas de informática e de telecomunicações, antes pertencentes à SPGF (Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças). Por conseguinte, foi possível potencializar o seu sistema de produção de informações, mediante a renovada área de estatística que agora ficou apta à migração para o “armazém de informações” dos dados que compõem o SIDS, facultando-lhe, também, ferramentas para o geoprocessamento de dados, por meio de treinamentos específicos, como cursos de produção de estatística, de formação de analistas criminais e de construção de banco de informes propiciando, enfim, o cruzamento de dados para a tomada de decisões afetas ao trabalho investigativo. Esta estrutura recém-criada permitiu, ainda, receber informações originadas de todos os sistemas informatizados referentes ao monitoramento e gerenciamento de ocorrências, além de permitir o acompanhamento da atividade de investigação policial, como inquéritos, termos circunstanciados de ocorrência e outros procedimentos criminais de execução penal em todos os municípios mineiros. Tais aprimoramentos geraram uma significativa desburocratização, além de maior acessibilidade aos dados referentes a estatísticas criminais.

Em função da premente necessidade de promover maior segurança nas cidades mineiras que integram o “Circuito da Estrada Real”, a Polícia Civil passou a ser um dos principais agentes para que o promissor investimento do governo estadual no âmbito do turismo nacional e internacional tenha sucesso. Para tanto, foram elaborados estudos visando ao reequipamento e reestruturação das delegacias desses locais. Com a criação da “Comissão de Estudos da Estrada Real”, foi elaborado o plano “Segurança na Estrada Real” que, dentre outras diretrizes, propôs a reforma física e organizacional das delegacias dos 53 municípios que integram o primeiro trecho. Os custos de tais reformas deverão ser minimizados a partir de parcerias com a iniciativa privada. Enfim, a contribuição da Polícia Civil será fundamental para que o projeto seja bem-sucedido, não só por se tratar de um programa turístico de relevância internacional mas também para servir de modelo para outros projetos de reestruturação física das unidades policiais do interior.

*Segurança na
Estrada Real*

*Administração
de Trânsito*

Outro eixo de atuação da instituição se refere à administração de trânsito exercida pelo Detran, que é o órgão executivo de trânsito do estado, responsável pelo registro e licenciamento de veículos, bem como pelo planejamento, direção, normatização, coordenação, controle, fiscalização, supervisão e execução das demais atividades e serviços relativos ao trânsito e à formação de condutores, nos termos da legislação em vigor. No exercício dessas competências, expediu, em 2004, 2.569.678 CRLVs (Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos); 875.717 CRVs (Certificado de Registro de Veículo); e 973.156 CNHs (Carteira Nacional de Habilitação). Enquanto isso, o “Extrato de Multas” continua sendo periodicamente remetido via Correio e “Detranet”, acessado via “internet”, propiciando maior comodidade ao usuário no processo de consulta e pagamento das multas e impostos de seu veículo.

*Educação de
Trânsito*

Uma das tarefas mais importantes do Detran é a desempenhada junto com a comunidade no que diz respeito à educação de trânsito. O tratamento e a prevenção dos problemas cruciais próprios da questão do trânsito passam, necessariamente, pela educação. Eventos de curto prazo, como palestras e encontros pedagógicos foram realizados nesse período, todos, com o propósito comum de apresentar alternativas viáveis e indispensáveis à mudança de comportamento do usuário da via e, conseqüentemente, a redução dos acidentes de trânsito. Os eventos de médio e longo prazo foram centrados na formação do comportamento das crianças e adolescentes, a partir da introdução da matéria “Educação no Trânsito” no currículo escolar. Tal projeto pedagógico foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, sendo desdobrado no seguinte conjunto de atividades: “Curso de Capacitação de Educadores de Trânsito” (ministrado para 752 educadores de 111 municípios); “Curso de Oficinas Pedagógicas” (ministrado para 142 educadores de 18 municípios); distribuição de 3.900 exemplares do “Livro do Professor”, composto do “Programa de Educação para o Trânsito”; distribuição de aproximadamente 5 mil exemplares da cartilha “Trânsito: Aprender para a Vida” (distribuídas para 177 educadores de 37 municípios). Finalmente, concomitante às citadas ações pedagógicas, foram desenvolvidas outras atividades pedagógicas, como a realização do “Concurso Motorista e Motociclista Padrão de Minas Gerais”, além de várias palestras e encontros educativos.

*Investigação
Criminal*

Outra área de ação privativa da Polícia Civil, cujo desenvolvimento tem que acompanhar os avanços atuais, é o processo de investigação criminal cujo ciclo completo inicia-se com o conhecimento da notícia de infração penal, por quaisquer meios, e se desdobra pela articulação ordenada, dentre outros aspectos, dos atos notariais e afetos à formalização das provas em inquérito policial ou outro instrumento legal, dos atos operativos de minimização dos efeitos do delito e gerenciamento da crise dele decorrente, da pesquisa técnico-científica sobre a autoria e a conduta criminal, das atividades de criminalística e medicina legal, encerrando-se com o exaurimento das possibilidades investigativas contextualizadas no respectivo procedimento, tendo por fim subsidiar o trabalho da justiça e do ministério público por ocasião da repressão ao crime, recolhendo os agentes responsáveis pelos delitos, garantindo a ordem e a segurança pública. Nesse quadro, dentro desse ciclo a instituição instaurou, no em 2004, 235.221 procedimentos de

investigação criminal (inquérito, termo circunstanciado de ocorrência, auto de apreensão do menor e procedimento especial do menor), realizou 24.569 perícias médico-legais e 12.052 perícias técnico-científicas, custodiou 16.675 detentos, bem como emitiu 1.687.697 documentos entre carteiras de identidade e atestados de antecedentes criminais em todo o Estado de Minas Gerais. Adquiriu também equipamentos de ponta, além de ter desenvolvido técnicas inovadoras no campo técnico-científico advindas de constantes treinamentos e cursos com a participação de seus funcionários. Graças, enfim, às parcerias com a SENASP, foi possível a agilização do sistema, tornando-o eficaz e moderno, tanto no âmbito da polícia judiciária como na área de trânsito e de identificação civil e criminal.

No mais, a cultura adotada pela presente gestão da Polícia Civil de Minas Gerais tem conseguido, aos poucos, reverter o quadro que recentemente era incerto. Um dos motivos desta linha de trabalho foi a implementação de conceitos inovadores de planejamento, centrados, sobretudo, em alternativas relacionadas às interdependências com o contexto, ou seja, nos cenários atuais e futuros, bem como no estabelecimento de parcerias estratégicas. Este posicionamento representa, em suma, uma postura profissional séria e atuante, representando exatamente os objetivos centrais da instituição, fator preponderante que norteará seus próximos passos rumo à excelência. Finalmente, ficará consumado o elo entre a dinâmica de suas ações e os resultados dos programas perante a sociedade.

*Implementação
de conceitos
inovadores de
planejamento*

ANEXO
Demonstrativos da Execução Física e Financeira
2004

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: GOVERNADORIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1071 - GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10.077.321	10.933.881			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.220.320	3.910.815			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.110.160	1.073.316			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.999.402	2.707.196	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	63	65
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	26.758	25.511	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	27	30
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	84.000	104.792			
057 - SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA	3.557.001	4.124.118			
4 125 - PROTEÇÃO GOVERNAMENTAL A AUTORIDADES E SEGURANÇA FÍSICA DOS PALÁCIOS	3.557.001	4.124.118			
064 - AÇÕES DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINEIROS	300.000	2.898.948			
4 211 - ASSISTÊNCIA A MUNICÍPIOS EM CALAMIDADE OU EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	300.000	2.898.948	MUNICÍPIO ASSISTIDO (MUNICÍPIO)	853	350
1081 - ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO	18.435.446	26.099.432			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18.071.895	25.716.472			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	21.135	8.197			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.136.324	4.420.787			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	16.079.795	20.541.616	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	340	389
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	71.010	55.921	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	69	69
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	763.631	689.951			
320 - REPRESENTAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO	362.351	381.760			
4 177 - COBRANÇA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	117.318	107.893	CRÉDITO TRIBUTÁRIO RECEBIDO (R\$ MIL)	8.000	192.740
4 196 - INSCRIÇÃO DO CRÉDITO NA DÍVIDA ATIVA	105.505	100.537	CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA EMITIDA (CERTIDÃO)	15.000	22.791
4 720 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA AO PODER EXECUTIVO	1.200	0	NOTA TÉCNICA EMITIDA (NOTA)	2.110	2.583
4 732 - DEFESA DO ESTADO EM PROCESSOS DE AÇÕES TRABALHISTAS	11.417	10.430	AÇÃO TRABALHISTA DEFENDIDA (AÇÃO)	1.500	3.833
4 735 - CONSULTORIA JURÍDICA RELATIVA AO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	44.481	120.639	PROCESSO ACOMPANHADO (PROCESSO)	2.110	3.055
4 739 - REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA	47.970	13.091	AÇÃO JUDICIAL ACOMPANHADA (AÇÃO)	2.400	1.690
4 741 - DEFESA JUDICIAL DO ESTADO NA ESFERA CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVA	29.840	28.730	PROCESSO ACOMPANHADO (PROCESSO)	2.110	4851
4 744 - CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO	4.620	440	PARECER/NOTA TÉCNICA EMITIDA (PARECER)	2.110	518
325 - JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DE DIREITOS RECLAMADOS	1.200	1.200			
4 750 - DECISÕES SOBRE RECLAMAÇÕES EFETUADAS POR SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS	1.200	1.200	PROCESSO/RECURSO JULGADO (PROCESSO)	1.600	3.824
1521 - AUDITORIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	3.039.187	1.834.148			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.905.879	1.428.498			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	30.533	11.984			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	365.959	188.771			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.251.587	1.121.306	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	93	43
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	13.800	5.108	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	20	2
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	84.000	36.942	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	100	89
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	160.000	64.387			

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: GOVERNADORIA

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
Programa					
Ação					
605 - CONTROLE INTERNO	68.734	397.765			
4 551 - GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE AUDITORIA OPERACIONAL	39.947	5.258	UNIDADE DE AUDITORIA SETORIAL E SECCIONAL IMPLANTADA (UNIDADE)	18	24
4 570 - GERENCIAMENTO DA AUDITORIA DE GESTÃO	28.787	392.507	RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO (RELATÓRIO)	31	51
607 - CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	64.574	7.885			
4 572 - GERENCIAMENTO DO SUBSISTEMA DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA	64.574	7.885	PROCESSO ADMINISTRATIVO ACOMPANHADO (PROCESSO)	880	1.172
2011 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	434.100.625	425.025.722			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	132.365.389	114.195.265			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	318.000	620.350			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	7.470.000	5.899.350			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	114.498.389	99.771.308	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	4.654	4.453
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.124.000	2.608.011	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR) (1)	2.668	1.982
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	60.000	70.963	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	400	10
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.890.000	5.225.283			
2 435 - IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	5.000	0	SERVIDOR AVALIADO (SERVIDOR) (2)	200	0
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	90.512.269	73.876.924			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	90.512.269	73.876.924			
315 - ATENÇÃO À SAÚDE DO SEGURADO	154.887.934	181.294.888			
4 685 - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRÓPRIA NA CAPITAL	2.791.808	1.731.953	PROCEDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO (PROCEDIMENTO) (3)	307.029	355.510
4 690 - ASSISTÊNCIA SOCIAL AO SEGURADO	720.000	552.358	BENEFICIÁRIO ATENDIDO (BENEFICIÁRIO) (4)	70.540	61.134
4 696 - PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA	160.000	40.134	PESSOA ATENDIDA (PESSOA) (5)	3.240	0
4 704 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO	840.000	839.273	AUXÍLIO DIVERSO PAGO (AUXÍLIO) (4)	1.116	1.547
4 708 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO HOSPITAL GOVERNADOR ISRAEL PINHEIRO	43.975.526	51.098.186	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADO (ATENDIMENTO) (4)	1.944.092	1.977.921
4 729 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRÓPRIA NO INTERIOR	3.150.000	2.461.832	ATENDIMENTO MÉDICO ODONTOLÓGICO PRESTADO (ATENDIMENTO) (6)	828.024	203.630
4 738 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NO INTERIOR	60.000.000	70.925.846	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO (ATENDIMENTO) (7)	6.098.549	3.999.229
4 746 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE DESCENTRALIZADA NA CAPITAL	35.976.000	50.067.335	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO PRESTADO (ATENDIMENTO) (8)	1.276.824	712.342
4 756 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.008.000	1.381.655	BENEFICIÁRIO ATENDIDO (BENEFICIÁRIO) (9)	102.915	56.820
4 766 - GESTÃO DA SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR	400.600	774.597	SERVIDOR ATENDIDO (SERVIDOR)	200.000	111.547
4 777 - PROMOÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	156.000	0	ATENDIMENTO PRESTADO (ATENDIMENTO) (10)	20.000	0
4 784 - PRESERVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	5.710.000	1.421.719	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA (METRO QUADRADO) (11)	27.875	1.803
349 - PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	56.335.033	55.658.645			
4 833 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PÉCÚLIO	19.715.033	23.665.447	AUXÍLIO DIVERSO PAGO (AUXÍLIO) (4)	1.772	1.781
4 838 - ENCARGOS COM PENSIONISTAS - CONVÊNIO	36.200.000	31.870.450	PENSÃO PAGA (PENSÃO) (12)	5.866	5.340
4 890 - GESTÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FUNPEMG	420.000	122.748	RENTABILIDADE DA RESERVA TÉCNICA ASSEGURADA (PERCENTUAL DO CDI) (13)	125	81,7
4461 - FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA	2.644.674.740	2.859.159.918			

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: GOVERNADORIA

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.644.674.740	2.859.159.918			
7 022 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAPEMIG	363.787	317.537			
7 045 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-CETEC	5.748.992	5.997.786			
7 046 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UNIMONTES	3.807.224	3.290.435			
7 047 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPEM	750.749	689.956			
7 060 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UEMG	4.310.000	4.677.012			
7 082 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGA	1.559.579	1.589.628			
7 083 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-RURALMINAS	1.741.600	1.931.706			
7 088 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMA	6.855.596	6.853.049			
7 089 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	187.233	178.779			
7 091 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUCAM	186.729	197.560			
7 094 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FAOP	22.700	21.289			
7 096 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	700.000	708.456			
7 104 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEPHA	501.763	429.581			
7 105 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNDAÇÃO TV MINAS	195.200	186.183			
7 115 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DEOP	2.300.000	1.843.177			
7 205 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DER	155.000.000	153.069.970			
7 209 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FUNED	2.860.507	3.131.537			
7 225 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FHEMIG	14.300.000	14.765.857			
7 312 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-HEMOMINAS	806.000	424.924			
7 428 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FEAM	1.151.966	1.147.856			
7 473 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IEF	3.500.000	3.241.744			
7 484 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IGAM	394.293	363.083			
7 529 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-JUCEMG	1.882.598	1.698.785			
7 533 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-DETEL	421.000	377.020			
7 550 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ADEMG	280.144	341.881			
7 586 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-UTRAMIG	128.195	128.641			
7 617 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-LOTERIA	1.132.536	1.040.893			
7 631 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IMPrensa OFICIAL	2.938.689	3.753.153			
7 722 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-FJP	6.539.129	6.572.463			
7 725 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSEMG	522.962.468	576.013.625			
7 840 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IPSM	686.000	488.255			
7 922 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-ITER	1.000	0			
7 939 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-IDENE	320.000	353.293			
7 957 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.111.311.936	1.151.262.230			
7 959 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS-SECRETARIA DE SAÚDE	58.963.781	50.064.158			
7 962 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DAS DEMAIS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	729.863.346	862.008.416			
Total do Setor	3.110.327.319	3.323.053.101			

(1) A AÇÃO "AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO" APRESENTOU QUEDA NA META FÍSICA "SERVIDOR BENEFICIADO", UMA VEZ QUE, QUANDO DA ELABORAÇÃO DO PPAG PARA 2004, TODOS OS SERVIDORES DO IPSEMG TINHAM DIREITO AO RECEBIMENTO DO AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO.

(2) A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL TERÁ INÍCIO A PARTIR DE 05/2005, TENDO EM VISTA O DECRETO Nº 43.672 DE 04.12.03, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E DEFINE OS CRITÉRIOS E OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DO SERVIDOR ESTÁVEL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DO DETENTOR DE FUNÇÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL.

(3) DADOS ESTIMADOS A PARTIR DE AGO/04.

(4) DADOS DE NOV E DEZ/04 FORAM ESTIMADOS.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: GOVERNADORIA

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Programa	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
Ação					

(5) HOTEL DA PREVIDÊNCIA DE ARAXÁ FECHOU PARA REFORMAS NO INÍCIO DE 2003 E SE MANTÉM FECHADO ATÉ O MOMENTO. NÃO FORAM ADMITIDOS HÓSPEDES DE JAN A OUT/04.

(6) OS DADOS REFERENTES ÀS CONSULTAS MÉDICAS E AOS PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO DO INTERIOR AINDA NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS NO SISTEMA. O NOVO SISTEMA ESTÁ SENDO REGULARIZADO PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO E A ÚNICA FERRAMENTA DISPONÍVEL NO MOMENTO É O GUIA GERENCIAL, QUE NÃO REFLETE AS INFORMAÇÕES COMO UM TODO E REFERE-SE AO MÊS DE PAGAMENTO DA FATURA E NÃO AO MÊS DE REFERÊNCIA DO SERVIÇO.

(7) EM DECORRÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 43.337 DE 20/05/2003 QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ÂMBITO DO IPSEMG, OS ATENDIMENTOS PARA OS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE CREDENCIADOS NO INTERIOR FORAM LIMITADOS EM 50% DO TETO REMUNERATÓRIO E SUSPENSO INTEGRALMENTE O ATENDIMENTO POR PARTE DOS DENTISTAS CREDENCIADOS. DADOS ESTIMADOS A PARTIR DE AGO/04.

(8) EM DECORRÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 43.337 DE 20/05/2003 QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE A ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ÂMBITO DO IPSEMG, FICOU SUSPensa A EMISSÃO DE GUIAS PARA OS MÉDICOS, DENTISTAS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE CREDENCIADOS NA CAPITAL. DADOS FORAM ESTIMADOS A PARTIR DE AGO/04.

(9) TENDO EM VISTA A PUBLICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 02/2004 QUE DISCIPLINA A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS E DEMAIS PRODUTOS NO ÂMBITO DAS DROGARIAS EXTERNAS DO IPSEMG E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE GARANTIR A AUTO-SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, O CUSTO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A SEGUROS E/OU DEPENDENTES SOFREU AUMENTO PROVOCANDO QUEDA DA DEMANDA. DADOS DE NOV E DEZ/04 FORAM ESTIMADOS.

(10) EM DECORRÊNCIA DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 43.337, DE 20.05.03, QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ÂMBITO DO INSTITUTO, O PROGRAMA FOI SUSPENSO EM CARÁTER TEMPORÁRIO ATÉ QUE SE PROCEDA A REFORMULAÇÃO E AO SEU REDIMENSIONAMENTO

(11) OS DADOS INFORMADOS REFEREM-SE: (1) REFORMA DO TELHADO E SUBSTITUIÇÃO DO FORRO DE PARTE DA ÁREA FÍSICA DO 2º PAVIMENTO - ED. SEDE - ÁREA = 123,0 M² **OBRA CONCLUÍDA** - (2) OBRA DE REFORMA DA SUPERINTENDÊNCIA ODONTOLÓGICA - ÁREA FÍSICA EXECUTADA = 1.680,0 M² **OBRA EM EXECUÇÃO** - (3) ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO HGIP **SERVIÇO CONCLUÍDO** - (4) OBRA DE REFORMA E ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS NO ED. SEDE E PRÉDIO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS **SERVIÇO EM EXECUÇÃO** - (5) SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE CARGAS, EXECUÇÃO DE TESTE, ANÁLISE E ATUALIZAÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO, DESENVOLVIMENTO DE NOVO PROJETO E ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA O SISTEMA ELÉTRICO, NECESSÁRIOS À IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO HGIP **SERVIÇO EM EXECUÇÃO**.

(12) DADOS INFORMADOS ATÉ 10/04. O QUANTITATIVO NÃO É CUMULATIVO

(13) QUANDO DA ELABORAÇÃO DO PPAG PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004, O IPSEMG LANÇOU UMA META FÍSICA PARA O FUNPEMG QUE NÃO CORRESPONDE AO INFORMADO NO RELATÓRIO DISPONIBILIZADO PELA SEPLAG, A DENOMINAÇÃO CORRETA DA META É "CONSTITUIÇÃO DE RESERVA TÉCNICA ASSEGURADA" (CRESCIMENTO PERCENTUAL) PROGRAMADO: 125

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: GOVERNO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1111 - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	658.102	660.814			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	434.332	470.460			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	431.822	464.548	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	11	16
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	2.510	5.912	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	5	5
196 - REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM BRASÍLIA	223.770	190.354			
4 286 - REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MG	223.770	190.354			
1141 - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	246.309	196.425			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	217.039	146.199			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	215.339	144.719	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	5	5
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.700	1.480	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	0	5
197 - REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO RIO DE JANEIRO	29.270	50.226			
4 287 - REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	29.270	50.226			
1161 - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	3.000	0			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.000	0			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.000	0	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE) (1)	0	1
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000	0	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR) (1)	0	1
199 - REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO DE MINAS GERAIS EM SÃO PAULO	1.000	0			
4 288 - REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DO ESTADO	1.000	0			
1491 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	29.636.275	56.746.261			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13.679.275	16.027.365			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	70.000	63.353			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.078.812	6.680.448			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.604.463	8.299.212	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	321	342
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	206.000	155.158	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	210	136
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	720.000	829.194			
183 - ADMINISTRAÇÃO DE PALÁCIOS	365.000	705.916			
4 246 - ADMINISTRAÇÃO DOS PALÁCIOS DA LIBERDADE E DOS DESPACHOS	255.500	403.802			
4 668 - ADMINISTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNADOR	109.500	302.114			
187 - COORDENAÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	630.000	1.081.031			
4 266 - ASSESSORIA DO CERIMONIAL	165.000	477.988			
4 268 - ASSESSORIA À GESTÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO	340.000	331.061			
4 270 - ASSISTÊNCIA À AÇÃO DA VICE GOVERNADORIA	125.000	271.982			
193 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.090.000	37.208.558			
4 280 - DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL	10.090.000	37.208.558			
194 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS, DIFUSOS E SEGURANÇA DO CIDADÃO	802.000	1.218.093			
1 965 - FORTALECIMENTO DA OUVIDORIA DA POLÍCIA	760.000	1.185.861	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	12	10
4 285 - MANUTENÇÃO DE NÚCLEOS DA OUVIDORIA NAS MACROREGIÕES DO ESTADO DE MG	42.000	32.232			
338 - SEGURANÇA ALIMENTAR	500.000	266.873			
2 783 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR DE MINAS GERAIS - CONSEA	500.000	266.873			
382 - MINAS SEM FOME	3.570.000	238.425			

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: GOVERNO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1 310 - MUTIRÃO PELA SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - PRO SAN	3.570.000	238.425	PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR APOIADO (PROJETO)	1	1
2041 - LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	42.262.533	31.031.399			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.705.614	5.052.923			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	219.000	69.686			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.932.536	3.276.867			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	943.078	1.199.757	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	38	34
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.000	5.340	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	2	2
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.600.000	501.273			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
182 - EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS	34.555.919	25.978.476			
4 243 - OPERACIONALIZAÇÃO DE JOGOS DE LOTERIA	34.555.919	25.978.476	RECURSO ARRECADADO (R\$ 1,00)	43.297.533	28.128.000
2391 - IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	21.483.400	24.800.742			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12.749.403	12.711.741			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	98.000	2.441			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.712.000	4.890.444			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.155.454	6.106.961	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	251	251
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	105.500	67.915	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	180	180
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.678.449	1.643.980			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
113 - EDIÇÃO E CONFECÇÃO GRÁFICA	8.632.997	12.054.094			
4 119 - EDIÇÃO E IMPRESSÃO DO JORNAL MINAS GERAIS	7.232.997	3.880.132	JORNAL MINAS GERAIS IMPRESSO (PÁGINA)	13.500.000	396.712.964
4 127 - CONFECÇÃO DE IMPRESSOS, FORMULÁRIOS E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL	1.400.000	8.173.962	IMPRESSO CONFECCIONADO (IMPRESSO)	26.400.000	6.490.000
121 - COMERCIALIZAÇÃO DE JORNAL E SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL	100.000	34.907			
4 130 - ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS	30.000	0	ASSINATURA REALIZADA (ASSINATURA)	192.000	214.224
4 132 - ASSINATURA DO JORNAL MINAS GERAIS - VIA INTERNET	20.000	0	ACESSO ELETRÔNICO REALIZADO (ACESSO)	2.000.000	2.571.542
4 138 - VENDA AVULSA DE CADERNOS DO JORNAL MINAS GERAIS	50.000	34.907	CADERNO VENDIDO (CADERNO)	72.000	104.497
Total do Setor	94.289.619	113.435.641			

(1) Início das atividades com pessoal cedido, sem ônus para o escritório

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1501 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	49.867.185	57.406.783			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28.343.381	36.920.944			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	129.300	109.132			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.281.662	11.388.134			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	23.512.509	24.986.373	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	1.037	1.173
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	419.910	437.305	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	600	310
035 - CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS	1.900.000	2.905.804			
1 625 - ELABORAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO, BÁSICO E EXECUTIVO	1.900.000	2.905.804	ESTUDO E PROJETO ELABORADO (ESTUDO / PROJETO)	1	1
271 - CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.479.552	408.789			
1 202 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	645.666	148.711	SERVIDOR AVALIADO (SERVIDOR) (1)	50.000	0
1 290 - REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO APARELHO DO ESTADO	269.428	0	ÓRGÃO/ENTIDADE REESTRUTURADO (UNIDADE) (2)	20	16
1 303 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	215.222	5.603	ACORDO CELEBRADO (ACORDO) (3)	40	7
1 354 - ADOÇÃO DE NOVO MODELO DE PARCERIA NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	215.222	7.863	TERMO DE PARCERIA FIRMADO (UNIDADE) (4)	8	0
1 373 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO (PMQP)	673.570	243.552	ÓRGÃO/ENTIDADE INTEGRADO (ÓRGÃO / ENTIDADE) (5)	10	0
1 712 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS PARA SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	460.444	3.060	SERVIDOR CONTEMPLADO (UNIDADE) (6)	30.000	97.542
287 - GOVERNANÇA ELETRÔNICA	4.014.982	476.503			
1 976 - INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO GOVERNO	1.201.997	0	SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE GOVERNO IMPLANTADO (PERCENTUAL) (7)	40	20
1 979 - IMPLANTAÇÃO DA REDE ÚNICA DE COMUNICAÇÃO - MINASREDE	80.000	0	REDE ÚNICA DE COMUNICAÇÕES - MINASREDE IMPLANTADA (PERCENTUAL) (8)	100	70
1 983 - CERTIFICAÇÃO DIGITAL E GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	1.458.100	0	MECANISMO E PROCEDIMENTO DE SEGURANÇA E CERTIFICAÇÃO DIGITAL IMPLANTADO (PERCENTUAL) (9)	20	50
1 984 - PORTAL ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DE GOVERNO - PORTAL MINAS	85.397	476.503	PORTAL DE INFORMAÇÕES E SERVIÇOS DO GOVERNO ESTADUAL IMPLANTADO (PERCENTUAL) (10)	50	100
1 985 - IMPLANTAÇÃO DA INTRANET MINAS - INTRAMINAS	942.488	0	INTRANET DO GOVERNO IMPLANTADA (PERCENTUAL) (11)	30	0
1 988 - REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	247.000	0	PONTO DE ACESSO A INFORMAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS IMPLANTADO (PERCENTUAL) (12)	20	0
340 - PROJETO JÁIBA	4.700.000	4.289.584			
1 853 - CONCLUSÃO DO ACORDO DE CRÉDITO COM O JBIC	4.700.000	4.289.584	SERVIÇO DE CONSULTORIA E MONTAGEM DE EQUIPAMENTO REALIZADA (PERCENTUAL)	100	100
348 - INTEGRAÇÃO ENTRE PLANO E ORÇAMENTO	206.000	160.994			
1 937 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - SIGPLAN	130.000	129.994	MÓDULO DO SIGPLAN IMPLANTADO (MÓDULO)	2	1
2 349 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E DE PLANEJAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - SIGPLAN	26.000	26.000	MANUTENÇÃO REALIZADA (SERVIÇO)	1	1
2 855 - CONTROLE E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.000	5.000	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AVALIADA (RELATÓRIO)	1	1
2 911 - AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DO PLANO PLURIANUAL	45.000	0	PPAG AVALIADO (PLANO) (13)	1	0
352 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE SUPRIMENTOS	724.000	4.424.659			
1 857 - DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SUPRIMENTOS PARA O ESTADO	174.000	173.456	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO (ESTUDO / PESQUISA)	3	3
1 901 - DEFINIÇÃO DE UMA LOGÍSTICA INTEGRADA DE TRANSPORTES OFICIAIS	70.000	16.662	ESTUDO ELABORADO (ESTUDO)	1	1
1 905 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SIAD	144.000	1.385.624	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	1	1
2 908 - MANUTENÇÃO DO SIAD	336.000	2.848.917	SISTEMA MANTIDO (SISTEMA)	1	1
356 - GERAES - GESTÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS E AÇÕES DO ESTADO	175.000	64.130			

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
I 868 - DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE GESTÃO PARA OS PROJETOS ESTRUTURADORES	15.000	0	METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS IMPLANTADA (METODOLOGIA) (14)	1	1
I 869 - MONITORAMENTO DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	145.000	64.130	PROJETO COORDENADO E APOIADO (PROJETO)	30	31
I 873 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS ESTRUTURADORES	15.000	0	PROJETO ANALISADO (PROJETO) (15)	30	0
359 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO	199.000	233.119			
I 934 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	199.000	233.119	SISTEMA DE CONTROLE IMOBILIÁRIO APERFEIÇOADO (SISTEMA) (16)	30	0
364 - PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	337.000	411.258			
I 325 - COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL	5.000	0	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL ELABORADO (PLANO) (17)	1	1
I 966 - DESENVOLVIMENTO DA CENTRAL DE PROJETOS	35.000	4.258	PROJETO CONTEMPLADO (PROJETO)	60	61
4 964 - COORDENAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL	297.000	407.000	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	200	45
371 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.788.270	7.110.999			
I 967 - IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	669.940	994.135	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	1	1
I 969 - DEFINIÇÃO DE POLÍTICA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	5.000	3.535	EVENTO REALIZADO (EVENTO)	10	10
2 968 - MANUTENÇÃO DO SISAP	6.113.330	6.113.329	SISTEMA MANTIDO (SISTEMA)	1	1
1941 - EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	59.339.635	59.504.141			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	57.432.635	58.547.493			
7 220 - PAGAMENTO À MGS POR INDENIZAÇÃO TRABALHISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	800.000	135.415			
7 245 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	406.245	288.758			
7 441 - PENSÕES ESPECIAIS E INDENIZAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	54.931.536	56.122.735			
7 642 - INDENIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.294.854	2.000.585			
601 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS GERENCIAIS CORPORATIVOS	1.907.000	956.648			
2 215 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE PONTO - FORPONTO	46.000	45.999	SISTEMA MANTIDO (SISTEMA)	1	1
2 219 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE PROTOCOLO - SIPRO	1.861.000	910.649	SISTEMA MANTIDO (SISTEMA)	1	1
2061 - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	15.144.592	15.920.156			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9.872.419	10.258.497			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	180.200	111.257			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.242.649	1.445.818			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	8.438.264	8.692.169	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	250	237
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.306	9.253	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	30	22
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	600.803	1.162.057			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	600.803	1.162.057			
190 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS/PROJETOS EM GESTÃO PÚBLICA	1.157.945	348.077			
4 330 - FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	949.245	348.077	ALUNO TREINADO (ALUNO) (18)	390	281
4 336 - ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA	208.700	0	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO (ESTUDO / PESQUISA) (19)	5	0
254 - PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS	1.106.540	757.279			
4 701 - COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS SECUNDÁRIOS E PRIMÁRIOS	1.106.540	757.279	SISTEMA DESENVOLVIDO (SISTEMA)	9	12
271 - CHOQUE DE GESTÃO - PESSOAS, QUALIDADE E INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.137.720	2.361.284			
4 145 - FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELA ESCOLA DE GOVERNO	1.137.720	2.361.284	ALUNO TREINADO (ALUNO) (20)	440	5.441
322 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADAS	1.269.165	1.032.962			
4 730 - ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIAS ORGANIZACIONAIS	618.164	590.163	PROJETO ELABORADO (PROJETO)	5	8

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
Programa					
Ação					
4 747 - ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	324.790	337.676	PROJETO ELABORADO (PROJETO) (21)	10	
4 754 - ESTUDOS, PESQUISAS E CONSULTORIAS MUNICIPAIS	233.600	80.124	PROJETO ELABORADO (PROJETO)	4	2
4 827 - PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS HISTÓRICAS E CULTURAIS	92.611	24.999	PESQUISA PUBLICADA (PESQUISA)	5	4
4041 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO JAIÁ	22.950.000	1.457.912			
340 - PROJETO JAIÁ	22.950.000	1.457.912			
4 332 - ATIVIDADE DE APOIO COM CRÉDITO AGRÍCOLA AO PROCESSO PRODUTIVO DOS IRRIGANTES DO PROJETO JAIÁ	22.950.000	1.457.912	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE)	37	5
4061 - FUNDO PRÓ-FLORESTA	6.800.000	4.538.000			
336 - POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	6.800.000	4.538.000			
1 544 - IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE FLORESTAS	6.800.000	4.538.000	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	7	2
4181 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES	1.000	0			
615 - PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	1.000	0			
1 874 - APOIO AO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE COMUNIDADES	1.000	0	ENTIDADE BENEFICIADA (ENTIDADE)	1	0
5141 - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.846.240	1.497.994			
613 - EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA E OPERACIONAL	4.846.240	1.497.994			
3 667 - MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	4.324.000	1.243.875	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ATUALIZADA (PERCENTUAL) (22)	20	80
3 669 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	522.240	254.119	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO IMPLANTADO (PERCENTUAL)	40	23
5381 - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	401.000	248.297			
604 - APOIO A SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS	401.000	248.297			
8 512 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - MGS	401.000	248.297	SERVIÇO PRESTADO (SERVIÇO) (23)	46	15
Total do Setor	159.349.652	140.573.283			

Notas:

- (1) A avaliação de desempenho individual teve início em julho de 2004 e será concluída em julho de 2005, quando cerca de 150.000 servidores estarão avaliados. Nenhum órgão optou por avaliação semestral, que seria concluída em dezembro deste ano e promoveria alcance da meta proposta.
- (2) A reestruturação orgânica do Poder Executivo ainda não está concluída, havendo 8 projetos em análise.
- (3) Para avaliação de desempenho institucional, a previsão de assinatura de acordo de resultados era dos 31 projetos estruturadores e mais 9 unidades administrativas. Dada a não obrigatoriedade, apenas 2 projetos estruturadores e 5 instituições aderiram ao instrumento, além das 3 em negociação.
- (4) No que se refere aos termos de parceria, o modelo OSCIP é recente em Minas Gerais e sua divulgação somente tomou corpo no segundo semestre de 2004. Diante disso, há que se dizer que houve uma superestimativa de adesão. Além disso, o fato de o indicador proposto ser a celebração de termos de parceria extrapola a governabilidade da SEPLAG, que é responsável pela qualificação de entidades como OSCIP o que foi observado na revisão do PPAG.
- (5) Com relação ao PMQP, houve uma alteração no escopo da ação, tendo sido criado o Comitê Estadual do PMQP, o qual prestará assessoramento aos órgãos e entidades.
- (6) Ação desenvolvida sem aplicação de recursos financeiros. Os recursos foram transferidos para a Escola de Governo/FJP.
- (7) A fase de estudos e integração foi realizada internamente pela equipe, o que não implicou em dispêndio financeiro, o que ocorrerá na contratação da solução para integração.
- (8) A licitação da rede de dados foi executada pela Prodemge. Já a rede de voz concentrou a fase de estudos de modelos de licitação de telefonia, elaboração de editais e preparação legal.
- (9) As análises realizadas envolveram os padrões e normas essenciais de segurança da informação. A partir disso, a certificação digital foi executada financeiramente pela Prodemge, o que permite seguir a próxima fase do projeto.
- (10) Inicialmente, estava previsto apenas a reestruturação do Portal Minas, contudo, foi necessário criar um novo Portal, o que por sua vez, demandou a redefinição da base de dados e do ambiente tecnológico. Ademais, foi necessário um amplo treinamento em toda a Administração estadual para a gestão do novo Portal Minas.
- (11) O projeto se encontra na fase de levantamento de padrões e sistemas existentes, o que tem sido realizado pelos técnicos internamente, não exigindo nenhum dispêndio financeiro.
- (12) Inicialmente foi realizado apenas a definição estratégica do programa, envolvendo responsabilidades e estrutura. Essas definições não exigiram nenhuma contratação externa.
- (13) A avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental será realizada em junho de 2005
- (14) Metodologia desenvolvida em parceria com o INDG
- (15) Não foi desenvolvida metodologia de avaliação de resultado, consequentemente os projetos estruturadores, ainda não foram avaliados
- (16) Suplementação para aquisição de computadores para equipar a DCPI. O Sistema está em desenvolvimento devendo ser disponibilizado na WEB, conforme acordo de resultado, em fevereiro /2005.
- (17) A denominação correta da Ação 1.325 é Coordenação da Revisão do Plano Plurianual de Ação
- (18) Programação superestimada. Desistência de alunos e prorrogação no prazo para apresentação das monografias.
- (19) Programação superestimada. A negociação com a Fapemig está lenta. Provocando, assim, atraso no início de três pesquisas aprovadas. Ainda se encontram em negociação duas pesquisas.
- (20) Programação subestimada. Houve aumento da demanda com a implementação dos treinamentos do Choque de Gestão.
- (21) A execução financeira de R\$ 337.676,00 refere-se aos projetos desenvolvidos pelo CEES, ou seja, aqueles realizados, pela FJP, técnica, operacional e financeiramente, excetuado o caso da Saúde. Projetos Executados operacional e tecnicamente pela FJP e orçamentariamente na Unidade da SES-MG:
1. ACOMPANHAMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 13.803/00 (Lei Robin Hood) (*)

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: PLANEJAMENTO E GESTÃO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado

2. SEMINÁRIO TÉCNICO DA LEI ROBIN HOOD
3. DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL DA CIDADE DE RECIFE
4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO RIO DE JANEIRO - 1980-1991
5. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO PÓLO TURÍSTICO DO VALE DO JEQUITINHONHA
6. PROGRAMA 'UNIDADE DE ESTUDOS DE POLÍTICAS DE SAÚDE E DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA DO SUS' ⁽²²⁾:
- 6.1. GASTOS MUNICIPAIS COM SAÚDE EM MINAS GERAIS - 2000 a 2002;
- 6.2. GASTO ESTADUAL COM SAÚDE EM MINAS GERAIS - 1997 a 2002;
- 6.3. EQUIDADE DO GASTO PÚBLICO EM SAÚDE EM MINAS GERAIS (parceria FJP/CEDEPLAR);
- 6.4. ANÁLISE DO GASTO PRIVADO COM SAÚDE EM MINAS GERAIS (parceria FJP/CEDEPLAR);
- 6.5. MENSURAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO NÍVEL DE MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS ((parceria FJP/CEDEPLAR).

(22) A meta foi cumprida parcialmente porque o processo licitatório do software ERP demorou mais tempo que o previsto.

(23) Foi estimada a meta de celebração de 46 contratos de locação de veículos pela MGS para atender os órgãos estaduais, no entanto, quando da elaboração do PPAG para 2004 não havia referência histórica ou qualquer previsão da demanda, tendo sido locados apenas 15 veículos.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: FAZENDA**

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1191 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA	375.329.133	387.754.596			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	310.918.875	324.812.264			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	1.133.000	909.736			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.349.322	7.862.052			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	283.217.653	298.711.620	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	I	4.151
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.288.900	429.253	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	I	346
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	450.000	157.166	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	800	57
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	18.383.000	16.742.437			
2 435 - IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	97.000	0	SERVIDOR AVALIADO (SERVIDOR)	4.000	2.640
210 - MODERNIZAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL	12.780.853	17.020.126			
I 328 - UM COMPUTADOR PARA CADA FISCAL	4.400.000	5.438.069	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	620	758
I 333 - FROTA EM DIA - SUPORTE ESSENCIAL À AÇÃO FISCAL	3.425.000	2.645.889	VEÍCULO ADQUIRIDO (VEÍCULO)	91	56
I 887 - PADRONIZAÇÃO E MELHORIA DAS UNIDADES DA RECEITA	1.300.000	548.083	EDIFICAÇÃO REFORMADA (UNIDADE)	40	40
I 892 - EDUCAÇÃO FISCAL - UM PRESSUPOSTO PARA A CIDADANIA	300.000	217.994	PROGRAMA IMPLEMENTADO (PROGRAMA)	I	I
I 986 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EM BUSCA DA EXCELÊNCIA FISCAL	1.044.057	6.649.059	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	I	I
2 960 - AMPLIANDO A MOBILIDADE FISCAL	1.500.000	975.811	EMPREENHIMENTO FISCALIZADO (EMPREENHIMENTO)	18.000	13.200
4 323 - APRENDER PARA FAZER MELHOR	811.796	545.221	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR) (8)	3.500	1.844
284 - RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SEF - PNAFE/ BID/ ESTADO DE MINAS GERAIS	34.711.419	26.753.326			
I 036 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EM BUSCA DA EXCELÊNCIA FISCAL	7.000.000	0	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA) (1)	I	0
I 039 - IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	5.748.194	5.652.517	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA) (2)	I	0
I 044 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INFORMATIZADO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIOS - PROMAT	4.538.117	4.537.916	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA) (3)	I	0
I 057 - IMPLANTAÇÃO DO NOVO SISTEMA INFORMATIZADO DOS PROCESSOS DE ARRECAÇÃO ESTADUAL E IPVA	6.377.099	6.362.288	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA) (4)	I	0
I 058 - IMPLANTAÇÃO DO SINTEGRA EM MINAS GERAIS	167.575	166.975	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	I	I
I 079 - CONVERSÃO DO SICAF (SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE DA ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO)	458.050	458.050	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	I	I
I 537 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL NA SEF	1.162.600	1.142.309	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR) (5)	850	5.430
I 541 - COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SEF	28.308	28.308	AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA (AÇÃO)	I	I
I 555 - MODERNIZAÇÃO DA AÇÃO FISCAL	3.265.571	3.060.435	METODOLOGIA DE APOIO A EXECUÇÃO E AO GERENCIAMENTO DA AÇÃO FISCAL IMPLANTADA (METODOLOGIA)	I	I
I 557 - REALIZAR A REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL E DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS À INICIATIVA DE AÇÃO PENAL NOS CASOS DE DELITOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	81.264	81.264	PROCEDIMENTO DE AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A FAZENDA IMPLANTADO (PROCEDIMENTO)	I	I
I 564 - IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA FASE DA REDE FAZENDÁRIA DE INFORMÁTICA	3.051.033	2.151.033	REDE FAZENDÁRIA DE INFORMÁTICA IMPLANTADA (REDE DE INFORMÁTICA)	I	I
I 585 - IMPLEMENTAÇÃO DO REALINHAMENTO TECNOLÓGICO DA JUNTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS	1.317.800	1.317.800	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA) (6)	I	0
I 590 - EDUCAÇÃO FISCAL	611.134	889.887	PROGRAMA IMPLEMENTADO (PROGRAMA)	I	I
I 591 - IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO FINANCEIRO, FLUXO DE CAIXA E APURAÇÃO DE CUSTOS NO SIAFI/MG	416.150	416.020	SISTEMA DE REGISTROS CONTÁBEIS IMPLANTADO NO SIAFI (SISTEMA)	I	I
I 593 - CONSTRUÇÃO, NO ARMAZÉM DO SIAFI/MG DE RELATÓRIOS PARA CONTROLE DAS DETERMINAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL	488.524	488.524	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA) (7)	I	0
326 - GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E DE TRIBUTAÇÃO ESTADUAL	16.898.486	19.156.713			
4 755 - DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SEF	16.898.486	19.156.713	GERENCIAMENTO DA FISCALIZAÇÃO, ARRECAÇÃO E TRIBUTAÇÃO MANTIDO (SERVIÇO)	I	I
335 - GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	14.000	9.547			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
Programa Ação	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2 779 - EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES CONTÁBEIS RELATIVAS À GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO ESTADO	14.000	9.547	SISTEMA DE REGISTROS CONTÁBEIS IMPLANTADO NO SIAFI (SISTEMA) (8)	0	1
346 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO, DOS GASTOS PÚBLICOS E DA DÍVIDA ESTADUAL	5.500	2.620			
2 811 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO	5.500	2.620	AÇÃO ADMINISTRATIVA REALIZADA (AÇÃO)	1	1
1911 - EGE SEC.FAZENDA-ENCARGOS DIVERSOS	5.886.792.782	5.963.827.874			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13.298.686	15.713.224			
2 053 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	1.000	0			
2 350 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.000	0			
2 445 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	6.000	0			
2 446 - PUBLICAÇÃO DE ATOS MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE ALÇADA	1.000	0			
2 664 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-TRIBUNAL DE CONTAS	200.000	0			
2 672 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-MINISTÉRIO PÚBLICO	100.000	0			
2 733 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SECRETARIA DE SAÚDE E VINCULADAS	745.000	1.136.100			
2 825 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E VINCULADAS	818.800	1.270.185			
2 871 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI	7.692.570	7.761.175			
2 893 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-FAPEMIG	50.000	0			
2 924 - PUBLICAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS NO ÓRGÃO OFICIAL DO ESTADO-DEMAIS UNIDADES DO PODER EXECUTIVO	3.683.316	5.545.764			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	5.873.494.096	5.948.114.650			
7 128 - GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA INTERNA - AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	15.681.596	14.081.011			
7 237 - GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA EXTERNA - AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	51.155.056	46.023.918			
7 620 - ENCARGOS DECORRENTES À EXTINÇÃO DE FUNDOS ESTADUAIS	4.000	0			
7 658 - ENCARGOS DEVIDOS AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	762.076	50.000.000			
7 663 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE PASEP	125.891.188	139.391.188			
7 786 - ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA CENTRAL	38.580.000	32.281.307			
7 798 - PARTICIPAÇÃO NO AUMENTO DO CAPITAL DE EMPRESAS FINANCEIRAS E COMERCIAIS	1.000	0			
7 803 - INDENIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS	49.999.000	38.698.421			
7 832 - INDENIZAÇÕES POR FORÇA DA LEI 12.994 DE 30/07/98	1.000	0			
7 844 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	3.534.683.933	3.925.570.485			
7 846 - ENCARGOS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DA MINASCAIXA, DECRETO Nº 39.835, DE 25/08/98	7.859.790	6.048.823			
7 862 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNSET	2.384.591	1.785.000			
7 886 - GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA INTERNA	1.831.124.592	1.516.259.665			
7 896 - GESTÃO DA DÍVIDA CONTRATADA EXTERNA	215.366.274	177.974.832			
1915 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO A EMPRESAS	79.417.000	157.766.903			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	79.417.000	157.766.903			
7 700 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A - MGI	1.000	0			
7 707 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A - MGS	1.000	0			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
Programa					
Ação					
7 716 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS S/A - DIMINAS	1.000	0			
7 723 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE	1.000	0			
7 734 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - COHAB	1.000	0			
7 737 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA	1.000	80.553.820			
7 743 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS - CDI	1.000	0			
7 745 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA COMPANHIA MINERADORA DE MINAS GERAIS - COMIG	1.000	0			
7 752 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MG - BDMG	79.407.000	77.213.083			
7 758 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DA COMPANHIA ENEGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	1.000	0			
7 759 - PROGRAMAÇÃO À CARGO DO TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE	1.000	0			
5181 - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE MINAS GERAIS SA	1.000	0			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000	0			
6 588 - COORDENAR, SUPERVISIONAR E EXECUTAR OS SERVIÇOS - DIMINAS	1.000	0			
5191 - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	101.000	151.903			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	100.000	151.903			
6 595 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - MGI	100.000	151.903			
608 - APOORTE DE CAPITAL	1.000	0			
8 601 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - MGI	1.000	0			
Total do Setor	6.341.640.915	6.509.501.276			

(1) Em fase de licitação pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

(2) Em fase de desenvolvimento do sistema

(3) Implantação do sistema iniciada em Outubro/2004

(4) 286 servidores ocupantes de cargos de direção da SEF foram capacitados em Gestão pela Qualidade Total. As demais capacitações apropriadas neste item referem-se a treinamentos, seminários, congressos, visitas técnicas a outros estados, simpósios e reuniões das áreas de fiscalização, arrecadação e recursos humanos.

(5) Paralisado aguardando parecer de viabilidade tecnológica

(6) Quantidade Programada é um como também o executado. Atividade já concluída.

(7) O valor orçado refere-se a um sistema a ser desenvolvido para controle da avaliação de desempenho individual. Como este sistema está sendo desenvolvido na SEPLAG, não houve valor executado na SEF, sendo os servidores avaliados sem custo.

(8) Concentração de eventos de capacitação no segundo semestre de 2004 em função da não existência da Superintendente de RH nos quatro primeiros meses do ano.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	94.100.686	14.119.313			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.681.845	6.103.523			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	204.800	1.446.452			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.784.928	1.584.575			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.533.885	3.003.803	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	119	126
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	53.800	43.693	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	50	48
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	26.000	0	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	62	2
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	78.432	25.000			
378 - UNIDADE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA MG	550.000	226.030			
1 026 - IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADE COORDENADORA PPP/MG	200.000	152.884	UNIDADE COORDENADORA IMPLANTADA (UNIDADE)	1	1
1 029 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS-PILOTO DE PPP	300.000	56.095	PROJETO APROVADO (PROJETO) (1)	2	0
1 084 - IMPLANTAÇÃO DE AGÊNCIA REGULADORA DE PPP EM MINAS GERAIS	50.000	17.051	AGÊNCIA REGULADORA IMPLANTADA (AGÊNCIA) (1)	1	0
391 - ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	15.000.000	0			
1 828 - ELETRIFICAÇÃO NO NOROESTE DE MINAS	15.000.000	0	CONVÊNIO ASSINADO (CONVÊNIO) (2)	1	0
410 - PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	460.000	123.550			
1 369 - DESENVOLVIMENTO DO AEROPORTO INDUSTRIAL E DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RMBH	460.000	123.550	PLANEJAMENTO ELABORADO (PERCENTUAL)	25	25
525 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ENERGÉTICA	3.089.200	971			
1 520 - CRIAÇÃO DE AGÊNCIA REGULADORA DAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS CANALIZADO E DE ENERGIA ELÉTRICA	3.089.200	971	AGÊNCIA REGULADORA IMPLANTADA (AGÊNCIA) (3)	1	0
530 - MAPEAMENTO GEOLÓGICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	4.722.300	154.985			
1 602 - LEVANTAMENTO AEROGEOFÍSICO DE MINAS GERAIS	4.722.300	154.985	MAPEAMENTO AEROGEOFÍSICO DO ESTADO COORDENADO E ACOMPANHADO (PROJETO) (1)	1	0
532 - PROMOÇÃO DA EMPRESA MINEIRA EXPORTADORA	1.769.643	9.566			
1 650 - PROMOÇÃO COMERCIAL DAS PME'S DE MINAS GERAIS	1.769.643	9.566	PROMOÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR REALIZADA (US\$ MILHÃO)	25	5
533 - DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	200.000	0			
1 641 - CRIAÇÃO DO PERFIL DA ECONOMIA MINERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	200.000	0	PERFIL DA ECONOMIA MINERAL EDITADO (PERFIL) (4)	1	0
534 - APOIO E INCENTIVO À MINERAÇÃO E À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL DE MICRO, E MÉDIO PORTE	100.000	2.463			
4 660 - ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS RELATIVOS A MINERAÇÃO E À INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL DE MICRO, E MÉDIO PORTE	100.000	2.463	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO)	1	1
538 - EXPORTA MINAS	3.808.509	123.768			
1 692 - CONSTRUÇÃO DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DE COMÉRCIO EXTERIOR	1.411.536	122.942	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO (PROJETO)	25	20
1 888 - JOVENS MINEIROS CIDADÃOS DO MUNDO	1.081.275	0	ESPECIALISTA EM COMÉRCIO EXTERIOR FORMADO (FORMANDO) (5)	25	0
4 815 - CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO EM COMÉRCIO EXTERIOR ÀS PME	1.315.698	826	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO (PROJETO)	25	25
540 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	2.201.000	1.458.231			
1 112 - PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO MOVELEIRO	100.000	27.047	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO (ARRANJO FORMADO)	5	2
1 141 - PROMOÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO ELETROELETRÔNICO	100.000	67.438	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO (ARRANJO FORMADO)	5	4
1 769 - ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DOS PÓLOS MOVELEIROS DE UBÁ, DIVINÓPOLIS, TURMALINA E DA REGIÃO NORTE/NORDESTE	150.000	84.512	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL CONSOLIDADO (UNIDADE)	3	1
1 880 - CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE CERTIFICAÇÃO E DO ORGANISMO DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS MOVELEIROS	200.000	156.002	REDE DE CERTIFICAÇÃO E ORGANISMOS DE CONFORMIDADE CONSOLIDADOS (UNIDADE) (6)	1	1
1 891 - CRIAÇÃO DE REDE DE DESIGN PARA OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS MOVELEIROS	1.000	624	REDE DE DESIGN IMPLEMENTADA (REDE DE DESIGN)	1	0
1 931 - FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, CAPACITADA E TREINADA PARA APLS MOVELEIROS.	200.000	139.626	PESSOA FORMADA CAPACITADA E TREINADA (PESSOA)	150	120

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
I 945 - IMPLEMENTAÇÃO DA COMPETITIVIDADE NA APL ELETROELETRÔNICA	50.000	25.150	EMPRESA BENEFICIADA (EMPRESA)	100	10
I 953 - IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	400.000	281.337	EMPRESA ATENDIDA (EMPRESA)	300	101
I 954 - IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA EM SOFTWARE EMBARCADO	1.000.000	676.495	CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO (CENTRO)	1	1
551 - MINAS EXPORTA COM EXCELENÇA	1.702.604	20.295			
I 408 - ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR DE JÓIAS E GEMAS EM MINAS GERAIS	532.536	237	ESTUDO ELABORADO (ESTUDO) (3)	1	0
I 413 - PROMOÇÃO DO FOMENTO ÀS EXPORTAÇÕES DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL'S)	575.844	19.902	CONVÊNIO ASSINADO (CONVÊNIO)	1	1
4 926 - VIABILIZAÇÃO DE UNIDADE DE EXCELENÇA NO TRANSPORTE INTERNACIONAL DE PEQUENOS VOLUMES NO AEROPORTO TANCREDO NEVES	532.536	0	CONVÊNIO ASSINADO (CONVÊNIO)	25	5
4 938 - MELHORIA DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA OBTENÇÃO DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO ÀS PME'S EXPORTADORAS	61.688	156	CUSTO DE CAPITAL DE TERCEIROS REDUZIDO (PERCENTUAL) (1)	1	0
567 - MINAS, CAPITAL DO CONHECIMENTO	2.267.685	5.710.833			
I 271 - DESENVOLVIMENTO DE REDE DE INTELIGÊNCIA DO CONHECIMENTO	828.075	5.707.968	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO (PROJETO) (7)	1	0
I 289 - PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NO ESTADO EM ÁREAS INTENSIVAS EM CONHECIMENTO	773.940	2.865	PROMOÇÃO REALIZADA (PROMOÇÃO) (3)	25	0
I 370 - ESTUDO SOBRE A ECONOMIA DO CONHECIMENTO EM MINAS GERAIS	665.670	0	ESTUDO E PROJETO ELABORADO (ESTUDO / PROJETO)	1	0
569 - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO EM MINAS GERAIS	930.500	65.378			
I 283 - CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ARTESÃOS E MULTIPLICADORES	248.263	56.783	ARTESÃO APOIADO (ARTESÃO) (1)	195	0
I 292 - INCENTIVO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	170.610	0	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO APOIADA (ASSOCIAÇÃO) (5)	20	0
I 298 - INSERÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS EM NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	110.407	8.191	PARTICIPAÇÃO EM EVENTO REALIZADO (EVENTO)	6	11
I 302 - ROTAS E ESPAÇOS PARA O ARTESANATO E TURISMO	230.610	0	PONTO DE EXIBIÇÃO CRIADO (UNIDADE) (5)	10	0
I 367 - IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO ALVO E A SOCIEDADE	170.610	404	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO (UNIDADE)	4	6
574 - FORMAÇÃO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS - MINAS AGREGA VALOR	292.000	66.543			
I 377 - FORMAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS	292.000	66.543	ARRANJO PRODUTIVO FORMADO (ARRANJO FORMADO)	4	4
577 - CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS - MINAS DO PRINCÍPIO AO FIM	15.532.000	46.935			
I 381 - CONSOLIDAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS	15.532.000	46.935	CADEIA PRODUTIVA FORMADA (CADEIA FORMADA)	9	1
579 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	657.000	1.583			
I 410 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CENTRAL DE DADOS E INFORMAÇÕES INDUSTRIAIS	210.000	0	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDO (SISTEMA) (8)	1	0
4 404 - EVENTOS DE PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA	447.000	1.583	EVENTO REALIZADO (EVENTO)	20	20
580 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DOS SERVIÇOS	536.400	4.659			
4 422 - ELABORAÇÃO DE CALENDÁRIOS DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS DE MINAS GERAIS	50.000	0	CALENDÁRIO ELABORADO (CALENDÁRIO) (9)	4.000	4000
4 472 - PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E EXPOSIÇÕES	346.400	3.884	PROMOÇÃO REALIZADA (PROMOÇÃO)	30	34
4 474 - CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL	140.000	775	EMPRESÁRIO CAPACITADO (EMPRESÁRIO) (3)	100	0
618 - AJUSTE ESTRUTURAL DO ESTADO	35.600.000	0			
I 213 - PROMOÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DE INFRA ESTRUTURA / BID - AJUSTE ESTRUTURAL	35.600.000	0	INVESTIMENTO REALIZADO (PERCENTUAL)	7	0
2251 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	16.042.022	8.445.202			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.486.796	7.629.879			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	830.846	335.886			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.970.000	2.229.057			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.675.950	4.288.960	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	126	124
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000	0	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	1	0
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.000.000	775.976			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	70.226	67.224			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	70.226	67.224			
130 - REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS	4.485.000	748.099			
4 490 - REGISTRO DE DOCUMENTOS DE EMPRESAS	4.485.000	748.099	DOCUMENTO REGISTRADO (DOCUMENTO)	183.000	204.890
4011 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MÍNERO-METALÚRGICO	4.000.000	581.057			
576 - DESENVOLVIMENTO MINERO-METALÚRGICO	4.000.000	581.057			
I 380 - APOIO FINANCEIRO DESTINADO AOS INVESTIMENTOS QUE VISEM O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE MÍNERO-METALÚRGICO.	4.000.000	581.057	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	6	1
4051 - FUNDO DE INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO	300.000.000	104.312.496			
350 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	300.000.000	104.312.496			
I 442 - APOIO FINANCEIRO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL	195.000.000	42.128.496	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	100	29
I 458 - APOIO FINANCEIRO DESTINADO A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES INDUSTRIAIS.	105.000.000	62.184.000	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	24	16
4111 - FUNDO DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	102.279.556	107.284.343			
217 - ESTRADA REAL	7.000.000	761.220			
I 927 - FUNDESE- ESTRADA REAL	7.000.000	761.220	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE)	100	8
258 - EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	6.000.000	14.459.083			
I 453 - VIABILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE FINANCIAMENTOS AO PROGRAMA EMPRESA MINEIRA COMPETITIVA	6.000.000	14.459.083	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE)	240	26
365 - PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	6.000.000	2.950.902			
I 930 - FUNDESE BASE TECNOLÓGICA	6.000.000	2.950.902	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	20	6
374 - FOMENTO AOS MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS	83.279.556	89.113.138			
I 973 - GERAMINAS	83.279.556	89.113.138	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE)	4.500	3.725
4261 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE INDUSTRIAS ESTRATÉGICAS	6.100.000	25.430.643			
336 - POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	2.000.000	18.552.164			
I 506 - APOIO FINANCEIRO DESTINADO A AMPLIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EMPRESAS AGRO-INDUSTRIAIS	2.000.000	18.552.164	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	2	2
350 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO	3.100.000	6.785.445			
I 485 - IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS: PROE-INDÚSTRIA	750.000	3.910.828	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	3	4
I 488 - ESTRUTURAÇÃO COMERCIAL DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS ESTRATÉGICOS - PROE - ESTRUTURAÇÃO.	2.350.000	2.874.617	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	4	3
365 - PROPAGAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	1.000.000	93.034			
I 503 - PROE-ELETRÔNICA	1.000.000	93.034	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA)	10	2
5011 - COMPANHIA MINERADORA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	69.711.000	34.008.940			
318 - GESTÃO DE NEGÓCIOS	62.001.000	33.045.031			
3 695 - APOIO INSTITUCIONAL NO DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TURÍSTICO DE ARAXÁ	500.000	0	ESTUDO ELABORADO (ESTUDO)	1	0
3 816 - RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA, DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MODELO OPERACIONAL DOS PARQUES E BALNEÁRIOS DA COMIG	1.300.000	92.400	PARQUE RECUPERADO (UNIDADE)	3	1
3 818 - REFORMA DE BALNEÁRIOS E CENTRO DE CONVENÇÕES EM CAXAMBU E POÇOS DE CALDAS	2.500.000	123.171	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO)	1	1
3 820 - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA EM ARAXÁ, CAMBUQUIRA E CALDAS	900.000	0	EQUIPAMENTO INSTALADO (EQUIPAMENTO)	3	0
3 822 - REGULARIZAÇÃO, VIABILIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE ÁGUAS MINERAIS DA COMIG	5.000.000	216.333	EDITAL PUBLICADO (EDITAL) (10)	3	0
3 900 - ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM TIRADENTES	300.000	0	PROJETO ELABORADO (PROJETO)	1	0
3 906 - GESTÃO AMBIENTAL DOS DIREITOS MINERÁRIOS E DAS UNIDADES INDUSTRIAIS, HIDROTERMAIS E HOTELEIRA DA COMIG	501.000	30.500	LICENÇA AMBIENTAL OBTIDA (LICENÇA)	5	2

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
3 916 - OBRAS CIVIS PARA CONCLUSÃO DO EXPOMINAS-BH	18.000.000	19.363.367	PAVILHÃO CONSTRUÍDO (UNIDADE)	2	2
3 940 - MELHORIA NA INFRA-ESTRUTURA DO EXPOMINAS-ARAXÁ	1.000.000	0	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÃO MELHORADO (UNIDADE)	1	0
3 943 - CONSTRUÇÃO DE ANEXO PARA EVENTOS PARALELOS NO EXPOMINAS-BH	32.000.000	13.219.260	ANEXO CONSTRUÍDO (UNIDADE)	1	1
409 - GESTÃO MINERAL	5.750.000	936.556			
3 655 - AVALIAÇÃO DO PORTFÓLIO MINERAL DA COMIG	2.750.000	850.488	PROJETO EXECUTADO (PROJETO)	10	5
3 662 - INCREMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS NO SETOR MINERAL	3.000.000	86.068	NEGÓCIOS VIABILIZADOS (NEGÓCIOS)	2	1
541 - GESTÃO DE INFORMAÇÕES MINERAIS	1.960.000	27.353			
3 726 - GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES GEOLÓGICAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.700.000	0	MAPA GEOLÓGICO CONCLUÍDO (QUILÔMETRO QUADRADO)	68.000	0
3 819 - DIFUSÃO TÉCNICA DO SETOR MINERAL	100.000	12.500	EXEMPLAR EDITADO (EXEMPLAR)	5.000	1.000
3 824 - CONCLUSÃO DO PROJETO DO MEMORIAL DA MINERAÇÃO	160.000	14.853	REFORMA DO MEMORIAL CONCLUÍDA (UNIDADE)	1	1
5091 - COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS	21.057.107	145.098			
592 - IMPLANTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS PLANEJADAS	20.807.107	145.098			
3 152 - IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEO HABITAÇÃO TRABALHO	40.000	0	NÚCLEO HABITAÇÃO TRABALHO IMPLANTADO (NÚCLEO)	1	0
3 614 - IMPLANTAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS	17.976.607	0	DISTRITO INDUSTRIAL IMPLANTADO (DISTRITO)	22	0
3 942 - IMPLANTAÇÃO DE QUARTEIRÕES EMPRESARIAIS	2.790.500	145.098	QUARTEIRÃO EMPRESARIAL IMPLANTADO (QUARTEIRÃO)	20	1
598 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL	250.000	0			
6 179 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO, VEÍCULOS	250.000	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	192	0
5121 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS	2.277.741.000	2.763.633.600			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	979.727.000	1.612.741.071			
7 865 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - CEMIG	172.318.000	581.627.551			
7 923 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - CEMIG	807.409.000	1.031.113.520			
019 - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	358.240.000	429.739.152			
3 030 - CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	329.600.000	407.580.000	USINA CONSTRUÍDA (USINA)	7	7
3 032 - MANUTENÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	21.500.000	11.295.600	REFORMA E MELHORIA DE USINA EXECUTADA (USINA)	1	1
3 051 - MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS OU TÉRMICAS	7.140.000	10.863.552	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	1	1
037 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	106.540.000	78.981.000			
3 052 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO	82.900.000	60.031.200	LINHA DE TRANSMISSÃO EM INSTALAÇÃO (QUILÔMETRO)	1	1,41
3 061 - EXPLORAÇÃO DE SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO	16.500.000	15.604.800	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	1	1
6 994 - MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA A TRANSMISSÃO	7.140.000	3.345.000	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	1	1
045 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	383.380.000	266.882.320			
3 071 - EXPANSÃO DAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO URBANO	275.060.000	177.409.840	CONSUMIDOR ATENDIDO (UNIDADE)	167.819	149.526
3 074 - MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO DA DISTRIBUIÇÃO	55.920.000	71.591.280	CONSUMIDOR ATENDIDO (UNIDADE)	1	1
3 076 - EXPANSÃO, REFORMA E MELHORIA DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO	52.400.000	17.881.200	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	61	60,7
268 - 100% ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	128.806.000	51.853.200			
3 517 - EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA 100% DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	128.806.000	51.853.200	CONSUMIDOR ATENDIDO (CONSUMIDOR)	37.115	16.876
340 - PROJETO JAÍBA	3.000.000	948.857			
8 366 - CONCLUSÃO DA INFRAESTRUTURA DE ENERGIA DO PROJETO JAÍBA - CEMIG	3.000.000	948.857	INFRAESTRUTURA CONSTRUÍDA (UNIDADE)	1	1
391 - ENERGIA ELÉTRICA PARA O NOROESTE MINEIRO	19.048.000	2.928.000			
3 154 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO - SUBESTAÇÕES	7.497.000	1.726.800	MVA DE SUBESTAÇÃO (MEGA VOLT AMPERE)	45	1
3 431 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSÃO - LINHAS DE SUBTRANSMISSÃO	4.403.000	0	LINHA DE TRANSMISSÃO CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO)	1	
3 436 - EXPANSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO	7.148.000	1.201.200	REDE DE DISTRIBUIÇÃO EM MT (QUILÔMETRO)	218	1,5
619 - APORTE DE CAPITAL - CEMIG	299.000.000	319.560.000			
6 479 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	49.000.000	29.288.000			0
6 805 - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	250.000.000	290.272.000			0

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
5131 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS	120.000	91.906			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	120.000	91.906			
6 946 - MANUTENÇÃO DA INFRA- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - INDI	120.000	91.906	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	45	21
5201 - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.	83.507.000	129.684.245			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.000.000	1.815.197			
3 568 - REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO DO BDMG	3.000.000	1.815.197	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO) (11)	1	0
363 - DESENVOLVIMENTO DA INFORMATIZAÇÃO DO BDMG	1.100.000	722.586			
3 452 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (12)	1.100.000	722.586	CONSOLIDAÇÃO DE BACKUP DOS SERVIDORES/AQUISIÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE (12)		
606 - CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	79.407.000	127.146.462			
6 554 - CAPITALIZAÇÃO DO BDMG	79.407.000	127.146.462	AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO (UNIDADE) (13)	79.406.000	127.146.462
5251 - COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS	20.500.000	32.721.000			
219 - OFERTA DE GÁS NATURAL	20.500.000	32.721.000			
3 364 - DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	20.500.000	32.721.000	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO) (14)	45	33
Total do Setor	2.995.158.371	3.220.457.843			

(1) Despesas de Capital - Investimentos (com patrimônio para o órgão - equipamentos de informática, etc.)

(2) A assinatura do convênio foi adiada para 2005.

(3) - Despesas Correntes com Custeio de Diárias Civil e Passagens e Despesas com Locomoção

(4) Convenio c/DNPM minuta aprovada em AGE para disponibilização de dados.

(5) Meta redefinida.

(6) Os recursos orçamentários para os Projetos Estruturadores foram liberados a partir do mês de maio, ocasionando atraso na execução financeira, e na celebração dos convênios com as instituições parceiras, resultando no atraso das realizações das metas físicas.

(7) Evento Mercosul - Reunião de Cúpula das Américas

(8) A ser implementado em 2005 com aquisição dos equipamentos necessários.

(9) realizada via SECOM

(10) Não houve editais na meta física como programado, apenas regularização com implantação de poço profundo Beija V e adutora de água mineral para envazamento na unidade de Araxá.

(11) Obras de revitalização do 1º, 2º e 5º andares e do auditorio em desenvolvimento.

(12) Em desenvolvimento normal: hardware e software estão sendo adquiridos à medida da necessidade. A finalização da consolidação do back up prevista para dezembro.

(13) O valor de aumento de capital de R\$127.146.462 é composto dos seguintes aportes:

Mês	Origem do Recurso	R\$
1/3/2004	Retorno dos Fundos Extintos e do CREDPOP no período de julho de 2003 a dezembro de 2003.	40.512.549
1/7/2004	Retorno dos Fundos Extintos e do CREDPOP no período de janeiro de 2004 a junho de 2004.	38.735.657
1/12/2004	Retorno dos Fundos Extintos e do CREDPOP no período de julho de 2004 a novembro de 2004.	38.477.426
	Baixa da conta Outras Reservas de Capital	9.420.830
Total		127.146.462

(14) Primeira etapa iniciada, conclusão prevista para o 1º semestre 2005.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	315.697.082	179.183.375			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.716.785	4.078.381			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	30.000	410.809			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	448.859	1.295.678			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.051.376	2.270.933	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	104	104
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	44.550	41.129	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	44	44
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	142.000	59.832			
014 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	179.521.556	98.434.998			
1 012 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	115.000	580.000	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE) (1)	1	0
1 017 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS	100.000	0	CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONSTRUÍDO (CENTRO) (2)	1	0
1 019 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS CULTURAIS	100.000	74.000	CENTRO DE CONVÍVIO CONSTRUÍDO (CENTRO) (3)	1	0
1 021 - MINAS OLÍMPICA	200.000	46.877	OBRA EXECUTADA (OBRA) (3)	5	0
1 024 - FÁBRICA DE ASFALTO MODIFICADO E LABORATÓRIO TECNOLÓGICO DO DEOP	50.000	0	ESTUDO/PROJETO ESPECIAL PROMOVIDO (ESTUDO / PROJETO) (4)	2	0
1 025 - APOIO AOS MUNICÍPIOS EM OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	128.573.700	76.078.408	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO)	250	520
1 043 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE CONVENÇÕES	1.600.000	4.189.070	CENTRO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES DE MINAS GERAIS ACOMPANHADO (CENTRO DE FEIRAS) (1)	2	0
1 059 - CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS	20.900.000	2.415.922	AEROPORTO CONSTRUÍDO (AEROPORTO) (5)	2	0
1 063 - MELHORAMENTO DE AEROPORTOS	15.842.856	0	AEROPORTO MELHORADO (AEROPORTO) (6)	5	0
1 100 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SEF	3.000.000	5.082.371	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE) (1)	2	0
1 111 - PORTOS FLUVIAIS	500.000	73.533	TERMINAL DE INTEGRAÇÃO IMPLANTADO (TERMINAL) (3)	1	0
1 113 - APROVEITAMENTO DO LAGO DE FURNAS PARA NAVEGAÇÃO	20.000	0	TERMINAL PORTUÁRIO CONSTRUÍDO ATENDIDO (PORTO) (2)	2	0
1 223 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE	2.570.000	33.629	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE) (5)	1	0
1 531 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA SEF	1.100.000	1.092.980	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA (UNIDADE)	12	12
1 804 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	1.920.000	3.342.058	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE)	3	5
1 898 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	2.255.000	653.441	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA (UNIDADE) (1)	10	1
1 948 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	675.000	4.772.709	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA (UNIDADE)	25	4
034 - SANEAMENTO AMBIENTAL	1.600.000	29.144.759			
1 048 - CONSTRUÇÃO DE FÁBRICAS DE BLOQUETES E BANHEIROS SANITÁRIOS	100.000	0	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE) (2)	8	0
1 676 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS	1.500.000	29.144.759	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO)	10	10
035 - CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DE MINAS GERAIS	1.000.000	1.160.000			
1 714 - REFORMA DOS EDIFÍCIOS SEDE DOS EXTINTOS BEMGE E CREDIREAL	1.000.000	1.160.000	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO)	2	1
036 - AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS EM AÇÕES EMERGENCIAIS	3.300.000	76.360			
1 049 - APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA	2.100.000	76.360	MUNICÍPIO APOIADO (MUNICÍPIO) (3)	10	0
1 050 - EXECUÇÃO DE OBRAS EMERGENCIAIS EM APOIO AOS MUNICÍPIOS	1.200.000	0	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) (7)	30	0
087 - GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO RODOVIÁRIA	100.000	0			
1 107 - CONTROLE ELETRÔNICO DA MALHA VIÁRIA	100.000	0	PROGRAMA IMPLEMENTADO (PROGRAMA) (2)	1	0
088 - PROJETO DE CONCESSÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	50.000	0			
1 109 - LICITAÇÃO DO PROJETO DE CONCESSÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	50.000	0	LICITAÇÃO REALIZADA (LICITAÇÃO) (2)	1	0
155 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DOS ACESSOS VIÁRIOS	17.691.000	15.157.132			
4 185 - FORNECIMENTO DE BUEIROS METÁLICOS	4.535.000	6.997.182	BUEIRO METÁLICO FORNECIDO (BUEIRO) (8)	600	1.605
4 201 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	200.000	480.000	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO (PONTE E VIADUTO)	4	1
4 204 - FORNECIMENTO DE MATA-BURROS	5.000.000	5.779.950	MATA-BURRO FORNECIDO (MATA-BURRO) (9)	5.000	1.303
4 212 - FORNECIMENTO DE VIGAS METÁLICAS	7.956.000	1.900.000	VIGA METÁLICA FORNECIDA (VIGA)	2.400	540
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	3.102.218	0			

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
I 360 - ESTUDO, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO DE AEROPORTOS - PRODETUR NE II	1.551.108	0	AEROPORTO MELHORADO (AEROPORTO) (10)	3	0
I 528 - REVITALIZAÇÃO DE PORTOS FLUVIAIS DO RIO SÃO FRANCISCO - PRODETUR NE II	1.551.110	0	TERMINAL PORTUÁRIO MELHORADO ATENDIDO (PORTO) (12)	3	0
176 - ESTRADAS TURÍSTICAS E ECOLÓGICAS	2.400.000	715.474			
I 033 - ESTRADA TURÍSTICA E ECOLÓGICA DO PICO DO IBITURUNA	2.000.000	715.474	ESTRADA CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO) (1)	5	0
I 234 - ESTRADA TURÍSTICA E ECOLÓGICA NAS PROXIMIDADES DA SERRA DO ESPINHAÇO	100.000	0	ESTRADA CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO) (2)	37	0
I 247 - ESTRADA TURÍSTICA E ECOLÓGICA DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE	100.000	0	ESTRADA CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO) (2)	33	0
I 249 - ESTRADA TURÍSTICA E ECOLÓGICA DA SERRA DA CANASTRA - TRECHO II	100.000	0	ESTRADA CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO) (2)	85	0
I 255 - ESTRADA TURÍSTICA E ECOLÓGICA DA SERRA DA CANASTRA - TRECHO I	100.000	0	ESTRADA CONSTRUÍDA (QUILÔMETRO) (2)	74	0
201 - APOIO A INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA EM REGIÕES ESTRATÉGICAS	4.500.000	1.044.062			
I 193 - RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA BR-120	100.000	0	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA CONCLUÍDA (QUILÔMETRO) (2)	8	0
I 305 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE ALUMÍNIO	200.000	0	ESTRADA E ACEIRO CONSTRUÍDO E CONSERVADO (QUILÔMETRO) (2)	100	0
I 309 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE CELULOSE	2.000.000	1.044.062	ESTRADA E ACEIRO CONSTRUÍDO E CONSERVADO (QUILÔMETRO) (1)	94	0
I 313 - INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE MINÉRIO	1.000.000	0	ESTRADA E ACEIRO CONSTRUÍDO E CONSERVADO (QUILÔMETRO) (2)	68	0
I 317 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DO LAGO DE FURNAS	1.000.000	0	ESTRADA E ACEIRO CONSTRUÍDO E CONSERVADO (QUILÔMETRO) (2)	99	0
I 320 - INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SIDERÚRGICO NA REGIÃO DA ACOMINAS	200.000	0	ESTRADA E ACEIRO CONSTRUÍDO E CONSERVADO (QUILÔMETRO) (2)	71	0
212 - TURISMO EM MINAS	100.000	29.157			
I 475 - ARMAZÉM DE MINAS	100.000	29.157	ARMAZÉM IMPLANTADO (ARMAZÉM) (11)	4	0
313 - REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	90.875.523	29.343.052			
I 673 - CONSTRUÇÃO DE PRESÍDIOS	32.660.000	0	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE) (2)	5	0
I 683 - CONSTRUÇÃO DE PENITENCIÁRIAS	38.215.523	18.025.273	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE) (1)	6	2
I 724 - REFORMA DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS	3.000.000	3.808.472	UNIDADE PREDIAL REFORMADA (UNIDADE)	2	2
I 757 - CONSTRUÇÃO DE CENTRO SOCIOEDUCATIVOS	17.000.000	7.509.307	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE)	4	3
347 - REESTRUTURAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA E DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	8.740.000	0			
I 876 - ALARGAMENTO E REESTRUTURAÇÃO DA AVENIDA ANTÔNIO CARLOS	8.740.000	0	INFRAESTRUTURA MELHORADA (PERCENTUAL) (2)	33	0
2141 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	7.545.465	5.855.169			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7.379.465	5.204.892			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	21.429	17.232			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	837.355	1.230.498			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	6.324.681	3.831.916	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	124	134
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	54.000	52.295	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	48	51
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	142.000	72.951			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
079 - GERENCIAMENTO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	165.000	650.277			
4 102 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS	45.000	542.707	PROJETO TÉCNICO ELABORADO (PROJETO)	3	5
4 103 - FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	120.000	107.570	OBRA FISCALIZADA (OBRA)	180	184
2301 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.016.276.983	828.460.143			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	156.482.078	132.970.600			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	300.000	0			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	31.737.822	23.839.892			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	119.794.256	104.856.845	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	4.830	4.653
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.200.000	389.865	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	1.040	939
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	150.000	71.839	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	500	1.033
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.300.000	3.812.159			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	431.847.460	358.781.152			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	431.847.460	358.781.152			
049 - POTENCIALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA DO TRIÂNGULO - ALTO PARANAÍBA	10.937.000	2.135.819			
1 149 - MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE AEROPORTOS	1.510.000	0	AEROPORTO MELHORADO (AEROPORTO) (12)	2	0
1 155 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS NA REGIÃO DO TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA	4.427.000	290.005	RODOVIA RESTAURADA (QUILÔMETRO) (13)	23	0
1 221 - IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	5.000.000	1.845.814	RODOVIA IMPLANTADA E PAVIMENTADA (QUILÔMETRO)	76	28
068 - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	87.240.340	68.817.739			
4 098 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE ESTADUAL	8.840.340	37.781.270	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO) (1)	14	0
4 171 - PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS DA REDE FEDERAL DELEGADA-DNIT	78.400.000	31.036.469	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO)	113	12
123 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA	110.020.774	117.162.966			
4 134 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	21.980.774	51.494.259	RODOVIA CONSERVADA (QUILÔMETRO)	21.123	21.123
4 142 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	25.840.000	59.707.491	RODOVIA RESTAURADA (QUILÔMETRO)	132	324
4 216 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	60.000.000	5.961.216	RODOVIA RESTAURADA (QUILÔMETRO)	249	1.000
4 879 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS DELEGADAS - DNIT	2.200.000	0	RODOVIA CONSERVADA (QUILÔMETRO) (14)	2.519	0
124 - PROGRAMA DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	120.000.000	60.559.260			
1 231 - OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA FERNÃO DIAS (BR381)	120.000.000	60.559.260	RODOVIA DUPLICADA (QUILÔMETRO)	15	7
126 - METROPLAN	2.650.000	0			
4 346 - REDUÇÃO DO CUSTO DO TRANSPORTE DO SISTEMA METROPOLITANO	2.650.000	0	SERVIÇO DE TRANSPORTE ADEQUADO (SERVIÇO) (15)	1	0
127 - PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA EM MUNICÍPIOS	4.820.437	0			
1 347 - MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DE CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO DA RMBH	4.820.437	0	VIA URBANA PAVIMENTADA (QUILÔMETRO) (16)	100	0
208 - CORREDORES RADIAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	6.053.000	6.619.679			
1 510 - CORREDOR DE TRANSPORTE MG 050/BR 265 TRECHO: BELO HORIZONTE - FORMIGA - PASSOS - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - DIVISA MG/SP	6.053.000	6.619.679	RODOVIA ADEQUADA (QUILÔMETRO)	93	345
212 - TURISMO EM MINAS	401.936	401.936			
1 470 - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	401.936	401.936	SINALIZAÇÃO INSTALADA (SINALIZAÇÃO)	7	1
217 - ESTRADA REAL	360.000	320.000			
1 477 - SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA ESTRADA REAL	40.000	320.000	SINALIZAÇÃO INSTALADA (SINALIZAÇÃO)	5	4
4 573 - RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS VIAS DE ACESSO	320.000	0	VIAS DE ACESSO RECUPERADA (QUILÔMETRO) (2)	270	0
224 - PROGRAMA DE QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO - PQSP	275.000	0			
2 401 - ATENDIMENTO AO PÚBLICO	100.000	0	ATENDIMENTO PRESTADO (ATENDIMENTO) (16)	150.000	0
2 415 - CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	175.000	0	EMPRESA CERTIFICADA (PERCENTUAL) (16)	3	0
340 - PROJETO JAÍBA	1.000.000	300.000			
1 837 - REFORÇO DA INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO JAÍBA - DER	1.000.000	300.000	PONTE E VIADUTO CONSTRUÍDO ATENDIDO (PONTE E VIADUTO) (1)	1	0
347 - REESTRUTURAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA E DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - RMBH	7.805.000	5.448.701			
1 870 - MELHORIA DAS RODOVIAS MG10, MG424 E MG-20	7.805.000	5.448.701	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO)	20	66
397 - PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS RODOVIÁRIOS AOS MUNICÍPIOS	75.883.958	74.942.291			
1 600 - PRODER - MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS RODOVIÁRIOS	1.000.000	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO) (4)	4	0
1 961 - MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE - PROACESSO	64.000.000	74.942.291	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO)	317	84
1 971 - MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES E ACESSOS - PRODETUR NE II	7.533.958	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO) (17)	36	0
1 972 - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DE LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS EM CONVÊNIO COM A UNIÃO	3.350.000	0	RODOVIA MELHORADA/PAVIMENTADA (QUILÔMETRO) (18)	17	0
529 - PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS	500.000	0			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2 559 - MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE CONCESSÃO	500.000	0	CONTRATO DE CONCESSÃO GERENCIADO (CONTRATO)	1	0
4381 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRANSPORTES	43.364.413	22.221.876			
122 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL	23.519.540	11.618.771			
4 176 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS	18.000.000	8.490.212	RODOVIA CONSERVADA (QUILÔMETRO)	5.995	5.995
4 455 - RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS	5.519.540	3.128.559	RODOVIA RESTAURADA (QUILÔMETRO)	102	83
125 - PROGRAMA DE OPERAÇÃO DE VIA - OPERVIA	19.844.873	10.603.105			
4 244 - CONTROLE DO TRANSPORTE DE CARGAS ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE BALANÇAS FIXAS E MÓVEIS	11.100.000	7.297.605	BALANÇA OPERADA (UNIDADE)	23	10
4 294 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE VELOCIDADE	8.000.000	3.305.500	EQUIPAMENTO MANTIDO (EQUIPAMENTO)	46	25
4 878 - CAMPANHA EDUCATIVA DE TRÂNSITO	744.873	0	CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA (CAMPANHA)	100	100
5261 - TREM METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE S.A.	40.401.000	0			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	401.000	0			
6 248 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - TREM METROPOLITANO	401.000				
565 - TRANSPORTE METROPOLITANO	40.000.000	0			
8 240 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DA RMBH	40.000.000		PASSEIRO TRANSPORTADO (PASSEIRO)	100.000	0
Total do Setor	1.423.284.943	1.035.720.563			

(1) Existem obras em andamento

(2) Prioridade redefinida

(3) Pagamento de consultoria para elaboração dos projetos

(4) Meta cancelada

(5) Pagamento de medições anteriores

(6) Demora na celebração de convênio

(7) Atraso na elaboração e definição dos projetos o que impediu a utilização dos recursos

(8) A ação está mensurada em metros de bueiros. Para cada bueiro, gasta-se em média 10 metros de chapa de aço.

(9) Quantidade de mata-burro fornecida inferior ao programado para garantir estoque de segurança para os casos de necessidade causadas por intempéries.

(10) Aguardando a aprovação do PEDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável)

(11) Por orientação do Ministério do Turismo, todos os projetos arquitetônicos passaram por uma readaptação, causando um atraso no início das obras.

(12) Demora na celebração do convênio com o PROFAA

(13) Recurso empenhado destinado ao pagamento da Petrobrás

(14) Ações de conservação foram encampadas pelas ações de restauração

(15) Atraso na entrega do projeto de reestruturação feito pela CBTU

(16) Recursos financeiros não liberados

(17) Negociações com o Banco do Nordeste não foram concluídas

(18) Negociações com o Governo Federal não foram concluídas

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1471 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA	24.485.582	14.519.071			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.915.300	5.745.870			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	62.172	146.216			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	862.060	1.341.700			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.134.053	3.147.279	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	124	130
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	43.500	60.290	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	66	67
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.788.515	1.050.385			
2 430 - RACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS	25.000	0			
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	5.539.675	0			
1 996 - ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	5.539.675	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (10)	27	0
213 - LARES GERAES	9.952.704	4.923.166			
1 644 - CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS E PRODUÇÃO DE LOTES URBANIZADOS NA ZONA URBANA	7.582.704	4.780.666	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA (UNIDADE HABITACIONAL)	1.243	112
1 647 - CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA RURAL	2.370.000	142.500	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA (UNIDADE HABITACIONAL)	240	48
217 - ESTRADA REAL	797.296	0			
1 439 - SANEAMENTO BÁSICO - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	250.000	0	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ÁGUA ATENDIDA (ECONOMIA RESIDENCIAL) (11)	15.625	0
1 850 - SANEAMENTO BÁSICO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO	547.296	0	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ESGOTO ATENDIDA (ECONOMIA RESIDENCIAL) (11)	15.243	0
1 883 - SANEAMENTO BÁSICO - COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO	150.000	0	FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA) (11)	5.000	0
251 - PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	5.000	0			
1 424 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	5.000	0	LOTE REGULARIZADO (UNIDADE)	8.000	0
259 - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO METROPOLITANA	72.519	20.446			
1 457 - PLANO DIRETOR METROPOLITANO	51.519	20.446	PLANO DIRETOR METROPOLITANO ELABORADO (PLANO DIRETOR)	2	0
1 589 - PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS	7.000	0	PLANO DIRETOR IMPLANTADO/ SUPERVISIONADO (PLANO)	14	0
1 616 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS	7.000	0	SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA IMPLEMENTADO (SISTEMA)	1	0
4 451 - SISTEMA DE GESTÃO METROPOLITANA	7.000	0	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	2	0
267 - POSTO DE SERVIÇO INTEGRADO URBANO - PSIU	3.086.288	3.216.765			
1 480 - EXPANSÃO DA REDE DE POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS - PSIU	300.000	273.000	POSTO PSIU IMPLANTADO. (POSTO) (5)	5	0
4 482 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INTEGRADOS URBANOS - PSIU	2.786.288	2.943.765	ATENDIMENTO PRESTADO (ATENDIMENTO)	5.500.000	4.100.000
276 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL - PADEM	13.200	8.992			
1 507 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.	13.200	8.992	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) (7)	600	0
289 - PROGRAMA DE ORDENAÇÃO TÉCNICA ESTRUTURAL DOS MUNICÍPIOS	44.600	3.832			
1 565 - ORDENAÇÃO TÉCNICA E ESTRUTURAL DOS MUNICÍPIOS.	27.300	3.832	PLANO DIRETOR IMPLANTADO/ SUPERVISIONADO (PLANO) (8)	50	0
1 583 - FORTALECIMENTO DA AÇÃO COMPARTILHADA OU DOS CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS.	17.300	0	SERVIDOR PÚBLICO CAPACITADO (SERVIDOR PÚBLICO)	750	0
332 - PESQUISA ORIGEM E DESTINO.	7.000	0			
1 772 - PESQUISA ORIGEM E DESTINO	7.000	0	PESQUISA REALIZADA (PERCENTUAL)	40	0
614 - AÇÕES EMERGENCIAIS DE SANEAMENTO	52.000	600.000			
1 970 - POÇOS PROFUNDOS PERFURAÇÃO, INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	51.000	600.000	POÇO PERFURADO INSTALADO ATENDIDO (POÇO)	250	8
4 963 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR CAMINHÕES - PIPA	1.000	0	CAMINHÃO PIPA DISPONIBILIZADO (CAMINHÃO) (9)	200	68
2381 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS	3.656.462	7.117.576			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.660.462	2.300.040			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	21.000	4.426			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	617.684	534.513			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.973.231	1.720.710	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	101	105
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	26.200	19.532	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	55	21

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	22.347	20.859			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
027 - RÁDIODIFUSÃO	880.000	4.757.159			
4 460 - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV.	60.000	3.941.052	SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE SINAL DE TV VIA SATELITE INSTALADO (SISTEMA) (1)	3	1
4 481 - MANUTENÇÃO NOS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE TV IMPLANTADOS.	820.000	816.107	MANUTENÇÃO REALIZADA (SERVIÇO)	500	409
217 - ESTRADA REAL	25.000	48.470			
1 135 - IMPLANTAÇÃO DE TELEFONIA RURAL NA ESTRADA REAL	25.000	48.470	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO (POSTO TELEFÔNICO) (2)	5	9
280 - TELEFONIA RURAL	90.000	11.907			
4 523 - PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA RURAL.	60.000	0	POSTO TELEFÔNICO RURAL INSTALADO (POSTO TELEFÔNICO) (3)	12	14
4 525 - MANUTENÇÃO NOS POSTOS TELEFÔNICOS RURAIS INSTALADOS.	30.000	11.907	MANUTENÇÃO REALIZADA (SERVIÇO)	122	41
4101 - FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO	2.040.683	4.121			
341 - APOIO AOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	2.040.683	4.121			
1 697 - HABITAÇÕES POPULARES - PROHAB	2.039.683	4.121	UNIDADE HABITACIONAL CONSTRUÍDA (UNIDADE HABITACIONAL)	270	0
1 842 - PROJETOS ESPECIAIS E EMERGENCIAIS	1.000	0	PROJETO EXECUTADO (PROJETO)	1	0
4331 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000	0			
556 - FUNDO METROPOLITANO	1.000	0			
1 989 - APOIO FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	1.000	0	PROJETO APOIADO (PROJETO)	1	0
5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.116.500	1.908.463			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	115.500	532.239			
6 513 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - COHAB	115.500	532.239			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 524 - AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA INTERNA - COHAB	1.000	0			
213 - LARES GERAIS	2.000.000	1.376.224			
3 337 - CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DE UNIDADES HABITACIONAIS NA ZONA URBANA	2.000.000	1.376.224	UNIDADE HABITACIONAL URBANA CONSTRUÍDA (UNIDADE HABITACIONAL)	100	158
5081 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	620.366.146	409.864.174			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30.285.457	15.521.021			
6 188 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - COPASA	30.285.457	15.521.021			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	72.426.722	77.229.379			
7 189 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA - COPASA	28.812.936	25.481.198			
7 341 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - COPASA	43.613.786	51.748.181			
080 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	517.653.967	317.113.774			
8 108 - EXPANDIR E ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	210.017.885	108.031.374	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ÁGUA ATENDIDA (ECONOMIA RESIDENCIAL)	143.000	72.221
8 159 - EXPANDIR E ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	266.309.859	209.082.400	ECONOMIA RESIDENCIAL DE ESGOTO ATENDIDA (ECONOMIA RESIDENCIAL) (4)	135.000	123.624
8 163 - IMPLANTAR SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES COM CONCESSÃO DA COPASA	41.326.223	0	ESGOTO TRATADO (PERCENTUAL) (6)	41	29
Total do Setor	652.666.373	433.413.405			

(1) A instalação da meta sistema de captação de sinais de TV, ocorreu com o equipamento já existente no estoque do DETEL. Serão adquiridos até o final do exercício 166 sistemas para instalações de estações retransmissoras dos sinais da REDE MINAS, em parte dos municípios mineiros ainda não atingidos. Os recursos provenientes de suplementação orçamentária do tesouro estadual no valor de R\$4.000.000,00

(2) Previsão de 05 postos telefônicos, porém, serão instalados 09, até o final do exercício, devido a suplementação da Secretaria de Turismo

(3) A instalação dos 14 postos telefônicos foi realizada utilizando equipamentos adquiridos no final do exercício de 2002.

(4) O valor executado na ação 8159 inclui os gastos da ação 8163, a empresa não consegue desmembrar os valores

(5) Um posto em fase final de implementação

(6) Média anual

(7) Recursos utilizados em vistorias em obras nos municípios com prestação de contas pedentes de convênios firmados anteriormente

(8) Recursos utilizados na participação em seminários para capacitar a elaboração dos planos diretores

(9) Meta realizada com recursos de restos a pagar do exercício anterior

(10) Aguardando a aprovação do PEDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável)

(11) Contingenciamento total dos recursos por parte do programa

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	4.901.048	9.248.932			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.459.048	2.393.806			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	24.000	13.506			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	295.107	357.362			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.080.845	1.984.157	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	93	94
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	35.096	38.781	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	43	42
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24.000	0			
301 - INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	427.000	702.683			
4 606 - APOIO TECNOLÓGICO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	9.000	1.401	PROJETO INDUZIDO (PROJETO)	16	12
4 613 - APOIO TECNOLÓGICO A PROJETOS ESPECIAIS	9.000	2.083	PROJETO INDUZIDO (PROJETO)	60	34
4 626 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	409.000	699.199	CAMPANHA REALIZADA (CAMPANHA)	10	1
311 - INCLUSÃO DIGITAL	1.800.000	5.974.010			
1 675 - MONTAGEM DE UNIDADES MÓVEIS DE INCLUSÃO DIGITAL	666.000	334.523	UNIDADE MÓVEL COM INFRA-ESTRUTURA DE INFORMÁTICA DISPONIBILIZADA (UNIDADE) (1)	3	0
1 705 - IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS SOCIAL	666.000	379.145	BANCO DE DADOS DISPONIBILIZADO (CIDADE) (2)	3	0
1 711 - CRIAÇÃO DO PROJETO GESTÃO MUNICIPAL EMPREENDEDORA	234.000	5.260.207	SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL VIA WEB DESENVOLVIDO (SISTEMA) (3)	1	0
1 715 - CRIAÇÃO DO PORTAL DA CIDADANIA	234.000	135	SITE PORTAL DA CIDADANIA DISPONIBILIZADO (SOFTWARE) (4)	1	0
395 - SUPERVISÃO E CONTROLE DO ENSINO SUPERIOR	15.000	1.285			
1 157 - IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS	5.000	0	BANCO DE DADOS CONSTRUÍDO, IMPLANTADO E DISPONIBILIZADO (BANCO DE DADOS) (5)	1	1
2 192 - ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR	5.000	1.285	ENSINO SUPERIOR SUPERVISIONADO E MELHORADO (ENSINO)	1	1
4 199 - AÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA COM FOCO NOS PROJETOS ESTRUTURADORES	5.000	0	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - IES INTEGRADAS (UNIDADE) (2)	2	2
540 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	200.000	177.148			
1 947 - IMPLANTAR INCUBADORAS E PARQUES TECNOLÓGICOS	200.000	177.148	INSTALAÇÃO EXECUTADA (PARQUE/INCUBADORA)	3	3
2071 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	109.833.128	41.791.683			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9.567.321	3.176.599			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	1.020.707	114.467			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.796.880	1.930.788			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.172.873	1.082.179	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	47	43
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	98.000	0	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	11	0
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	120.000	49.165			
2 430 - RACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS	358.861	0			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
025 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	98.764.807	37.415.084			
1 808 - PROJETO PROTEOMA	1.400.000	0	PROJETO APOIADO (PROJETO)	14	0
4 064 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A INSTITUIÇÕES ESTADUAIS QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	3.800.000	576.832	BOLSA CONCEDIDA (BOLSA)	700	270
4 066 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA INSTITUIÇÕES FEDERAIS E PARTICULARES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	11.027.928	2.323.032	BOLSA CONCEDIDA (BOLSA)	1.000	1.566
4 067 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS	2.100.000	469.437	ESTUDO ELABORADO (ESTUDO)	432	895
4 068 - PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	300.000	0	PATENTE CONCEDIDA (PATENTE) (6)	5	30
4 069 - DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA TECNOLÓGICA	1.500.000	134.823	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO (UNIDADE)	20	30
4 077 - FOMENTO A PROJETO ESPONTÂNEO DE PESQUISA	24.635.120	16.055.429	PROJETO APOIADO (PROJETO)	1.100	685
4 078 - INDUÇÃO A PROGRAMAS E PROJETOS DE PESQUISA	27.759.180	6.556.682	PROJETO APOIADO (PROJETO)	1.000	535
4 080 - INVESTIMENTOS EM EVENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS	3.800.000	940.275	EVENTO APOIADO (EVENTO)	890	236
4 081 - PROMOÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS	3.695.779	2.614.189	PROJETO PROMOVIDO (PROJETO)	20	14

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
4 218 - PROJETO UNESCO	480.000	298.072	PROJETO APOIADO (PROJETO)	10	22
4 259 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - PCRH	5.326.000	909.244	CURSO DE TREINAMENTO/RECICLAGEM REALIZADO (CURSO)	150	135
4 273 - PROJETO ENDOGOVERNAMENTAL	9.000.000	977.981	PROJETO APOIADO (PROJETO)	10	7
4 760 - INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR	268.800	232.240	BOLSA SELECIONADA (BOLSA)	280	258
4 771 - APOIO A INFRA-ESTRUTURA PARA JOVENS PESQUISADORES	1.872.000	1.819.950	PROGRAMA APOIADO (PROGRAMA)	72	160
4 778 - APOIO A NÚCLEOS DE EXCELÊNCIA - PRONEX-MG	1.800.000	3.506.898	PROJETO APOIADO (PROJETO)	10	14
540 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	1.500.000	1.200.000			
1 839 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	1.500.000	1.200.000	PROJETO INDUZIDO (PROJETO) (7)	3	12
2081 - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS	11.232.968	13.542.026			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.510.525	9.367.419			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	5.805	1.991			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.988.000	4.041.159			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	5.381.680	5.211.566	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	208	192
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	88.600	66.263	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	56	67
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46.440	46.440			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	188.124	757.068			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	188.124	757.068			
357 - PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	1.784.806	2.449.598			
1 895 - METROLOGIA E ENSAIOS	693.183	778.796	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO)	17.000	18.000
1 912 - TECNOLOGIA MINERAL	372.913	349.054	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (TECNOLOGIA)	28	39
1 918 - TECNOLOGIA DE MATERIAIS	321.356	645.762	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (TECNOLOGIA)	15	20
1 952 - TECNOLOGIA AMBIENTAL	328.320	618.674	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (TECNOLOGIA)	130	17
1 958 - EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	39.034	38.374	CURSO MINISTRADO (CURSO)	1	1
4 872 - TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	30.000	18.938	TECNOLOGIA DESENVOLVIDA (TECNOLOGIA)	3	3
385 - RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DO CETEC	183.007	179.183			
1 151 - RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO CETEC	106.007	102.498	INFRAESTRUTURA MELHORADA (UNIDADE)	1	1
4 062 - RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA DO CETEC	77.000	76.685	SISTEMA MANTIDO (SISTEMA)	1	1
521 - PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL	45.900	44.966			
1 403 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-PCRH	30.000	29.066	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	20	324
4 363 - EXCELÊNCIA NA PESQUISA TECNOLÓGICA	15.900	15.900	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	1	1
536 - PROGRAMA DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA	520.606	743.792			
4 710 - INFORMAÇÃO PARA PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA	520.606	743.792	SERVIÇO PRESTADO (SERVIÇO)	500	430
2311 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	48.933.581	48.947.816			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	41.295.467	42.424.291			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	82.000	35.894			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.405.349	2.386.017			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	37.675.418	38.771.844	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	2.319	2.495
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.087.700	1.186.782	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	1.300	1.283
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45.000	43.754			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	3.885			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	3.885			
058 - ATENDIMENTO HOSPITALAR E AMBULATORIAL	5.574.635	5.932.019			
4 709 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL ESCOLA CLEMENTE DE FARIA	5.574.635	5.932.019	ATENDIMENTO PRESTADO (ATENDIMENTO)	253.000	315.172
135 - DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA	490.936	181.395			
4 782 - APOIO À PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA	490.936	181.395	PROJETO E PESQUISA CONCLUÍDO (PROJETO / PESQUISA)	70	69
136 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS PREDIAIS	840.000	252.475			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1 809 - CONSTRUÇÃO E REFORMA PREDIAIS	840.000	252.475	PRÉDIO CONSTRUÍDO (PRÉDIO)	2	2
138 - ENSINO PROFISSIONAL	32.000	62.588			
4 802 - PROMOÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES	32.000	62.588	ALUNO QUALIFICADO (ALUNO)	210	455
139 - ENSINO SUPERIOR	235.543	71.403			
4 740 - ENSINO DE TERCEIRO GRAU	235.543	71.403	ALUNO FORMADO (ALUNO)	1.270	1.611
140 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	432.000	10.360			
4 823 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	432.000	10.360	EVENTO PROMOVIDO (EVENTO)	3.950	4.830
143 - PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS	32.000	9.400			
4 173 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOS DADOS DA UNIVERSIDADE	32.000	9.400	SERVIÇO PRESTADO (SERVIÇO)	440.000	510.009
2331 - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	10.979.000	11.301.865			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9.070.020	9.517.572			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	35.000	31.220			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	4.713.925	5.159.410			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.997.095	4.168.939	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	275	275
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	110.000	97.348	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	50	91
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	214.000	60.655			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000				
241 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	95.000	189.762			
4 721 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	95.000	189.762	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	320	387
246 - VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO METROLÓGICA E DA QUALIDADE	1.512.980	1.580.572			
1 425 - CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO	415.000	63.361	LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO CREDENCIADO (LABORATÓRIO) (8)	1	0
4 409 - INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULOS COM PRODUTOS PERIGOSOS	105.000	93.334	INSPEÇÃO REALIZADA (INSPEÇÃO)	4.050	4.883
4 414 - VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS PRÉ-MEDIDOS	110.000	71.605	PRODUTO PRÉ-MEDIDO FISCALIZADO (PRODUTO)	81.063	45.034
4 418 - VERIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS COM CONFORMIDADE AVALIADA PELO INMETRO	112.980	141.400	PRODUTO FISCALIZADO (PRODUTO)	2.463.061	2.927.497
4 419 - EXECUÇÃO DE SERVIÇOS METROLÓGICOS	730.000	1.174.629	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO VERIFICADO (INSTRUMENTO) (9)	1.877.629	1.766.000
4 421 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CALIBRAÇÃO	40.000	36.243	RELATÓRIO TÉCNICO DE CALIBRAÇÃO EXPEDIDO (RELATÓRIO)	512	700
257 - AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	300.000	13.959			
1 429 - CONSTRUÇÃO DE LABORATÓRIOS DE PRÉ-MEDIDOS	100.000		LABORATÓRIO CONSTRUÍDO (LABORATÓRIO)	1	0
1 432 - CONSTRUÇÃO DO POSTO DE VERIFICAÇÃO, INSPEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE VEÍCULO	100.000		POSTO CONSTRUÍDO (POSTO)	1	0
1 434 - REFORMA E ADEQUAÇÃO DO LABORATÓRIO DE CALIBRAÇÃO	100.000	13.959	LABORATÓRIO ADAPTADO (LABORATÓRIO)	1	0
2351 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	14.315.745	15.245.630			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11.675.113	12.683.692			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	8.000	8.000			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	735.601	803.755			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	10.777.382	11.673.412	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	717	752
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	142.130	186.525	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	347	430
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.000	12.000			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	162.642	12.556			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	162.642	12.556			
158 - CONSTRUÇÃO DO CAMPUS DE BELO HORIZONTE DA UEMG	560.000	12.220			
1 689 - EXECUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E URBANIZAÇÃO	540.000	0	ÁREA URBANIZADA (METRO QUADRADO) (10)	4.823	0
1 693 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE DESIGN	20.000	12.220	ÁREA CONSTRUÍDA (METRO QUADRADO) (11)	2.688	0
178 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	1.917.990	2.537.162			
4 698 - ENSINO DE TERCEIRO GRAU	1.917.990	2.537.162	ALUNO FORMADO (ALUNO)	565	573
2401 - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS	3.680.410	2.034.861			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.087.300	2.029.374			

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	8.000	410			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	315.036	268.729			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.729.964	1.735.212	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	65	65
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	7.300	9.193	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	20	4
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.000	0	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR) (12)	25	40
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24.000	15.829			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
092 - FORMAÇÃO DE REDE DE GOVERNANÇA SOCIAL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO IDENE	15.000	4.259			
1 198 - LEVANTAMENTO CARTOGRÁFICO E GEOAMBIENTAL DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO IDENE	15.000	4.259	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDO (SISTEMA) (13)	1	0
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	1.551.110	0			
1 326 - ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA	1.551.110	0	MAPA MUNICIPAL ELABORADO (MAPA) (14)	27	0
253 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS	14.000	1.228			
1 070 - MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO IGA	14.000	1.228	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	40	1
287 - GOVERNANÇA ELETRÔNICA	6.000	0			
1 222 - GEOMINAS - IMPLANTAÇÃO DO SERVIDOR DE BASE GEO-CARTOGRÁFICA	6.000	0	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DESENVOLVIDO (SISTEMA)	1	1
288 - ORDENAMENTO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS	6.000	0			
1 558 - ATUALIZAÇÃO DO MAPA GEOPOLÍTICO OFICIAL	3.000	0	MAPA ESTADUAL ELABORADO (MAPA) (15)	1	1
1 560 - ATUALIZAÇÃO DOS MAPAS OFICIAIS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO, MICRO E MESORREGIÕES HOMOGÊNEAS	3.000	0	MAPA ESTADUAL ELABORADO (MAPA) (15)	2	2
Total do Setor	203.875.880	142.112.813			

1) Apenas 1 Unidade será disponibilizada, oriunda de convênio entre a SECTES e a PBH. A entrega deve ocorrer no início de 2005.

Os recursos inicialmente previstos para utilização de montagem das unidades móveis de inclusão digital foram utilizados na ação "Criação Programa Gestão Municipal Empreendedora" e aplicados na montagem de Telecentros e CVT's.

2) Em fase de desenvolvimento. Devem estar concluídos no início de 2005.

3) A ação teve o foco alterado. Os recursos nela executados foram direcionados para a instalação (montagem e adequação) de Telecentros e CVT's. Foram instalados 29 Telecentros.

4) Ação com foco alterado em 2004. Os recursos foram transferidos para a ação "Criação do Programa de Gestão Municipal Empreendedora".

5) Ação executada no custeio da Secretaria

6) A FAPEMIG reformulou os procedimentos quanto à Proteção da Propriedade Intelectual, tendo sido regularizado o registro de patentes até então não registradas. Por se tratar de procedimento operacional da Fundação, não houve ônus financeiro na referida ação, apenas no custeio da FAPEMIG.

7) Com o lançamento dos editais para o financiamento dos projetos, o valor apurado foi menor do que o previsto possibilitando financiar um número maior de projetos.

8) A execução financeira da ação refere-se a adaptações para que o laboratório do IPEM possa ser credenciado pelo INMETRO. A reforma ainda não foi concluída.

9) Programação realizada considerando a conclusão da reforma do laboratório e o seu consequente credenciamento junto ao INMETRO, possibilitando o IPEM cumprir a meta prevista.

10) A ação não foi executada devido ao contingenciamento dos recursos do Tesouro Estadual

11) A execução da ação depende da execução da ação 1 689, então priorizou-se a aplicação dos recursos para a aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas do Campus de BH

12) Foram utilizados recursos da Ação - Planejamento Gestão e Finanças

13) Foram utilizados recursos de custeio do IGA na preparação de arquivos para o levantamento Cartográfico e Geoambiental, pois o Idene não conseguiu recursos para fechar contrato com o IGA.

14) Aguardando a aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrados do Turismo Sustentável (PDITS)

15) O valor gasto na atualização do Mapa Geopolítico Oficial e dos Mapas Oficiais por Regiões de Planejamento, Micro e Mesorregiões Homogêneas foi retirado da Ação - Planejamento Gestão e Finanças

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	13.615.350	10.872.353			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.762.995	2.745.648			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	306.229	263.581			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.194.915	1.037.548			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.143.001	1.383.773	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	61	61
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	18.850	13.532	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	16	16
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.000	47.214			
134 - GESTÃO AMBIENTAL MG SÉCULO XXI	8.158.071	6.559.954			
1 165 - NÚCLEOS DE GESTÃO AMBIENTAL	10.000	60.790	NÚCLEO IMPLANTADO/ CONSOLIDADO (NÚCLEO)	8	8
1 170 - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL	3.257.327	3.365.598	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	1	1
1 322 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.720.744	1.311.061	PLANO DE ZONEAMENTO AMBIENTAL COORDENADO/APOIADO (PLANO) (2)	1	0
4 160 - DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	250.000	942.105	COPAM REGIONAL IMPLANTADO (MUNICÍPIO)	5	5
4 167 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	120.000	51.683	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO (SERVIDOR PÚBLICO)	500	285
4 168 - LIXO E CIDADANIA	500.000	436.093	MUNICÍPIO APOIADO (MUNICÍPIO)	17	393
4 169 - REVISÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	50.000	49.220	NORMA LEGAL PUBLICADA (NORMA)	5	4
4 534 - INDICADORES AMBIENTAIS	750.000	11.556	INDICADOR DE QUALIDADE AMBIENTAL SELECIONADO E CONSOLIDADO (INDICADOR)	5	10
4 538 - COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	500.000	331.848	AÇÃO DE EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL REALIZADA (EVENTO)	5	10
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	700.000	528.742			
1 338 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	200.000	515.124	AÇÃO DE EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL REALIZADA (EVENTO) (3)	667	0
1 932 - TRATAMENTO DE EFLUENTES E RESÍDUOS URBANOS	500.000	13.618	MUNICÍPIO APOIADO (MUNICÍPIO) (3)	50	0
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	1.994.284	1.038.009			
1 281 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	1.994.284	1.038.009	MUNICÍPIO ENVOLVIDO (MUNICÍPIO)	27	3
2091 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	25.059.964	15.505.429			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13.593.413	9.754.443			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	1.916.000	648.678			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.779.000	4.367.593			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.607.865	4.436.166	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	119	119
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	10.000	7.692	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	7	7
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.280.548	294.314			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	247.500	475.421			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	247.500	475.421			
142 - MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL	11.219.051	5.275.565			
1 623 - FOMENTO A PARCERIAS	1.500.000	17.620	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO)	6	5
4 175 - MONITORAMENTO AMBIENTAL	1.333.000	366.892	PROGRAMA IMPLEMENTADO (PROGRAMA)	2	2
4 618 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL	3.627.000	1.825.494	LAUDO TÉCNICO EMITIDO (LAUDO)	1.500	2237
4 622 - FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2.896.000	1.790.631	AUTO DE FISCALIZAÇÃO EMITIDO (AUTO)	2.500	2889
4 657 - COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E EXTENSÃO AMBIENTAL	1.863.051	1.274.928	PROGRAMA IMPLEMENTADO (PROGRAMA)	4	4
2101 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS	66.824.762	59.318.914			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24.846.881	28.612.916			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	615.000	330.693			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	7.993.754	12.422.522			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	16.078.127	15.734.948	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	804	804
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	160.000	124.753	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	45	45
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	970.881	1.229.210			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	970.881	1.229.210			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.000.000	102.727			
1 577 - GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	1.000.000	102.727	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO) (3)	60	0
186 - CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	35.224.000	28.486.133			
1 262 - AMPLIAÇÃO DA BASE FLORESTAL	3.195.000	2.958.281	ÁREA REFORESTADA (HECTARE)	15.000	15.000
1 263 - AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	3.018.000	771.523	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADA/ESTRUTURADA (UNIDADE)	4	4
1 267 - PROTEÇÃO DA MATA ATLÂNTICA EM MINAS GERAIS - PROMATA	14.668.000	6.525.929	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO APOIADA (UNIDADE DE CONSERVAÇÃO)	5	5
4 257 - MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL, FAUNA SILVESTRE E AQUÁTICA.	13.651.000	18.061.497	ÁREA MONITORADA (HECTARE)	14.600.000	37.877.400
4 264 - GESTÃO DA PESCA E DA AQUICULTURA	692.000	168.903	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO PESQUEIRA CONCEDIDA (LICENÇA)	100.000	20.000
340 - PROJETO JAÍBA	4.783.000	887.928			
1 829 - GESTÃO AMBIENTAL DO PROJETO JAÍBA	4.783.000	887.928	CONDICIONANTE AMBIENTAL COORDENADA (CONDICIONANTE AMBIENTAL)	4	4
2241 - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS	24.220.547	18.170.808			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.273.888	4.463.476			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	44.060	44.007			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.942.560	3.227.386			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.245.568	1.162.512	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	61	61
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	41.700	29.571	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	32	32
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	14.264	46.202			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	14.264	46.202			
075 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	19.520.395	13.422.171			
1 172 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	451.089	223.271	PROJETO ELABORADO (PROJETO)	1	1
2 728 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AMBIENTAL	410.000	0	SISTEMA MANTIDO (SISTEMA) (1)	1	1
4 164 - REVITALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS	797.226	5.377.385	COMITÊ DE BACIAS APOIADO (COMITÊ)	51	21
4 174 - MONITORAMENTO DAS ÁGUAS	2.792.080	3.276.292	PROJETO ELABORADO (PROJETO)	1	1
4 656 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O SEMI-ÁRIDO MINEIRO - PROÁGUA	15.070.000	4.545.223	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO (SISTEMA)	5	3
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	412.000	238.959			
1 659 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS FISCALIZAÇÃO DA POLUIÇÃO HÍDRICA	412.000	238.959	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO) (3)	8	0
4341 - FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	40.949.611	0			
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	6.330.000	0			
1 661 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	5.330.000		AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	213	0
1 910 - CONSTRUÇÃO DE BIODIGESTORES	1.000.000		OBRA EXECUTADA (OBRA)	500	0
360 - FIDRO	34.619.611	0			
1 944 - APOIO FINANCEIRO A PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E MELHORIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO.	34.619.611		PROJETO APROVADO (PROJETO)	25	0
Total do Setor	170.670.234	103.867.504			

(1) Não houve execução financeira porque as despesas relacionadas na ação foram centralizadas na SEMAD, por isso mesmo na revisão do PPAG em julho de 2004, a ação 2728 foi extinta para o ano de 2005

(2) Embora nenhum Plano de Zoneamento Ambiental tenha sido concluído, foram realizados diversos levantamentos e estudos, co destaque para o zoneamento de Áreas de Proteção Ambiental (APAs), de modo que a conclusão dos planos iniciados se dará em 2005.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1231 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	38.237.173	5.059.167			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.444.075	3.612.928			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	109.000	160.115			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	687.200	760.026			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.417.750	2.570.417	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	193	188
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	140.020	108.795	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	126	120
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	90.105	13.575			
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	250.000	0			
1 632 - MANEJO DE SOLO	250.000	0	ÁREA AMBIENTAL RECUPERADA (HECTARE) (1)	250	0
351 - GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AGROPECUÁRIA	26.943.098	769.508			
4 582 - PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	26.943.098	769.508	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO)	12	12
407 - AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	7.600.000	676.731			
4 629 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO CAFÉ DE MINAS GERAIS	400.000	96.876	CENTRO DE INTELIGÊNCIA CRIADO E MANTIDO (CENTRO) (15)	1	0
504 - FUNDO E BENEFÍCIO GARANTIA SAFRA	3.600.000	0			
1 233 - GARANTIA DE RENDA MÍNIMA	3.600.000	579.855	PESSOA BENEFICIADA (PESSOA) (2)	100.000	1.589
2111 - FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA	64.329.103	20.614.506			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.564.829	4.172.524			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	704.189	504.185			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	596.903	728.823			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	3.187.716	2.879.501	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	203	203
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	76.021	60.015	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	65	65
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.196.651	1.784.120			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.196.651	1.784.120			
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	422.000	2.211			
1 261 - ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA E IMPLEMENTAÇÃO DA HIDROVIA NA CALHA E AFLUENTES DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO EM MINAS GERAIS	160.000	0	PROJETO ELABORADO (PROJETO) (3)	1	0
1 444 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA RURAL	250.000	2.141	ESTRADA RECUPERADA (QUILÔMETRO)	21	63
1 449 - IMPLANTAÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS	12.000	70	OBRA EXECUTADA (OBRA) (3)	1	0
273 - CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA RURAL	22.959.909	6.022.567			
1 530 - ÁGUA NA ESCOLA	6.879.480	5.331.233	ESCOLA BENEFICIADA (ESCOLA)	130	200
1 542 - CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	6.669.313	5.144	ESTRADA CONSTRUÍDA/CONSERVADA (QUILÔMETRO)	600	3.000
1 546 - EDIFICAÇÕES RURAIS	375.000	0	UNIDADE PREDIAL CONSTRUÍDA (UNIDADE) (4)	3	0
1 548 - MELHORIA DA OFERTA DE ÁGUA NO SEMI-ÁRIDO	2.264.614	585	BARRAMENTO CONSTRUÍDO (BARRAMENTO) (5)	835	230
4 536 - BARRAÇÃO DO PRODUTOR	2.250.000	2.990	GALPÃO CONSTRUÍDO (GALPÃO) (4)	15	1
4 549 - ENGENHARIA AGRÍCOLA E MOTOMECANIZAÇÃO	4.483.102	681.404	ENGENHARIA AGRÍCOLA E MOTOMECANIZAÇÃO REALIZADOS (HORA) (6)	80.400	36.305
4 553 - CONSULTORIA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA	38.400	1.211	ESTUDO E PROJETO EXECUTADO (PROJETO)	30	30
290 - IRRIGAR MINAS	33.985.714	7.282.769			
1 562 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS, DO JEQUITINHONHA E MUCURI-PROVALES	27.433.701	7.032.769	ÁREA IRRIGADA DISPONIBILIZADA PARA O PROCESSO PRODUTIVO (HECTARE) (7)	1.131	1.131
1 569 - IRRIGAÇÃO NO BAIXO RIO GRANDE	837.165	0	PROJETO DE IRRIGAÇÃO ELABORADO (PROJETO) (5)	2	2
1 571 - IRRIGANDO O VALE DO SÃO FRANCISCO	5.714.848	250.000	PROJETO DE IRRIGAÇÃO ELABORADO (PROJETO)	1	1
340 - PROJETO JÁIBA	1.200.000	1.350.315			
4 810 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO JÁIBA II	1.200.000	1.350.315	SERVIÇO ATENDIDO (SERVIÇO)	1	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2371 - INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA	31.793.505	30.624.574			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	22.174.431	23.270.912			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	89.635	53.435			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.358.348	3.604.304			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	18.509.796	19.445.946	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	993	993
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	216.652	167.227	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	141	141
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.072.744	2.189.983			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	2.072.744	2.189.983			
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	300.000	992			
1 904 - CONTROLE DO COMÉRCIO E USO DE AGROTÓXICO	200.000	992	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	200	3
1 941 - MANEJO DOS RESÍDUOS E EFLUENTES DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	100.000	0	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	10	0
340 - PROJETO JAÍBA	281.724	0			
4 882 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA DAS PLANTAS NO PROJETO JAÍBA - IMA	281.724	0	SERVIÇO DE APOIO À PRODUÇÃO IRRIGADA DISPONIBILIZADO (SERVIÇO) (8)	1	1
407 - AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	25.000	20.719			
4 621 - FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DO CAFÉ INDUSTRIALIZADO.	25.000	20.719	ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL FISCALIZADO (ESTABELECIMENTO) (14)	310	0
517 - DEFESA SANITÁRIA	6.518.183	5.034.476			
4 232 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA DAS PLANTAS	2.607.273	1.984.356	ÁREA MONITORADA (HECTARE)	163.890	83.336
4 646 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA ANIMAL	3.910.910	3.050.120	ANIMAL MONITORADO (ANIMAL)	68.500.050	71.958.464
526 - SEGURANÇA DE ALIMENTOS	221.423	64.086			
4 532 - INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL	107.580	9.906	PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL INSPECIONADO (TONELADA)	135.807	249.299
4 561 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	53.126	12.443	PRODUTO AGROPECUÁRIO CERTIFICADO (TONELADA)	849.520	181.074
4 563 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	60.717	41.737	INSUMO AGROPECUÁRIO FISCALIZADO (FISCALIZAÇÃO)	20.000	23.353
603 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	200.000	43.406			
1 394 - UNIDADES DO IMA EM AMPLIAÇÃO E REFORMA	200.000	43.406	CONSTRUÇÃO E REFORMA REALIZADA (METRO QUADRADO)	500	126
3041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	81.800.764	77.332.048			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	64.286.943	62.958.395			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	270.507	372.520			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.000.173	1.364.166			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	63.016.263	61.221.709	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	1.854	1.895
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	300.000	0			
1 718 - MANEJO INTEGRADO DE SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	300.000	0	ESTUDO E PROJETO AMBIENTAL EXECUTADO (ESTUDO / PROJETO) (9)	5	0
223 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - NOVOS TEMPOS	9.776.131	12.196.800			
4 361 - CONSTITUIÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS	6.301.471	9.540.583	ESTRUTURA ASSOCIATIVA ORGANIZADA (UNIDADE)	6.805	6.800
4 368 - SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA	1.737.362	1.351.622	FAMÍLIA RURAL BENEFICIADA (FAMÍLIA)	61.271	76.434
4 671 - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA AMBIENTAL	1.737.298	1.304.595	AGRICULTOR FAMILIAR ATENDIDO (AGRICULTOR)	66.437	87.075
340 - PROJETO JAÍBA	625.000	605.854			
4 881 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL AOS IRRIGANTES - EMATER	625.000	605.854	SERVIÇO DE APOIO À PRODUÇÃO IRRIGADA DISPONIBILIZADO (SERVIÇO)	1	1
382 - MINAS SEM FOME	6.711.690	1.495.000			
1 035 - IMPLANTAÇÃO DE LAVOURAS COMUNITÁRIAS	932.490	300.000	LAVOURA IMPLANTADA (UNIDADE)	900	1.100
1 038 - PRÓ-HORTA - HORTA VIVA	375.000	150.000	HORTA IMPLANTADA (UNIDADE) (10)	125.000	0
1 040 - PRÓ-POMAR	300.000	150.000	POMAR INSTALADO (UNIDADE) (10)	31.400	0
1 056 - AÇÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM RIBEIRÃO DAS NEVES	125.000	0	FAMÍLIA ATENDIDA (UNIDADE) (12)	1.000	0

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
I 117 - CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	2.045.000	150.000	FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA) (10)	57.413	0
I 139 - IMPLANTAÇÃO DE SEDES DO MINAS SEM FOME	675.000	0	CENTRO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO CONSTRUÍDO (UNIDADE) (12)	20	0
I 147 - CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.104.200	150.000	EVENTO REALIZADO (EVENTO)	600	381
I 161 - VITA SOPA	70.000	0	FABRICAS DO VITA SOPA IMPLANTADAS (UNIDADE) (11)	1	0
I 376 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS	725.000	595.000	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA (UNIDADE) (12)	42	0
I 397 - IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES	360.000	0	RESTAURANTE IMPLANTADO (UNIDADE) (12)	3	0
407 - AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	100.000	75.999			
4 486 - TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA	100.000	75.999	CAFEICULTOR ATENDIDO (CAFEICULTOR)	2.800	11.436
3051 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	26.699.276	26.972.978			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	22.767.461	21.213.506			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	212.431				
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	789.652	921.724			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	21.739.878	20.268.262	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	904	839
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	25.500	23.520	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	19	20
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
172 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO	254.600	0			
I 345 - GERAÇÃO, DIFUSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA	254.600	0	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO (ESTUDO / PESQUISA)	6	0
263 - ENSINO TÉCNICO PARA O AGRONEGÓCIO	1.420.107	1.284.283			
4 496 - FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO	449.672	352.217	ALUNO QUALIFICADO EM CURSO PROFISSIONALIZANTE DE AGROPECUÁRIA (ALUNO)	60	38
4 500 - FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM LEITE E DERIVADOS	970.435	932.066	ALUNO QUALIFICADO EM CURSO PROFISSIONALIZANTE DE LEITE E DERIVADOS (ALUNO)	40	38
297 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIO	1.571.108	3.930.170			
4 587 - REALIZAÇÃO DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	927.157	1.588.114	TECNOLOGIA GERADA (TECNOLOGIA)	21	37
4 592 - TRANSFERÊNCIA E DIFUSÃO DE TECNOLOGIA	188.423	483.634	TECNOLOGIA DIFUNDIDA (TECNOLOGIA)	21	17
4 594 - PRODUÇÃO DE INSUMOS QUALIFICADOS	411.333	1.674.037	INSUMO PRODUZIDO (INSUMO)	24	20
4 597 - APOIO LABORATORIAL AO AGRONEGÓCIO	37.895	181.457	ANÁLISE LABORATORIAL REALIZADA (DIAGNÓSTICO/DETERMINAÇÃO)	22.755	25.342
4 599 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INTEGRADOS	6.300	2.928	PARCERIA FORMALIZADA (PARCERIA)	76	241
340 - PROJETO JAÍBA	385.000	355.409			
4 856 - ATIVIDADES DE APOIO COM PESQUISA AO PROCESSO PRODUTIVO DOS IRRIGANTES DO PROJETO JAÍBA - EPAMIG	385.000	355.409	SERVIÇO DE APOIO À PRODUÇÃO IRRIGADA DISPONIBILIZADO (SERVIÇO)	1	1
407 - AGROMINAS: AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO DE CAFÉ	300.000	189.610			
4 566 - GERAÇÃO DE TECNOLOGIA SOBRE A CULTURA DO CAFEIEIRO	300.000	189.610	PESQUISA GERADA E TRANSFERIDA (PESQUISA)	1	1
4171 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	4.700	0			
336 - POTENCIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO	4.700	0			
I 511 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA MINEIRA	4.700	0	PRODUTOR FINANCIADO (PRODUTOR) (13)	5	0
5041 - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2.059.750	3.660.120			
274 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA	1.000	2.676.370			
3 492 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS.	1.000	2.676.370	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	1	227
340 - PROJETO JAÍBA	333.750	333.750			
3 627 - CONSTRUÇÃO DE INFRA ESTRUTURA PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO JAÍBA	333.750	333.750	INFRAESTRUTURA CONSTRUÍDA (UNIDADE)	1	1
382 - MINAS SEM FOME	1.725.000	650.000			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: AGROPECUÁRIA**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
3 139 - IMPLANTAÇÃO DE SEDES DO MINAS SEM FOME	640.000	0	CENTRO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO CONSTRUÍDO (UNIDADE) (12)	20	0
3 376 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES COLETIVAS DE BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS	725.000	650.000	UNIDADE DE BENEFICIAMENTO INSTALADA (UNIDADE) (12)	85	3
3 397 - IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTES POPULARES	360.000	0	RESTAURANTE IMPLANTADO (UNIDADE)	3	0
5051 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	86.000	128.000			
340 - PROJETO JAÍBA	85.000	85.000			
3 636 - APOIO COM PESQUISAS AO PROCESSO PRODUTIVO DOS IRRIGANTES DO PROJETO JAIBA	85.000	85000	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO (ESTUDO / PESQUISA)	1	1
524 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIO	1.000	43.000			
3 386 - INFRA-ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL	1.000	43.000	PROCESSO OTIMIZADO E MODERNIZADO (UNIDADE)	2	15
Total do Setor	245.010.271	164.391.393			

(1) Projeto Estruturante em fase inicial de execução

(2) Apenas tres municípios aptos a participar do Programa

(3) Não liberação de recursos por parte do Governo Federal e do Tesouro Estadual

(4) Não renovação dos convênios

(5) Remanejamento da área projeto para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diminuição da Demanda

(6) Parte da meta financeira apropriada em Engenharia e Motomecanização

(7) As metas físicas foram executadas com recursos de outras fontes.

(8) Os estudos foram realizados e os projetos parcialmente implantados

(9) Fase de recebimento e análise dos projetos

(10) Processo licitatório em andamento

(11) Estas metas não foram implementadas em 2004 e estão em andamento 3 fábricas Vita Sopa

(12) Em função do atraso no recebimento dos recursos do Governo Federal a execução dessas ações acontecerá em 2005

(13) Este fundo não operou em 2004

(14) Revisão das ações programadas, capacitando 120 técnicos visando à adequação da competência legal do IMA

(15) Centro em implantação

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1411 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	18.356.969	3.215.530			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.830.465	2.415.588			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	56.000	401.203			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	753.775	841.313			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.009.190	1.158.323	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	48	54
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	11.500	14.749	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	10	17
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	13.700.504	0			
1 717 - ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR	1.551.107	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (1)	27	0
4 250 - COORDENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	5.280.039	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (1)	3	0
4 282 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL	5.097.709	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (1)	27	0
4 284 - CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DO SETOR PRIVADO	1.771.649	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO)	18	0
207 - CIRCUITOS TURÍSTICOS	505.000	620.873			
4 300 - CONSOLIDAÇÃO E APOIO AOS CIRCUITOS TURÍSTICOS	505.000	620.873	CIRCUITO IMPLANTADO (CIRCUITO)	12	3
212 - TURISMO EM MINAS	152.000	0			
4 331 - INCENTIVO AO ECOTURISMO E AO TURISMO RURAL	152.000	0	CIRCUITO IMPLANTADO (CIRCUITO) (2)	4	3
216 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	1.360.000	0			
4 342 - ELABORAÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL	1.040.000	0	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO (UNIDADE) (2)	15	22
4 343 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO	300.000	0	EVENTO PARA PROMOÇÃO DO TURISMO REALIZADO (EVENTO) (2)	20	34
4 344 - INCENTIVO AO TURISMO RECEPTIVO	20.000	0	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO) (2)	8	4
217 - ESTRADA REAL	809.000	179.069			
1 073 - IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA ESTRADA REAL	2.000	0	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) (3)	9	162
4 348 - INTEGRAÇÃO DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS NO DESENVOLVIMENTO DA ESTRADA REAL	25.000	0	CIRCUITO INTEGRADO (CIRCUITO) (4)	2	11
4 351 - MOBILIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS INVESTIDORES	2.000	0	BENEFICIÁRIO ATENDIDO (BENEFICIÁRIO) (5)	44	0
4 353 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	745.000	179.069	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO (UNIDADE) (6)	25	27
4 356 - POTENCIALIZAÇÃO DO ECOTURISMO	5.500	0	CIRCUITO POTENCIALIZADO (CIRCUITO) (7)	2	1
4 382 - GERENCIAMENTO DA QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	25.000	0	PROJETO GERENCIADO (PROJETO) (8)	1	0
4 407 - CRIAÇÃO DO FÓRUM INTERESTADUAL	2.500	0	FÓRUM CRIADO (FÓRUM) (5)	1	0
4 584 - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS NÃO COBERTAS POR TELEFONIA CELULAR	2.000	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (3)	10	162
3111 - EMPRESA MINEIRA DE TURISMO	1.397.665	485.259			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	985.503	464.785			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	14.200	0			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	141.628	71.587			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	829.675	393.198	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	47	0
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
380 - FOMENTO AO TURISMO MINEIRO	130.000	0			
2 034 - CERTIFICAÇÃO DE CIRCUITO TURÍSTICO	130.000	0	AÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	15	0
455 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO TURISMO MINEIRO	280.162	20.474			
1 228 - CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE PEÇAS PUBLICITÁRIAS	100.000	0	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO (UNIDADE) (10)	200	0
4 915 - CADASTRAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE HOTELEIRA	123.099	14.341	EMPREENHIMENTO TURÍSTICO CADASTRADO/FISCALIZADO (UNIDADE) (10)	210	0
4 933 - PROMOÇÃO DA ATIVIDADE ARTESANAL	57.063	6.133	PEÇA ARTESANAL COMERCIALIZADA (PEÇA) (10)	200	0
560 - APORTE DE CAPITAL	1.000	0			
2 137 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA NA PROMINAS	1.000	0			
4151 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TURISMO	500.000	0			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: TURISMO**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
217 - ESTRADA REAL	500.000	0			
1 426 - FASTUR - APOIO FINANCEIRO AO TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA.	500.000	0	EMPRESA FINANCIADA (EMPRESA) (9)	4	0
5111 - EMPRESA MINEIRA DE TURISMO	2.000	0			
216 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO	1.000	0			
6 889 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA- ESTRUTURA ADMINISTRATIVA - TURMINAS	1.000	0	INVESTIMENTO REALIZADO (INVESTIMENTO) (10)	1	0
560 - APORTE DE CAPITAL	1.000	0			
6 158 - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA - PROMINAS	1.000	0	INVESTIMENTO REALIZADO (INVESTIMENTO) (10)	1	0
5241 - COMPANHIA MINEIRA DE PROMOÇÕES	156.000	156.000			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	156.000	156.000			
1 920 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO DE CONVENÇÕES-MINASCENTRO	120.000	120.000	PROJETO IMPLANTADO E SUPERVISIONADO (PROJETO)	1	1
6 991 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - PROMINAS	36.000	36.000	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	1	1
Total do Setor	20.412.634	3.856.789			

1) Liberação de recursos aguardando aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para os Pólos Turísticos de acordo com exigência do Ministério do Turismo(MTUR), Banco do Nordeste(BNB) e Banco Interamericano de Desenvolvimento(BID).

2) Executada na Ação Consolidação dos Circuitos Turísticos.

(3) Não houve necessidade de dispêndio de recursos para execução da ação. Os recursos foram remanejados para a ação Potencialização do Ecoturismo, para a confecção de folder sobre ecoturismo no Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó, primeiro Circuito a obter o Certificado de Reconhecimento do Estado, e que se encontra totalmente inserido na Estrada Real, constituindo-se prioridade do Projeto em 2004.

(4) Realizou-se em dezembro a oficina de planejamento dos presidentes e gestores dos Circuitos Turísticos do Estado, em parceria com o SEBRAE. As despesas foram executadas na ação Promoção e Divulgação.

(5) Os recursos aprovados eram insuficientes para a execução da ação. Os recursos foram remanejados para a ação Potencialização do Ecoturismo, para a confecção de folder sobre ecoturismo no Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó, primeiro Circuito a obter o Certificado de Reconhecimento do Estado, e que se encontra totalmente inserido na Estrada Real, constituindo-se prioridade do Projeto em 2004.

(6) Os R\$ 400.000,00 referentes à celebração de convênios com outros parceiros não foram captados. No que tange aos R\$ 345.000,00 disponibilizados pelo Governo do Estado a SETUR executou R\$ 179.269,76. Não foi utilizado o restante dos recursos devido ao atraso na implementação da ação por parte da SETUR.

(7) Foi confeccionado um folder sobre ecoturismo no Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó, primeiro Circuito a obter o Certificado de Reconhecimento do Estado, e que se encontra totalmente inserido na Estrada Real, executado na ação "Promoção e Divulgação".

(8) Recursos aprovados eram insuficientes para a execução da ação, e foram remanejados para a ação Implantação de Telefonia Rural (DETEL), com o objetivo de atender a demanda por 9 postos telefônicos rurais no Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó.

(9) Não houve liberação de recursos para esta ação.

10) A Turminas foi incorporada pela CODEMIG

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: REFORMA AGRÁRIA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2411 - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	14.323.986	4.703.632			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.989.687	2.045.970			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	46.082	38.600			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.004.493	1.007.454			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	935.112	998.012	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	38	38
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	4.000	1.904	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	2	2
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
339 - APOIO A REFORMA AGRÁRIA	12.334.299	2.657.662			
1 133 - IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS PARA SUBSIDIAR A REFORMA AGRÁRIA	43.657	0	BANCO DE DADOS IMPLANTADO (BANCO DE DADOS) (1)	1	0
1 166 - IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	11.000.000	1.500.000	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA. (INFRA-ESTRUTURA)	10	9
1 200 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	574.147	462.232	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	50	100
4 054 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	88.088	91.471	TÍTULO CONCEDIDO (TÍTULO)	1.000	900
4 093 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS	51.087	20.142	CONFLITO INTERMEDIADO (CONFLITO)	17	46
4 148 - EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	500.000	410.157	PROJETO IMPLANTADO (PROJETO)	15	19
4 790 - OBTENÇÃO DE NOVAS ÁREAS PARA REFORMA AGRÁRIA	77.320	173.660	ÁREA ARRECADADA (HECTARE)	150.000	98.000
4411 - FUNDO ROTATIVO DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR E DE VIABILIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS	1.000	0			
616 - PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	1.000	0			
1 440 - APOIO FINANCEIRO A AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS	1.000	0	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (UNIDADE)	1	0
Total do Setor	14.324.986	4.703.632			

(1) Devido a contingência das despesas com recursos ordinários Fonte 10.1 determinada pelo Decreto Nº 43.754 de 19 de fevereiro/2004, por falta de recursos, a ação não foi executada

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA/MUCURI E NORTE DE MINAS

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2421 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	61.918.850	35.506.537			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.586.010	2.242.388			
2.001 - DIREÇÃO SUPERIOR	280.000	252.117			
2.002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	753.215	737.281			
2.417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.453.795	1.236.169	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	75	88
2.420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	19.000	16.821	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	14	19
2.427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80.000	0			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7.004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
089 - COMBATE À POBREZA NOS VALES DO JEQUITINHONHA, MUCURI, SÃO MATEUS, REGIÃO CENTRAL DE CURVELO E NORTE DE MINAS.	53.130.600	27.458.911			
1.114 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	1.720.600	419.241	FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)	1.225	826
1.162 - PCPR/ MG - COMBATE À POBREZA RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	44.730.000	0	PROJETO APROVADO (PROJETO) (1)	653	0
1.776 - COMUNIDADE VIVA	6.680.000	27.039.670	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO)	32	188
091 - CRIAÇÃO DE CENTROS DE CONTROLE E COMBATE AO ANALFABETISMO.	5.400.000	5.805.238			
1.116 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE CONTROLE E COMBATE AO ANALFABETISMO.	5.400.000	5.805.238	CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL IMPLANTADO (CENTRO)	3	15
092 - FORMAÇÃO DE REDE DE GOVERNANÇA SOCIAL NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO IDENE	200.000	0			
1.214 - CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS INTEGRADO PARA A REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO IDENE.	100.000	0	BANCO DE DADOS IMPLANTADO (BANCO DE DADOS) (2)	1	0
1.252 - ELABORAÇÃO DO PLANOS DIRETORES DAS 15 MICRORREGIÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO IDENE	100.000	0	PLANO DIRETOR ELABORADO (PLANO) (2)	5	0
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	601.240	0			
1.929 - DESENVOLVIMENTO, PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E ROTEIROS TURÍSTICOS	601.240	0	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (3)	27	0
Total do Setor	61.918.850	35.506.537			

1) O recurso financeiro não foi disponibilizado, o Tesouro Nacional encaminhou o parecer aprovando o atendimento dos limites determinados pela a Resolução 43 no final de 2004.

2) Devido a contingência das despesas com recursos ordinário Fonte 10.1 determinada pelo Decreto Nº 43.754 de 19 de fevereiro/2004., por falta de recursos, o Programa não foi executado

2) Devido a contingência das despesas com recursos ordinário Fonte 10.1 determinada pelo Decreto Nº 43.754 de 19 de fevereiro/2004., por falta de recursos, o Programa não foi executado

3) Liberação de recursos aguardando aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1341 - COORDENADORIA DE APOIO E ASSISTÊNCIA À PESSOA DEFICIENTE	228.711	429.195			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	216.093	259.917			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	5.500	5.160			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	72.000	64.540			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	131.663	185.255	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	10	10
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	6.930	4.962	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	5	5
262 - INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS POLÍTICAS SETORIAIS BÁSICAS	12.618	169.278			
4 466 - ORIENTAÇÃO PARA A INCLUSÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	12.618	169.278	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA (PESSOA)	400	400
1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES	80.973.659	61.515.445			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	29.859.475	30.705.278			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	60.000	30.971			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	10.525.243	11.340.086			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	17.550.332	17.981.494	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	1.741	1.741
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	985.900	961.657	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	798	798
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.000	810	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	50	3
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000	207.244			
2 699 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA	20.000	3.126			
2 702 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL ANTI-DROGAS	30.000	9.544			
2 706 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	10.000	0			
2 742 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE	5.000	1.697			
2 751 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER	5.000	4.968			
2 753 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DESPORTOS	5.000	0			
2 765 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS	26.000	3.224			
2 767 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO	10.000	370			
2 770 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DIFUSOS	5.000	0			
2 792 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.000	31.859			
2 799 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40.000	11.074			
2 807 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	10.000	0			
2 992 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS	220.000	117.154			
255 - POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO EMPREGO E RENDA	12.842.833	10.833.006			
4 437 - INTERMEDIÇÃO DE MÃO- DE- OBRA	3.262.910	3.995.610	TRABALHADOR INSCRITO (TRABALHADOR)	339.933	265.426
4 461 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS PARA O TRABALHO	9.000	0	TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO (PESSOA) (1)	450	561
4 463 - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO	645.975	576.785	EDIÇÃO PESQUISA PED REALIZADA (PESQUISA)	12	10
4 471 - SEGURO DESEMPREGO	999.115	708.504	TRABALHADOR ATENDIDO (TRABALHADOR)	580.880	455.265
4 478 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	7.860.833	5.435.186	TRABALHADOR QUALIFICADO/REQUALIFICADO (PESSOA)	50.530	9.630
4 780 - INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO - PRIMEIRO EMPREGO	65.000	116.921	TRABALHADOR COLOCADO (PESSOA)	200	282
261 - CENTRO DE REFERÊNCIA DO CIDADÃO	7.370.000	66.730			
4 456 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO CIDADÃO	7.370.000	66.730	CENTRO DE REFERÊNCIA DO CIDADÃO MANTIDO (UNIDADE)	7	3
264 - ORIENTAÇÃO AOS CIDADÃOS	86.000	51.688			
4 476 - DISQUE DIREITOS HUMANOS	86.000	51.688	CIDADÃO ATENDIDO (ATENDIMENTO)	10.000	2.409
277 - ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AS VÍTIMAS E FAMILIARES DE CRIMES VIOLENTOS.	7.232.000	962.944			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
4 502 - PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS - PROVITA	1.002.000	670.226	PROVITA/ PESSOA ASSISTIDA (PESSOA)	55	45
4 505 - ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS	1.200.000	292.718	NÚCLEO DE ATENDIMENTO À VÍTIMA DE CRIME VIOLENTO/ PESSOA ASSISTIDA (PESSOA)	300	252
4 515 - INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURA	5.030.000	0	PEDIDO DE INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE TORTURAS DEFERIDO (PEDIDO) (2)	279	36
282 - INCENTIVO AO DESPORTO	9.535.000	9.010.763			
4 519 - JOGOS DO INTERIOR DE MINAS - JIMI	850.000	597.388	MUNICÍPIO ENVOLVIDO (MUNICÍPIO)	300	180
4 527 - PROMOÇÃO DO DESPORTO	2.004.000	2.191.611	DESPORTISTA AMADOR PARTICIPANTE (DESPORTISTA)	26.094	56.697
4 535 - APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES E PREFEITURAS	6.681.000	6.221.764	ENTIDADE APOIADA (ENTIDADE)	200	200
286 - INTEGRAÇÃO SOCIAL PELO ESPORTE	2.131.800	1.759.347			
4 545 - CLUBE MÓVEL DE LAZER	250.000	154.646	CIDADÃO ATENDIDO (ATENDIMENTO)	220.000	53.000
4 552 - PINTANDO A LIBERDADE	1.881.800	1.604.701	MATERIAL ESPORTIVO CONFECCIONADO (MATERIAL) (3)	90.000	71.416
305 - DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES E INCREMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	1.308.000	489.732			
4 854 - APOIO E FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	1.308.000	489.732	ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA APOIADA (ASSOC./COOPERATIVA) (4)	25	0
321 - CENTROS PÚBLICOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO - UMA ESTRATÉGIA PARA O PRIMEIRO EMPREGO	1.500.000	771.894			
I 727 - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS PÚBLICOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO	1.230.012	406.821	CENTRO PÚBLICO DE PROMOÇÃO AO TRABALHO IMPLANTADO (UNIDADE)	3	3
I 921 - CAPACITAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO PARA OS CENTROS PÚBLICOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO	269.988	365.073	PROFISSIONAL TREINADO E CAPACITADO (PROFISSIONAL)	280	295
389 - PROGRAMA ESTADUAL ANTIDROGAS	20.000	9.316			
4 055 - SOS DROGAS	20.000	9.316	PESSOA ATENDIDA (PESSOA)	10.000	421
622 - PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	9.088.551	6.854.747			
I 576 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA /SIPIA NOS CONSELHOS TUTELARES DOS MUNICÍPIOS	100.000	93.417	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ADOLESCENTE IMPLANTADO (SISTEMA)	110	96
4 362 - ABRIGAMENTO EM CENTROS EDUCACIONAIS	263.011	212.981	CRIANÇA/ADOLESCENTE ABRIGADA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	313	73
4 405 - CASA LAR	1.823.970	1.900.863	CRIANÇA/ADOLESCENTE DO CENTRO EDUCACIONAL ABRIGADA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	401	384
4 411 - ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CONVÊNIO COM ENTIDADES	246.720	190.465	CRIANÇA/ADOLESCENTE ABRIGADA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	184	139
4 469 - COMBATE À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL	310.000	207.652	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) (5)	200	1.753
4 487 - CURUMIM	625.000	458.273	CRIANÇA/ADOLESCENTE DO PROGRAMA CURUMIM ATENDIDA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	3.000	4.700
4 514 - ATENDIMENTO AO MIGRANTE - FORNECIMENTO DE PASSES	70.000	51.200	MIGRANTE ATENDIDO (PESSOA)	12.960	12.748
4 516 - CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO MENOR - CIAME	125.850	63.267	CRIANÇA/ADOLESCENTE DO CIAMES ATENDIDA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	860	785
4 628 - ESPORTE SOLIDÁRIO	5.524.000	3.676.629	CRIANÇA/ADOLESCENTE EM MEIO ABERTO ATENDIDA (CRIANÇA / ADOLESCENTE) (6)	21.000	33.000
2231 - ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	5.503.520	4.137.397			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.902.551	1.202.361			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	12.000	3.585			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	957.700	399.585			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	780.751	723.727	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	71	68
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	69.100	55.594	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	65	53
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	83.000	19.870			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	121.557	130.357			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	121.557	130.357			
329 - ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS	3.479.412	2.804.679			
4 773 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRINHO	1.100.000	718.858	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO (ESTÁDIO)	1	1
4 785 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTÁDIO MINEIRÃO	1.808.430	2.003.390	ESTÁDIO CONSERVADO E MANTIDO (ESTÁDIO)	1	1
4 795 - PROMOÇÕES E EVENTOS	570.982	82.431	EVENTO REALIZADO (EVENTO)	158	155
2281 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS	3.890.869	4.481.316			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.812.301	2.728.766			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	25.214	15.948			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	672.314	671.539			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.028.219	1.918.851	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	201	164
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	86.554	122.428	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	201	164
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
237 - HABILITAÇÃO DE PROFESSORES, EM NÍVEL SUPERIOR, PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	441.268	409.917			
4 400 - HABILITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	441.268	409.917	PROFESSOR HABILITADO (PROFESSOR)	280	68
337 - TRABALHO E DIGNIDADE SOCIAL PARA TODOS	303.800	1.059.039			
4 788 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	303.800	1.059.039	ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA (ATIVIDADE)	480	544
393 - CURSOS TÉCNICOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	332.500	283.594			
4 118 - FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL	332.500	283.594	ALUNO FORMADO (ALUNO)	500	169
4091 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	2.072.000	609.297			
622 - PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	2.072.000	609.297			
4 630 - APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NAS POLÍTICAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	2.072.000	609.297	MUNICÍPIO APOIADO (MUNICÍPIO)	50	5
4251 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.509.015	8.250.826			
222 - ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	504.000	272.866			
4 355 - SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE AÇÃO CONTINUADA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE - ABRIGO/SAAC	504.000	272.866	CRIANÇA/ADOLESCENTE ABRIGADA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	998	958
275 - ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA	1.848.000	0			
4 499 - GERAÇÃO DE RENDA PARA AS FAMÍLIAS DO PETI	648.000	0	FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)	2.440	0
4 501 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO PARA AS FAMÍLIAS DO PETI - PRODESA	1.200.000	0	FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)	1.249	0
279 - PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RESGATE DA CIDADANIA	279.938	319.938			
4 518 - ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA	279.938	319.938	PESSOA ATENDIDA (PESSOA)	1.200	1.200
622 - PROGRAMA INCLUSÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS VULNERABILIZADAS	8.877.077	7.658.022			
1 990 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000	41.217	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA MÓDULO) (7)	2	0
4 454 - AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	720.000	399.864	ADOLESCENTE QUALIFICADO (ADOLESCENTE) (8)	520	543
4 462 - ATENDIMENTO À CRIANÇA	1.545.869	1.491.306	CRIANÇA/ADOLESCENTE EM MEIO ABERTO ATENDIDA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	4.807	4.563
4 509 - NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA - CASA DA FAMÍLIA	461.034	217.627	FAMÍLIA ASSISTIDA (FAMÍLIA) (9)	350	2.400
4 521 - REVISÃO E AVALIAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	1.300.000	542.333	BENEFÍCIO REVISADO/BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BENEFÍCIO)	35.913	24.854
4 526 - ATENDIMENTO AO MIGRANTE	603.424	661.734	PESSOA ATENDIDA (PESSOA)	3.500	2.520
4 543 - ATENDIMENTO AO IDOSO	442.502	371.831	SAAC - IDOSO ATENDIDO EM ASILO (PESSOA)	1.440	1.440
4 575 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - BOLSA	1.071.000	319.999	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDO (CRIANÇA/ADOLESCENTE) (10)	32.892	1.278
4 605 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL / PETI - BOLSA - JORNADA AMPLIADA	733.248	361.084	CRIANÇA/ADOLESCENTE PROTEGIDA (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	2.741	1.278
4 633 - DESCENTRALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	290.000	186.843	MUNICÍPIO ASSESSORADO (MUNICÍPIO)	853	853
4 640 - ATENDIMENTO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	480.000	2.064.316	PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA ATENDIDA (PESSOA)	2.124	2.124
4 858 - ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA E/OU COM NECESSIDADES ESPECIAIS	960.000	883.369	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO (ATENDIMENTO) (11)	7.833	96.000
4 875 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	140.000	92.499	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO)	600	11
4 877 - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPES DE AGENTES SOCIAIS DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA	30.000	24.000	MUNICÍPIO APOIADO (MUNICÍPIO)	853	4
4321 - FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES	1.000	79.000			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ESPORTES**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
389 - PROGRAMA ESTADUAL ANTIDROGAS	1.000	79.000			
1 131 - APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO DE ENTORPECENTES	1.000	79.000			
4401 - FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000	0			
279 - PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RESGATE DA CIDADANIA	1.000	0			
4 914 - APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1.000	0			
4421 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	1.000	0			
279 - PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RESGATE DA CIDADANIA	1.000	0			
4 917 - APOIO ÀS AÇÕES DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	1.000	0			
Total do Setor	104.180.774	79.502.476			

(1) Trabalho realizado com parceiros e voluntários.

(2) Os 36 pedidos de indenização, que se referem ao ano de 2002, foram empenhados e pagos pela Secretaria de Estado de Defesa Social. Por isso não houve liberação de cota financeira para a SEDESE.

(3) A meta prevista está subestimada

(4) Os recursos gastos foram oriundos de Emendas Parlamentares, que não contempla a meta planejada.

(5) Após a previsão da meta física, foram feitas 3 campanhas de conscientização, durante ano de 2004, nas quais foi constatada uma demanda reprimida grande, elevando o número de atendimento e não de municípios

(6) Aumento do número de núcleos, conforme plano de trabalho pactuado com o Ministério dos Esportes, de 200 para 230 núcleos.

(7) O recurso foi utilizado para se fazer um melhoramento nas máquinas da Superintendência de Assistência Social para o recebimento do Sistema que ainda não foi implantado.

(8) Erro na indicação do orçamento e meta física executados. O recurso federal referente ao PETI 2004 foi repassado ao Estado apenas no final do ano e o atendimento às 2.389 famílias ocorreu com recursos oriundos de 2003.

(9) Erro na programação da meta que quantificou número de municípios no lugar de famílias. O número correto é 2.400 famílias atendidas.

(10) Erro na programação da meta que quantificou municípios no lugar de famílias. O número correto é 2.400 famílias atendidas.

(11) Erro de programação. Os números corretos são: Meta Programada 96.000. Meta Executada: 96.000

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	2.652.604.376	2.711.721.543			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	268.186.450	256.271.031			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	3.167.086	2.800.638			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	108.026.866	131.085.120			
2 090 - ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL	8.941.221	4.283.541			
2 182 - MANUTENÇÃO DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO	146.152.135	116.472.709			
2 183 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEF	5.000	105			
2 187 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	1.894.142	1.628.918			
074 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES-BOLSA-FAMÍLIA	21.000.000	10.587.099			
2 843 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES-BOLSA-FAMÍLIA	21.000.000	10.587.099	BOLSA FAMILIAR CONCEDIDA (FAMÍLIA) (1)	27.187	5.000
116 - MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.724.606.369	1.827.152.966			
1 156 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS ESCOLARES - ENSINO FUNDAMENTAL	13.155.000	11.097.805	PRÉDIO BENEFICIADO (PRÉDIO) (2)	24	67
2 443 - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR	26.333.560	25.774.914	PROFISSIONAL BENEFICIADO (PROFISSIONAL)	293.978	293.978
2 447 - PADRÕES DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL	126.924.672	193.149.834	ESCOLA BENEFICIADA (ESCOLA)	3.619	3.616
2 748 - APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL	329.797.399	357.945.052	PROFISSIONAL BENEFICIADO (PROFISSIONAL)	53.549	53.549
4 210 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.228.395.738	1.239.185.361	ALUNO ATENDIDO (ALUNO)	1.761.251	1.743.929
177 - ATENDIMENTO AO ENSINO PROFISSIONAL	1.634.826	1.516.381			
4 956 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL	1.634.826	1.516.381	ALUNO ATENDIDO (ALUNO)	4.558	4.857
179 - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO INFANTIL	7.683.542	13.653.257			
4 736 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	7.683.542	13.653.257	ESCOLA BENEFICIADA (ESCOLA)	457	457
180 - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	41.076.959	35.194.639			
4 831 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	41.076.959	35.194.639	JOVEM E ADULTO ATENDIDO (JOVEM E ADULTO)	118.318	141.646
181 - ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	43.502.324	51.744.114			
4 269 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	43.502.324	51.744.114	ESCOLA PREPARADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL (ESCOLA)	230	386
269 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	50.396.000	51.439.335			
2 483 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	50.396.000	51.439.335	ALUNO BENEFICIADO COM MERENDA ESCOLAR (ALUNO)	1.761.251	1.770.129
281 - COOPERAÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO	93.842.665	24.644.777			
4 522 - ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS	93.842.665	24.644.777	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO)	853	386
310 - UNIVERSALIZAÇÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO	375.736.218	412.539.911			
1 674 - ESCOLAS REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO	3.544.078	279.696	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA (ESCOLA DE ENSINO MÉDIO)	100	24
1 677 - ESCOLA VIVA, COMUNIDADE ATIVA NO ENSINO MÉDIO	3.634.397	66.583	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO (ESCOLA) (3)	160	157
1 680 - ESCOLAS EM REDE NO ENSINO MÉDIO	1.325.975	0	ESCOLA ASSISTIDA (ESCOLA DE ENSINO MÉDIO) (3)	500	147
1 686 - EXPANSÃO DO ENSINO MÉDIO	246.424	127.706	DEMANDA DO ENSINO MÉDIO ATENDIDA (VAGA NOVA)	30.000	19.389
1 687 - PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E PARA O PROTAGONISMO JUVENIL	802.879	0	ALUNO PREPARADO PARA O MERCADO DE TRABALHO (ALUNO ATENDIDO) (4)	2.000	0
2 678 - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DO EDUCADOR DO ENSINO MÉDIO	3.030.702	895.741	EDUCADOR DO ENSINO MÉDIO BENEFICIADO (EDUCADOR DO ENSINO MÉDIO)	6.000	6.000
2 682 - APOIO À ATIVIDADE DOCENTE NO ENSINO MÉDIO	1.452.658	0	PROFESSOR TREINADO (PROFESSOR) (5)	6.000	0
2 688 - PADRÕES DE FUNCIONAMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO	22.077.725	2.845.463	ESCOLA DE ENSINO MÉDIO BENEFICIADA (ESCOLA DE ENSINO MÉDIO)	1.605	1.605
2 749 - APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO MÉDIO	35.905.683	23.640.390	PROFISSIONAL BENEFICIADO (PROFISSIONAL)	2.883	2.883
4 950 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	303.715.697	384.684.332	ESCOLA DO ENSINO MÉDIO ATENDIDA (ESCOLA DE ENSINO MÉDIO)	1.605	1.605
328 - MELHORIA E AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	21.045.061	26.562.525			
1 539 - ESCOLA REFERÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	947.919	4.122.579	ESCOLA IDENTIFICADA COMO REFERÊNCIA (ESCOLA)	46	156

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1 763 - ESCOLA VIVA COMUNIDADE ATIVA	12.557.142	7.126.812	ESCOLA PREPARADA PARA ATUAR EM ÁREA DE RISCO (ESCOLA)	230	154
1 774 - REGISTRO DO ALUNO	4.140.000	1.794.642	ALUNO IDENTIFICADO (ALUNO)	662.866	709.218
1 791 - ESCOLAS EM REDE NO ENSINO FUNDAMENTAL	1.000.000	7.988.801	ESCOLA ASSISTIDA (ESCOLA)	100	555
2 136 - AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.300.000	5.168.491	ESCOLA BENEFICIADA (ESCOLA)	2.645	2.645
2 789 - APOIO À ATIVIDADE DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL	1.100.000	361.200	PROFESSOR TREINADO (PROFESSOR) (5)	23.735	0
353 - AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	3.893.962	415.508			
2 859 - AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	3.893.962	415.508	ESCOLA AVALIADA (ESCOLA) (6)	3.710	0
2151 - FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	3.254.142	3.062.537			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.434.522	1.466.292			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	56.525	36.174			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	157.153	51.542			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.078.201	1.233.091	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	264	277
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	142.643	145.485	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	193	193
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	9.237			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	9.237			
151 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	104.322	158.420			
4 299 - IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	104.322	158.420	BIBLIOTECA PÓLO INSTALADA (BIBLIOTECA)	1	1
152 - CRESCER PARA A VIDA E PARA O TRABALHO.	30.000	28.658			
4 315 - OFICINAS PEDAGÓGICAS	15.000	14.379	CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDO NAS OFICINAS PEDAGÓGICAS (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	709	896
4 321 - ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO	15.000	14.279	CRIANÇA ADOLESCENTE ATENDIDO NAS CLÍNICAS PSICOPEDAGÓGICAS (CRIANÇA / ADOLESCENTE)	500	640
366 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	806.206	917.421			
4 928 - ENSINO MÉDIO	806.206	917.421	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO (ALUNO)	1.118	1.152
367 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA SANDOVAL SOARES DE AZEVEDO	878.092	482.509			
4 936 - ENSINO FUNDAMENTAL	878.092	482.509	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO (ALUNO)	1.438	1.511
2161 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	2.572.384	2.709.892			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.206.812	1.443.717			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	4.000	144.619			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	150.060	248.285			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.022.132	1.021.279	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	99	99
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	30.620	29.534	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	35	35
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	0			
032 - CAIO MARTINS PRÓ CRIANÇAS E ADOLESCENTES	1.364.572	1.266.175			
4 042 - ACOLHIMENTO E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E PARCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES.	1.364.572	1.266.175	ALUNO QUALIFICADO (ALUNO)	1.100	1.350
Total do Setor	2.658.430.902	2.717.493.972			

(1) De fevereiro a novembro foram desligados 22.745 bolsistas devido a inclusão no Programa Federal Bolsa Família, em contrapartida, o Estado assumiu o compromisso de melhoria da qualidade do ensino e execução de outros projetos pedagógicos.

(2) Meta subestimada

(3) Escolas de ensino fundamental e médio foram atendidas no programa do ensino fundamental

(4) Ação extinta

(5) Recursos redirecionados para elaboração de sites eletrônicos para formação de professores

(6) Prioridade redefinida. Iniciou-se o processo de avaliação da aprendizagem e foram confeccionados boletins de resultados e pedagógicos para as escolas estaduais.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	158.311.719	157.540.178			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	158.311.719	157.540.178			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	50.000	28.842			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	43.819.264	36.706.629			
2 072 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS	80.000	43.371			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	107.691.855	115.887.963	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	10.423	10.356
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	3.370.600	3.233.912	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	3.380	3.380
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	800.000	43.700	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)(1)	3.000	6.354
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.500.000	1.595.761			
2261 - FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	81.915.205	58.318.225			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	16.043.773	15.663.706			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	1.010.646	715.574			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	6.768.246	5.856.278			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	8.119.881	9.027.038	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	383	314
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	145.000	64.816	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	150	150
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	6.613.311	11.529.507			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	6.613.311	11.529.507			
327 - ABASTECIMENTO DE MEDICAMENTOS, IMUNOBIOLOGICOS E FITOTERAPICOS	38.711.404	22.573.205			
4 123 - PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	2.923.100	926.283	SORO PRODUZIDO (AMPOLA)	180.000	180.000
4 143 - CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS, PROCESSOS E SERVIÇOS	1.106.200	700.213	ENSAIO REALIZADO (ENSAIO)	276.700	250.000
4 764 - DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS	34.682.104	20.946.709	MEDICAMENTO PRODUZIDO (UNIDADE (MIL))	778.000	700.000
361 - PRODUÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS	8.811.365	4.001.734			
4 919 - SERVIÇOS LABORATORIAIS	8.811.365	4.001.734	SERVIÇO PRESTADO (SERVIÇO)	600.000	525.904
412 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E BIOTECNOLÓGICOS	1.019.110	1.276.858			
4 194 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE	1.019.110	1.276.858	PESQUISA DESENVOLVIDA (PESQUISA)	21	20
519 - TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FUNED	5.819.794	2.950.752			
4 465 - TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.819.794	2.950.752	PROFISSIONAL TREINADO (PROFISSIONAL)	4.636	4.100
528 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FUNED	4.896.448	322.463			
1 547 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	4.896.448	322.463	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA (UNIDADE)	18	1
2271 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	387.003.285	345.932.761			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	151.137.996	146.053.120			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	29.400	2.298			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	27.827.496	23.384.923			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	115.352.940	118.774.474	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE) (1)	7.185	8.662
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	669.000	885.424	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR) (2)	1.175	2.079
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.022.922	460.680	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	4.000	7.467
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.236.238	2.545.321			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	2.753.202	3.213.498			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	2.753.202	3.213.498			
161 - ATENDIMENTO HOSPITALAR AMBULATORIAL E EMERGENCIAL	215.592.087	182.260.862			
4 203 - PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTO ASSISTENCIAL AMBULATORIAL HOSPITALAR E EMERGENCIAL AO USUÁRIO DO SUS	215.592.087	182.260.862	ATENDIMENTO PRESTADO (ATENDIMENTO) (2)	5.378.935	6.944.757
515 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-FHEMIG	5.920.000	13.126.328			
4 224 - FORMAÇÃO DE RESIDENTES	5.920.000	13.126.328	RESIDÊNCIA MÉDICA OFERECIDA (RESIDÊNCIA MÉDICA)	260	253
518 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS - FHEMIG	11.600.000	1.278.953			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
I 251 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES PREDIAIS	11.600.000	1.278.953	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA (UNIDADE) (3)	8	0
2321 - FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS	78.819.975	61.670.280			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	33.801.573	32.649.111			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	9.370.000	8.587.984			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	23.861.573	23.753.417	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE) (1)	1.297	1.346
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	570.000	307.710	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	120	310
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	78.801			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	78.801			
062 - ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DA HEMORREDE	3.630.000	474.148			
I 197 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS - HEMOMINAS	3.630.000	474.148	UNIDADE CONSTRUÍDA (UNIDADE)	4	1
078 - ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPICA	41.287.402	28.421.984			
4 144 - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE SANGUE E HEMODERIVADOS	41.287.402	28.421.984	HEMOCOMPONENTE PRODUZIDO (BOLSA) (2)	612.274	585.000
083 - ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	100.000	46.236			
4 110 - DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA	100.000	46.236	ESTUDO/PESQUISA REALIZADO (ESTUDO / PESQUISA) (3)	29	42
4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	835.367.279	989.323.559			
023 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	6.049.520	8.084.323			
4 018 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS ALIMENTOS	2.824.520	433.730	MONITORAMENTO REALIZADO (MONITORAMENTO) (1)	200	806
4 178 - PROMOÇÃO E PROTEÇÃO A SAÚDE DA POPULAÇÃO	3.225.000	7.650.593	ESTABELECIMENTO INSPECIONADO (ESTABELECIMENTO) (2)	600	10.981
080 - SANEAMENTO BÁSICO: MAIS SAÚDE PARA TODOS	24.431.884	98.930.499			
I 467 - SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2.693.507	68.134.475	SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA IMPLANTADO (SISTEMA)(3)	20	0
I 567 - INSTALAÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS.	4.766.058	15.073.705	MÓDULO SANITÁRIO INSTALADO (MÓDULO SANITÁRIO)(3)	5.000	0
I 574 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO EM LOCALIDADES FORA DA	5.577.333	6.227.333	ESGOTO TRATADO (PERCENTUAL)(3)	1	0
I 578 - DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	5.096.696	6.046.696	SISTEMA DE DISPOSIÇÃO E OU TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS IMPLANTADO (SISTEMA)(3)	20	0
I 612 - SISTEMAS INTEGRADOS DE SANEAMENTO EM FAVELAS/ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS	6.298.290	3.448.290	SISTEMA DE SANEAMENTO INTEGRADO IMPLANTADO (SISTEMA)(3)	20	0
133 - INTEGRAÇÃO SERVIÇO-ENSINO - PISE.	2.500.000	296.465			
4 801 - CONCESSÃO DE BOLSAS ACADÊMICAS.	2.500.000	296.465	BOLSA CONCEDIDA (BOLSA) (4)	6.000	366
242 - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	29.719.300	16.698.458			
4 634 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS	17.005.240	10.617.628	CAMPANHA DE VACINAÇÃO HUMANA REALIZADA (CAMPANHA)(5)	2	2
4 637 - SISTEMA DE VIGILANCIA EM SAÚDE	4.221.300	4.394.215	SUPERVISÃO REALIZADA (SUPERVISÃO)	26	26
4 639 - CONTROLE DE ENDEMIAS	8.492.760	1.686.615	AÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA ENTOMOLÓGICA REALIZADA (AÇÃO)(5)	26	26
509 - REGIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE.	103.885.000	75.187.926			
4 195 - CÂMARA DE COMPENSAÇÃO BIPARTITE DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA - PPI	12.000.000	12.229.469	CÂMARA DE COMPENSAÇÃO BIPARTITE MENSAL REALIZADA (CÂMARA)	12	12
4 206 - REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	10.000.000	17.249.688	MICRORREGIÃO BENEFICIADA (UNIDADE) (6)	24	3
4 227 - REDE DE ASSISTÊNCIA PERINATAL	5.000.000	352.210	KIT ENTREGUE POR MACRORREGIÃO (KIT)(7)	100	2
4 241 - REDE ESTADUAL DE REGULAÇÃO EM SAÚDE	5.000.000	0	REDE DE REGULAÇÃO IMPLANTADA POR MACRORREGIÃO (REDE) (8)	8	0
4 256 - FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS HOSPITAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - PRÓ HOSP	60.015.000	40.879.782	UNIDADE HOSPITALAR CONTEMPLADA (UNIDADE HOSPITALAR)(9)	50	48
4 258 - PLANO DIRETOR DE INVESTIMENTO - PDI	2.010.000	0	MUNICÍPIO CONTEMPLADO (MUNICÍPIO) (10)	26	0
4 293 - IMPLANTAÇÃO DE UTI ADULTO EM HOSPITAIS DA REDE SUS	2.010.000	0	LEITO DISPONIBILIZADO (LEITO)(11)	20	0
4 306 - IMPLANTAÇÃO DE UTI NEONATAL EM HOSPITAIS DA REDE SUS	3.000.000	0	LEITO DISPONIBILIZADO (LEITO)(12)	20	0

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
Programa					
Ação					
4 319 - FORTALECIMENTO DA SAÚDE EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	4.850.000	4.476.777	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO)(13)	30	42
520 - SAÚDE EM CASA	39.085.000	244.221			
4 311 - RECUPERAÇÃO FÍSICA DE UNIDADES DE SAÚDE	2.935.000	220.000	UNIDADE DE SAÚDE CONTEMPLADA (UNIDADE DE SAÚDE)(14)	12	7
4 316 - OFICINAS DE MELHORIA EM ATENÇÃO BÁSICA	4.550.000	7.865	OFICINA REALIZADA (OFICINA)(15)	10	5
4 335 - SAÚDE EM CASA	31.600.000	16.356	INCENTIVO MENSAL PAGO POR EQUIPE PSF (INCENTIVO) (15)	600	0
523 - REDES ASSISTENCIAIS.	420.000.000	435.825.676			
4 085 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE	420.000.000	435.825.676	UNIDADE DE SAÚDE BENEFICIADA (UNIDADE DE SAÚDE)	82.140	62.986
531 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.	125.156.053	240.274.914			
4 239 - AQUISIÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE DE MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	89.590.000	148.058.909	PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE)(16)	23.000	27.000
4 665 - FARMÁCIA DE MINAS	35.500.000	92.216.005	MEDICAMENTO BÁSICO DISTRIBUÍDO (MEDICAMENTO)(17)	168.000.000	460.745.454
4 794 - CESTA DE MEDICAMENTOS PARA OS POVOS INDÍGENAS	66.053	0	ETNIA ATENDIDA (ETNIA) (18)	5	0
543 - GESTÃO EM SAÚDE	12.400.000	4.949.507			
4 075 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.150.000	1.667.946	ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO REALIZADA (ATIVIDADE)(19)	50	126
4 913 - APOIO A GESTÃO EM SAÚDE	10.250.000	3.281.561	MODERNIZAÇÃO GERENCIAL REALIZADA (UNIDADE)	100	15
546 - ATENÇÃO À SAÚDE	69.640.522	108.830.080			
1 207 - CENTRO DE REFERÊNCIA PARA TRATAMENTO DO FUMANTE	2.910.000	256.334	CENTRO IMPLANTADO (CENTRO) (20)	6	0
4 014 - ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR	2.490.000	129.208	SERVIÇO ORGANIZADO (SERVIÇO)(21)	4	4
4 023 - SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO - SISVAN	2.133.000	101.977	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO) (22)	10	377
4 041 - CONTROLE DO DIABETES	2.010.000	0	SUPERVISÃO REALIZADA (SUPERVISÃO) (23)	26	0
4 065 - ESTÍMULO A ATIVIDADE FÍSICA - AGITA MINAS	2.010.000	0	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDO (UNIDADE) (24)	500	0
4 140 - PESQUISA DE SAÚDE	2.010.000	0	PESQUISA REALIZADA (PESQUISA) (25)	1	0
4 150 - ASSISTÊNCIA/CONTROLE À PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS/ HIV /AIDS	4.700.480	3.219.669	PESSOA TRATADA (PESSOA)	90.000	125.707
4 230 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA NO ESTADO	2.010.000	225	CAMPANHA PARA ATENÇÃO À SAÚDE DO IDOSO (CAMPANHA)(26)	1	0
4 236 - CONTROLE DE HANSENÍASE	2.010.000	52.833	PESSOA TRATADA (PESSOA)	5.000	5.104
4 238 - PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO CÂNCER - PREVPR	3.110.000	745.057	SUPERVISÃO REALIZADA (SUPERVISÃO) (27)	26	98
4 260 - SUPERVISÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE INDÍGENA	510.000	18.753	SUPERVISÃO REALIZADA (SUPERVISÃO)	21	7
4 762 - ATENÇÃO A SAÚDE DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	2.010.000	21.119	UNIDADE CREDENCIADA (UNIDADE) (28)	9	6
4 768 - DESOSPITALIZAÇÃO PSIQUIÁTRICA	2.010.000	18.640	CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL IMPLANTADO (CENTRO) (29)	9	12
4 781 - PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE COLETIVA	37.707.042	104.259.977	CAMPANHA, MUTIRÃO E AÇÃO DE SAÚDE COLETIVA REALIZADA (AÇÃO) (30)	9	12
4 980 - DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO PRECOCE NO CONTROLE DA TUBERCULOSE	2.010.000	6.288	SUPERVISÃO REALIZADA (SUPERVISÃO)(31)	26	18
554 - VIVA VIDA	2.500.000	1.490			
4 977 - REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	2.500.000	1.490	CONSULTA DE PRÉ NATAL NA REDE SUS REALIZADA (CONSULTA)(32)	950.000	754.105
Total do Setor	1.541.417.463	1.612.785.003			

JUSTIFICATIVAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

(1) O A execução física foi extrapolada em virtude de que um mesmo servidor tenha participado de várias capacitações. A baixa execução do recurso financeiro justifica-se pelo fato de vários servidores da SES participarem de capacitações com recursos do FES e também devido a participação de parcerias na realizações dessas capacitações.

FHEMIG

(1*) Incluindo os nomeados até 24/11/2004

(2*) A diferença de 29,11% entre o realizado e o previsto para 2004 se deve ao fato de que a programação deste exercício foi subestimada, sendo projetada à partir da execução do 1º trimestre de 2003, não espelhando o atendimento efetivamente realizado em 2003 que foi de 6.608.340 atendimentos.

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado

(3*) As obras previamente programadas não foram executadas posto que no decorrer do exercício, por pressão de demanda, ocorreram mudanças de prioridades no que diz respeito à alocação de recursos destinados a investimento. Em substituição às obras de reforma anteriormente previstas, como a construção de lavanderia no Hospital Júlia Kubitscheck, construção de unidade cardiológica no Hospital Maria Amélia Lins, conclusão do Hospital Geral do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, e às outras de natureza geral, os recursos de investimentos foram aplicados, em sua maior parte (76%), nas obras do Centro de Tratamento Intensivo do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, de restauração do piso, telhado e muro do Hospital Regional João Penido e do Centro de Reabilitação do Sanatório Santa Fé. Ressaltamos também, que os recursos executados referentes às obras do Hospital Maria Amélia Lins e Sanatório Santa Isabel, que representam 12% do montante total, são originariamente despesas de exercício passado (2002), cujos empenhos foram cancelados por força do Decreto N° 43229 de 27 de março 2003 e somente então foram regulizadas.

HEMOMINAS

(1) Quanto à Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais o valor executado está acima do valor programado pois está aguardando suplementação de recursos na fonte do Tesouro Estadual.

(2) A execução da ação Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Prediais - Hemominas muito aquém do programado justifica-se, principalmente, pela não liberação de recursos de convênio pelo Ministério da Saúde para obra do Hemocentro de Belo Horizonte - HBH. Nesse sentido, a execução em 2004 refere-se à iniciação da obra de Manhauçu - MÇU (licitação/projetos).

(3) A execução do valor referente a Estudos e Pesquisas em Hematologia e Hemoterapia, foi executado abaixo do previsto porque algumas pesquisas foram financiadas pela FAPEMIG.

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

(1) A partir do dia 30/04/2004, houve nova pactuação com a ANVISA, ocorrendo alteração no quantitativo e qualitativo das metas. Parte do recurso desta ação foi alocado na ação de Promoção e Proteção Saúde da População

(2) A partir do dia 30/04/2004, houve nova pactuação com a ANVISA, ocorrendo alteração no quantitativo e qualitativo das metas. Houve remanejamento de crédito, ou seja, parte do recurso desta ação Monitoramento da qualidade dos alimentos foi alocado nesta ação.

(3) Os convênios referentes aos cinco Subprogramas do Projeto Estruturador "Saneamento Básico: mais saúde para todos" foram assinados em 02/07/2004. Entretanto a execução dos mesmos foi iniciada em novembro/2004, face aos impedimentos da Lei Eleitoral, além dos ajustes documentais e técnicos dos projetos apresentados.

Estão em andamento as seguintes ações:

- Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água: Em execução – já licitadas pela COPASA: 8 convênios.
- A iniciar execução – ainda não licitadas pela COPASA: 27 convênios.
- Construção de Módulos Sanitários: Em execução – já licitadas pela COPASA: 7 convênios (350 módulos).
- A iniciar execução – ainda não licitadas pela COPASA: 26 convênios.
- Sistema de Tratamento de Esgoto: A iniciar execução – recursos ainda não liberados para os MUNICÍPIOS – 4 convênios.
- Sistemas Integrados de Saneamento: Em execução 6 sistemas, localizados em assentamentos subnormais.
- Revisão dos projetos de engenharia para sistemas de Destinação final de resíduos Sólidos.

Quanto ao aspecto financeiro, alguns desembolsos antecedem a conclusão da ação, e que, dependendo do tipo e natureza da ação, só dará por concluída quando da liberação do último dos Os convênios cujo início de obras se deram em novembro/2004 têm seus termos previstos para jun-jul/2005. Aqueles convênios ainda não iniciados, serão concluídos até nov-dez/2005.

(4) Meta em execução

(5) Apesar da execução financeira não condizer com as metas executadas, essas ações teve sua meta física cumprida. Vale ressaltar, que a economia de recursos financeiros foi graças as parcerias com governos federal e municipal.

(6) Encontra-se em processo de implantação. Dentro do desenvolvimento da ação foram adquiridas 631 ambulâncias do Sistema Estadual de Transporte Sanitário (SETS) e implantado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em 04 microrregiões. Justifica-se o alto recurso executado devido a suplementação de recurso financeiro.

(7) A execução financeira identificada se deve as atividades complementares aos investimentos de 2003. A maioria dos 118 kis foi adquirida em 2003 e apenas 02 em 2004.

(8) Não houve execução física e financeira. O processo licitatório para a implantação das Centrais de Regulação SES/SUS/MG teve início em 03/08/2004. Este foi impugnado e após correção das especificações do produto a serem adquiridos foi publicado novamente em 03/12/2004 e a abertura dos envelopes contendo "Documento/Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de preço" ocorreu no dia 20/01/2005.

(9) A meta executada é referente a 1ª Fase que contemplou 48 hospitais, sendo 22 macrorregionais e 26 microrregionais. Dois hospitais microrregionais não foram contemplados em virtude de desacordo com metas e problemas na negociação.

(10) As atividades de investimentos foram realizadas por meio de outras ações como Viva Vida e PRÓ-HOSP

(11) Em virtude da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2004 - 2007, a ação foi incorporada pela ação de Estruturação de Redes Assistenciais, dentro do Programa Regionalização da Assistência à Saúde

(12) Em virtude da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2004 - 2007, as atividades dessa ação serão executadas por meio da ação Viva Vida do Programa de Regionalização da Assistência à Saúde

(13) Foi possível um acréscimo de 12 municípios em virtude de uma melhor distribuição dos recursos. Os recursos foram destinados para realização de obras, aquisição de equipamentos, material permanente e custeio.

(14) O programa Saúde em Casa teve sua implantação adiada para 2005, devido a redefinição de prioridades.

(15) O programa Saúde em Casa teve sua implantação adiada para 2005, devido a redefinição de prioridades. Foram realizadas reuniões com o objetivo de adequação dos instrumentos gerenciais do Programa, tais como aprimoramento dos indicadores usados e instrumentos de acompanhamento.

(16) O aumento nas metas previstas deve-se a acréscimo da demanda em função do maior acesso ao atendimento dos pacientes a média e alta complexidade, permitindo maior e melhor diagnóstico. Deve-se também, ao fato do processo de modernização da SES que possibilitou sua capacidade de atendimento. Diante disso, houve um remanejamento de crédito.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade	Orçamento		Meta		
			Denominação	Programado	Executado
	Programa	Executado			
Ação	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado

(17) A distribuição do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica/Farmácia de Minas teve um aumento no quantitativo dos medicamento em função da organização da SES e ao aumento da produção pela FUNED, o que possibilitou maior disponibilidade pela SES aos municípios. Diante disso, houve um remanejamento de crédito.

(18) Redefinição de prioridades

(19) A execução física foi extrapolada devido ao aumento da demanda de solicitações de atividades de capacitação. Não ocorreu a execução integral do recurso financeiro em virtude da participação de parcerias no desenvolvimento das atividades.

(20) De acordo com o Ministério da Saúde não haverá Centros de Referência implantados, serão organizados serviços de tratamento do fumante nas Unidades Básicas de Saúde. Para o início dos trabalhos, aguarda-se o envio de medicamentos pelo Ministério. O recurso executado foi de convênio federal, destinado, exclusivamente, a capacitação de profissionais para trabalharem nos serviços.

(21) O recurso orçamentário executado é referente a convênio federal.

(22) A descrição correta da meta é atender a 853 municípios. Utilizou-se recursos de convênio federal para implantação, monitoramento e avaliação das ações do SISVAN. O recurso programado seria para o combate à desnutrição infantil no Estado e também como incentivo aos municípios para o desenvolvimento das ações do SISVAN: este recurso não foi liberado.

(23) Redefinição de prioridades

(24) O material utilizado na Comemoração do Dia Mundial da Atividade Física foi produzido com recurso de 2003

(25) Pesquisa em andamento

(26) Não houve liberação de recursos financeiros para execução da meta física. O recurso executado foi destinado a ações desenvolvidas a saúde do idoso.

(27) Empenho para superar a meta prevista. O recurso executado é referente a Convênio Federal destinado a ações de prevenção primária do câncer.

(28) A meta física foi extrapolada devido ao aumento de solicitações de Unidades de Saúde a serem credenciadas. O credenciamento dessas Unidades é executado com recursos do Ministério da Saúde. O recurso executado foi para o desenvolvimento de ações para que essas Unidades sejam credenciadas.

(29) Em atendimento a Portaria N° 336 de 19/02/2002 implantou-se Centro de Apoio Psicossocial. O Ministério não estipula o número de Centros a serem implantados, sendo assim extrapolou-se a meta programada.

(30) A execução orçamentária e financeira nesta atividade, refere-se, basicamente, a despesas com ações de suporte de atividades finalísticas, transferências a municípios e entidades sem fins lucrativos e cumprimento de mandados de segurança. O acréscimo orçamentário deve-se ao superavit financeiro disponibilizado para o Fundo Estadual de Saúde no final do exercício 2004.

(31) Programação orçamentária superestimada

(32) A execução da meta programada independe da utilização do recurso orçamentário programado. Os recursos utilizados para pagamento das consultas de pré-natal procedem do Piso de Atenção Básica (PAB). Os recursos executados foram utilizados para atividades desenvolvidas visando a redução da mortalidade infantil.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	7.351.131	8.561.823			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.858.355	7.870.933			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	15.000	25.115			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.736.243	2.761.658			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	4.823.262	4.778.608	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	282	282
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	183.050	158.930	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	199	199
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100.800	146.622			
093 - ACESSO AO CONHECIMENTO E À INFORMAÇÃO CULTURAL	352.776	690.890			
4 301 - GESTÃO DO ACERVO MUSEOLÓGICO SOB A GUARDA DA SUPERINTENDÊNCIA DE MUSEUS	32.426	23.620	PÚBLICO ATENDIDO (PESSOA)	15.000	21.936
4 304 - GESTÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO SOB A GUARDA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	27.000	17.822	USUÁRIO ATENDIDO (USUÁRIO)	3.500	5.721
4 307 - GESTÃO DO ACERVO E SERVIÇOS DA REFERÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS	62.390	43.772	USUÁRIO ATENDIDO (USUÁRIO)	300.000	317.298
4 308 - GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO CULTURAL	5.000	499.421	PÚBLICO ATENDIDO (PESSOA)	2.200	2.461
4 540 - ASSESSORIA À AÇÃO CULTURAL	135.000	45.098	ASSESSORIA PRESTADA (ASSESSORIA)	360	1.315
4 556 - DIFUSÃO LITERÁRIA	90.960	61.157	SUPLEMENTO LITERÁRIO EDITADO (EDIÇÃO)	12	12
144 - CORREDOR CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE - CASA DO CONDE	140.000	0			
1 037 - ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO QUALITATIVO DOS EDIFÍCIOS DA PRAÇA DA LIBERDADE	110.000	0	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO) (5)	1	1
1 448 - DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS PARA OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DA PRAÇA DA LIBERDADE	20.000	0	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO)	1	0
1 459 - MONITORAMENTO DE PÓS-Ocupação	10.000	0	RELATÓRIO ELABORADO (RELATÓRIO)	1	0
2171 - FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO	1.181.642	1.133.423			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	339.988	350.741			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	19.000	3.917			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	51.499	33.122			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	268.489	313.702	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	29	29
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.000	0	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	10	0
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	824			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	824			
111 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ÁREA CULTURAL	140.022	155.689			
4 120 - CURSOS LIVRES DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA ARTES E OFÍCIOS	140.022	155.689	ALUNO FORMADO (ALUNO)	500	1.329
112 - PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	700.632	626.169			
4 122 - PROMOÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	700.632	626.169	EVENTO REALIZADO (EVENTO)	30	42
2181 - FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO	10.182.136	10.741.116			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	9.257.348	9.782.222			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	20.000	19.762			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.894.818	2.177.461			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	7.173.700	7.395.784	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	437	451
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	120.830	142.158	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	145	144
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	48.000	47.057			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	66.788	103.924			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	66.788	103.924			
069 - PROMOÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	503.000	500.544			
4 438 - PROMOÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO A ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	503.000	500.544	PÚBLICO ATENDIDO (PESSOA)	730.000	730.000
082 - FORMAÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL	75.000	74.605			
4 817 - CURSOS DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA	75.000	74.605	ALUNO FORMADO (ALUNO)	50	59
084 - PRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULOS DOS CORPOS ESTÁVEIS	280.000	279.821			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
4 949 - APRESENTAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA, COMPANHIA DE DANÇA E DO CORAL LÍRICO	280.000	279.821	PÚBLICO ATENDIDO (PESSOA)	105.000	100.000
2201 - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS	7.691.251	4.830.549			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.184.291	2.543.851			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	19.884	394			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	382.860	291.349			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	1.652.977	2.178.527	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	97	97
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	40.970	37.797	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	45	45
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	87.600	35.784			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	279.608			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	279.608			
144 - CORREDOR CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE - CASA DO CONDE	4.151.816	1.450.756			
1 450 - RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	2.145.760	493.825	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO) (1)	1	1
1 464 - RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO PROFESSOR	178.971	0	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO) (2)	1	0
1 468 - RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	670.447	0	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO) (2)	1	0
1 489 - RECUPERAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	1.156.638	956.931	PRÉDIO REFORMADO (PRÉDIO) (1)	1	1
157 - MINAS PARA SEMPRE	372.277	446.808			
4 191 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO	372.277	446.808	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO REALIZADO (MANUTENÇÃO) (3)	8	4
166 - MEMÓRIA DA CIDADE	47.000	6.721			
4 242 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA LOCAL	47.000	6.721	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO)	110	341
175 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO NORDESTE - FASE II - PRODETUR/NE-II	934.867	102.805			
1 619 - PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	934.867	102.805	MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO) (4)	27	1
2211 - FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA	9.863.669	8.927.565			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.910.207	3.238.994			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	22.000	12.524			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	2.241.328	2.720.025			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	458.979	405.115	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	25	25
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	27.900	18.330	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	23	25
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	160.000	83.000			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	16.000	0			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	16.000	0			
233 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICA	466.500	231.528			
2 836 - OPERAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO	466.500	231.528			
345 - TRANSMISSÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL	6.470.962	5.457.043			
4 813 - VEICULAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL E JORNALÍSTICA	6.470.962	5.457.043	PROGRAMA CULTURAL, EDUCATIVO E ARTÍSTICO VEICULADO (PROGRAMA)	4.320	3.760
3151 - RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA.	3.272.971	4.717.323			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.881.971	3.899.926			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	15.536	15.179			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	348.288	735.558			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.488.147	3.149.189	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	125	125
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30.000	0			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	1.000	271.312			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000	271.312			
266 - PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE RADIODIFUSÃO	390.000	546.085			
1 497 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS	1.000	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	1	0
1 604 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS TÉCNICOS	2.000	0	MUNICÍPIO ATENDIDO (MUNICÍPIO)	853	853

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
2 495 - MANUTENÇÃO E PRODUÇÃO TÉCNICA	120.000	189.205			
4 494 - PRODUÇÃO ARTÍSTICA	267.000	356.880	PROGRAMA RADIOFÔNICO TRANSMITIDO (HORA)	8.640	8.640
4271 - FUNDO ESTADUAL DE APOIO À INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA	1.000	0			
558 - PROMOÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	1.000	0			
1 095 - APOIO FINANCEIRO À INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA.	1.000	0	ENTIDADE APOIADA (ENTIDADE)	1	0
4391 - FUNDO ESTADUAL DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUITETÔNICO	1.000	0			
559 - PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	1.000	0			
1 126 - APOIO FINANCEIRO À PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS.	1.000	0	EMPRESA ATENDIDA (EMPRESA)	1	0
5151 - RÁDIO INCONFIDÊNCIA LTDA.	1.000	0			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.000	0			
6 359 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL - RÁDIO INCONFIDÊNCIA	1.000	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	1	0
Total do Setor	39.545.800	38.911.799			

(1) Elaboração de projetos e licitação para início das obras

(2) Prioridade para Setop e Defesa Social

(3) Procedimentos Licitatórios

(4) Redefinição dos objetivos do Programa

(5) Relatório elaborado pelo IEPHA

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DEFESA SOCIAL**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1441 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	28.195.483	24.641.176			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	27.895.483	24.144.480			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	19.000	6.628			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	1.176.527	1.616.020			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	26.339.483	22.250.265	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	600	575
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	55.473	44.372	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	176	49
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	5.000	4.992	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	25	35
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	300.000	222.203			
065 - ASSISTÊNCIA EXTRAJUDICIAL	90.000	89.999			
4 358 - O DEFENSOR PÚBLICO MAIS PRÓXIMO DA SOCIEDADE	90.000	89.999	CARENTE ATENDIDO (PESSOA)	836.860	442.609
390 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA	130.000	326.697			
4 092 - O DEFENSOR VAI AO CÁRCERE	50.000	146.000	ASSISTÊNCIA JURÍDICA OFERECIDA (CONSULTA) (2)	159.395	0
4 153 - FOME DE JUSTIÇA	50.000	145.998	ASSISTÊNCIA JURÍDICA OFERECIDA (CONSULTA)	1.806.578	1.084.138
4 670 - MUTIRÃO DE EXECUÇÃO PENAL	30.000	34.699	CARENTE ATENDIDO (PESSOA) (2)	15.000	0
575 - ASSISTÊNCIA JUDICIAL	80.000	80.000			
4 374 - ASSISTÊNCIA JUDICIAL	80.000	80.000	CARENTE ATENDIDO (PESSOA)	936.317	16.715
1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL	145.183.418	157.916.843			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	71.389.418	90.498.903			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	240.000	183.011			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	49.168.189	65.401.504			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	19.364.638	22.940.911	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	1.607	1.490
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	456.591	397.988	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	1.300	855
2 423 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	115.000	10.540	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	250	677
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.700.000	1.559.349			
2 430 - RACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS	345.000	5.600			
306 - INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	291.520	1.110.018			
1 086 - IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA	100.000	247.305	GABINETE IMPLANTADO (GABINETE) (1)	1	0
4 087 - POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS	100.000	694.920	CONSELHO FORTALECIDO E ESTRUTURADO (CONSELHO)	60	9
4 101 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO POLICIAL	91.520	167.793	ATIVIDADE DESENVOLVIDA (ATIVIDADE)	1	1
307 - ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRAACIONAL	7.463.200	7.728.290			
4 099 - IMPLANTAÇÃO DO PLANTÃO INTERINSTITUCIONAL DE ATENDIMENTO INICIAL AO ADOLESCENTE A QUEM SE ATRIBUI AUTORIA DE ATO INFRAACIONAL	7.463.200	7.728.290	ADOLESCENTE INFRATOR ATENDIDO (ADOLESCENTE)	654	1663
312 - REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	37.021.055	44.085.587			
1 106 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES FÍSICAS DO SISTEMA PRISIONAL	500.000	899.654	UNIDADE PREDIAL REFORMADA (UNIDADE)	5	11
4 124 - ASSISTÊNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SENTENCIADO	36.268.055	43.155.925	SENTENCIADO ASSISTIDO (SENTENCIADO)	9.819	10.728
4 806 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS	253.000	30.008	SERVIDOR TREINADO (SERVIDOR)	2.378	1.100
313 - REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	28.490.725	14.363.399			
1 097 - FORMAÇÃO DE SERVIDORES PENITENCIÁRIOS	1.052.885	0	SERVIDOR CAPACITADO (SERVIDOR)	3.876	0
1 190 - IMPLANTAÇÃO DE PENITENCIÁRIAS AUTO-SUSTENTÁVEIS	1.500.000	955.290	PENITENCIÁRIA AUTO-SUSTENTÁVEL IMPLANTADA (PENITENCIÁRIA) (3)	3	0
1 703 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - SIDS	18.600.480	7.031.259	SISTEMA IMPLANTADO (SISTEMA)	2	1
1 713 - IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO	1.204.665	525.940	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA (ÁREA)	24	30
1 719 - TREINAMENTO POLICIAL INTEGRADO	944.555	196.136	POLICIAL TREINADO/RECICLADO (POLICIAL)	3.720	2.889
1 787 - FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS DE MINAS GERAIS	2.388.140	2.609.866	CENTRO DA JUVENTUDE IMPLANTADO (CENTRO)	7	5
1 830 - IMPLANTAÇÃO DA CARREIRA DE AGENTE EDUCATIVO	800.000	884.328	SERVIDOR TREINADO E CAPACITADO (SERVIDOR PÚBLICO)	300	300
1 909 - CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	2.000.000	2.160.580	SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS IMPLANTADO (SISTEMA)	3	1
358 - PREVENÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE	527.500	130.646			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: DEFESA SOCIAL**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
I 598 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	527.500	130.646	UNIDADE IMPLANTADA (UNIDADE)	4	4
4141 - FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	441.904	405.692			
312 - REFORMA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	441.904	405.692			
I 645 - APOIO AO PROGRAMA DE AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL	441.904	405.692	UNIDADE PREDIAL REFORMADA/AMPLIADA (UNIDADE)	1	1
Total do Setor	173.820.805	182.963.711			

(1) O gabinete está em fase final de implantação, estando previsto para ser inaugurado no primeiro bimestre de 2005.

2) Considerando as dificuldades administrativas resultantes da falta de estrutura do órgão e o n° insuficiente de Defensores no Estado de Minas Gerais, não foi possível o atendimento às penitenciárias; portanto os recursos foram utilizados no Programa Assistência Judicial.

(3) Foram implantadas, reformadas ou ampliadas diversas estruturas (oficinas, agropecuária, artesanato) produtivas em várias penitenciárias, mas a sustentabilidade ainda não foi alcançada

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1251 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	1.714.861.325	1.902.227.692			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	918.627.691	1.049.102.706			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	1.419.907	1.842.135			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	3.328.459	5.256.543			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	904.672.562	1.028.271.267	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	39.384	40.502
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.230.482	1.517.528	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR) (1)	35	1.509
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7.976.281	12.215.233			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	704.560.000	745.982.772			
7 007 - PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	704.560.000	745.982.772			
231 - POLÍCIA OSTENSIVA	48.034.147	61.400.092			
2 731 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES	3.727.847	6.417.597	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (2)	700	1.741
4 391 - POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	26.091.600	47.748.819	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO REALIZADA (OCORRÊNCIA)	3.178.755	3.212.692
4 395 - POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	16.719.139	5.971.371	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO REALIZADA (OCORRÊNCIA)	274.313	236.377
4 396 - POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE	1.495.561	1.262.305	OCORRÊNCIA DE POLICIAMENTO AMBIENTAL REGISTRADA (OCORRÊNCIA)	43.296	38.523
243 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	22.066.775	18.911.289			
2 402 - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL - COLÉGIO TIRADENTES	10.534.074	8.494.138	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO (ALUNO)	11.805	12.552
2 406 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - COLÉGIO TIRADENTES	11.532.701	10.417.151	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO (ALUNO)	7.320	6.290
304 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.060.843	1.819.893			
2 624 - TREINAMENTO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.060.843	1.819.893	MILITAR CAPACITADO (UNIDADE) (3)	22.150	16.782
306 - INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	6.179.458	363.958			
1 851 - GESTÃO PÚBLICA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E TENSÕES RURAIS - PMMG	977.559	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1.287	0
1 863 - REVITALIZAÇÃO DAS AÇÕES POLICIAIS EM ÁREAS DE CRIMINALIDADE VIOLENTA - PMMG	1.010.485	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1	0
1 884 - POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - PMMG	977.559	0	PROJETO IMPLANTADO (PROJETO) (4)	1	0
1 894 - COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - PMMG	977.559	363.958	GABINETE IMPLANTADO (GABINETE) (5)	1	0
1 899 - OLHO VIVO - PMMG	1.258.737	0	EQUIPAMENTO INSTALADO (EQUIPAMENTO) (4)	165	0
1 902 - PAZ NOS ESTÁDIOS - PMMG	977.559	0	EQUIPAMENTO INSTALADO (EQUIPAMENTO) (6)	1	0
309 - ASSISTÊNCIA AO MILITAR	7.545.259	10.370.234			
2 649 - ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	465.740	368.482	MILITAR ASSISTIDO (UNIDADE)	3.650	4.105
2 652 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOLÓGICA	6.279.450	9.140.621	ATENDIMENTO MÉDICO/PSICOLÓGICO REALIZADO (UNIDADE)	2.428.044	
2 653 - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	800.069	861.131	ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO REALIZADO (ATENDIMENTO)	361.050	357.876
313 - REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	6.787.152	14.276.748			
1 800 - IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - PMMG	4.417.152	13.215.278	AÇÃO DE INTEGRAÇÃO REALIZADA (AÇÃO)	24	24
1 821 - FICA VIVO- CONTROLE DE HOMICÍDIOS - PMMG	2.370.000	1.061.470	CENTRO DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE IMPLANTADO (CENTRO)	7	7
2121 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	450.566.572	423.959.803			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10.286.378	7.499.669			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	340.000	40.700			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	5.142.019	3.786.580			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	2.711.359	1.729.051	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	118	92
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	36.000	32.801	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	18	24
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.057.000	1.910.537			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	9.882.625	10.410.088			
7 004 - PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	9.882.625	10.410.088			

Mensagem à Assembléia Legislativa - 2005
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
211 - PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	283.139.588	270.198.175			
4 324 - CONCESSÃO DE PENSÃO	263.000.000	265.785.887	PENSÃO PAGA (PENSÃO)	8.853	8.665
4 327 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS	4.500.000	4.125.687	AUXÍLIO CONCEDIDO (AUXÍLIO)	3.904	3.177
4 329 - RESERVA DE BENEFÍCIOS	15.639.588	286.601	RESERVA TÉCNICA CONSTITUÍDA (R\$ MIL)	15.639	646
214 - SISTEMA DE SAÚDE DOS MILITARES	147.257.981	135.851.871			
4 371 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	132.000.000	118.469.743	PESSOA ATENDIDA (PESSOA)	2.849.832	2.337.796
4 372 - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AOS SEGURADOS E A SEUS DEPENDENTES.	15.257.981	17.382.128	PESSOA ATENDIDA (PESSOA)	468.000	575.902
Total do Setor	2.165.427.897	2.326.187.495			

(1) Somente foi programado o auxílio funeral, deixando de ser demonstrado o auxílio refeição e o auxílio transporte. Para o exercício de 2005 foi procedida a correção.

(2) A meta foi superada, considerando o repasse de recursos de convênios, bem como suplementação orçamentária na FR 10.1, no montante de R\$11.000.000,00

(3) A Meta não foi atingida em virtude de dificuldades de implementação do Treinamento Policial Básico Básico, no tocante a espaço físico e atualização de conteúdo para capacitação de instrutores

(4) Convênio não foi assinado

(5) O gabinete está com previsão para ser instalado em 2005, considerando que não foram concluídas as aquisições de bens.

(6) Convênio em execução

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004**SETOR: BOMBEIRO MILITAR**

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1401 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	123.625.348	140.969.016			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	110.843.567	117.283.117			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	161.000	57.881			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	768.441	647.629			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	109.030.366	115.300.902	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	4.194	4.685
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	15.760	10.073	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	12	10
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	868.000	1.266.632			
002 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	4.499.777	8.045.704			
7 007 - PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	4.499.777	8.045.704			
029 - ASSISTÊNCIA AO BOMBEIRO MILITAR	375.010	82.535			
2 635 - ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	130.010	41.318	BOMBEIRO MILITAR ASSISTIDO (BOMBEIRO)	412	101
2 638 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-PSICOLÓGICA A MILITARES	114.000	26.514	MILITAR ASSISTIDO (UNIDADE)	31.773	32.817
2 849 - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	131.000	14.703	BOMBEIRO MILITAR ASSISTIDO (BOMBEIRO)	31.127	72.837
308 - PROMOÇÃO DE DEFESA CIVIL	7.906.994	15.557.660			
2 235 - RECRUTAMENTO, TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES	542.748	423.753	MILITAR CAPACITADO (UNIDADE)	4.610	4.677
2 834 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	448.586	1.049.131	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)	88	60
4 648 - PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS	6.915.660	14.084.776	OCORRÊNCIA DE BOMBEIRO REALIZADA (OCORRÊNCIA)	230.211	227.260
Total do Setor	123.625.348	140.969.016			

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: POLÍCIA CIVIL

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	411.596.291	461.080.671			
001 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	336.635.339	380.174.008			
2 001 - DIREÇÃO SUPERIOR	908.000	366.991			
2 002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	38.894.987	56.016.942			
2 417 - REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS	282.706.052	299.353.525	PESSOA REMUNERADA (UNIDADE)	11.345	9.726
2 420 - AUXÍLIO TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO	1.026.300	601.669	SERVIDOR BENEFICIADO (SERVIDOR)	346	589
2 427 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13.100.000	23.834.881			
227 - EXERCÍCIO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	1.760.000	674.867			
4 375 - REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICO-LEGAIS	1.020.000	495.138	PERÍCIA MÉDICO-LEGAL REALIZADA (PERÍCIA)	1.445.500	24.569
4 378 - REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS TÉCNICO-CIENTÍFICAS	459.000	11.970	PERÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA REALIZADA (PERÍCIA)	1.400.000	75.500
4 691 - IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	281.000	167.759	IDENTIFICAÇÃO CIVIL E/OU CRIMINAL REALIZADA (PESSOA)	1.420.476	1.687.697
228 - RECOLHIMENTO E GUARDA DE DETENTOS DO ESTADO	22.507.547	36.316.531			
4 379 - ASSISTÊNCIA AOS DETENTOS	22.507.547	36.316.531	DETENTO ASSISTIDO (DETENTO)	18.000	16.675
229 - PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E EXERCÍCIO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ESTADO	8.815.000	7.504.260			
4 383 - REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL E TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA	8.815.000	7.504.260	INQUÉRITO POLICIAL REALIZADO (AÇÃO)	309.500	235.221
230 - FORMAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS	4.471.000	2.803.430			
4 387 - FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE POLICIAIS CIVIS	4.471.000	2.803.430	POLICIAL FORMADO (POLICIAL)	1.620	1.061
234 - ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL- ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO	57.000	0			
2 389 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	33.000	0	ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL MATRICULADO (ALUNO) (1)	680	614
2 390 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO- ESCOLA ORDEM E PROGRESSO	24.000	0	ALUNO DO ENSINO MÉDIO MATRICULADO (ALUNO) (1)	1.200	1.207
235 - REFORMAS E REPAROS DE UNIDADES PREDIAIS DA POLÍCIA CIVIL	2.789.000	3.291.544			
1 393 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PREDIAIS	2.789.000	3.291.544	UNIDADE AMPLIADA/REFORMADA (UNIDADE)	20	5
240 - ADMINISTRAÇÃO DE TRÂNSITO	13.709.000	15.728.558			
4 398 - EMISSÃO DE DOCUMENTOS, CONTROLE E REGISTROS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	13.709.000	15.728.558	DOCUMENTO EMITIDO (DOCUMENTO)	3.300.000	4.418.551
244 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DA POLÍCIA CIVIL	2.762.000	1.656.159			
2 399 - ATENDIMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO	2.762.000	1.656.159	ATENDIMENTO AMBULATORIAL REALIZADO (ATENDIMENTO)	60.000	60.293
306 - INTEGRAÇÃO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLICIAIS	7.475.874	2.160.725			
1 272 - COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - POLÍCIA CIVIL	837.052	720.036	GABINETE IMPLANTADO (GABINETE) (2) e (4)	1	0
1 275 - GESTÃO PÚBLICA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E TENSÕES RURAIS - PC	133.437	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (3) e (4)	1	0
1 276 - OLHO VIVO - POLÍCIA CIVIL	225.800	0	EQUIPAMENTO INSTALADO (EQUIPAMENTO) (3) e (4)	1	0
1 277 - PAZ NOS ESTÁDIOS - POLÍCIA CIVIL	65.500	55.831	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1	55
1 278 - POLÍCIA COMUNITÁRIA EM MINAS GERAIS - POLÍCIA CIVIL	2.366.255	0	PROJETO IMPLANTADO (PROJETO) (4)	1	1
1 279 - REVITALIZAÇÃO DAS AÇÕES POLICIAIS EM ÁREAS DE CRIMINALIDADE VIOLENTA - POLÍCIA CIVIL	3.847.830	1.384.858	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1	424
313 - REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA EM MINAS GERAIS	3.169.170	7.309.118			
1 297 - FICA VIVO - CONTROLE DE HOMICÍDIOS - POLÍCIA CIVIL	605.420	554.946	CENTRO DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE IMPLANTADO (CENTRO)	7	7
1 318 - IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE POLICIAMENTO - POLÍCIA CIVIL	2.563.750	6.754.172	ÁREA INTEGRADA IMPLANTADA (ÁREA)	24	30
376 - REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL	3.835.999	3.382.050			
1 981 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS POLICIAIS	1.210.999	729.245	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1	419
1 982 - AQUISIÇÃO DE BENS MATERIAIS E PATRIMONIAIS	2.000.000	2.051.048	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1	532
1 987 - AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E MUNIÇÕES	625.000	601.757	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (4)	1	112

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA 2004

SETOR: POLÍCIA CIVIL

Órgão / Entidade Programa Ação	Orçamento		Meta		
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado
383 - ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA PERÍCIA	2.999.258	0			
I 998 - UNIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DE CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL DE MINAS GERAIS	2.999.258	0	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO) (3)	I	0
384 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	610.104	79.421			
I 020 - ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL	281.250	79.421	ATENDIMENTO PRESTADO (ATENDIMENTO) (4)	I	756
I 031 - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE POLICIAIS CIVIS	328.854	0	POLICIAL TREINADO/RECLADO (POLICIAL) (5)	I	0
Total do Setor	411.596.291	461.080.671			

(1) Realizada na ação Planejamento Gestão e Finanças

(2) O gabinete está em fase final de implantação, sendo que está previsto para ser inaugurado no primeiro bimestre de 2005.

(3) Ação não realizada devido os Convênios com a SENASP não terem sido assinados

(4) Metas subestimadas por se tratar de ação nova o que dificultou uma programação mais realista

(5) Ação a ser realizada em 2005

